FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921  UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA



ANO 104 ★ Nº 34.713 QUARTA-FEIRA, 17 DE ABRIL DE 2024 R$ 6,90

Supremo se vê sob ataque, e ministros buscam Lula

A alta insatisfação do Congresso com a atuação do STF foi assunto em jantar entre o presidente Lula (PT) e quatro ministros da corte na segunda (15). O clima azedou após o embate entre Alexandre de Moraes e Elon Musk, dono do X. Os magistrados pediram ao chefe do Executivo maior empenho do governo em defesa da democracia e do Supremo. Política A4

Li Jing/Xinhua



A atriz grega Mary Mina com a tocha acesa em cerimônia na antiga Olímpia

Senado aprova PEC das drogas em reação ao STF

Proposta criminaliza porte e posse de substâncias; texto segue para a Câmara

O Senado aprovou ontem, em primeiro e segundo turnos, a PEC (proposta de emenda à Constituição) que criminaliza a posse e o porte de drogas, em uma resposta ao julgamento no Supremo Tribunal Federal que pode descriminalizar a maconha para uso pessoal.

O placar da votação foi de 53 votos a 9 no primeiro turno e de 52 a 9 no segundo. Eram necessários 49 votos.

A proposta coloca na Constituição que é crime possuir ou carregar drogas, seja qual for a quantidade e a substância. Atualmente, essa proibição existe apenas em lei.

A PEC foi apresentada em setembro pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), com o apoio de outros 30 senadores, dias após o STF retomar o julgamento, suspenso por pedido de vista. O placar está em cinco votos a três pela descriminalização da maconha.

Assim como a Lei Antidrogas, a PEC não define critérios objetivos para diferenciar usuário de traficante, o que é criticado por especialistas.

O texto segue para a Câmara. Se aprovado pelos deputados, será promulgado, pois a sanção presidencial não é necessária. Cotidiano B1

Wilson Gomes

Ditadura do Judiciário?

Toda vez que o Judiciário impediu Bolsonaro de violar direitos, abusar do poder ou desrespeitar a lei, isso foi interpretado como a prova de uma atitude ditatorial. O bolsonarismo crê num governo de vontades, não num governo de leis, embora só o segundo seja democrático. Ilustrada C3

Esporte B8 e B9

Paris a cem dias dos Jogos

Reta final impõe duas questões: prevenção do terrorismo e cumprimento de promessas de sustentabilidade. Pela primeira vez, equipe brasileira deve ter maioria feminina.

Dólar supera os R$ 5,26 com temor de mudança fiscal e Fed

O dólar registrou sua quinta sessão seguida em alta e saltou 1,65% ontem, fechando cotado a R$ 5,268, maior valor desde março de 2023.

O efeito foi causado pelos temores acerca da trajetória fiscal do Brasil, do adiamento das apostas de cortes de juros nos Estados Unidos e da tensão entre Irã e Israel.

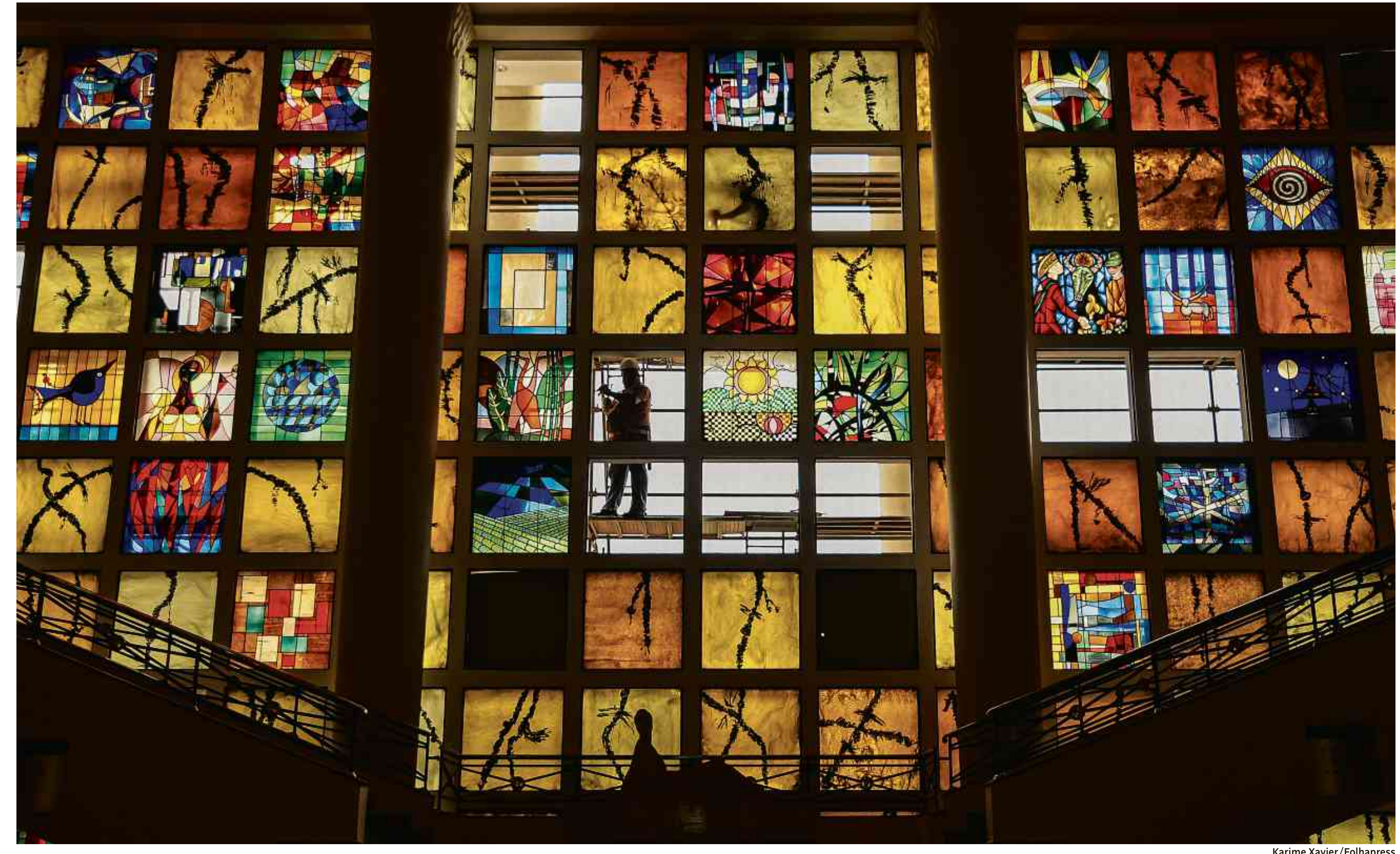
Para o ministro Fernando Haddad (Fazenda), "dois terços" da alta do dólar se devem ao cenário externo. Questionado se o terço restante poderia ser atribuído à revisão da meta fiscal, ele disse acreditar que "precisamos explicar melhor" o que acontecerá com o Orçamento. Mercado p.2

Meta do ano que vem depende de R$ 50 bi extras

O governo Lula (PT) vai precisar de R$ 50 bilhões em receita extra para cumprir a meta de déficit zero nas contas em 2025, mesmo com o afrouxamento do alvo anterior, que era de superávit de 0,5% do PIB. Para isso, a gestão prevê fechar brechas na legislação tributária. Mercado p.1

Governo busca mais R$ 35 bi para baixar conta de luz

Após reduzir em até 5% as tarifas de luz neste ano, a gestão Lula (PT) discute como garantir o alívio a partir de 2025. Calcula-se que, para isso, serão necessários R$ 35 bilhões anuais. Entre as medidas em estudo estão usar recursos do Orçamento e rediscutir subsídios. Mercado p.7



Karime Xavier/Folhapress

VITRAIS DE TARSILA, PORTINARI E SEGALL SÃO REFORMADOS APÓS DANOS CAUSADOS POR OBRA DO METRÔ

Estrutura de chumbo que sustenta 59 obras em museu da Faap, em São Paulo, foi danificada por construção da linha 6-laranja, segundo a instituição; concessionária nega estrago Cotidiano B4

EDITORIAIS A2

Economia oscila entre o medíocre e o arriscado

Sobre afrouxamento das metas fiscais do governo.

Trump e o impensável

Acerca de julgamento do ex-presidente dos EUA.



ISSN 1414-5723

Mercado p.10

Nova série mostra os caminhos e como planejar a compra da casa própria

Ilustrada C1

Bienal de Veneza, sob chefia de diretor do Masp, mira a periferia do mundo

Lorena Hakak

A discriminação inconsciente

No geral, as pessoas esperam que a discriminação seja mais explícita do que realmente é. Porém, muitas vezes, ela acontece de forma inconsciente. Dessa forma, é preciso buscar maneiras de eliminar os vieses causados por decisões baseadas em estereótipos. Mercado p.14

Mortos em barco à deriva eram da África, afirma PF

Documentos que estavam perto dos nove corpos achados em barco no Pará indicam que as vítimas eram da Mauritânia e do Mali. Segundo a PF, ao menos 25 pessoas estavam na embarcação quando saiu da África. A hipótese é que todas morreram de fome ou sede. Cotidiano B2

Operação prende 13 suspeitos de fraudes em licitações em SP

Promotoria diz que grupo é ligado ao PCC e possui contratos de R$ 200 milhões com prefeituras e câmaras em todo o estado. Três vereadores foram detidos. Cotidiano B1

Crise diplomática México-Equador gera racha regional

Mundo A10

ATMOSFERA

São Paulo hoje

30° 20°

0h 6h 12h 18h 24h

INÊS249

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.
PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Pérsio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila *(secretário)*
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio *(financeiro, planejamento e novos negócios)*, Anderson Demian *(mercado leitor e estratégias digitais)*, João Cestari *(tecnologia)* e Marcelo Benez *(comercial)*

Leandro Assis e Triscila Oliveira

SE COMEÇAR COM BURLA À ORDEM PROCESSUAL, VIOLAÇÃO AO CÓDIGO DA MAGISTRATURA, PREVARICAÇÃO E DESOBEDIÊNCIA AO STF, A GENTE VAI TER PROBLEMA.

Gabriela Hardt, titular da vara da Lava Jato e 2 juízes do TRF-4 são afastados

Corregedor do CNJ, Luís Felipe Salomão, tomou medida contra magistrada que substituiu Moro na 13ª Vara Federal de Curitiba

Folha de S.Paulo - 16.abr.2024

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Economia oscila entre o medíocre e o arriscado

Afrouxamento das metas fiscais confirma recusa de Lula em rever gastos insustentáveis, o que limita expansão do PIB e torna país mais vulnerável

O afrouxamento precoce das metas para os resultados das contas do Tesouro Nacional não surpreendeu ninguém. Na verdade, nem mesmo se acredita que as novas metas serão cumpridas.

Nesse sentido, tampouco há alteração imediata e substantiva das expectativas para o desempenho econômico do país —que, conforme o ponto de vista, oscilam entre o estável, o medíocre e o arriscado.

Pela leitura mais favorável, o Brasil parece a salvo de desastres no horizonte visível. Espera-se um crescimento do PIB em torno dos 2% neste ano e nos próximos; o desemprego caiu a níveis relativamente baixos; a inflação está sob controle; há superávit comercial e abundantes reservas em dólar.

Tal cenário contempla um lentíssimo e duvidoso processo de ajuste do Orçamento. O equilíbrio entre receitas e despesas, que o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) promete para este ano e, agora, para o próximo (em vez de superávit), só deve ser alcançado, pelas projeções independentes, em 2028.

Já a dívida pública escalaria dos atuais e já alarmantes 75,5% do PIB para 86,5% em 2031. Só aí, conforme as estimativas mais consensuais hoje, começaria a cair.

Tomar essa perspectiva como aceitável implica, em boa medida, conformar-se com a mediocridade. Se nada for feito, os gastos elevados e o endividamento do setor público continuarão impondo uma espécie de piso para os juros do Banco Central, hoje calculado entre 9% e 10% ao ano.

Esse piso, por sua vez, impõe um teto para o crescimento econômico, que tende a seguir aquém do necessário para a superação da pobreza e da miséria.

Ademais, a calmaria pode ser menos confortável do que aparenta, mesmo no curto prazo. Em março, o Datafolha mostrou que se ampliou a diferença entre os que consideram que a economia piorou (41%) e os que veem melhora (28%). Coincidência ou não, estreitou-se a distância entre a reprovação de Lula (33%) e a aprovação (35%).

A opção petista por mais gasto e déficit público ainda torna o país mais suscetível aos riscos da volatilidade dos humores domésticos e internacionais. É o que se vê agora com a alta do dólar decorrente da expectativa de juros elevados por mais tempo dos EUA, o que dificulta a queda da inflação e dos juros do Banco Central aqui.

Estão longe de afastados os temores de intervenção do Planalto na gestão do BC, que terá novo comando até o início de 2025, e da Petrobras —tudo isso significaria desordem certa na economia.

São perigos a que o país está submetido em razão da recusa em rever a expansão insustentável de despesas, por conveniências políticas ou obsessões ideológicas.

Trump e o impensável

Julgamento começa a tornar plausível que um condenado conquiste a Casa Branca neste ano

Se um criminoso condenado for eleito presidente dos EUA, a sede do governo deixa de ser a Casa Branca e passa a ser o presídio onde cumpre pena? Ele poderia perdoar a si mesmo para sair da cadeia?

Tais perguntas, que até há pouco tempo teriam ar surrealista, começam a se tornar plausíveis diante da possibilidade de Donald Trump, que responde a quatro processos na Justiça, ser eleito presidente.

A única dessas ações que será certamente concluída antes do pleito de novembro começou a ser julgada nesta semana em Nova York.

Nela, Trump é acusado de ter cometido fraudes contábeis ao pagar uma atriz, com a qual supostamente teve um relacionamento sexual, para ficar calada durante a campanha de 2016 e, assim, evitar um escândalo que afetasse sua imagem.

Remunerar o silêncio de alguém não é em princípio crime, ainda que levante questões éticas. Mas Trump o fez por meio de um esquema em que possivelmente infringiu leis tributárias e de financiamento de campanha.

O problema é que nem a Constituição dos EUA nem a legislação federal colocam grandes empecilhos à eleição de um condenado. Outro detalhe insólito: se for sentenciado, Trump não poderá votar em si mesmo, já que está registrado como eleitor da Flórida, estado que proíbe condenados de votar.

Mais grave, entre as acusações contra Trump, está a de tentar fraudar o sistema eleitoral para não ter de deixar o cargo de presidente.

Uma emenda constitucional introduzida após a Guerra Civil impede pessoas que tenham participado de "insurreições ou rebeliões" de assumir cargos federais.

Mas a Suprema Corte já determinou que esse recurso não é autoaplicável —só poderá ser acionado se o Congresso estabelecer em lei como isso pode ser feito, o que certamente não ocorrerá até o pleito.

Se o cenário com um condenado eleito na Casa Branca se materializar, as questões que surgirem terminarão na Suprema Corte, que tende a favorecer o ex-presidente.

A melhor chance de os americanos se pouparem desses constrangimentos é não reelegerem uma figura tão extremista, divisiva e problemática como Trump.

Promiscuidade intercultural

Hélio Schwartsman

Italianos e alemães andam se estranhando nos tribunais. É que a Itália processa uma empresa alemã pelo uso do "Homem Vitruviano", um desenho de Leonardo da Vinci que a firma teutônica estampava em quebra-cabeças. Com base numa lei italiana de 2004, que permite que museus cobrem taxas pela utilização comercial de obras que abriguem, Roma exige pagamentos da empresa alemã. Como previsível, um tribunal italiano deu razão à Itália, e um alemão acaba de decidir em favor da companhia alemã.

Não gostaria que o pleito italiano prosperasse. Seria o fim do domínio público, algo que me parece útil para a humanidade: quanto maior a circulação de ideias e representações artísticas, melhor para todos; a inovação se beneficia de polinização cruzada.

Não me oponho a que autores e artistas extraiam renda de seu trabalho, mas tenho dificuldade para entender por que a proteção de direitos autorais precisa ser tão longa, se estendendo por até cem anos após a morte do autor. Estamos falando de até quatro gerações. De todo modo, Da Vinci morreu há 500 anos. Se suas obras não estão sob domínio público, pouca coisa estará.

Dinheiro é a palavra-chave aqui, mas creio que há também um elemento nacionalista-identitário. Os italianos estão dizendo "Da Vinci é nosso". Há semelhanças com a noção de apropriação cultural, que vem ganhando espaço em militâncias identitárias. Neste caso, porém, não se discute dinheiro, mas um veto moral à utilização de ideias, práticas e objetos de uma cultura por membros de outra. Pela nova cartilha, só mulheres de ascendência africana, por exemplo, teriam direito de usar as vestimentas características.

Não compro esse projeto. O que torna a humanidade interessante é justamente as trocas (nem sempre voluntárias) de ideias entre diferentes culturas, que depois sofrem modificações e aprimoramentos. Limitar essa promiscuidade intercultural é matar a criatividade.

helio@uol.com.br

O pedágio ficou mais caro

Bruno Boghossian

Na semana passada, o governo e a Câmara negociaram uma gambiarra para liberar um espaço de R$ 15,7 bilhões no Orçamento. Parte do dinheiro saiu da votação fatiada. Uma parcela engordaria as emendas parlamentares, outra seria usada para desbloquear a verba de ministérios, e um naco era reivindicado para aumentar salários de servidores.

As metas de Fernando Haddad para ajustar as contas do governo sobreviveram enquanto o ministro conseguiu sustentar um arranjo caro. Era preciso equilibrar o veto de Lula a um corte amplo de despesas, controlar o apetite de ministros por mais gastos e pagar pedágios constantes à base que ajudava a manter de pé o plano no Congresso.

O custo político desse acerto se tornou alto demais nos últimos meses. A insistência num modelo de ajuste baseado no aumento de receitas, alguns erros de cálculo de Haddad e a cobiça permanente de integrantes do governo e do centrão ajudam a explicar a decisão do ministro de rever a trajetória fiscal, adiando o aperto das contas do governo.

Lula nunca autorizou um ajuste à base de tesouradas. Até aí, o ranger de dentes em quase todos os cantos do mercado financeiro era previsível. Mesmo assim, Haddad se pendurou numa meta considerada ousada para segurar as contas, a partir de um quebra-cabeças de medidas que lhe dariam algum conforto pelo lado da arrecadação.

Cada centavo que pingava no cofre do ministro ressoava no restante da Esplanada e nos gabinetes parlamentares. O som passou a ecoar mais alto no início de um ano com eleições municipais, ameaças de greve no governo federal, popularidade presidencial aos soluços e um Congresso disposto a cobrar sua fatura.

Haddad decidiu afrouxar a meta por puro realismo, é verdade, mas também porque essa seria a única maneira de manter controle sobre o que entra e o que sai daquele cofre. Para azar do ministro, seus colegas no governo e no Congresso já conseguem ouvir o tilintar que os novos números podem proporcionar.

O que é ser macho?

Mariliz Pereira Jorge

As mulheres são a maioria em todas as regiões do Brasil. Somos seis milhões a mais, segundo o IBGE. Estamos em maior número nas universidades. Metade das famílias brasileiras é chefiada por uma mulher. Mas, ao responder sobre filhos, o favorito para vencer o BBB24 diz que "tomara que não venha mulher, que venha homem". Davi diz querer "ensinar o guri a ser macho".

Nos rasgamos em debates sobre a desconstrução do machismo e vem o participante de um reality nos esfregar na cara o Brasil que é mais Brasil, onde as discussões e os efeitos esperados estão confinados dentro dos muros da academia, nas páginas de jornal, nas redes feministas, incapazes de entrar na casa da maioria dos brasileiros, como mostra um programa popular de TV.

O sonho do filho macho é da mesma natureza do discurso do Inelegível, para quem uma filha é sinal de "fraquejada" depois de quatro meninos. Não conheço Davi, que parece ser ótimo rapaz, mas carece de letramento antimachista, como a maior parte da população mais preocupada em pagar boleto. Também não vejo problema em sua preferência por este ou aquele gênero, apesar de sua visível ojeriza pela possibilidade de criar uma mulher.

Talvez ele só tenha se manifestado com certo horror porque meninas ainda são frequentemente encaixotadas em estereótipos que limitam suas escolhas e moldam suas percepções de si mesmas e de suas capacidades. São vistas como coadjuvantes na família e como cidadãs de segunda categoria pela sociedade.

Desejar criar um homem é legítimo, mas o que significa "ser macho", em pleno século 21? Apesar de eu ser otimista em relação aos avanços na desigualdade de gênero, a fala parece apontar para características que reforçam a ideia de que macho é o indivíduo dominante numa hierarquia social. É confiante e agressivo, em ambientes sociais, profissionais ou românticos. E hétero, claro. Quase sempre tóxico, pode apostar.

Problemas sociais 2

Deirdre McCloskey

Economista, é professora emérita de economia e história na Universidade de Illinois, em Chicago. Escreve às quartas

Percebi que as "soluções" para o problema social da pobreza propostas por nossos amigos que estão à esquerda do centro —de igualdade de resultados ou de igualdade de oportunidades— são ambas impossíveis. A igualdade de permissão, pelo contrário, pode ser alcançada amanhã.

Mas a esquerda, nos últimos dois séculos, continuou vendo novos problemas sociais, grandes e pequenos, que, segundo ela, o mercado não consegue resolver. Favelas. Educação ruim. Monopólio. Assim como suas soluções impossíveis para a desigualdade, muitas de suas ideias são não soluções para não problemas.

E mesmo para um problema real, os amigos da esquerda supõem, sem pensar muito, que o Estado pode fazer melhor. Quando pensam que a inovação está demasiadamente lenta, por exemplo, recorrem imediatamente à "política industrial". Quando pensam que o ciclo econômico é um problema, criam um banco central.

Seria ótimo se qualquer resultado social de que não gostássemos pudesse ser resolvido pela elaboração de uma nova lei e a designação de burocratas. Mas apenas alguns dos problemas reais que enfrentamos têm uma solução tão simples e real. Se o Canadá invadir os Estados Unidos, ou se o Paraguai invadir o Brasil, claro, mande um exército. Problema resolvido.

No entanto, nossos amigos da esquerda, e muitos dos nossos amigos da direita, também acreditam que todo "problema social" requer intervenção estatal. É por isso que os Estados modernos continuam crescendo. As pessoas passaram a acreditar que, se algo que consideram ruim acontece, alguém deve ser o culpado, e a solução óbvia é fazer com que o Papai-Estado contenha as pessoas más.

Problema resolvido. Comida suja? Crie um departamento estatal para inspecionar os alimentos. Fácil.

Ainda não. A intervenção estatal muitas vezes não funciona bem, agravando o problema. O controle dos aluguéis, por exemplo, e o salário mínimo prejudicam os pobres que deveriam ajudar. As "externalidades" estão por toda parte na sociedade humana e, portanto, não oferecem um simples sinal de que a intervenção estatal seja uma boa ideia. Com frequência a pressão do mercado é a solução.

Se déssemos aos moradores das favelas direitos de propriedade sobre os terrenos que ocupam, as favelas desapareceriam. Quando o óleo de baleia usado para iluminação ficou caro, o óleo extraído do solo tornou-se querosene. Quando o esterco de cavalo começou a obstruir as cidades, os novos automóveis por acaso resolveram o problema.

Seja adulto. Não corra para o Papai-Estado todas as vezes.

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Musk versus Moraes: o certo e o estratégico

Apoiar investigação contra o ministro deveria ser unanimidade na imprensa

Luciano de Castro
Professor de economia na Universidade de Iowa (EUA), é especialista em teoria de jogos e economia política

Elon Musk acusou o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, de fazer exigências ilegais ao X, o antigo Twitter. Diante da acusação, formadores de opinião têm de escolher de que lado ficar e quem defender. Muitos estão apostando na defesa de Moraes, mas esta parece ser uma posição moral e estrategicamente equivocada, como argumento a seguir.

Partamos da premissa de que há fortes indícios de "excessos" por parte do ministro. Apenas para citar um exemplo, a Constituição veda "toda e qualquer censura" (art. 220, §2), mas Moraes mandou suspender dezenas de perfis em redes sociais, como esta **Folha** noticiou. Há vários outros sinais de "excessos", cuja existência ninguém razoável nega. Partindo dessa observação, as acusações são, no mínimo, bastante plausíveis. Admitir essa plausibilidade é suficiente para o nosso argumento.

Se houve excessos autoritários, estes devem ser corrigidos. Para que se mantenha saudável, uma democracia precisa coibir autoritarismos ilegais. Apenas sociedades em estado de degeneração são incapazes de corrigir os excessos de quem exerce uma função pública. A incapacidade de correção se manifesta quando as instituições se identificam com os seres imperfeitos que as constituem e se tornam instrumentos a serviço de suas paixões. Não é para servir a qualquer paixão que se ergue uma instituição pública, ainda mais uma Suprema Corte. A pujança de uma democracia depende fundamentalmente da submissão ao império da lei, que a todos governa, sem exceção.

Em suma: houve excessos? Há que corrigi-los. Ponto. A única postura defensável diante das denúncias é cobrar que se as investigue seriamente, punindo-as exemplarmente se comprovadas. Para exigir essa apuração é absolutamente irrelevante quem fez a denúncia. Por acaso deixamos de investigar o mandante de um crime porque foi o sórdido assassino quem o denunciou? Desqualificar as acusações de Musk porque ele seria mimado, bilionário ou estrangeiro não é razoável. Se há denúncias plausíveis, a única postura moralmente defensável é cobrar uma apuração séria.

No entanto, argumentos baseados na ética e na moral parecem não ter mais qualquer relevância num país em que apenas o fla-flu político importa. Felizmente, podemos concluir que o mesmo posicionamento é o melhor para o interesse pessoal de formadores de opinião.

> **[...]**
> Desqualificar as acusações de Musk porque ele seria mimado, bilionário ou estrangeiro não é razoável. Se há denúncias plausíveis, a única postura moralmente defensável é cobrar uma apuração séria

De fato, se nada acontecer, o jornalista que cobrar investigação não terá prejudicado em nada o status quo, mas terá ganho credibilidade e respeito perante a opinião pública. Poderá apresentar-se como independente e confiável, o que é uma significativa vantagem para um intelectual público.

Por outro lado, se o desenrolar dos fatos levar à queda do ministro, aqueles que tiverem defendido a investigação aparecerão como líderes de uma elite esclarecida e despontarão como defensores de instituições sólidas, fundamentos de uma nação próspera. Em outras palavras, defender uma apuração séria das denúncias não é apenas a única postura moralmente correta, mas também é o que pesquisadores de teoria de jogos chamam de estratégia dominante: é a melhor opção em qualquer caso.

Diante de conclusão tão forte, cabe perguntar: o que poderia levar um jornalista a se opor a tal diligência? Talvez me falte imaginação, mas só consigo pensar em duas razões: recompensas diretas ou o medo de represálias futuras. Qualquer uma dessas hipóteses favorece a narrativa bolsonarista. Na primeira, são os meios de comunicação servindo a outros interesses que não a verdade. Na segunda, é a confissão de que não existe mais democracia, uma vez que tais represálias só acontecem num regime de exceção.

A quem interessa sinalizar qualquer das alternativas? A ninguém. E é por isso que o apoio a uma investigação séria deveria se tornar unanimidade na mídia.

O risco de desmonte da Anvisa

Déficit crônico de funcionários compromete investimentos e zelo à saúde

Nelson Mussolini
Presidente-executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma) e membro titular do Conselho Nacional de Saúde (CNS)

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) nunca teve tão poucos funcionários. A agência responsável por cerca de 20% do PIB brasileiro possui hoje 1.409 pessoas, contingente menor que o do período de sua criação, em 2000. No momento, o déficit estimado é de cerca de 1.250 técnicos. Ou seja, opera com pouco mais de 50% de sua necessidade.

A situação é muito preocupante porque a atuação da Anvisa é especialmente relevante por sua abrangência e pelo fato de zelar pela saúde dos brasileiros, além de suas externalidades sociais e econômicas, como geração de renda, tributos e empregos.

Sem recursos humanos e materiais adequados que viabilizem sua indispensável capacidade de analisar, formular e fiscalizar o conjunto de regras e procedimentos que orientam sua atuação, a Anvisa perde os meios para decidir sobre os melhores caminhos a seguir, considerando as necessidades e aspirações da sociedade, sempre com previsibilidade e de acordo com a legislação.

A autonomia das agências reguladoras é fundamental para o desenvolvimento do Brasil. Recentemente, o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, exemplificou os prejuízos à economia do país provocados pela estrutura deficiente da agência. "Só na Anvisa, temos mais de R$ 17 bilhões travados hoje em investimentos", afirmou.

Trata-se de um órgão de Estado com vastas atribuições: supervisiona a produção e o consumo de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária em todas as etapas —ambientes, processos, insumos e tecnologias a eles relacionados—, além de controlar portos, aeroportos e fronteiras. Por isso, precisa de quadros e estrutura física e tecnológica suficientes.

O corpo técnico da Anvisa é de alto nível, competente e dedicado, mas tem limites. O recente concurso público aberto para o preenchimento de 50 postos é simplesmente ridículo.

> **[...]**
> O corpo técnico da Anvisa é de alto nível, competente e dedicado, mas tem limites. O recente concurso público aberto para o preenchimento de 50 postos é simplesmente ridículo. Para enfrentar essa situação, o governo precisa ousar e buscar soluções criativas

Para enfrentar essa situação, o governo precisa ousar. Buscar soluções criativas para reforçar o time da Anvisa e acelerar e modernizar seus fluxos e processos; recorrer a novas modalidades de contratação, investir intensivamente em tecnologia da informação e inteligência artificial.

Prover o contínuo aperfeiçoamento organizacional da Anvisa e de suas equipes de especialistas é uma questão prioritária para a indústria farmacêutica e cada vez mais estratégica para a competitividade do setor. Pois o crescimento do polo farmacêutico instalado no Brasil, que o governo busca impulsionar com o Complexo Econômico-Industrial da Saúde (Ceis), se baseia em investimentos vultosos em processos produtivos e de pesquisa e desenvolvimento, que têm como contrapartida a agilidade e a competência da Anvisa na avaliação e aprovação dos modernos, seguros e eficazes medicamentos oferecidos pelas empresas nacionais e internacionais que aqui operam. Rotinas que se tornaram ainda mais complexas com o advento das novas tecnologias em saúde.

Em suma, garantir a capacidade técnica e operacional da Anvisa é essencial para que a indústria farmacêutica continue a gerar riqueza, inovação e desenvolvimento social e econômico para o país.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço



Comício pelas Diretas Já, movimento pelo restabelecimento da eleição direta para a Presidência, em março de 1984 Renato dos Anjos/Folhapress

Conflitos

"Barroso se indispõe com Moraes e Gilmar e corre risco de se isolar no STF" (Política, 15/4). Fogueira megalômana de vaidades, politicagem e arrivismo pelo poder.
Francisco Barbosa (São Paulo, SP)

*

Creio que o STF poderia procurar um meio para se pautar por mais discrição, não é de hoje que essas querelas públicas geram um desgaste desnecessário à corte junto à opinião pública.
Antonio Pimentel Pereira (Governador Mangabeira, BA)

*

Saudades do tempo em que as intrigas da seleção brasileira geravam mais interesse do que caneladas entre togados. O estrelismo estragou a seleção e parece que vai fazendo o mesmo com o STF. Enquanto isso, os golpistas estão à espreita, prontos para desacreditar o VAR.
Arnaldo Comin (São Paulo, SP)

Constrangimento

"Mendonça dá bronca em advogada em audiência com governador de MT: 'A senhora não tem decoro'" (Política, 15/4). Mais uma vez, os tubarões vencem as sardinhas, nenhuma novidade!
Wilton Santos (Manaus, AM)

*

O "desargumento" de que pesca artesanal prejudica peixes é tão absurdo quanto o terraplanismo.
Maria da Graça Pimentel (São Carlos, SP)

*

Não há como evitar o incômodo pensamento de que, fosse a advogada homem ou uma figura de poder, teria sido mais polido e mais civilizado. Mas era a advogada dos pobres contra o poderoso governador e os lobbies representados. Pequeno demais para a toga.
Maria Pirlin (São Paulo, SP)

Por outro lado

"O que está por trás da ideia de ditadura do Judiciário?" (Wilson Gomes, 16/4). O colunista tem a coragem e a sensatez de pôr o dedo na ferida dos ataques interesseiros contra o Judiciário. Diz não saber se Alexandre de Moraes está exagerando ou não, mas mostra os interesses escusos de muitos que criticam o Judiciário.
Carlos Brisola Marcondes (Florianópolis, SC)

Legado

"Governo Lula revê trajetória das contas e adia ajuste fiscal para próximo presidente" (Mercado, 15/4). Será que o governo Lula, com afrouxamento das metas fiscais, não estaria antevendo dificuldades de se reeleger e estaria preparando a verdadeira "herança maldita" ao seu sucessor?
Vital Romaneli Penha (Jacareí, SP)

Acompanhamento parental

"Governo monitora 15 casos de radicalização de jovens para ataques a escolas" (Cotidiano, 16/4). Pais e mães, arrumem um tempinho e conversem com seus filhos, mesmo que eles não queiram conversar, caso contrário, a bandidagem vai conversar com eles. Não adianta reclamar dos filhos se você está ausente como pai ou mãe. Lembrem-se: filhos a gente cria com responsabilidade.
Luiz Antônio Paulino (Florianópolis, SC)

40 anos das Diretas Já

"Maior comício das Diretas uniu lideranças no Anhangabaú e impulsionou pressão contra ditadura" (Política, 15/4). Eu tinha 20 anos, estava acabando a universidade. Eu amo todas essas pessoas, tenho todos esses movimentos tão vivos em mim e só posso definitivamente me alegrar, me envaidecer como mulher, professora, do caminho de uma sociedade e da luta permanente de gerações em prol do bem comum —que imagem memorável.
Marilena Marques Salvati (Cascavel, PR)

*

Foi nesse comício, que eu, office-boy, com 16 anos, fui picado pelo mosquito da política. Esse "vírus" me transformou como pessoa e me fez, ao ir embora, ser alguém diferente daquele que havia chegado. A política deixou de ser cinza e pude perceber as cores do poder, com suas nuances. Sem dúvidas, a maior experiência democrática que já vivi.
Adilson Fornazieri Maturana (Lagoa Santa, MG)

*

Democracia é um sistema político ruinzinho, mas é o melhor que existe. Nos dá a liberdade de defender até a ditadura.
Gerson Risso (São Paulo, SP)

Direito do consumidor

"Aos 102 anos, idosa recebe aviso de cancelamento unilateral de plano de saúde" (Saúde, 16/4). É uma maldade sem precedentes. Todos sabem que idosos e doentes têm muita dificuldade para conseguir outro plano de saúde, mesmo estando dispostos a pagar mensalidades exorbitantes. Uma pessoa que pagou a vida inteira, na hora em que mais precisa fica na rua da amargura. Isso nunca poderia ser legal!
Heloisa Gomes (Rio de Janeiro, RJ)

*

Um absurdo! Um novo medo desbloqueado. O doente é descartável e ninguém se importa.
Carla Taques (Ponta Grossa, PR)

*

As leis claramente beneficiam só um lado, o mais poderoso. Está na hora da modificação dessas leis.
Rosilene de Melo Menezes (São Paulo, SP)

Suporte local

"Aprenda a fazer fondue de 10 minutos com o melhor queijo do mundo, que é brasileiro" (Receitas do Marcão, 15/4). Já fui várias vezes para a Europa e várias vezes para Minas Gerais e digo, como apreciadora, já que não tenho conhecimento na área, que os queijos de Minas Gerais são incomparáveis, pelo meu paladar, é óbvio.
Marcia Alves (Ribeirão Preto, SP)

Brasil no centro

"IBGE vai vender mapa com Brasil no centro do mundo após 'grande sucesso'" (Cotidiano, 15/4). Sempre pensei que o mapa-múndi tradicional tem implicâncias psicológicas. E falo seriamente. Começando pela aparente superioridade dos EUA e Europa por cima do resto do mundo e seguindo pela projeção cartográfica que faz parecer maiores os territórios do que realmente são.
Ricardo Pérez (Curitiba, PR)

política

PAINEL

Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

Cerca

O programa de reforma agrária lançado pelo governo Lula nesta segunda (15) foi recebido com críticas dos ruralistas, mas também de apoiadores do MST. Pedro Lupion (PP-PR), que preside a Frente Parlamentar da Agropecuária, vê ameaça de que a expropriação de terras usadas para cultivar drogas ou com trabalho escravo abra brecha para abuso. "Não vamos passar a mão na cabeça de ninguém que esteja fazendo coisa errada, mas tem que ter um processo legal e correto", diz.

DESAFINOU Ligado ao MST, o deputado federal Valmir Assunção (PT-BA) também criticou o programa. "Não podemos nos balizar pelo governo Bolsonaro ou pelo governo Michel Temer, que não fizeram nada pela reforma agrária", afirma. Ele diz que o governo já tem um ano e quatro meses e que é preciso agilizar a reforma agrária. "E só tem agilidade se estiver no Orçamento", diz.

PLANILHA O ministro Carlos Lupi (Previdência) avalia que até agosto 100% dos benefícios do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) ligados à saúde, entre eles auxílio-doença e salário-maternidade, serão concedidos via Atestmed, o sistema de envio online de atestados médicos sem perícia presencial.

PONTA DO LÁPIS A expectativa é que, até junho, o Atestmed seja a ferramenta usada para concessão de todos os auxílios-doença, levando os peritos a se concentrarem na análise de outros benefícios, como aposentadorias ou BPC Loas (Benefício Assistencial à Pessoa com Deficiência).

ATLÂNTIDA O ministro das Comunicações, Juscelino Filho, formaliza nesta quarta (17) um acordo com o governo da Colômbia para estender a infraestrutura brasileira de internet por fibra ótica até a cidade de colombiana de Leticia, na fronteira com Tabatinga (AM). A assinatura ocorrerá durante viagem do presidente Lula ao país. A extensão será feita por uma "estrada digital" de 1.100 km, a ser implantada até 2025 sob o rio Amazonas, que vai conectar 13 municípios.

MEMÓRIA A Comissão de Direitos Humanos do Senado aprovou nesta terça (16) projeto de Fabiano Contarato (PT-ES) que proíbe homenagens a agentes públicos responsáveis por violações de direitos humanos e veda a utilização de bens públicos para a exaltação ao golpe militar de 1964. O projeto agora será analisado na Comissão de Educação da Casa e, caso aprovado, seguirá diretamente para a Câmara.

XÔ Líder do PSB na Câmara, Gervásio Maia (PB) apresentou projeto para obrigar o fornecimento gratuito de repelentes a pessoas inscritas no Cadastro Único. O objetivo é combater a epidemia de dengue.

CADEIA HEREDITÁRIA Filha de Valéria Bolsonaro, recém-nomeada secretária da Mulher do governo Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP), Ana Beatriz Ramos Bolsonaro ganhou um cargo na Assembleia Legislativa de SP com salário de R$ 14.956. Ela vai trabalhar no gabinete do deputado André Bueno (PL), que era suplente e assumiu no lugar de sua mãe. Procurado, o governo estadual não se manifestou.

DIGITAIS Líderes dos partidos aliados do governo Tarcísio assinaram a CPI para investigar a Fundação Padre Anchieta, que gere a TV Cultura. Até o momento, o pedido conta com 23 assinaturas e precisa de mais 9. Se a comissão vingar mesmo, o presidente deve ser Guto Zacarias (União Brasil), vice-líder do governo. O relator deve ser Altair Moraes, líder do Republicanos, partido de Tarcísio.

PERÍCIA A Prefeitura de SP pediu a especialistas que façam uma avaliação do valor do terreno onde poderá ser construído o Parque do Bixiga, no centro da cidade. O espaço é do Grupo Silvio Santos, que quer erguer prédios no local. Como revelou o Painel, o conglomerado sugeriu vender a área por R$ 80 milhões. A gestão municipal quer determinar se a oferta está dentro dos valores do mercado antes de fazer uma contraproposta.

REFORÇO Coordenador dos programas de governo de Ciro Gomes (PDT) em 2018 e 2022, o economista Nelson Marconi se juntou à pré-candidatura de Guilherme Boulos (PSOL) à Prefeitura de SP. Ele é coordenador do Centro de Estudos do Novo Desenvolvimentismo da FGV (Fundação Getulio Vargas) e professor da instituição.

VISITA À FOLHA 1 A governadora de Pernambuco, Raquel Lyra (PSDB), esteve no jornal nesta terça-feira (16). Acompanhavam-na Rodolfo Costa Pinto, secretário de Comunicação, Daniella Brito, secretária-executiva de Imprensa, Fernando Holanda, secretário da assessoria especial, e André Teixeira, presidente da Adepe (Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco).

VISITA À FOLHA 2 Marcelo Freixo, presidente da Embratur, esteve no jornal nesta terça-feira (16). Acompanhava-o Bruno Villa, gerente de comunicação.

Com Guilherme Seto e Danielle Brant

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
PLANO MENSAL	R$ 29,90	R$ 44,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 6,90	R$ 9,90	R$ 1.085,90
DF, SC	R$ 8	R$ 11	R$ 1.374,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 8,50	R$ 12	R$ 1.729,90
AL, BA, PE, SE, TO	R$ 13	R$ 15,50	R$ 1.868,90
Outros estados	R$ 13,50	R$ 16,50	R$ 2.315,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
794.195 exemplares (fevereiro de 2024)



Presidente Lula no lançamento do programa Terra da Gente, no Palácio do Planalto Gabriela Biló - 15.fev.24/Folhapress

STF se vê sob ataque do Congresso, e ministros recorrem a Lula por apoio

Caso Elon Musk inflamou parlamentares, e ala da corte se preocupa com mudança de tom de presidente da Câmara sobre o Judiciário

Catia Seabra

BRASÍLIA O aumento do clima de insatisfação no Congresso com a atuação do Supremo Tribunal Federal foi um dos principais assuntos de um jantar entre o presidente Lula (PT) e quatro ministros da corte na noite desta segunda-feira (15), em Brasília.

Segundo relatos colhidos pela **Folha**, o tom da conversa foi de preocupação com o avanço das reclamações e principalmente com a constatação de falta de ação por parte de políticos mais alinhados para blindagem do tribunal.

A percepção de que o clima vem se deteriorando em relação ao STF se acentuou após as acusações por parte de Elon Musk contra Moraes sobre censura, ao criticar ordens de bloqueio de contas na rede social X.

O jantar ocorreu na casa de Gilmar Mendes, em Brasília. Além deles, estavam presentes os ministros Flávio Dino, Cristiano Zanin e Alexandre de Moraes, o principal alvo de críticas no Congresso. Lula foi acompanhado dos ministros Ricardo Lewandowski (Justiça) e Jorge Messias (Advocacia-Geral da União).

No fim de 2023, quando a pauta anti-STF ameaçava avançar no Senado, Arthur Lira (PP-AL) vinha garantindo nos bastidores que não permitiria que esses temas andassem na Câmara. A situação agora mudou. Lira passou a articular formas de limitar os poderes da corte.

No jantar, os ministros pediram ao presidente da República maior empenho do governo em defesa da democracia e do próprio Supremo, explicitando a visão de que a corte está sob ataque.

Segundo um dos participantes, a avaliação foi a de que o STF vem assumindo um protagonismo contra iniciativas antidemocráticas e, por isso, é alvejado pela direita. Um dos diagnósticos foi a falta de um coro governista em defesa de propostas encampadas pelos ministros, como a questão da regulação das redes.

Entre integrantes do centrão, há uma lista de episódios que provocaram aumento de insatisfação com o Supremo: buscas e apreensões autorizadas contra parlamentares, manutenção de sigilo em diversos casos relatados por Alexandre de Moraes e a prisão do deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), segundo dizem esses deputados, sem existência de um flagrante.

Os participantes do jantar também listaram medidas do Congresso que acabam por exigir uma resposta do Judiciário e elevam a tensão entre os Poderes.

Entre o exemplos citados, estão o marco temporal das terras indígenas, o projeto que acaba com as saídas temporárias de presos e a proposta para criminalização do porte de drogas —este na contramão da tendência de descriminalização da maconha para uso pessoal em avaliação pelo STF.

Menos de 24 horas depois desse jantar, o Senado aprovou nesta terça-feira (16) em primeiro e em segundo turnos a proposta que coloca na Constituição a criminalização de porte e posse de drogas, em reação ao julgamento do STF.

Lula teria concordado, no jantar, com a necessidade de maior ajuda da base governista. Mas essa conversa não tinha como objetivo a adoção de medidas práticas. Segundo pessoas ouvidas pela reportagem, outros encontros semelhantes deverão ocorrer nas próximas semanas, para novas avaliações de cenário.

O presidente do tribunal, Luís Roberto Barroso, não participou do jantar. Como mostrou a **Folha**, Barroso se indispôs com Gilmar e Moraes em julgamentos nos últimos meses, colocando em risco seu poder de articulação no tribunal na posição de chefe da corte.

O presidente do STF disse na segunda-feira que considera "assunto encerrado" a questão envolvendo o empresário Elon Musk.

O jantar aconteceu sob as ameaças de Lira de que esta semana pegaria fogo. O avanço do julgamento do foro especial no STF e a atuação de aliados do governo Lula para manter a prisão de Chiquinho Brazão ampliaram os atritos entre Câmara, Planalto e a corte.

Irritado, Lira chamou de incompetente o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PT), a quem se referiu como um desafeto. O governo teme retaliações.

Já o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), defende a limitação de decisões individuais da corte.

Reconhecendo a delicadeza da situação, aliados do presidente admitem que hoje o governo tem menor capacidade de influência no Congresso. Na avaliação de uma participante do jantar, o governo tem aprovado suas propostas "a duras penas".

Sob reserva, aliados do presidente também ponderam que decisões dos ministros conferiram protagonismo ao tribunal, o que provocou a reação no Congresso.

> **É um grupo de trabalho para juntar todas as propostas que existem aqui na Casa que tratam das prerrogativas parlamentares, para fazer um filtro e ver o que é possível andar ou não**
>
> **José Guimarães (PT-CE)**
> Líder do governo na Câmara, José Guimarães

Lira dá início a reação ao Supremo e manda recado ao Planalto

Victoria Azevedo

BRASÍLIA O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), deu início nesta terça (16) ao plano para reagir STF (Supremo Tribunal Federal), diante do aumento do clima de insatisfação com a corte entre parlamentares. Um grupo de trabalho será instalado para tratar da limitação de poderes do STF em relação ao Congresso.

Desde o começo do ano, parlamentares se queixam da atuação do STF. Consideram que a corte ultrapassa os limites e desrespeita a autonomia dos Poderes. O avanço do julgamento sobre o foro especial na corte é um dos casos que contrariou parlamentares.

Nos últimos dias, Lira indicou a aliados a intenção de avançar com a PEC (proposta de emenda à Constituição) que altera as regras do foro, caso o tema avance no STF.

Como a **Folha** mostrou, em fevereiro, o presidente da Casa pediu a líderes para que eles consultassem suas bancadas sobre a viabilidade de matérias que tratam do que os parlamentares chamam do "respeito às prerrogativas".

"É um grupo de trabalho para juntar todas as propostas que existem aqui na Casa que tratam das prerrogativas parlamentares, para fazer um filtro e ver o que é possível andar ou não", diz o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE).

Também foi discutida naquele momento proposta que determina que medidas judiciais contra parlamentares só ocorram após aval da Mesa Diretora da Câmara e do Senado.



Sessão do Conselho Nacional de Justiça em que se decidiu revogar o afastamento de Gabriela Hardt e Danilo Pereira Júnior Luiz Silveira/Agência CNJ

CNJ revoga afastamentos de Hardt e juiz da vara da Lava Jato

Conselho manteve fora dos cargos dois juízes do Tribunal Regional Federal

José Marques e Catarina Scortecci

BRASÍLIA E CURITIBA Com votação apertada, o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) revogou nesta terça-feira (16) o afastamento da juíza Gabriela Hardt, que foi a substituta de Sergio Moro na 13ª Vara Federal de Curitiba, e do atual titular da vara da Lava Jato, Danilo Pereira Júnior.

Eles e outros três juízes que atuaram em processos relacionados à Operação Lava Jato haviam sido afastados nesta segunda-feira (15) pelo corregedor do órgão, o ministro Luís Felipe Salomão.

Foram mantidos, porém, os afastamentos dos juízes federais do TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região) Carlos Thompson Flores e Loraci Flores de Lima.

Quem abriu a divergência sobre o voto Salomão foi o ministro Luís Roberto Barroso, que se manifestou por revogar o afastamento dos quatro magistrados. A sessão foi marcada pela divergência de posição entre os dois.

Apesar de votar contra o afastamento, Barroso pediu vista (mais tempo para análise) sobre a possibilidade de abertura desse processo contra os magistrados.

Barroso justificou que não é possível avaliar toda a documentação da Corregedoria que fundamentou o caso, que foi juntada ao processo nesta segunda-feira (15).

São 15 conselheiros no CNJ. A votação foi de 8 a 7 a favor da revogação do afastamento de Hardt e de Danilo; já em relação aos dois integrantes do TRF-4 foram 9 votos a 6 pela manutenção da medida.

Ao se manifestar contra o afastamento, Barroso, que é o presidente do STF (Supremo Tribunal Federal) e do CNJ, fez uma série de críticas à determinação do corregedor.

Segundo ele, "nada justifica que essa decisão tenha sido tomada monocraticamente". Ele disse que não havia faltas graves ou absoluta inaptidão para o cargo, nem contemporaneidade nos fatos apurados ou urgência, para que houvesse o afastamento.

Para Barroso, grave foi o afastamento dos magistrados. Ele leu notas das associações de juízes que criticavam a decisão da Corregedoria.

"Considero que foi ilegítima, arbitrária e desnecessária o afastamento dos juízes por decisão monocrática, sem deliberação da maioria [do CNJ], e sem nenhuma urgência que não pudesse aguardar 24 horas para ser submetida a esse plenário. Entendo que tal decisão contrariou frontalmente decisão do STF", disse.

Antes dele, Luís Felipe Salomão votou pela manutenção e pela abertura de procedimento disciplinar para apurar a conduta deles.

Salomão reiterou os argumentos que apresentou nas decisões individuais de afastamento e que foram levadas para avaliação do plenário do conselho. O corregedor disse que chegou às conclusões após seis meses de inspeção da Corregedoria sobre os trabalhos dos magistrados.

Ao votar pelo afastamento, ele disse que via gravidade nos atos dos magistrados e que, no caso de Hardt, sua manutenção fragiliza a credibilidade do Judiciário.

Hardt foi responsável por validar acordo entre o Ministério Público Federal e a Petrobras que geraria fundo da Lava Jato, suspenso pelo Supremo em 2019.

Ao decidir pelo afastamento, Salomão apontou suspeita de que juízes e integrantes da força-tarefa da Lava Jato atuaram para que valores oriundos das leniências e delações premiadas retornassem para a Petrobras e fossem usados para bancar esse fundo.

Em seu voto, o ministro disse considera esse acordo um desvio de dinheiro público para atender a interesses privados. "Me soa temerário a homologação de um acordo nessas circunstâncias. Algum de nós homologaria um acordo desse jeito? R$ 5 bilhões, no total", disse Salomão.

Segundo ele, "já se combinava com o americano de aplicar a multa [à Petrobras] lá fora para o dinheiro voltar para a criação da tal fundação".

Como mostrou a **Folha**, relatório de inspeção do CNJ apontou que os EUA obtiveram irregularmente provas contra a Petrobras sem objeção de procuradores da força-tarefa da operação.

Já em relação ao afastamento dos outros três magistrados, Salomão afirmou que houve um descumprimento "frontal, consciente e voluntário" de decisão do ministro do STF Dias Toffoli quando decidiram pela suspeição do juiz Eduardo Appio, que foi responsável no ano passado pela vara da Lava Jato em Curitiba.

Na ocasião, Pereira Júnior estava atuando no TRF-4 como juiz convocado.

Para Salomão, o "descumprimento deliberado de ordem judicial proferida pelo Supremo Tribunal Federal atua contra a institucionalidade do país".

Barroso, que votou após Salomão, disse que a validação do acordo da Lava Jato por Hardt foi feita em 2019, e que já se passaram cinco anos, por isso não havia urgência para o afastamento.

Também disse que a homologação de um ato judicial simples, de um acordo com a Petrobras e órgão público, não podia levar a magistrada ao afastamento. "Essa moça não tinha absolutamente nenhuma mácula sobre a carreira dela para ser sumariamente afastada", disse Barroso.

O presidente do Supremo também disse que o afastamento de Appio pelo TRF-4 não foi um descumprimento da decisão de Dias Toffoli, porque a determinação, na visão dele, não abrangia os processos que foram julgados.

Antes do voto do corregedor, o subprocurador-geral da República José Adônis Callou de Araújo Sá se manifestou contra o afastamento.

Adônis disse que não discorda, porém, sobre a possibilidade de instalação de um procedimento disciplinar que aprofunde a apuração sobre a conduta dos magistrados.

"O juiz não pode ter medo de aplicar a lei com base na sua avaliação dos fatos. Tenho muito receio de afastamentos", disse Adônis, ao se manifestar em nome do Ministério Público Federal sobre a decisão de Salomão.

Adônis afirmou que acordos de leniência também destinaram dinheiro a outras estatais, como Eletrobras e Caixa Econômica, que assim como a Petrobras eram consideradas vítimas de atos de corrupção.

"Considero uma ideia infeliz dos colegas criar essa fundação", disse Adônis. "[Mas] não por conta da finalidade de aplicar, através da fundação, esses recursos em finalidades educativas de combate à corrupção. Mas é uma ideia ruim em função dos compromissos públicos que seriam assumidos."

O subprocurador Adônis disse que magistrados experientes como os outros três não deveriam ser afastados devido a uma única decisão.

Durante a sessão desta terça no plenário do CNJ, o advogado de Hardt, Nefi Cordeiro, fez uma defesa da juíza e enfatizou que ela "apenas recebeu pedido de prioridade" em relação ao tema da fundação e do acordo entre Petrobras e autoridades americanas, mas que "jamais houve combinação prévia" sobre o que seria decidido.

Nesta segunda, a Associação Paranaense dos Juízes Federais também criticou em nota pública o afastamento de Hardt e de outros juízes que atuaram em processos da Lava Jato.

A entidade disse que recebeu a decisão da corregedoria com "indignação e preocupação" e que são "incompreensíveis decisões que atingem com tal ferocidade o exercício legítimo da jurisdição de magistrados reconhecidos e respeitados por seus pares".

Escritório de ministro da CGU atua para Odebrecht, que renegocia com o órgão

Lucas Marchesini

BRASÍLIA O escritório de advocacia do ministro da CGU (Controladoria-Geral da União), Vinicius de Carvalho, atua para a Novonor (a antiga Odebrecht) no Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) enquanto a companhia renegocia com a CGU o acordo de leniência fixado na operação Lava-Jato.

A informação foi publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo e confirmada pela **Folha**.

A renegociação do acordo de leniência foi determinada pelo ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) André Mendonça e está a cargo da CGU e da AGU (Advocacia-Geral da União).

"Os processos são conduzidos por servidores efetivos dos quadros da CGU e AGU. Os ministros das pastas só atuam na decisão de celebração ou repactuação do acordo, quando assim proposto pelas áreas técnicas", disse o ministro.

"A exemplo do que já fiz em outros casos, declaro-me impedido de decidir sobre eventuais propostas de alteração do acordo de leniência com a Novonor", acrescentou.

Em 12 de março, ocorreu a primeira reunião entre representantes das empreiteiras com acordos em renegociação e técnicos do governo federal. Carvalho fez uma fala de abertura e depois se retirou.

O VMCA foi fundado por Carvalho em 2017 depois de deixar a presidência do Cade. O escritório atua para a Novonor em temas concorrenciais, especialidade da banca, e não tem casos na CGU.

O ministro se licenciou do escritório para assumir o cargo no governo federal. "Desde que assumi o cargo de ministro de Estado da CGU, não recebo quantia alguma referente a lucros, dividendos, honorários ou qualquer outra modalidade de remuneração do escritório do qual estou afastado ou de qualquer outra fonte relacionada à advocacia", disse, em nota.

O VMCA é hoje comandado pela namorada de Carvalho, a advogada Marcela Mattiuzzo.



Vinicius Marques de Carvalho, ministro-chefe da Controladoria-Geral da União Gabriela Biló - 3.fev.23/Folhapress

"Vinicius Marques de Carvalho está licenciado do escritório VMCA Advogados desde 29 de dezembro de 2022 e, desde então, está totalmente afastado de quaisquer atividades envolvendo o escritório", disse, em nota, o VMCA.

Ainda segundo o texto, o afastamento foi aprovado pela Comissão de Ética Pública que confirmou não haver conflito de interesse na atuação de Vinicius de Carvalho como ministro da CGU na condição de sócio licenciado."

Defesa do X no Brasil diz ao STF cumprir todas as ordens judiciais

BRASÍLIA A defesa do X (ex-Twitter) no Brasil enviou uma peça ao STF (Supremo Tribunal Federal) afirmando que as ordens expedidas pela corte "permanecem e continuarão a ser integralmente cumpridas".

A petição foi enviada último dia 13, no momento em que o dono da plataforma, o empresário Elon Musk, ameaça descumprir ordens judiciais no país.

O documento da defesa, assinado pelo escritório Pinheiro Neto Advogados, também afirma que o X Brasil se compromete a transmitir a Moraes "quaisquer informações sobre o tema que venha a receber da X Corp.".

Também disse que o X Brasil recebeu uma comunicação da X Corp informando ter recebido um ofício do Comitê de Assuntos Judiciários da Câmara de Deputados do Congresso dos EUA pedindo documentos do processo.

Porém a empresa registrou à autoridade norte-americana que os referidos documentos solicitados "são confidenciais e se encontram resguardados por sigilo judicial".

O advogado e cientista político Diego de Lima Gualda, 40, renunciou ao posto de administrador do braço brasileiro do X durante o caso.

Na última terça-feira (9), Moraes havia negado pedido do X no Brasil para que a responsabilidade por eventual desobediência a decisão judicial fosse atribuída ao X internacional.

Em outro trecho da decisão, ele afirma que "as consequências de eventual obstrução da Justiça, ou de desobediência à ordem judicial, serão suportadas pelos administradores" do X Brasil.

A pedido da PGR (Procuradoria-Geral da República), Moraes autorizou que representantes da rede social no Brasil sejam interrogados.

De acordo com a decisão, divulgada nesta terça-feira (16), eles devem ser ouvidos para esclarecer se Elon Musk detém atribuição, segundo o estatuto da empresa, para "determinar a publicação de postagens na rede referida e se o fez, efetivamente, com relação a perfis vedados por determinação judicial brasileira em vigor".

Devem ser questionados também sobre eventual iniciativa da empresa em reverter bloqueio de perfis suspensos por ordem judicial.

Constança Rezende

Governo Lula exonera primo de Lira e cede ao MST após invasões

Mudança no órgão era pedida pelo movimento; direita reage e pauta urgência de projeto que pune invasores

Lucas Marchesini, Catia Seabra e Victoria Azevedo

BRASÍLIA O governo Lula (PT) exonerou Wilson César de Lira Santos, primo do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), do cargo de superintendente regional em Alagoas do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

A medida, publicada no Diário Oficial da União desta terça (16), atende a pedido do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) articulado pelo ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira (PT-SP), em meio a invasões feitas neste mês pelo grupo.

É o segundo gesto do governo para o movimento nesta semana, que marca o início da Jornada Nacional de Lutas pelo Brasil do MST, conhecida como "Abril Vermelho".

Por outro lado, a direita reagiu e conseguiu aprovar na Câmara requerimento de urgência de um projeto que determina que invasores de propriedades serão impedidos de receber auxílios e benefícios de programas sociais, assim como de tomar posse em cargos ou funções públicas.

Segundo membros da FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária), a inclusão desse item na pauta do plenário é uma resposta às ações do MST.

A urgência acelera a tramitação de uma matéria na Casa. Uma vez aprovada, o que não havia acontecido até o início da noite de terça, os deputados terão que analisar o mérito da matéria.

Na segunda-feira (15), Lula lançou um programa para reforma agrária como resposta a um aumento da pressão de movimentos de esquerda. O evento aconteceu um dia depois de o MST invadir uma fazenda da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) em Petrolina (PE).

A invasão de domingo (14) faz parte do total de 24 ações do MST em 11 estados brasileiros, com mais de 20 mil famílias, segundo dados do movimento nesta segunda. A Jornada Nacional de Lutas vai até o dia 19 deste mês.

O programa Terra da Gente será feito por decreto e tem o objetivo de ampliar e dar agilidade à reforma agrária, segundo o governo.

O governo Lula tem travado um embate nos últimos dias com Lira, que chegou a chamar de incompetente e desafeto pessoal o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PT-SP).

Teixeira procurou desvincular a decisão de troca no Incra em Alagoas das críticas de Lira a Padilha. O substituto no Incra será indicado pelo próprio presidente da Câmara, segundo a gestão petista.

O primo de Lira havia sido nomeado ao órgão em Alagoas em 2017, ainda na gestão Michel Temer (MDB), por indicação do deputado federal Marx Beltrão (PP-AL). Permaneceu no cargo durante o governo Jair Bolsonaro (PL) com o apadrinhamento de Lira e seguiu no posto no do primeiro ano de Lula.

Teixeira disse ter procurado o presidente da Câmara na semana passada para informá-lo sobre a decisão. Ele esteve com Lira também na manhã desta terça e disse ter relatado que a situação política no Incra estava insustentável.

O clima, segundo o ministro de Lula, era de animosidade. "Nosso trabalho é de descompressão. Mas ele [Wilson Cesar], em vez de descomprimir, 'meteu bala', entende?", justifica.

Teixeira chegou a mostrar ao presidente da Câmara uma carta que lhe foi encaminhada por movimentos sociais contra a permanência do superintendente.

Ainda segundo Teixeira, havia uma expectativa que o primo de Lira deixasse o cargo para concorrer a prefeito nas próximas eleições municipais. O ministro admite que o presidente da Câmara ficou contrariado com o que chamou de timing da exoneração. Mas afirma que, diante do Abril Vermelho, era preciso pacificar o campo.

O Diário Oficial trouxe ainda a troca no nome do substituto oficial de Lira Santos. Andressa Torres perdeu a atribuição, que passou para o engenheiro agrônomo José Ubiratan Rezende Santana, servidor do órgão, até um novo ocupante definitivo do cargo ser escolhido.

O MST pedia a troca do primo de Lira por Santana desde o início do governo Lula. Em abril do ano passado, uniu-se a outros seis movimentos sociais campesinos para invadir a sede do Incra em Maceió e pedir a mudança.

"É inaceitável a continuidade de uma gestão bolsonarista. Por que o governo Lula mantém por tanto tempo (mais de cem dias de governo) um superintendente inimigo da reforma agrária e com um histórico de violência junto a lideranças e comunidades?", questionou, em nota, a entidade na ocasião.

Em carta enviada a Teixeira neste mês, o MST refez o pedido. "Apesar do histórico de serviço à extrema direita, o superintendente continua ocupando um cargo extremamente importante, com a vossa anuência", diz a missiva.

Com a articulação do programa Terra da Gente, Teixeira teve mais tempo com Lula e viabilizou a troca na superintendência.

Enquanto o governo afaga o movimento social, na Câmara a presidente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), a deputada bolsonarista Caroline de Toni (PL-SC), incluiu na pauta do colegiado outros projetos que atingem organizações como o MST.

Um deles facilita uso da força para retirada de invasores de propriedades e outro prevê a obrigatoriedade de uma personalidade jurídica para movimentos sociais.

Ex-ministro de Bolsonaro vira nº 2 de pasta na gestão Lula

O ex-ministro interino do Desenvolvimento Regional Helder Melillo Lopes Cunha Silva é o novo secretário-executivo do Ministério das Cidades. A nomeação está no DOU (Diário Oficial da União) desta terça-feira (16). Cunha Silva ocupou o posto de ministro do Desenvolvimento Regional em dezembro de 2022, no fim do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), depois da exoneração do ministro Daniel Ferreira. Ele era o secretário-executivo da pasta, que resultou da junção de diversos ministérios, entre eles o Ministério das Cidades. Cunha Silva é funcionário de carreira. O posto estava em aberto desde a saída de Hildo Rocha (MDB) e era alvo de disputa entre o ministro das Cidades, Jader Filho (MDB), e o seu partido, que queria um político para a vaga.

PF mira financiadores do 8 de janeiro em 26ª fase da Lesa Pátria

Fabio Serapião

BRASÍLIA A Polícia Federal cumpriu na manhã desta terça-feira (16) mandados de busca e apreensão contra suspeitos de financiar e fomentar os ataques golpistas de 8 de janeiro.

A ação fez parte da 26ª fase da Operação Lesa Pátria. As 18 buscas foram realizadas no Rio Grande do Norte (1), Santa Catarina (1), Pará (4), São Paulo (1), Minas Gerais (3), Espírito Santo (4), Tocantins (1) e Mato Grosso do Sul (3).

As medidas foram autorizadas pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal).

"Foi determinada a indisponibilidade de bens, ativos e valores dos investigados. Apura-se que os valores dos danos causados ao patrimônio público possam chegar à cifra de R$ 40 milhões", disse a PF em nota.

Um dos alvos foi o publicitário paulista Rafael Moreno, que já havia sido citado na CPI do 8 de janeiro e investigado no inquérito das fake news. Ele é atuante nas redes sociais em defesa de Jair Bolsonaro (PL) e teria financiado por meio de um site.

Ele postou em suas redes que a PF esteve em sua casa pela manhã e negou participação nos ataques aos prédios dos três Poderes.

"Não participei do 8 de janeiro! Estou sendo perseguido sem ter cometido crime algum! Os valores que arrecadei, ajudei a comprar alimentos, remédios, barracas, colchões, aluguel de tendas, entre outras coisas, exclusivamente para o acampamento em frente aos quartéis", postou.

A operação da PF desta terça originou-se nas quatro frentes de investigação abertas após os ataques de 8 de janeiro.

Uma delas mira os possíveis autores intelectuais, e é essa frente que apura ações do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Outra pretende mapear os financiadores e responsáveis pela logística do acampamento e transporte de bolsonaristas para Brasília.

O terceiro foco da investigação são os vândalos. Os investigadores buscaram identificar e individualizar a conduta de cada um dos envolvidos na depredação dos prédios da capital federal, que acabaram denunciados pela PGR (Procuradoria-Geral da República).

A quarta linha de apuração avança sobre autoridades omissas durante o 8 de janeiro e que facilitaram a atuação dos golpistas.



MARINHAS DA FRANÇA E DO BRASIL FAZEM EXERCÍCIO CONJUNTO NO RIO DE JANEIRO
Militares da França realizaram exercícios em conjunto com a Marinha do Brasil na ilha da Marambaia, no Rio de Janeiro, na segunda (15) Divulgação/Marinha Francesa

O deputado Glauber Braga (PSOL-RJ) se desentende com militante do MBL Reprodução

Glauber Braga agride militante do MBL e troca empurrões com Kim

BRASÍLIA O deputado federal Glauber Braga (PSOL-RJ) se desentendeu com um militante do MBL (Movimento Brasil Livre) na Câmara dos Deputados nesta terça-feira (16) e o agrediu. Depois do tumulto, ele disse não se arrepender e parlamentares de direita afirmaram que vão buscar a cassação do mandato dele.

O psolista chutou o membro do MBL, identificado como Gabriel Costenaro, e o expulsou das dependências da Câmara. Os dois seguiram discutindo no estacionamento do anexo 2 da Câmara e, após serem separados, foram levados para prestar depoimento no Departamento de Polícia Legislativa da Casa.

Nesse momento, o parlamentar e o deputado Kim Kataguiri (União Brasil-SP) também discutiram. Braga chamou o colega de "defensor de nazista" e Kataguiri levantou o dedo contra ele. Na sequência, os dois trocaram empurrões.

Kim é um dos fundadores do MBL, grupo identificado com a direita. Nas redes sociais, Gabriel Costenaro tem publicações em que provoca políticos e jornalistas, enquanto outra pessoa filma.

Segundo Braga, não é a primeira vez desse tipo de provocação. Na rede social de Costenaro há registros de ao menos outro encontro entre os dois.
Victoria Azevedo

Senado deve liberar R$ 15 bi a Lula antes de análise de vetos

Objetivo é votar projeto que altera arcabouço fiscal para garantir emendas

BRASÍLIA A sessão do Congresso Nacional para analisar alguns vetos do presidente Lula (PT), prevista para ocorrer nesta semana, foi adiada segundo o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP).

No Orçamento de 2024, o presidente havia vetado R$ 5,6 bilhões para emendas a parlamentares —o que provocou reações negativas dos parlamentares e mobilização pela derrubada do veto.

Randolfe afirmou à **Folha** que a decisão de adiamento da sessão do Congresso Nacional foi tomada para que o Senado pudesse apreciar mudança no arcabouço fiscal que libera mais R$ 15 bilhões ao governo do presidente Lula (PT) de forma imediata. Essa alteração foi aprovada pela Câmara dos Deputados na semana passada e precisa do aval do Senado para valer.


Plenário do Senado durante sessão deliberativa Jonas Pereira - 16.abr.24/Agência Senado

O governo precisa que esse dinheiro seja liberado logo porque a perspectiva é que o veto que trata das emendas de comissão seja ao menos parcialmente derrubado, gerando uma despesa extra para o governo —que terá de repassar ao menos R$ 3,6 bilhões de recursos aos parlamentares.

Se essa aprovação não ocorresse antes da análise do veto, o governo corria o risco de ser obrigado a fazer cortes no Orçamento dos ministérios para conseguir pagar as verbas aos congressistas.

O adiamento ocorre em meio à tensão provocada pelas críticas disparadas pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), ao ministro Alexandre Padilha (Secretaria de Relações Institucionais), na semana passada.

A mudança na data da sessão e também a perspectiva de que o veto sobre as emendas de comissão seja derrubado, porém, não têm relação com o atrito. Isso porque o governo já previa que os parlamentares fossem tentar recompor esse dinheiro antes de Lira reclamar publicamente do ministro responsável pela articulação política no governo Lula.

Foi em razão da iminência da derrota do governo que auxiliares do presidente costuraram um acordo ainda no início de abril com o Congresso Nacional para diminuir ao menos em parte o impacto financeiro dessas emendas parlamentares.

De acordo com Randolfe, a sessão do Congresso que tratará da análise da derrubada dos vetos de Lula vai ocorrer no dia 25 de abril e não mais nesta quinta-feira (18). O líder se reuniu com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), na noite desta segunda-feira (15) para tratar do assunto.

R$ 5,6 bi
foi o valor vetado por Lula para emendas parlamentares de comissão no Orçamento

R$ 3,6 bi
é o valor mínimo que o governo espera ter de liberar com a queda parcial do veto

"Nós só podemos fazer uma sessão do Congresso para apreciação de vetos que importem no aumento de despesas se tivermos a apreciação da alteração do artigo 14 do arcabouço", diz Randolfe, referindo-se ao veto de R$ 5,6 bilhões às emendas de comissão dos parlamentares no Orçamento.

"Nós só estamos abrindo isso para que caiba no Orçamento as posições do Congresso em relação ao que o Congresso aprovou sobre a desoneração dos 17 setores, a previdência dos municípios, ao Perse [Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos] e à provável derrubada do veto das emendas de comissão", completou Randolfe.

O projeto com o dispositivo que autoriza o recurso e antecipa a expansão do limite de gastos de 2024 foi aprovado pela Câmara no último dia 9. Agora, precisa passar pela análise da CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado e depois ser deliberada pelos senadores em plenário.

O acordo construído pelo governo com deputados e senadores em torno do tema prevê que os congressistas derrubem uma parte do veto de Lula e recomponham R$ 3,6 bilhões do total de R$ 5,6 bilhões em emendas de comissão.

O trato foi capitaneado pelo ministro Rui Costa (Casa Civil) diretamente com Lira, sob o temor de que o Congresso derrubasse o veto na integralidade e impusesse uma derrota mais custosa ao Palácio do Planalto.

O artigo em questão altera a lei do novo arcabouço fiscal e foi inserido de última hora em um projeto de lei complementar que recria o DPVat, seguro que indeniza vítimas de acidente de trânsito.

O medo no governo e a ameaça de alguns parlamentares é que o veto seja derrubado na íntegra enquanto prevalece um clima de tensão entre Câmara e Padilha. Na semana passada, Lira afirmou que o ministro é "incompetente" e seu "desafeto pessoal".

Alguns líderes da Casa ponderam, no entanto, a possibilidade de que isso ocorra é remota. Ainda assim, caso essa hipótese prospere, a perspectiva é que o Senado mantenha o compromisso com o governo.

Após a crítica de Lira, Lula saiu em defesa do aliado. "Mas só de teimosia o Padilha vai ficar muito tempo nesse ministério, porque não tem ninguém melhor para lidar com o Congresso Nacional que o Padilha", afirmou o presidente.

Por outro lado, membros da Câmara defendem que ocorra a sessão prevista para que sejam analisados outros vetos presidenciais que ainda precisam ser debatidos.

Entre eles, os vetos do petista ao projeto de flexibilização de uso de agrotóxicos no país, apelidado por ambientalistas de "PL do Veneno" (e cuja análise é defendida pela bancada ruralista), e os vetos ao projeto que regulamenta as apostas de alíquota fixa, como as chamadas bets.

Julia Chaib, Catia Seabra, Thaísa Oliveira e Victoria Azevedo


Charge feita por Ziraldo mostra o maestro Júlio Medaglia e o então presidente João Baptista Figueiredo Arquivo pessoal

Charge inédita de Ziraldo retrata clima tenso da campanha pelas Diretas Já durante ditadura

40 ANOS DAS DIRETAS

Naief Haddad

SÃO PAULO O maestro Júlio Medaglia tem numa das paredes da sua casa em São Paulo uma charge de Ziraldo que, segundo o regente, jamais saiu em jornal, revista, livro ou qualquer outro tipo de publicação.

O cartunista mineiro, criador do Menino Maluquinho, morreu aos 91 anos no último dia 6 no Rio de Janeiro.

A charge inédita nasceu em meio a um bate-papo de amigos e colegas na Redação do Pasquim, que havia sido fundado em 1969 por Ziraldo, Millôr Fernandes, Jaguar, Tarso de Castro e alguns outros nomes da imprensa e do humor carioca. Nos anos seguintes, o semanário ganhou colaboradores das mais diversas áreas, como a música —Medaglia era um deles.



Ziraldo com cartaz das Diretas Já Avani Stein - 29.mar.1984/Folhapress

No decorrer dessa conversa, em 1984, ano do ápice do movimento das Diretas Já, o maestro começou a criticar fortemente o então presidente João Figueiredo e a ditadura militar de modo geral.

Naquele instante, Ziraldo pôs no papel Medaglia com a batuta. Também desenhou um Figueiredo em forma de centauro –cabeça, tronco e braços de homem, e o resto do corpo de cavalo. E colocou um chicote na mão direita do general.

Além dos ânimos exaltados em meio à campanha das Diretas, o artista gráfico fazia referência a uma das declarações famosas de Figueiredo.

Em agosto de 1978, sete meses após ser indicado por Ernesto Geisel como seu sucessor, o general deu uma entrevista e, a certa altura, o apreço do futuro presidente pelos cavalos virou assunto. O repórter, então, perguntou se ele gostava do "cheiro do povo". Respondeu: "O cheirinho do cavalo é melhor".

Concluída a charge, Ziraldo a entregou de presente para Medaglia.

Como lembrou Ruy Castro depois da morte do amigo, Ziraldo era capaz de desenhar "no meio de 30 pessoas ao mesmo tempo".

TSE adia julgamento que pode cassar senador bolsonarista

BRASÍLIA O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) adiou, nesta terça-feira (16), o julgamento do recurso que pede a inelegibilidade e a cassação do mandato do senador Jorge Seif (PL-SC) por suposto abuso de poder econômico na campanha de 2022. Ainda não há uma nova data anunciada para o julgamento.

O ministro Alexandre de Moraes, presidente da corte, disse que a medida foi tomada a pedido do relator, Floriano de Azevedo Marques. Moraes afirmou, no início da sessão, que o ministro não pôde comparecer por motivo de doença na família.

A ação sobre Seif foi movida pela coligação Bora Trabalhar, composta por Patriota, PSD e União Brasil, que indicou a prática de três ilícitos eleitorais e apontou o favorecimento indevido do então candidato ao Senado.

As legendas dizem ter havido a doação irregular de um helicóptero para deslocamento do então candidato, o uso da estrutura física e pessoal da Havan para promoção da campanha e o financiamento de propaganda eleitoral por entidade sindical.

Além do senador, são acusados os dois suplentes da chapa, Hermes Artur Klann e Adrian Rogers Censi, e os empresários Luciano Hang, dono das lojas Havan, e Almir Manoel Atanázio dos Santos, presidente do Sindicato Calçadista da cidade de São João Batista (70 km de Florianópolis).

O vice-procurador-geral eleitoral, Alexandre Espinosa Bravo Barbosa, defendeu a cassação da chapa eleita, a declaração de inelegibilidade de Seif e Hang e a aplicação contra eles da multa máxima prevista em lei. Ao presidente do sindicato, o representante do Ministério Público se manifestou apenas pela aplicação da multa.

Maria Claudia Bucchianeri, advogada do bolsonarista e ex-ministra do TSE, afirmou não haver provas e que a acusação se baseia em narrativas. Se a corte eleitoral julgar a ação procedente, serão realizadas novas eleições no estado após o trânsito em julgado, e tanto Seif, quanto seus suplentes, ficam inelegíveis a partir de 2022, ou seja, impedidos de concorrer a pleitos até 2030.

Constança Rezende

Folha estreia blog Evangélicos, com olhar de quem vai à igreja

SÃO PAULO A **Folha** lança nesta terça (16), o blog Evangélicos. Comandado pela jornalista e teóloga Melina Cardoso, o blog pretende trazer informações sobre o universo evangélico com o olhar de quem frequenta uma igreja.

No Brasil há vertentes históricas, pentecostais, neopentecostais e carismáticas. Diferentes costumes que impedem vincular esse grupo a um único rótulo.

"Nem de longe a ideia é dar a palavra final sobre algum assunto, mas sim ampliar o debate, furar a bolha e dar voz a um público que cresce vertiginosamente ano após ano", diz Melina.

Segundo levantamento do Centro de Estudos da Metrópole (CEM/Cepid) da Universidade de São Paulo (USP), em 2019, o país apresentava 109.560 templos evangélicos. Em 1990, eram apenas 17.033 templos —um crescimento de 543%.

Evangélica há mais de 20 anos, Melina comandou por seis anos o blog Maternar. Atualmente, atua como produtora e audiodescritora na TV Folha.

O governo está tonto

A dieta do feijão com arroz é um bom alimento

Elio Gaspari
Jornalista, autor de cinco volumes sobre a história do regime militar, entre eles "A Ditadura Encurralada".

Desde dezembro do ano passado, quando a boca do jacaré se abriu com a pesquisa do Ipec, mostrando que 50% dos entrevistados não confiavam em Lula contra 48% que confiavam, o governo tem ido de sobressalto em sobressalto. O Lula 3.0 está tonto porque não consegue ficar do tamanho que gosta de se imaginar.

Essa perplexidade tem duas origens. Uma, essencial, é a descoberta de que não entregará os rios de mel da campanha eleitoral. Ganha um fim de semana em Essequibo quem acreditava nas metas de contas públicas do ministro Fernando Haddad. Lula recebeu a economia em mau estado e reequilibrou-a. Com a propensão ilusionista de todos os governos, recuou das metas e, ao mesmo tempo, elevou o salário mínimo. São diversas as promessas de Haddad e algumas delas podem virar realidade, desde que se trabalhe. Se gogó resolvesse dificuldades da economia, o Brasil nunca teria conhecido déficits.

A segunda fonte da perplexidade vem da descoberta de que Lula esgotou seu criadouro de bodes expiatórios. Perdeu meses de verbo escalando o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, para esse papel. Até mesmo a alma inelegível do governo Bolsonaro revelou-se um adversário gasto.

Quando Lula descobre o valor do seu silêncio em assuntos internacionais, a doutora Gleisi Hoffmann atravessa o mundo para expor suas noções de democracia na China. Faz tempo que se macaqueiam os chineses. Muita gente boa admirava o igualitarismo do camarada Mao. Não se sabia à época que ele viajava quase sempre de trem. Como dormia quando queria (às vezes às dez da manhã para acordar às cinco da tarde), o trem só andava depois que ele despertava. A China de Xi Jinping é tão democrática quanto era igualitária a de Mao.

O velho disco toca uma melodia que deixou de encantar. O governo não tem grandes obras, mas está sentado em cima de projetos que podem e devem ser discutidos. Por exemplo: a exploração de petróleo na margem equatorial e a Ferrogrão, uma estrada de ferro de 933 quilômetros que irá de Mato Grosso ao Pará, escoando a safra de grãos e baixando o custo do frete. Nenhum desses projetos está parado por culpa do Planalto, mas dele não sai a faísca para empurrá-los.

São duas obras que estimulam controvérsias. Ótimo, que venham as controvérsias. A Guiana transformou-se com o petróleo da margem equatorial. No ano passado sua economia cresceu 60%. A Ferrogrão cortaria a Amazônia, facilitando e barateando os grãos. Ela será paralela a uma rodovia já existente. Como se sabe, o trem só para nas estações, já os caminhões param onde querem.

Grandes projetos carregam controvérsias. A Argentina não queria que o Brasil erguesse a hidrelétrica de Itaipu e hoje o Brasil suaria a camisa com os ambientalistas, pois afogaria, como afogou, as cataratas das Sete Quedas.

Se o governo não destrava grandes projetos, deveria valorizar a dieta de feijão com arroz com que toca o país. Graças a ela, baixa o desemprego e melhora a vida dos trabalhadores. Por mais estranho que pareça, o que o Brasil precisa é de quem abra a quitanda de manhã cedo, com berinjelas para vender o troco para as freguesas. Quem passou por quatro anos de Bolsonaro sabe disso, inclusive o próprio governo.

| DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | SEG. Deborah Bizarria, Camila Rocha | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | **QUI. Conrado H. Mendes** | SEX. Marcos Augusto Gonçalves | SÁB. Demétrio Magnoli

MP-SP 'pegou muito na mão' de réus, diz novo procurador-geral

Escolhido por Tarcísio, Paulo Sérgio de Oliveira e Costa ficou em terceiro lugar na lista para comandar o órgão

Priscila Camazano



Paulo Sérgio de Oliveira e Costa toma posse como novo procurador-geral de Justiça do MP-SP Danilo Verpa/Folhapres

SÃO PAULO Nomeado pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), o novo chefe do Ministério Público de São Paulo, Paulo Sérgio de Oliveira e Costa, afirmou que a instituição "pegou muito na mão" dos acusados de crimes e que isso precisa ser revisto.

"Eu vejo que o Ministério Público pegou muito na mão do réu, mas a vítima é a protagonista desse assunto, a vítima do crime, a vítima da violação do direito", disse ao tomar posse na sede do órgão nesta terça-feira (16).

"A minha proposta é que o Ministério Público se comunique com a vítima [porque elas] precisam saber do resultado do seu processo".

Ele acrescentou que o foco na vítima deve se traduzir em trazê-la para dar informações, de modo a reparar seu dano.

Costa foi escolhido por Tarcísio após ficar em terceiro lugar na lista tríplice da instituição. Pela Constituição, o governador pode escolher para o cargo qualquer um dos três primeiros colocados na votação interna da categoria.

Na lista tríplice entregue ao governador, Costa foi o que teve menos votos, um total de 731. José Carlos Cosenzo recebeu 1.004 votos e Antonio Carlos da Ponte, 987.

Ele assume como procurador-geral de Justiça, para um mandato de dois anos.

Durante seu discurso de posse, o novo procurador-geral agradeceu ao governador e disse que será "um enorme desafio e responsabilidade" assumir no lugar de Mário Sarrubbo, que hoje é secretário no Ministério da Justiça.

Segundo Costa, o combate ao crime organizado será outra prioridade. Ele citou também a atuação contra delitos dentro do ambiente político.

"O Ministério Público na minha gestão vai aprofundar as ações de inteligência e de estratégia. Não só em nível estadual, porque isso ultrapassa os limites do estado. Nós também vamos atuar junto a Secretaria Nacional de Segurança Pública", afirmou.

"Nós vamos fortalecer cada vez mais os nossos grupos, o Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado), que tem tido atuação espetacular, o Cira (Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos) e o Gaesp (Grupo de Atuação Especial da Segurança Pública)."

Para isso, ele diz que pretende fortalecer estrutura, pessoal, material, tecnologia, parceria com agências e órgãos de controle e, principalmente, atuando junto com as polícias.

"As nossas polícias são muito bem preparadas. O fortalecimento do Gaeco, das Promotorias criminais, do Gaesp, todos esses grupos [são importantes], porque no fim eles se complementam".

Ele afirmou ainda que em conversa com o governador do estado e o prefeito Ricardo Nunes (MDB) disse a eles que o Ministério Público "vai continuar sendo parceiro dos poderes públicos e, principalmente, da sociedade numa atuação mais eficiente".

O novo chefe do Ministério Público paulista concluiu o discurso de posse dizendo que tem plena convicção que o cargo exige liderança e capacidade de enfrentar pressão e melhorar a vida das pessoas.

O procurador-geral de Justiça atua nos casos de réus e investigados com direito a foro especial. Também é responsável por chefiar administrativamente o Ministério Público e deve trabalhar em defesa dos direitos coletivos, fiscalizando a constitucionalidade de leis e atos normativos.

Costa tem 38 anos de atuação no Ministério Público. Em 2008, foi nomeado secretário de Desenvolvimento Social na gestão de Gilberto Kassab (hoje no PSD), na Prefeitura de São Paulo.

Antes de ser secretário, Oliveira e Costa dirigiu a Febem (atual Fundação Casa) durante a gestão Geraldo Alckmin, na época no PSDB. Ele assumiu o cargo em 2003 e pediu demissão após pouco mais de um ano no cargo —na época, a entidade passava por um período conturbado, com motins, denúncias de maus-tratos e tensão com funcionários. Na saída, foi elogiado por grupos de direitos humanos pela criação de uma corregedoria.

Ele atuou ainda na Procuradoria de Habeas Corpus e foi duas vezes integrante do Órgão Especial do Colégio de Procuradores. Também foi diretor da Associação Paulista do Ministério Público Ocupou ainda o cargo de subprocurador-geral de Justiça de planejamento institucional.

Diferentemente dos membros da gestão Tarcísio, ele é favorável à instalação de câmeras nas fardas dos policiais, entendendo que são instrumento probatório relevante, protegem os policiais de falsas acusações e reduzem a letalidade.

Um dos papéis do Ministério Público é justamente a fiscalização da atividade policial. Na gestão de Tarcísio, o programa de câmeras corporais nas fardas perdeu força, e a letalidade policial aumentou.

Supremo extingue ações contra ex-ministros de FHC

BRASÍLIA A Primeira Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) determinou a extinção, sem julgamento, de dois processos que tramitavam na Justiça Federal de São Paulo por suspeitas de improbidade contra ex-ministros do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Estavam entre os alvos das ações Pedro Malan (Fazenda), José Serra (Planejamento) e Pedro Parente (Casa Civil), além de ex-presidentes e diretores do Banco Central.

Relator do caso, o ministro Alexandre de Moraes votou pela derrubada dos processos e foi seguido pelos demais ministros da Primeira Turma —Flávio Dino, Cristiano Zanin, Luiz Fux e Cármen Lúcia.

A determinação de extinção das ações foi tomada a partir do entendimento firmado pelo Supremo em 2022, em julgamento que discutiu a retroatividade da nova Lei de Improbidade Administrativa.

O julgamento ocorreu em plenário virtual, em sessão encerrada na última sexta (12).

Os processos contra os ex-ministros de FHC foram ajuizados pelo Ministério Público Federal entre 1995 e 1996, e apontavam suspeitas de improbidade quando o Conselho Monetário Nacional criou o Proer (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional).

As ações questionavam assistência financeira no valor de R$ 2,9 bilhões pelo Banco Central ao Banco Econômico S.A., assim como outros atos.

O caso chegou ao STF em 2002, mas uma decisão do ministro Gilmar Mendes, em 2008, determinou o arquivamento das ações. O Ministério Público recorreu. Em 2016, a Primeira Turma do STF decidiu acolher o recurso e desarquivou os processos.

Na nova Lei de Improbidade, foi eliminada a sanção por irregularidades culposas e agora é preciso comprovar dolo –ou seja, quando há intenção ou se assume o risco de cometer o ilícito. Em 2022, o STF teve entendimento que foi favorável a acusados por improbidade. À época, se definiu que a norma mais benéfica alcançaria casos em andamento.

José Marques

Celac racha em crise México-Equador e agrava desintegração na vizinhança

Lula participa de cúpula esvaziada e chega à Colômbia em meio a atritos de governos na região

Ricardo Della Coletta
e Marianna Holanda

BRASÍLIA Principal organização de coordenação política na América Latina, a Celac sofreu nesta terça-feira (16) um boicote em uma reunião sobre o conflito diplomático entre México e Equador que agravou a crise de integração que afeta os países da região.

O resultado direto desse racha é que o presidente Lula (PT) participou de uma cúpula virtual esvaziada da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos, marcada pela ausência de importantes governos latino-americanos e outros que não foram representados por seus líderes.

Presidente de turno da Celac, a líder hondurenha Xiomara Castro atendeu a um pedido do México e convocou o encontro remoto com o objetivo de ampliar o isolamento diplomático do Equador e mostrar um repúdio coordenado contra a invasão da missão diplomática mexicana em Quito, no começo do mês.

Na ocasião, forças policiais equatorianas entraram na embaixada para capturar o ex-vice-presidente Jorge Glas, acusado de corrupção e asilado na representação mexicana.

No total, apenas dez presidentes entre os 33 membros da Celac participaram da cúpula desta terça. Outros cinco foram representados por chanceleres, em mais um sinal de que os governos da região estão questionando a legitimidade do fórum para tratar da crise entre Equador e México. Os demais acompanharam com funcionários de menor nível hierárquico.

Além de Lula e Xiomara, estiveram na cúpula virtual os presidentes de México, São Vicente e Granadinas, Guiana, Bolívia, Colômbia, Venezuela, Guatemala e Cuba. Escalaram seus chanceleres os governos de Chile, Belize, Panamá, Equador e República Dominicana.

"O que aconteceu em Quito é simplesmente inaceitável e não afeta só o México. Diz respeito a todos nós. Um pedido formal de desculpas por parte do Equador é um primeiro passo na direção correta", disse Lula.

O presidente da Guiana, Irfaan Ali, fez um rápido pronunciamento em nome dos 15 membros da Caricom (Comunidade do Caribe), mas num tom muito abaixo dos discursos inflamados do mexicano Andrés Manuel López Obrador, e do ditador da Venezuela, Nicolás Maduro —este anunciou o fechamento da sua embaixada e de seus consulados no Equador "até que o direito internacional seja expressamente restaurado".



América Latina tem desentendimentos bilaterais em série

VENEZUELA-GUIANA
3.dez.23 As tensões entre os países se acentuaram após o regime venezuelano organizar um referendo que aprovou a anexação da região guianense do Essequibo

ARGENTINA-COLÔMBIA
26.jan.24 Javier Milei afirmou que Gustavo Petro era um "assassino comunista" que estava "afundando" seu país; antes, colombiano havia dito que a extrema direita venceu na Argentina

MÉXICO-EQUADOR
5.abr.24 México rompeu relações com o Equador após policiais invadirem embaixada em Quito para capturar o ex-vice-presidente equatoriano Jorge Glas

CHILE-VENEZUELA
11.abr.24 Gabriel Boric chamou embaixador de seu país em Caracas para consultas após chanceler venezuelano dizer que a gangue Trem de Aragua, nascida na Venezuela e que atua no Chile, trata-se de uma "ficção midiática"

> "O que aconteceu em Quito é simplesmente inaceitável e não afeta só o México. Diz respeito a todos nós. Um pedido formal de desculpas por parte do Equador é um primeiro passo na direção correta
>
> **Lula**
> durante participação virtual na cúpula da Celac

Antes mesmo do início da reunião desta terça, os governos de Argentina, Costa Rica, Uruguai, Paraguai e Peru já tinham informado interlocutores que boicotariam a transmissão. Em linhas gerais, esses governos consideram que a reprimenda contra o Equador já foi contemplada em reunião da OEA (Organização dos Estados Americanos).

Na semana passada, o órgão sediado em Washington condenou "energicamente" a ação de Quito e instou as duas partes a iniciar um diálogo "para resolver esse grave assunto de forma construtiva". Todos os países do continente votaram a favor da resolução da OEA, com exceção do Equador, que foi contra, e El Salvador, que se absteve.

Mas Obrador quis que a Celac adotasse medidas adicionais contra o governo equatoriano do presidente Daniel Noboa. O principal pleito era que os integrantes da Celac endossassem a denúncia apresentada contra o Equador na Corte Internacional de Justiça, em Haia. Obrador queria ainda apoio no seu plano de levar o caso contra Quito à Assembleia-Geral da ONU.

O esvaziamento da cúpula da Celac é também reflexo das críticas contra a presidência rotativa de Honduras. A condução do órgão por Xiomara Castro, uma líder de esquerda, já foi publicamente questionada em uma dura nota conjunta subscrita por dez países: Argentina, Chile, Costa Rica, Equador, Guatemala, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai.

Em meados de março, esses países publicaram comunicado criticando a hondurenha por manifestar opiniões em nome da Celac que não tinham sido pactuadas.

"A mensagem emitida pela presidente Castro, no seu perfil da rede social X, sobre as felicitações estendidas ao presidente Vladimir Putin deve ser entendida exclusivamente como uma declaração realizada na sua condição de presidente de Honduras, e não na condição de representante da presidência pro tempore da Celac, atualmente exercida por seu país, uma vez que não foram realizadas as consultas prévias com os Estados-membros", queixaram-se os países signatários.

Eles também disseram que declarações de Xiomara sobre a guerra Israel-Hamas e sobre a situação no Haiti não tinham sido acordadas com os demais integrantes do bloco.

O boicote à Celac deve aprofundar um dos principais problemas de Lula no seu relacionamento com vizinhos, as dificuldades na agenda de integração na América Latina.

É ainda um desafio adicional para Lula organizar respostas aos atritos políticos na região. Nesta quarta-feira (17), ele faz uma visita ao presidente da Colômbia, Gustavo Petro, em que ambos devem discutir a principal crise sul-americana, a deriva autoritária na Venezuela.

Integrantes da diplomacia brasileira admitem o racha na América Latina, mas dizem que ele não vem de hoje e tem motivos diversos. O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) chegou a retirar o Brasil da Celac.

Venezuela prende ativista sob acusação de tentar matar Maduro

SÃO PAULO A Justiça da Venezuela anunciou na segunda-feira (15) ter prendido novamente o ativista Carlos Julio Rojas. Desta vez, acusam o jornalista de envolvimento em um suposto plano de assassinato do ditador Nicolás Maduro.

"O Ministério Público informa a detenção de Carlos Julio Rojas, que tinha um mandado de prisão por estar vinculado e diretamente apontado como instigador e operador logístico na tentativa de magnicídio contra o chefe de Estado Nicolás Maduro", afirmou o procurador-geral, Tarek William Saab, na rede social X.

Saab foi nomeado após sua antecessora ser derrubada em 2017 pela Assembleia Nacional Constituinte —órgão criado para, na prática, anular os poderes da Assembleia Nacional, que tinha maioria opositora desde 2016.

A prisão acontece pouco mais de três meses antes das eleições presidenciais e após outras detenções controversas.

Desde o começo do ano, o regime prendeu dezenas de pessoas por razões políticas —nove delas por publicações e mensagens em redes sociais, segundo monitoramento do site venezuelano Efecto Cucuyo, e duas delas por supostamente terem ligação com a alegada tentativa de assassinato.

Maduro denuncia com frequência supostos planos de opositores para assassiná-lo. A última teria acontecido no dia 25 de março, em um palanque montado nas imediações do CNE (Conselho Nacional Eleitoral), em Caracas, para seu registro como candidato.

Após a denúncia do líder, em busca de um terceiro mandato que o deixaria por 18 anos no poder, Saab acusou os dois detidos de "terrorismo" e "tentativa de magnicídio". Eles são integrantes do Vamos Venezuela, da opositora María Corina Machado, que foi proibida de disputar o pleito. O grupo político chamou as acusações de "infundadas".

Há sete membros da equipe de campanha de Machado detidos, e outros sete têm mandados de prisão pendentes. Atualmente, a Venezuela tem 269 presos políticos, segundo a ONG Foro Penal.

Uma das últimas aparições públicas de Rojas aconteceu durante a Semana Santa, quando ele organizou a "malhação de Judas" com bonecos alusivos a Maduro. Esta é a terceira vez que o jornalista é preso.

Com AFP e Reuters

Aliados ignoram apelos de petista, e Brasil vê influência em xeque

BRASÍLIA Ao menos dois impasses na política externa do Brasil mostram que as dificuldades que o presidente Lula enfrentou para se colocar como mediador em temas globais, como a Guerra da Ucrânia, repetiram-se num contexto regional e mesmo com líderes com quem o Partido dos Trabalhadores tem laços históricos.

Na semana passada, Lula disse ao cardeal Pietro Parolin estar profundamente decepcionado com o ditador da Nicarágua, Daniel Ortega. Durante audiência com o principal emissário do papa Francisco, o brasileiro lamentou que, no ano passado, Ortega nem sequer tenha respondido a pedidos de um telefonema para que ele pudesse interceder pela libertação do bispo Rolando José Álvarez —que ficou detido por mais de 500 dias e acabou expulso do país centro-americano em janeiro— e por outros religiosos perseguidos pelo regime nicaraguense.

O presidente relatou a Parolin ter tentado fazer o máximo possível, mas afirmou que Ortega se mostrou inflexível. O cardeal, por sua vez, agradeceu os esforços de Lula.

Houve ainda um segundo caso em que um antigo aliado de Lula na região ignorou apelos diretos por moderação. O presidente promoveu uma guinada em sua política em relação à Venezuela depois que o ditador Nicolás Maduro decidiu bloquear o registro da candidatura de uma adversária.

O líder venezuelano, no entanto, fez pouco caso do pedido de Lula, que havia defendido que a oposição pudesse participar livremente do pleito.

Os dois casos revelam um cenário na América Latina mais complexo do que o imaginado por auxiliares do petista no final de 2022, quando ele derrotou Jair Bolsonaro (PL). De acordo com especialistas ouvidos pela **Folha**, o cenário é ainda agravado por um quadro de desarticulação política na região.

O PT é aliado histórico de Ortega, líder da revolução sandinista e no poder de forma ininterrupta desde 2007. A ditadura nicaraguense chegou a anunciar a libertação de Álvarez em meados de 2023, mas o religioso não aceitou a condição imposta por Ortega, de que deixasse a Nicarágua. O regime voltou a prendê-lo, e Álvarez só foi solto no início deste ano, com o compromisso de ir para o Vaticano —na prática, uma expulsão.

Ao longo desse processo, Lula teria tentado conversar com Ortega, mas seus pedidos não tiveram resposta.

Em relação à Venezuela, o brasileiro expressou sua frustração com Maduro no final de março, após o regime impedir o registro eleitoral de Corina Yoris. A acadêmica havia sido indicada para substituir María Corina Machado, principal nome da oposição, porém impedida pelo chavismo de concorrer a cargos públicos.

Para Hussein Kalout, pesquisador da Universidade Harvard, Lula tem tido dificuldades de projetar sua influência política mesmo com governos "do mesmo corte ideológico".

"O caso da Nicarágua mostra que o peso gravitacional do Brasil na América Latina vem caindo gradativamente", diz.

Dawisson Belém Lopes, professor de política internacional da UFMG, por outro lado, afirma que não é possível avaliar a influência do governo Lula na América Latina apenas olhando o caso da Nicarágua e da Venezuela.

"A gente tem que resgatar outros episódios em que Lula foi bem-sucedido, por exemplo na mediação do conflito entre Venezuela e Guiana. A bomba foi desarmada e, pelo menos por ora, é mais positiva do que negativa a participação do Brasil", analisa.

Auxiliares de Lula e diplomatas ouvidos pela **Folha** concordam que a falta de um instrumento de integração regional é um obstáculo.

Hoje não há em funcionamento uma organização internacional responsável pela coordenação política na América do Sul, a exemplo do que ocorreu com a Unasul e depois com o Prosul (aliança de governantes de direita). **RDC**

Movimento de liberação de drogas retrai em Europa e EUA

Temor de criminalidade gera restrições em países como Holanda e Dinamarca; Oregon recua e pune porte com prisão

Daniel Buarque

SÃO PAULO O cenário de políticas sobre drogas no mundo no início de 2024 teve a recente legalização parcial do uso recreativo da maconha na Alemanha, mas tem sido marcado também por medidas mais restritivas na Europa e nos EUA.

O maior recuo aconteceu em fevereiro, quando Oregon voltou atrás de uma decisão de ser o primeiro estado americano a descriminalizar todas as drogas.

Enquanto os defensores da descriminalização comemoraram a decisão alemã, os adeptos da guerra às drogas têm usado o caso americano para indicar o fracasso da liberação e defender a proibição total.

Na Holanda, conhecida internacionalmente por uma postura mais flexível em relação às drogas —apesar de não haver uma legalização oficial—, é crescente a preocupação com a associação entre entorpecentes e a criminalidade. Segundo reportagem da revista The Economist, Amsterdã reduziu o número de cafés que podem vender maconha e proibiu o consumo da droga no chamado distrito vermelho. Femke Halsema, prefeita da cidade, disse que a Holanda corre o risco de se tornar um "narcoestado".

O prefeito de Roterdã, segunda maior cidade holandesa, declarou que uma atitude "negligente" em relação ao uso recreativo de drogas, incluindo a aceitação da cocaína como o narcótico preferido da classe média, levou à violência e à corrupção nos bairros mais pobres da Europa.

Na Dinamarca, moradores do famoso enclave hippie de Copenhague, Christiania, desmontaram recentemente a rua principal do bairro, conhecida pelo comércio de maconha, na esperança de libertar a área de gangues criminosas, segundo relatos da rede britânica BBC. Durante mais de 50 anos, o bairro foi conhecido pela sua atitude liberal em relação às drogas, mas o crime organizado tem assumido o controle e a violência tem abalado a comunidade.

A decisão de Oregon reverteu uma aprovação eleitoral de 2020 que liberava a posse de pequenas quantidades de todas as drogas e expandia os serviços sociais e de saúde para usuários.

Apesar de especialistas defenderem que a política no estado americano na verdade deu certo, cenas de uso de drogas em público, o aumento do número de pessoas em situação de rua e o crescimento do registro de overdoses levaram o governo a mudar de rumo. A partir de setembro, o porte de drogas voltará a ser crime punível com prisão.

Assim como Oregon, relatos de dúvidas sobre a descriminalização estão ganhando destaque na imprensa internacional. Ainda segundo a reportagem da Economist, há uma redução no ritmo de abertura e na mudança das leis, enquanto políticos e a população de países antes vistos como modelo, como Portugal, Suécia e Holanda, mostram-se preocupados com a criminalidade que continuam a ver como associada às drogas. Aliado ao avanço da ultradireita no mundo, isso poderia indicar um refluxo das políticas desse tipo.

Para ativistas e pesquisadores de leis sobre drogas, a reversão da lei em Oregon fez da descriminalização um bode expiatório para todos os problemas do estado e manipulou informações para alimentar o movimento proibicionista.

"O problema é que a descriminalização deve vir acompanhada de políticas sociais e de tratamento de saúde para os usuários, mas muitos países estão cortando o orçamento enquanto mudam a lei de drogas", explica Ian Hamilton, pesquisador da Universidade de York, no Reino Unido. "Foi o que aconteceu em Oregon. Temos uma abertura maior para drogas, mas falta apoio social e de saúde. Essa não é uma boa receita", afirma.

Segundo Theshia Naidoo, diretora de política externa da ONG americana Drug Policy Alliance, fatores externos geraram os problemas da descriminalização em Oregon.

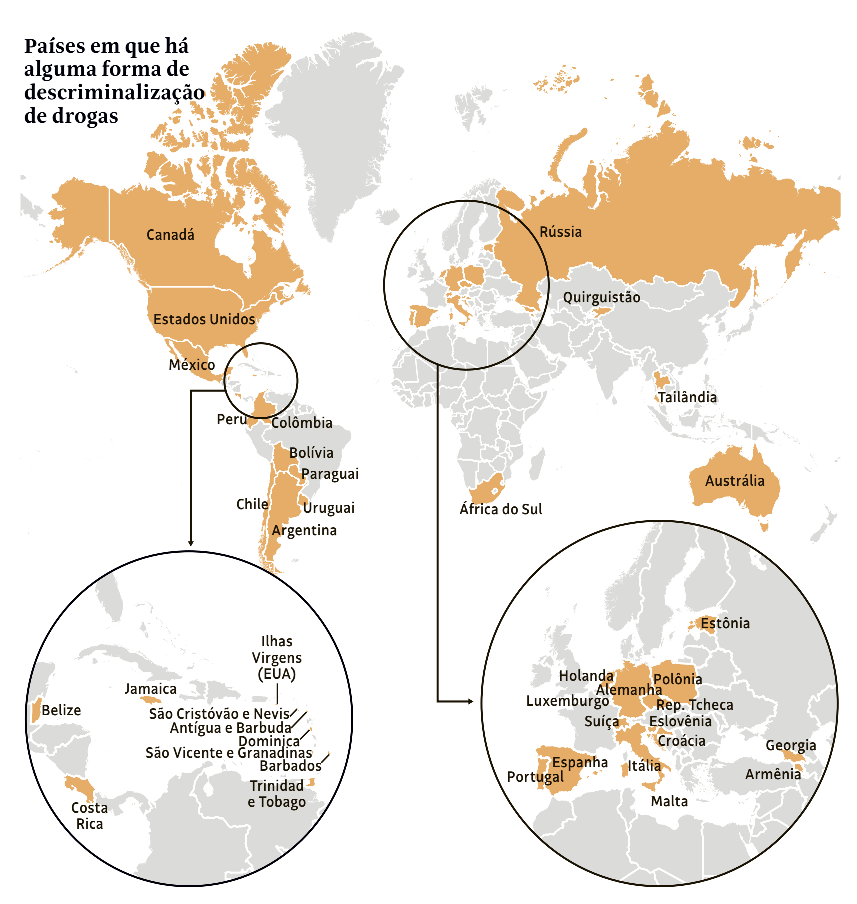
De acordo com ela, o aumento de overdoses ocorreu por conta da crise do opioide fentanil, que afeta o país inteiro, e não teve relação com a lei estadual. Além disso, o fim da pandemia de Covid-19 gerou uma mudança na legislação que lida com moradia no estado, o que facilitou o despejo de inquilinos e aumentou o número de pessoas em situação de rua —também um problema em âmbito nacional.

"Usar Oregon como exemplo do fracasso de descriminalização é uma manipulação da realidade. O que houve foi falta de investimento e atraso no envio de verbas para oferecer os serviços necessários para dar apoio à população", diz.

Esse tipo de movimento nos Estados Unidos pode influenciar o debate no Brasil.

O STF (Supremo Tribunal Federal) está julgando um caso que pode deixar de tratar como crime a posse de pequenas quantidades de maconha. Paralelamente, uma proposta que criminaliza o porte e a posse de drogas está em discussão no Congresso e foi aprovada na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado, com apoio de grande parte dos brasileiros. Pesquisa Datafolha apontou que 67% da população do país se diz contra a descriminalização.

Leia mais na pág. B1 de Cotidiano



Fonte: Release, International Drug Policy Consortium, Accountability International e THC Affiliates



Emil Helms/Ritzau Scanpix/AFP

FOGO DESTRÓI ANTIGA BOLSA DE VALORES DE COPENHAGUE

Um incêndio de grandes proporções atingiu a antiga Bolsa de Valores de Copenhague, um dos edifícios mais famosos da capital da Dinamarca, nesta terça (16). Em uma cena que lembra a do incêndio de 2019 na catedral de Notre-Dame, em Paris, a emblemática torre de 54 metros do prédio desabou e foi engolida pelas chamas. Construído entre 1619 e 1640 a pedido do rei Cristian 4º, o edifício de estilo renascentista holandês originalmente recebia feiras e começou a ser palco de negociações de títulos no final do século 19. O prédio, no entanto, não abriga a Bolsa de Valores dinamarquesa desde 1974 e atualmente é sede da Câmara de Comércio do país, além de guardar artefatos culturais e pinturas. O incêndio foi controlado após "várias horas", segundo autoridades. No X, a Câmara de Comércio lamentou a "cena terrível".

Em 2º dia de julgamento, Trump retorna a tribunal de NY para seleção de jurados

NOVA YORK | REUTERS Os sete primeiros jurados que vão atuar no processo criminal contra Donald Trump foram selecionados nesta terça-feira (16), no segundo dia de julgamento no tribunal de Manhattan, em Nova York. O empresário responde à acusação de, durante a campanha eleitoral de 2016, ter comprado o silêncio de uma atriz pornô com quem teria tido um relacionamento. Na segunda (11), o ex-presidente afirmou ser vítima de perseguição política.

No total, 12 jurados serão selecionados para atuar no julgamento do primeiro ex-presidente dos Estados Unidos a enfrentar acusações criminais. O processo de escolha pode durar mais de uma semana.

O procurador distrital de Manhattan, Alvin Bragg, um democrata, acusou Trump de 34 crimes de falsificação de registros comerciais para encobrir um pagamento a Stormy Daniels antes da eleição de 2016. A atriz diz que manteve encontros com o empresário cerca de uma década antes.

O ex-presidente diz ser inocente e nega que tenha se relacionado com Daniels. Ele chama o caso de "caça às bruxas" partidária com o objetivo de interferir na campanha eleitoral americana.

Dezoito potenciais jurados do grupo inicial, de 96, foram ouvidos pelos advogados nesta terça. "Este caso não é realmente sobre se você gosta de Donald Trump. Este caso é sobre o Estado de Direito e se Trump o violou", disse o promotor distrital assistente de Manhattan, Joshua Steinglass, para o grupo.

Trump, que esteve no tribunal pelo segundo dia consecutivo, segurava um pedaço de papel perto do rosto enquanto os jurados liam as respostas. Ele bocejou várias vezes enquanto se apoiava em uma cadeira.

O juiz Juan Merchan, que supervisiona o julgamento, reclamou da postura de Trump durante a sessão. Ele disse que o ex-presidente estava proferindo algo de forma audível enquanto os advogados questionavam um possível jurado. "Não permitirei que nenhum jurado seja intimidado no tribunal", disse Merchan.

Os sete selecionados do dia têm perfis distintos: um homem originário da Irlanda que gosta de fazer "qualquer coisa ao ar livre" e assiste tanto à MSNBC quanto à Fox News, uma mulher que trabalha como enfermeira e que gosta de levar seu cachorro ao parque, além de um advogado corporativo que diz não acompanhar as notícias de perto estão entre os escolhidos.

Os 12 jurados no total, juntamente com seis suplentes, ouvirão depoimentos de Stormy Daniels e Michael Cohen, ex-advogado e ex-assessor de Trump que deverá ser testemunha importante no caso.

De acordo com pesquisa Associated Press-NORC, o primeiro julgamento criminal enfrentado por Trump é também aquele em que os americanos estão menos convencidos de que ele cometeu um crime. Apenas um terço dos entrevistados afirma acreditar que o ex-presidente fez algo ilegal. Em contrapartida, quase metade diz pensar que Trump cometeu algum ato ilícito nos outros três processos criminais pendentes contra ele.

Em outras jurisdições, Trump é acusado de manter consigo documentos sigilosos depois de deixar a Casa Branca e de tentar reverter sua derrota em 2020 para o democrata Joe Biden —o republicano se declara inocente em todos os processos. Mas o caso do dinheiro pago à Stormy Daniels pode ser o único a ir a julgamento antes da eleição de 5 de novembro.

Se condenado, Trump ainda poderia concorrer a um cargo e servir como presidente caso vença as eleições. No entanto, uma pesquisa Ipsos/Politico conduzida em março mostra que mais de um terço dos eleitores independentes disseram que uma condenação no caso diminui sua chance de apoiar Trump. Dada a previsão de disputa acirrada contra Biden, isso pode custar caro.



Homem passa de bicicleta por rua de terra batida em meio a casas destruídas por bombardeios no vilarejo de Posad-Pokrovsk, na Ucrânia Fotos Francisco Proner/Folhapress

Vila arrasada na Ucrânia tenta se reerguer após saída russa

Posad-Pokrovsk teve o azar de estar em posição estratégica para Putin

A VIDA NA UCRÂNIA

Walter Porto

POSAD-POKROVSK (UCRÂNIA) Quando os russos vieram, o ucraniano Vassili não arredou o pé. Não importava que estivesse com quase 70 anos e que sua família quisesse escapar.

Ele não queria se mover e assim o fez, mesmo que sua vila de Posad-Pokrovsk tenha se tornado então uma das mais bombardeadas daquela região da Ucrânia.

Ruas inteiras se tornaram sucessões de destroços. O jardim de infância foi transformado num bunker com camas de tamanho infantil e edredons de desenhos animados. A população de quase 3.000 pessoas, hoje cerca de um quarto disso, conseguiu fugir a tempo, o que fez com que o número de mortos ali não passasse de 20 durante o início da ocupação.

Mas Vassili, que tinha construído um ano antes uma sala com paredes de concreto de 40 centímetros de espessura, não quis ir na onda. "Nunca pensei em fugir. Para onde? Para quê?", conta o homem de cabelos brancos, vestindo chinelos com meias felpudas.

"Aqui tenho tudo o que preciso para me manter. Tenho uma pequena fazenda com frangos. Sim, eles arruinaram minha casa, mas continuei vivo."



Os empresários Olha e Hennadi dentro de um armazém bombardeado em Posad-Pokrovsk

Ele conta que os soldados inimigos vinham roubar suas aves, no desespero, e ele tentava dialogar. "Fazer o quê? Eles tinham que comer." Segundo ele, os russos acharam o "cereal delicioso".

Quando soube que o Exército russo mirava a pequena vila onde vivia, sua reação foi "deixe eles tentarem se quiserem". "Vieram com quatro tanques, mas nossos caras chutaram a bunda deles e eles sentiram o cheiro da pólvora", conta, em tom bem-humorado.

A comunidade foi retomada pelas tropas ucranianas cerca de oito meses depois, em novembro de 2022, assim como aconteceu com boa parte da região de Kherson, no centro-sul da Ucrânia.

Essa área era estratégica, entre outros motivos, porque concentra em torno de 60% da produção agrícola do país, escoada pelos portos no mar Negro. A vila de Posad-Pokrovsk teve o azar de estar no caminho para o rio que corta a região de Mikolaiv, a oeste dali, que os russos almejavam tomar.

"Foram cerca de 68 mil rodadas de bombardeio", afirma Dmitro Butri, vice-governador de Kherson. Segundo ele, 500 mil hectares daquela região foram minados e só 40% do território foi recuperado até agora, o que prejudica a agricultura do país. "Víamos máquinas agrícolas explodindo em pleno campo", descreve.

A reportagem visitou, ali perto, uma fábrica de enlatados que foi alvo de bombardeio. Um dos galpões estava sem cobertura, sobre um tapete de cacos de vidro; o outro tem o teto de aço derretido como se fosse queijo sobre a produção.

Segundo o casal dono da empresa que emprega cerca de 15 funcionários, Olha e Hennadi, apenas um quinto das fábricas dali voltaram a produzir como eles, mas em ritmo bem lento. Quando ouve uma pergunta sobre a ajuda financeira do governo, a mulher balança a cabeça em silêncio e muda de assunto.

A população local conta com o governo para a reconstrução, mas esse horizonte fica cada vez mais distante, considerando que a torneira de ajuda internacional está minguando —o Congresso dos EUA patina para votar um apoio de US$ 60 bilhões.

"Precisamos de muito dinheiro e material para o trabalho de reconstruir tudo, mas a primeira prioridade do orçamento deve ser afastar o inimigo", afirma o vice-governador Butri.

Enquanto isso, as pessoas têm que se virar como podem. "Veja nesta vila, as pessoas voltaram e refizeram suas casas. Acreditamos que a Ucrânia ainda vai vencer esta guerra", completa o político.

As probabilidades são escassas. Ainda que as tropas de Putin tenham sido neutralizadas durante o período mais recente, estima-se que hoje elas sigam estacionadas a não mais que 30 quilômetros dali.

Mesmo assim, o fazendeiro Vassili ainda não quer saber de ir a lugar algum. "Não, e eu não estou sozinho. Tenho toda uma família aqui", diz, acenando para os cães e gatos descansando ao seu redor.

O jornalista viajou a convite do Ministério das Relações Exteriores do Reino Unido.

Sobre a série de reportagens 'A Vida na Ucrânia'

A **Folha** publica a série "A Vida na Ucrânia", que trará reportagens apuradas in loco sobre um cotidiano em estado de guerra. O longo conflito do país com a Rússia atingiu um novo patamar em 24 de fevereiro de 2022, quando o Kremlin deflagrou seu ataque a terras ucranianas pelo flanco oriental. O país presidido por Volodimir Zelenski tem conseguido resistir às investidas apesar da diferença abissal de poderio militar. Mesmo assim, a guerra total entrou em seu terceiro ano com clima de fadiga, sem que Vladimir Putin arrefecesse suas investidas. A série vai retratar, em textos, fotos e vídeos, como os anos de conflito afetaram a vida social e cultural dos ucranianos, quais são as perspectivas atuais da guerra e como é viver uma rotina sob ameaça em um país em deflagração total.



Ataque do Irã a Israel foi alinhado com o Kremlin, diz estrategista de Zelenski

KIEV O ataque do Irã a Israel teve envolvimento da Rússia, que é parceira próxima de Teerã, e só serviu para revelar que os métodos e recursos dos dois países são antiquados. A avaliação é de Mikhailo Podoliak, assessor especial do presidente Volodimir Zelenski e um dos principais estrategistas da guerra contra Moscou.

"O que ficou claro é que a Rússia e o Irã não são tão poderosos quanto querem se mostrar", diz ele, para quem Moscou "definitivamente se envolveu" no planejamento da ofensiva contra Israel, porque teria testado o mesmo padrão de ataque com drones contra a Ucrânia. Podoliak, porém, não apresenta evidências que associem concretamente os russos à retaliação iraniana.

"O Irã não devia ter atacado Israel, porque só mostrou como sua tecnologia é ultrapassada", afirma Podoliak. "Os países ocidentais precisam entender que não vale a pena prestar tanta atenção a eles quanto à Rússia."

As declarações, feitas nesta terça (16) a uma comitiva de jornalistas brasileiros da qual a **Folha** fazia parte, vêm num momento em que Kiev se angustia com a redução de seu apoio internacional.

Há receio no governo Zelenski de que um agravamento no conflito do Oriente Médio ofusque a invasão da Ucrânia, que ainda depende de auxílio financeiro e militar de países ocidentais como os Estados Unidos, já que a capacidade militar russa supera em muito a ucraniana.

O assessor presidencial comenta que, se Israel já constrói há bastante tempo relações com o Ocidente, a Ucrânia está apenas começando, mas já provou que "não é só uma parte da Rússia, mas um Estado soberano e independente".

Ele classifica de "erro" o esforço diminuto feito pela Ucrânia para se aproximar da América Latina. "Fizemos pouco para construir relações aí, enquanto a Rússia fez muito. É nossa prioridade mudar essa situação, mas construir relações de confiança leva tempo."

O único encontro de Lula com Zelenski desde o início da guerra demorou a ser marcado e, quando finalmente aconteceu em setembro passado em Nova York, resultou numa conversa protocolar.

Ao discutir as abstenções do Itamaraty em votações da ONU sobre a guerra, ele reconhece ser direito soberano de qualquer país votar como quiser e diz que o Brasil tem potencial de um peso cada vez maior na cena econômica e diplomática mundial. Mas ressalta que é preciso denunciar a Rússia como um agressor que constantemente infringe regras internacionais.

"Será que os países neutros querem viver num mundo sem regras? O Brasil não quer garantia de que não será atacado ou invadido? A Rússia será um pária muito em breve, a ordem mundial está sendo reformulada, e a posição [de cada país diante do conflito] vai ser definidora para sua reputação nos próximos anos."

"Sabe, os foguetes não são a parte mais cansativa, e sim a demora e a incerteza dos nossos aliados", afirma. **WP**

Amorim deve ir à Rússia e prevê encontros com aliados de Putin

BRASÍLIA Um ano depois de ter se reunido em Moscou com o presidente Vladimir Putin, o principal conselheiro de Lula para temas internacionais, Celso Amorim, viaja na próxima semana à Rússia para um encontro de assessores de segurança nacional dos países do Brics.

De acordo com pessoas cientes da agenda, a expectativa é que Amorim discuta a Guerra da Ucrânia, entre outros assuntos, em reuniões bilaterais com Iuri Uchakov, assessor internacional de Putin, e Nikolai Patruchev, do Conselho de Segurança da Rússia. Esse encontro do Brics ocorre em São Petersburgo.

O Brics reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Foram incorporados neste ano Egito, Etiópia, Emirados Árabes Unidos e Irã.

De acordo com a mídia russa, o encontro de assessores de segurança do bloco vai debater questões de proteção da população em meio a conflitos militares e emergências climáticas.

A visita de Amorim à Rússia em abril do ano passado foi criticada por países do Ocidente por ele não ter passado, na ocasião, pela Ucrânia.

À época, o posicionamento que o Brasil vinha adotando sobre o conflito sofria oposição dos Estados Unidos e do próprio governo ucraniano, que o consideravam excessivamente pró-Moscou.

O próprio Putin recebeu Amorim no ano passado. Semanas depois, o ex-chanceler visitou a Ucrânia para tentar mostrar posição equilibrada em relação à guerra.

Ricardo Della Coletta

Senadores aprovam proposta que criminaliza porte e posse de drogas

PEC coloca na Constituição ponto criticado da Lei Antidrogas e não diferencia usuário de traficante

Thaísa Oliveira

BRASÍLIA O Senado aprovou nesta terça-feira (16) em primeiro e em segundo turno a proposta que coloca na Constituição a criminalização de porte e posse de drogas, em reação ao julgamento do STF (Supremo Tribunal Federal) que pode descriminalizar a maconha para uso pessoal.

A PEC (Proposta de Emenda à Constituição) foi aprovada em primeiro turno por 53 votos a 9 e, em segundo turno, por 52 a 9 —3 votos a mais que os 49 necessários para a aprovação de mudanças na Constituição.

O texto vai agora para a Câmara dos Deputados. Se aprovado na Câmara, o texto será promulgado pelo Congresso, pois PECs não precisas de sanção do presidente.

O PT foi o único partido a orientar voto contra a PEC. O MDB liberou os senadores para que votassem como quisessem, mas sugeriu voto a favor. Todos os outros dez partidos com representação no Senado, PSB, PSD, União Brasil, PDT, Podemos, PL, Republicanos, Progressistas, Novo e PSDB, foram a favor.

A proposta coloca no texto da Constituição Federal que é crime possuir ou carregar drogas, independentemente da quantidade e da substância, proibição que existe hoje apenas em lei.

A PEC foi apresentada pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), com o apoio de outros 30 senadores em setembro do ano passado, poucos dias após a retomada do julgamento que pode descriminalizar a maconha para fins pessoais.

Assim como a Lei Antidrogas, de 2006, a proposta não define critérios objetivos para diferenciar o usuário do traficante. No caso da maconha, parte dos ministros do STF defende um limite em gramas para isso —como 10 gramas, 25 gramas ou 60 gramas.

O senador Humberto Costa (PT-PE), que é psiquiatra, afirmou que a PEC vai criminalizar ainda mais o usuário e inibir as pessoas de procurar tratamento: "Procurar um serviço de saúde é reconhecer a condição de usuário ou dependente. Portanto, está submetido à possibilidade de ser criminalizado e responder a processos vários".

Já o senador Alessandro Vieira (MDB-SE) minimizou o impacto da proposta e criticou o Supremo. "O que nós temos aqui é uma reação equilibrada, respeitosa, a um equívoco, mais um equívoco, da nossa Suprema Corte, que ultrapassa cotidianamente os limites da toga", disse.

Especialistas apontam que a falta de critérios objetivos sobre o tema tem feito com que pessoas flagradas nas mesmas circunstâncias tenham tratamento diferente.

Em seu voto no STF, o ministro Alexandre de Moraes citou um estudo feito pela Associação Brasileira de Jurimetria para mostrar que pessoas flagradas nas mesmas circunstâncias têm tido tratamento diferente de acordo com a cor da pele e a condição social.

"O branco precisa estar com 80% a mais de maconha do que o preto e pardo para ser considerado traficante. Para um analfabeto, por volta de 18 anos, preto ou pardo, a chance de ele, com uma quantidade ínfima, ser considerado traficante é muito grande. Já o branco, mais de 30 anos, com curso superior, precisa ter muita droga no momento para ser considerado traficante."

> “ O que nós temos aqui é uma reação equilibrada, respeitosa, a um equívoco, mais um equívoco, da nossa Suprema Corte, que ultrapassa cotidianamente os limites da toga
>
> **Alessandro Vieira (MDB-SE)**
> senador

Outro efeito da legislação em vigor foi o aumento da população carcerária. Segundo dados da Secretaria Nacional de Políticas Penais, 199.731 pessoas estão presas atualmente por tráfico de drogas, tráfico internacional de drogas e associação ao tráfico nos presídios estaduais e federais. Isso representa 28,3% da população prisional do país.

Além de ser uma resposta ao STF, a criminalização das drogas tratada na PEC é um dos itens da chamada pauta de costumes, que inflama a oposição e desafia o governo Lula (PT) diante da cobrança de setores progressistas da sociedade.

Em entrevista à **Folha**, o relator, senador Efraim Filho (União Brasil-PB), reconheceu que, em linhas gerais, a proposta de emenda em discussão repete a criminalização que já existe na Lei de Drogas (lei 11.343), de 2006.

Apesar disso, o senador afirmou que estabelecer na Constituição que o porte e a posse de drogas é crime dará maior "segurança jurídica para que o sentimento da sociedade de ser contrário à legalização das drogas seja respeitado".

Integrantes da base de Lula afirmam, reservadamente, que o governo tentou não se envolver com o tema, afeito ao Congresso, para não estimular uma eventual crise entre os Poderes.

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), promoveu uma sessão de debates com especialistas nesta segunda (15), véspera da votação, e votou contra a PEC, mas liberou os senadores da base aliada.

Wagner afirmou que o governo foi colocado em uma sinuca de bico: disse que não havia por que o Supremo estar julgando a descriminalização, em sua opinião, mas afirmou que o problema das drogas não será resolvido "entupindo as cadeias".

Outro receio de governistas é de que a PEC seja declarada inconstitucional pelo Supremo futuramente por alterar uma das cláusulas pétreas da Constituição Federal —o que adicionaria um novo capítulo à disputa entre Legislativo e Judiciário.

A proposta sugere um novo inciso no artigo 5º da Constituição com o seguinte enunciado: "a lei considerará crime a posse e o porte, independentemente da quantidade, de entorpecentes e drogas afins, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, observada a distinção entre traficante e usuário por todas as circunstâncias fáticas do caso concreto, aplicáveis ao usuário penas alternativas à prisão e tratamento contra dependência".

Colaborou Raquel Lopes, de Brasília

Leia mais na pág. A11







Vereadores Ricardo Queixão (PSD), à esquerda; Luiz Carlos Alves Dias (MDB), ao centro; e Flavio Batista de Souza (Podemos), à direita Reprodução/TV Câmara Cubatão, Instagram e Divulgação

13 são presos sob suspeita de fraudar licitações e ter elo com PCC, incluindo três vereadores

SÃO PAULO Uma operação do Ministério Público e da polícia prendeu 13 pessoas na manhã desta terça-feira (16). Todas são suspeitas de integrar um grupo que fraudava licitações de 11 prefeituras e Câmaras Municipais na Grande São Paulo e em outras partes do estado.

O esquema era usado para financiar e lavar dinheiro do PCC (Primeiro Comando da Capital), segundo o Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado), da Promotoria.

Entre os presos estão funcionários, dirigentes e advogados de empresas criadas para simular concorrências em disputas por contratos de mão de obra terceirizada em administrações municipais, segundo os promotores.

O esquema foi identificado em monitoramento de suspeitos, feito pela inteligência da Polícia Militar, que participou da operação nesta terça.

Os contratos sob investigação foram firmados nas cidades de Guarulhos, Ferraz de Vasconcelos, Cubatão, Arujá, Santa Isabel, Poá, Jaguariúna, Guarujá, Sorocaba, Buri e Itatiba. Há suspeitas em outros municípios e também no governo estadual paulista.

A denúncia aponta que uma das empresas negociou contratos que somaram mais de R$ 200 milhões nos últimos cinco anos. O esquema foi identificado primeiramente por meio de irregularidades em contratos da Prefeitura de Guarulhos.

De acordo com o promotor Yuri Fisberg, as empresas investigadas funcionavam em nomes de laranjas e atuavam, principalmente, em contratos de limpeza e vigilância e controle de acesso de prédios públicos. As pessoas jurídicas eram constituídas pelos mesmos indivíduos que se revezavam como funcionários nos processos licitatórios.

No total, foram expedidos 15 mandados de prisões temporárias, sendo que 13 foram cumpridos; dois acusados continuam foragidos. Foram presos os vereadores Flavio Batista de Souza (Podemos), de Ferraz de Vasconcelos; Luiz Carlos Alves Dias, o Luizão Arquiteto (MDB), de Santa Isabel; e Ricardo de Oliveira, o Ricardo Queixão (PSD), de Cubatão. Além deles, agentes públicos, empresários e um advogado estão entre os presos.

Inicialmente, o Ministério Público afirmou que 14 pessoas haviam sido presas, número corrigido posteriormente.

Em relação ao elo com o PCC, o promotor Fisberg afirmou que alguns membros da facção são responsáveis ou titulares de algumas empresas, ou indicam laranjas como sócios. Houve também o envolvimento de integrantes na decisão das empresas vencedoras dos certames quando havia algum tipo de impasse.

Apontado como um dos líderes do esquema, Márcio Zeca da Silva também foi detido. Ele é integrante do PCC, segundo as investigações, e já foi condenado em processo anterior sobre o uso de uma cooperativa de transporte público em Suzano pelo crime organizado.

Outro preso preventivamente nesta terça foi o advogado Áureo Tupinambá de Oliveira Fausto Filho, um dos defensores do traficante internacional André de Oliveira Macedo, o André do Rap.

+ Como funcionava esquema em SP

- Empresas eram formadas pelos mesmos funcionários e representantes que se revezavam entre si
- Elas formavam uma espécie de cartel e combinavam quem seria a vencedora de licitações
- A escolhida como vencedora oferecia o menor orçamento em acordo com as demais concorrentes
- Funcionários municipais recebiam propina para direcionar as licitações para as empresas envolvidas no esquema
- Contratos fechados serviam para financiar e lavar dinheiro do crime organizado

Uma funcionária pública de Cubatão, Fabiana de Abreu Silva, foi outro alvo dos mandados de prisão. Ela ocupou cargo de confiança de assessora especial de políticas estratégicas do município e assumiu recentemente o cargo de secretária-adjunta de governo.

A servidora foi exonerada nesta terça para, segundo a prefeitura, para "garantir imparcialidade às investigações e à sua ampla defesa junto ao Ministério Público".

Foram cumpridos 42 mandados de busca e apreensão em 11 prédios públicos, sendo seis prefeituras e cinco Câmaras Municipais, além de dez estabelecimentos comerciais e 21 residências. Promotores e policiais militares apreenderam 22 telefones, celulares, 22 notebooks, R$ 3,5 milhões em cheques e cerca de R$ 600 mil em espécie, além de US$ 8.700. Armas e munições também foram encontradas.

Até esta tarde, a **Folha** só conseguiu contato com a defesa de Luizão Arquiteto, que disse ter recorrido da prisão preventiva do político por ele não ser suspeito, mas averiguado. Todo averiguado, porém, torna-se oficialmente suspeito, segundo a legislação brasileira.

A Câmara Municipal de Cubatão informou que está colaborando com as equipes de investigação, fornecendo todos os documentos solicitados.

Já o Legislativo de Santa Isabel afirmou que colabora com as investigações, mas que ainda não foi notificado sobre a prisão. A Câmara de Ferraz de Vasconcelos disse também estar à disposição da Promotoria.

Em nota, a Prefeitura de Guarulhos informou que está à disposição das autoridades para os esclarecimentos dos fatos, e ressaltou que a gestão municipal não é alvo de investigação.

O Gaeco identificou também a atuação de agentes públicos e políticos que recebe-ram propina para manter o esquema vigente, e permitir a participação das empresas envolvidas nas licitações. "A participação desses funcionários e alguns vereadores nesse esquema tinha como objetivo direcionar o resultado de licitações a partir do controle de empresas, especialmente na área da limpeza", diz o coronel da Polícia Militar Emerson Massera Ribeiro.

Os promotores identificaram que os pagamentos aos agentes públicos eram feitos em dinheiro, via Pix e "até diretamente [aos funcionários públicos] sem qualquer constrangimento", segundo o promotor Fisberg.

Participam da operação 27 promotores, 22 servidores e 200 policiais militares.

No último dia 9, duas empresas de ônibus que atuam no transporte público de São Paulo foram alvo de uma operação do Ministério Público que apura suspeitas de ligação com a facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital).

A ação cumpriu três de quatro mandados de prisão e visava realizar outros 52 de busca e apreensão contra dirigentes das companhias Transwolff e Upbus, responsáveis pelo transporte de ao menos 700 mil passageiros diariamente na capital paulista e que receberam mais de R$ 800 milhões de remuneração da Prefeitura de São Paulo em 2023, segundo a Promotoria.

A Justiça determinou e a SPTrans, empresa municipal de transporte, assumiu a operação das linhas que eram administradas pelas duas empresas.

O objetivo da operação, chamada Fim da Linha, é desarticular duas organizações suspeitas de lavar dinheiro proveniente do tráfico de drogas, roubos e outros crimes.

Foram presos Luiz Carlos Efigênio Pacheco, o Pandora, dono da Transwolff, o sócio Joelson Santos da Silva e Robson Flares Lopes Pontes, dirigente da empresa. Elio Rodrigues dos Santos, secretário da empresa, foi preso em flagrante por porte ilegal de arma durante as buscas.

O quarto alvo da operação Fim da Linha continua foragido. Silvio Luiz Ferreira, o Cebola, é considerado uma liderança do PCC. Em 2022, ele foi apontado como dono de 56 ônibus da UPBus.

A reportagem não conseguiu contato com os advogados de defesa dos presos.

Francisco Lima Neto, Paulo Eduardo Dias, Rogério Pagnan, Bruno Lucca e Mariana Zylberkan

Economia verde na Amazônia

Reduzir riscos é essencial para escalar economias da natureza

Ilona Szabó de Carvalho
Empreendedora cívica, mestre em estudos internacionais pela Universidade de Uppsala (Suécia). É autora de "Segurança Pública para Virar o Jogo"

Os custos de fazer negócios na Amazônia são consideravelmente mais elevados do que em outras regiões. A regularização e ocupação fundiária têm sido um desafio de longa data. Municípios amazônicos também são muito afetados por crimes ambientais e pelo crime organizado em comparação a outras áreas. Consequentemente, economias ilícitas, ou no mínimo informais e irregulares, florescem na região, dificultando a chegada e permanência de empreendedores que querem fazer a coisa certa.

Apesar dos recentes resultados positivos, a Amazônia ainda sofre com taxas muito altas de desmatamento e pode chegar ao "ponto de não retorno" ainda na próxima década. Portanto é essencial que as economias ilícitas, que hoje predominam, sejam transformadas em ecossistemas de empreendimentos verdes. Hoje, o trabalho que faço com um time fora da curva e da caixa é para contribuir com os caminhos de como chegar lá.

Olhando para trás, diante de um desmatamento recorde no início dos anos 2000, o Brasil introduziu pela primeira vez o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), responsável também hoje pela drástica redução do desmatamento. A designação de áreas protegidas e unidades de conservação, a imposição de moratória sobre o cultivo insustentável de soja e incentivos para empresas e comunidades não desmatarem resultaram em uma queda de mais de 80% no desmatamento entre 2004 e 2012.

Não foi pouca coisa, mas, apesar do sucesso do PPCDAm, os impulsionadores do desmatamento não foram afetados. A maioria do investimento se concentrou na conservação de áreas protegidas —o que é vital, mas insuficiente. Enquanto um ecossistema resiliente de economias verdes não for estabelecido, a queda no desmatamento não será permanente. E para que esse ecossistema seja criado, no mínimo três pilares são necessários: modelos de finanças híbridas; regulações e incentivos apropriados; redução e mitigação dos riscos territoriais através de arranjos inovadores de governança multissetorial e inteligente aplicados a territórios designados.

O foco de discussão e ação para a criação de novas economias compatíveis com a proteção da floresta se concentra hoje nos dois primeiros pilares. Porém pouca atenção vai para o fato de que investimentos e negócios responsáveis requerem governança estável, previsível e responsável. E essa governança é ainda mais desigual na Amazônia Legal. De fato, o crime ambiental e suas conexões, que contribuem para o desmatamento, são das ameaças mais significativas, porém pouco reconhecidas, ao desenvolvimento sustentável. A fraca aplicação da lei, a persistência das economias ilícitas, a corrupção e a impunidade não apenas aumentam a vulnerabilidade das populações locais como desestimulam os fluxos de capital de investimento responsável.

A chave para desbloquear investimentos responsáveis na Amazônia e alcançar o desmatamento zero é, portanto, a redução e a mitigação dos riscos territoriais, o que fará com que os custos financeiros, operacionais e reputacionais diminuam e assim viabilizem o ganho de escala de novas economias baseadas na natureza.

Isso demandará a criação de arranjos de governança inovadores, com atores-chave —como investidores, offtakers, empreendedores, organizações técnicas, decisores políticos, comunidades locais— aplicados a territórios designados para as diferentes teses econômicas sustentáveis que precisam ser testadas e aceleradas.

É o que chamo de "de-risking" do território, que —aliado ao fortalecimento do mercado de carbono, ao pagamento por serviços ecossistêmicos, incluindo os créditos de biodiversidade, à bioeconomia, à biotecnologia e ao turismo sustentável— é urgente e primordial para evitarmos o ponto de não retorno. É a isso que estamos dedicados.

| DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, Giovana Madalosso | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | **QUI. Sérgio Rodrigues** | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

Ministro da Educação critica greve nas instituições federais

Camilo Santana afirma que fez apelo a sindicatos para não haver paralisação e que tenta atender às demandas

Matheus Teixeira e Mariana Brasil

BRASÍLIA O ministro da Educação, Camilo Santana, criticou a greve nas instituições federais de ensino, iniciada na segunda-feira (15) em todo país. Segundo o ministro, não haveria necessidade da paralisação porque o governo Lula (PT) mantém as negociações.

"Pessoalmente recebi dois sindicatos fazendo apelo de que não havia necessidade de fazer greve agora. Greve para mim é quando não há mais diálogo, quando acabou negociação ou toda e qualquer possibilidade de melhorias", disse Camilo, em audiência no Senado nesta terça-feira (16). "Reconhecemos necessidade de melhorar servidores técnico-administrativos."

Camilo ainda afirmou que, na greve, quem perde é o Brasil e o alunos. "Prejuízo é para Brasil e para alunos e queremos evitar isso. Mas governo é aberto ao diálogo".

Ele afirmou que o ministério trabalha para atender as demandas das categorias. Professores de universidades, centros de educação tecnológicas e institutos federais das cinco regiões do Brasil exigem reajuste salarial de 22%, a ser dividido em três parcelas iguais de 7,06% —a primeira ainda para este ano e outras para 2025 e 2026.

A paralisação teve início com a adesão de 21 instituições e, nesta terça, chegou a 24 universidades, institutos federais e Cefets, segundo balanço Andes-SN (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior).

A entidade afirmou que, além da recomposição salarial, existe a necessidade de investimentos públicos nas instituições federais de educação, diante da corrosão desses investimentos no governo passado, sob Jair Bolsonaro (PL).

Em nota encaminhada na segunda, o MEC (Ministério da Educação) da gestão diz que busca alternativas de valorização dos servidores da educação. No ano passado, o governo federal promoveu reajuste de 9% para todos os servidores, argumentou a pasta.

Nesta terça, representantes do Sinasefe e de outros sindicatos que representam trabalhadores federais de educação participaram de uma audiência pública sobre a greve na Comissão de Administração e Serviço Público na Câmara dos Deputados.

Docentes e outros servidores grevistas planejam fazer uma marcha em Brasília nesta quarta-feira (17).

Na audiência no Senado, Camilo Santana também afirmou que o governo prepara a publicação de decretos e portarias para desburocratizar o funcionamento da pasta e destravar obras paradas.

A **Folha** revelou que o MEC (Ministério da Educação) não reiniciou nenhuma das 3.783 obras de educação básica paralisadas após quase um ano do anúncio de um grande plano para retomar as construções.

Até o momento, o Executivo federal não conseguiu fechar um único termo de compromisso com prefeituras para permitir a retomada.

O ministro afirmou que negocia com a Casa Civil a publicação de novas regras para viabilizar as obras.

"O FNDE [Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação] hoje tem 250 mil prestação de contas acumuladas de municípios e estados. Estamos com proposta de mandar projeto de lei para resolver de forma mais desburocratizada esse problema", afirma.

Segundo o ministro, as novas normas assinadas por Lula irão mudar "um pouco alguns parâmetros, alguns fatores no fluxo do FNDE para melhorar a desburocratização do processo".

"Estamos empenhados, não tenho dúvida que agora vamos destravar um pouco. Mas lembrando que depende de muito também de estados e municípios. Não é FNDE nem MEC que retoma obra na ponta", disse.

Alunos de instituto em São Paulo dizem apoiar movimento

Helena Schuster

SÃO PAULO Em meio à greve de professores que reunia nesta terça-feira (16) ao menos 24 universidades, centros de educação tecnológica e institutos federais no país, estudantes da rede em São Paulo manifestam apoio ao movimento por reajuste salarial e levantam suas próprias demandas.

O IFSP (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo) é uma das instituições em que os trabalhadores paralisaram as atividades. Ao todo, 32 dos 38 campi da instituição estão em greve, segundo levantamento do Sinasefe-SP, sindicato que representa os servidores federais da educação.

No campus da capital paulista, a maioria dos estudantes não tem aula desde o dia 8 de abril. Embora a greve nacional tenha começado oficialmente nesta segunda (15), parte dos docentes e servidores vem paralisando atividades desde o início do mês.

Os alunos que estiveram por lá nesta terça participaram de atividades propostas especificamente para o período de greve, como debate e sarau, e também de projetos de extensão e estágios. Além disso, também apontaram o que precisa melhorar na unidade.

No campus, o calor é uma das reclamações dos alunos. "A sala onde estamos é um forno. Tecnologia também é um problema, quase não temos computador. Para nós, que somos alunos, a infraestrutura é o mais importante", afirma o estudante de licenciatura em matemática Thiago Moura, 18.

"Achamos [a greve] necessária. Até por estarmos fazendo um curso de licenciatura. [A docência] É um ramo em que eventualmente vamos trabalhar, então é importante ajudar os professores", afirma

Alunas da licenciatura em ciências biológicas, Vitória Silva, 24, e Stella Rubia, 22, confirmam as reivindicações.

"As salas de aula têm problema de acústica, não têm ar-condicionado. Só algumas têm ventilador. Nos laboratórios, quando os microscópios funcionam, precisamos dividir. Também sofremos por não ter saída de campo e a maior justificativa é a falta de verba.", diz Vitória. "Às vezes tem 40 alunos em salas que não comportam tanta gente", complementa Stella.

As duas colegas afirmam entender e apoiar a mobilização dos professores. "Apoio essa greve pela revogação [da reforma] do ensino médio e pelo salário. São anos sem reajuste", diz Stella. "Eu não vejo [a greve] como um problema. Para nós é muito válido", afirma Vitória.

Mortos em barco à deriva no Pará eram da África, afirma PF

SÃO PAULO E BRASÍLIA | REUTERS A PF (Polícia Federal) disse nesta terça-feira (15) que 25 pessoas morreram na embarcação encontrada à deriva no na cidade de Bragança, no litoral do Pará no fim de semana. O grupo era formado por imigrantes de países africanos.

A suspeita é que todos eles morreram de fome ou de sede. A corporação agora trabalha em conjunto com a Polícia Científica para identificação dos corpos.

Ao todo, nove corpos foram encontrados no sábado (13) por pescadores. Oito estavam na embarcação e um próximo a ela. A PF ainda não sabe o que aconteceu com os outros 16 corpos que não foram achados.

Os agentes afirmaram terem encontrado 25 capas de chuva dentro do barco, sendo 23 idênticas verdes e duas amarelas.

Documentos e objetos achados próximos aos corpos indicam que as vítimas eram migrantes da Mauritânia e do Mali. Porém, não é possível descartar a existência de pessoas de outras nacionalidades.



Policiais inspecionam objetos de barco onde corpos foram encontrados Oswaldo Forte/Reuters

Em entrevista divulgada pela assessoria de imprensa da PF, o superintendente da corporação no Pará, José Roberto Peres, disse que foram encontrados documentos que indicaram que o barco saiu do continente africano em 17 de janeiro.

"Ainda não temos [causa da morte], esse trabalho começa agora. Corpos estão vindo para Belém e um trabalho minucioso de perícia começa hoje [terça] e deve se estender até o final de semana", disse o superintendente da PF.

"Ali vai ser identificado a causa mortis, que provavelmente foi a falta de alimento e de água", acrescentou.

Os policiais adotam protocolos de identificação de vítimas de desastres da Interpol. A investigação também tenta verificar a origem dos passageiros, a causa e o tempo estimado das mortes.

O resgate teve a participação da Polícia Federal, Marinha do Brasil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Polícia Científica, Defesa Civil, Grupamento Aéreo de Segurança Pública do Pará, Defesa Civil do Pará, Guarda Civil Municipal, Departamento Municipal de Trânsito de Bragança e Prefeitura de Bragança.

As ações de busca e resgate da embarcação começaram às 7h de domingo (14). A operação terminou às 23h30, quando a equipe chegou no porto de Vila do Castelo, uma comunidade de pescadores na zona rural do município.

> [Os] corpos estão vindo para Belém e um trabalho minucioso de perícia começa hoje [terça] e deve se estender até o final de semana
>
> **José Roberto Peres**
> superintendente da PF no Pará



O governador Tarcísio de Freitas no leilão de concessão das rodovias Padre Manoel da Nóbrega, Mogi-Dutra e Mogi-Bertioga, em SP Marcelo S. Camargo/Divulgação

Consórcio brasileiro ganha leilão de três rodovias em SP

Pedágios terão sistema de verificação eletrônica que permitirá tráfego livre

Tulio Kruse

SÃO PAULO O leilão de concessão de 213 km de rodovias que ligam a região do Alto Tietê ao litoral paulista, realizado na manhã desta terça-feira (16) pelo Governo de São Paulo, foi vencido pelo consórcio Novo Litoral, formado pelas empresas brasileiras CBI (Companhia Brasileira de Infraestrutura) e CLD Construtora.

Com isso, o consórcio deve administrar por 30 anos as rodovias Padre Manoel da Nóbrega (SP-055), Mogi-Dutra (SP-088) e Mogi-Bertioga (SP-098). Hoje, elas são geridas pelo DER (Departamento de Estradas de Rodagem).

O consórcio Novo Litoral ofereceu desconto de 10,17% sobre a contraprestação pública máxima definida em edital, que era de R$ 199 milhões. Com isso, o governo deve desembolsar R$ 179,1 milhões dos cofres estaduais para investir nas estradas.

O certame do chamado Lote Litoral Paulista, que ocorreu na Bolsa de Valores de São Paulo, a B3, teve dois concorrentes. Além do Consórcio Novo Litoral, participou a empresa espanhola Acciona —que está construindo a linha 6-laranja do metrô—, oferecendo 1% de desconto nos pagamentos previstos pelo governo estadual.

Após a abertura dos envelopes, a Acciona não ofereceu um novo lance.

As rodovias concedidas atravessam as cidades de Arujá, Itaquaquecetuba e Mogi das Cruzes, na região metropolitana de São Paulo, as litorâneas Bertioga, Santos, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe, além de Miracatu, Pedro de Toledo e Itariri, no interior.

O consórcio ficará responsável por implantar uma novidade na cobrança de pedágio. As rodovias devem adotar o "free flow", sistema de verificação eletrônico que permite tráfego livre de veículos e cobrança por trecho percorrido, em vez de praças de pedágio convencionais.

Nesse sistema, os veículos são identificados pela placa ou por uma tag no para-brisa (do mesmo tipo usado em pedágios e estacionamentos de acesso sem parada). A fatura pode ser paga no site da concessionária, em um sistema que ainda deve ser criado pelo vencedor da concessão.

Os valores do pedágio devem variar de R$ 1 a R$ 6, segundo o governo estadual. O valor é menor do que chegou a ser divulgado, entre R$ 1,08 e R$ 6,29. O sistema permite descontos para quem usa as pistas com mais frequência.

O edital não especifica onde serão os radares, mas o governo diz que ao todo serão 15 pórticos, sendo dois na Mogi-Dutra, um na Mogi-Bertioga, um na Rio-Santos (em Bertioga) e 11 na Padre Manoel da Nóbrega.

Líder do consórcio, a CBI tem uma portfólio que vai de obras em indústrias até construção de sistemas contra incêndios. A empresa informa que já realizou projetos de engenharia no setor petroquímico, portuário e estruturas do setor de energia renovável, entre outros.

Já a CLD, antiga Consladel, é concessionária de vários serviços municipais na cidade de São Paulo. A CLD faz parte do consórcio que administra a iluminação pública, a modernização dos semáforos, o aplicativo de caronas municipal (o MobizapSP) e o Smart Sampa, programa de câmeras de segurança com reconhecimento facial.

A empresa já foi alvo de denúncias por lavagem de dinheiro, pagamento de propina e desvio de verbas públicas em São Paulo, Minas Gerais e Amazonas —onde foi acusada de causar um prejuízo de R$ 100 milhões na Prefeitura de Manaus. No município de São Paulo, a empresa foi absolvida da acusação de lavagem de dinheiro.

No contrato para gerir a iluminação pública paulistana, acusações contra a empresa levaram o TCM (Tribunal de Contas do Município) a recomendar a suspensão do contrato em 2018, dando início a imbróglio judicial que envolveu a suspensão da PPP em 2018, pelo Tribunal de Justiça de São Paulo.

Questionado sobre essas investigações, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) afirmou que "não é uma preocupação" e que as empresas do consórcio têm experiência no setor rodoviário —a CBI administra rodovias em Mato Grosso— e no litoral paulista —a CLD é contratada em obras públicas de municípios da região, segundo o governo estadual.

Questionado durante o evento, o representante do consórcio Novo Litoral, Nei Moreira, não quis comentar esses casos.

"[O consórcio] tem toda a condição de fazer um excelente trabalho, a gente confia nisso", disse Tarcísio. "Às vezes fica difícil para um grande grupo, um grupo tradicional se viabilizar, ter margem para entrar numa concorrência com essa característica. Isso favorece grupos de médio porte."

O governo estadual prevê que a concessionária faça investimentos de cerca de R$ 4,3 bilhões, ao todo, nas três rodovias. O governo estadual também promete que, com isso, sejam gerados 24 mil empregos.

O free-flow faz parte da nova política de concessões do Ministério dos Transportes e está em testes na Rio-Santos (BR-101). Entre as rodovias estaduais, também são feitos testes na Ayrton Senna, e há previsão de que seja usado no trecho norte do Rodoanel.

Em 2021 e 2022, a ideia de instalar praças de pedágio nessas estradas provocou protestos de moradores, políticos e associações civis —tanto em Mogi das Cruzes como no litoral.

O projeto era discutido há anos e foi paralisado na gestão de Rodrigo Garcia (PSDB), que concorria à reeleição. Ele foi retomado após a eleição de Tarcísio, que realizou audiências públicas e ajustes.

Segundo o governo, foram feitas reavaliações do estudo de viabilidade desde a primeira consulta pública do projeto, em 2019, que levaram a uma redução média das tarifas de cerca de 20% para cada segmento. Essa redução foi de 14% em relação à publicação do edital em 2021.

O governo afirmou que está prevista a construção de pistas marginais em Mogi das Cruzes para a circulação de veículos locais, por exemplo. Além disso, os motoristas que tiverem origem ou destino no distrito industrial de Taboão não precisarão pagar pedágio num dos pórticos que será instalado nas proximidades.

Também haverá possibilidade de pagamento proporcional de tarifa ao trecho percorrido no km 43 da Mogi-Dutra, diz o governo, e os veículos que tiverem origem ou destino o centro da cidade não devem pagar tarifa.

No litoral, ainda segundo o governo, não haverá cobrança na ponte do rio Itanhaém, no município de mesmo nome, onde também houve forte reação contra o projeto. A intenção é limitar o fluxo de veículos que passariam por dentro da área urbana de Itanhaém para fugir do pedágio.

Tarcísio também comentou as reações ao projeto, dizendo que as reclamações estavam sanadas. Ele afirmou que o modelo adotado pelo governo permite "justiça tarifária". "O usuário paga pelo que vai efetivamente usar", disse.

Além de uma série de obras viárias citadas genericamente no edital, a concessionária deverá implantar um sistema de monitoramento total do sistema rodoviário por meio de câmeras de segurança, com identificação de emergências e outras ocorrências.

Lote de rodovias do litoral paulista



Extensão do trecho: 213,5 km
Prazo de concessão: 30 anos
Investimentos previstos: R$ 4,3 bilhões

Fontes: Artesp e Dados cartográficos ©2024 Google

> Às vezes fica difícil para um grande grupo, um grupo tradicional se viabilizar, ter margem para entrar numa concorrência com essa característica. Isso favorece grupos de médio porte
>
> **Tarcísio de Freitas (Republicanos)**
> governador de São Paulo

Governo monitora 15 casos de radicalização de adolescentes

Raquel Lopes

BRASÍLIA A Operação Escola Segura monitora atualmente 15 casos de indivíduos que estariam envolvidos na radicalização de jovens, bem como os próprios adolescentes que poderiam perpetrar ataques a escolas. No Brasil foram ao menos 36 ataques desde o primeiro caso registrado, que ocorreu em 2001, em Macaúbas (BA).

A operação completará um ano em abril e, nos últimos meses, tem concentrado seus esforços na identificação e responsabilização dos envolvidos em ações de radicalização de jovens.

O delegado Alesandro Barreto, coordenador do Ciberlab (Laboratório de Operações Cibernéticas) do Ministério da Justiça e Segurança Pública, disse haver grupos dispersos pelo país, sem conexão aparente, planejando ataques em escolas. Além disso, as equipes investigam se há casos de pessoas influenciando jovens a perpetrar o ataque.

Um balanço da operação no período compreendido entre 6 de abril de 2023 e janeiro deste ano mostra um total de 9.486 denúncias recebidas, sendo 12 tentativas de ataque e sete efetivados. Houve 401 prisões e apreensões de menores de 18 anos, 388 mandados de busca e apreensão executados e 917 conteúdos removidos das redes sociais.

O delegado afirma que o Ciberlab trabalha de forma integrada com Polícia Federal, Polícia Civil e Ministério Público na identificação de indivíduos que representam riscos para crianças e adolescentes. Dessa forma, busca antecipar possíveis cenários que possam ameaçar a segurança de estudantes no ambiente escolar.

Apesar desse empenho das forças de segurança, o delegado destaca que os pais também podem exercer um controle mais efetivo sobre seus filhos para evitar problemas, por exemplo com softwares que permitem limitar o acesso a conteúdos agressivos ou prejudiciais, além de controlar o tempo de uso de dispositivos.

Barreto acrescenta que há casos em que os pais nem desconfiam de que algo incomum esteja acontecendo até que a polícia chega para realizar uma busca e apreensão. Para ele, é crucial que os pais estejam atentos e tenham cuidado quando o filho passa a se isolar ou ficar longas horas na internet.

Na Operação Escola Segura, o Ciberlab descobriu uma série de outros casos que vão além de ataques em escolas, incluindo situações em que meninas são ameaçadas e escravizadas, sendo obrigadas a inserir objetos em partes íntimas e praticar automutilação, além de muitos casos de maus-tratos a animais.

Barreto acrescenta que, embora o trabalho com as redes sociais tenha melhorado, é necessário continuar avançando. Na sua perspectiva, é preciso aprimorar, por exemplo, o repasse de informações que venham a identificar uma possível autoria criminosa.

Ao ser questionado sobre esses dados, se não são entregues porque as plataformas se negam a enviar ou por falta de coleta por parte das próprias redes sociais, o delegado não detalhou. No ano passado houve uma crise entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública e as redes após o Twitter se negar a remover conteúdo.

"É o mundo ideal? Não. Precisa de uma maior cooperação, melhorias em alguns aspectos. No entanto, isso não tem sido um empecilho para a identificação de indivíduos. Muitas plataformas também estão preocupadas com sua própria segurança e não desejam esse tipo de usuário. Na medida do possível, elas têm cooperado, principalmente quando se trata de mitigar qualquer ameaça ao ambiente escolar", disse Barreto.



Vitrais da FAAP são restaurados após obras da linha 6-laranja do metrô abalarem estrutura Karime Xavier/Folhapress

Vitrais de Tarsila e Portinari são reformados após danos

Obras do metrô causaram avarias em painel do Museu de Arte Brasileira da Faap

Bruno Lucca

SÃO PAULO Tarsila está despedaçada numa mesa. Suas partes são limpas e reunidas por quatro mulheres, preocupadas em não trocar nada de lugar. Portinari, Ohtake e Segall estão ao lado, imóveis. A cena se passa no Museu de Arte Brasileira da Faap (Fundação Armando Alvares Penteado), no bairro de Higienópolis, em São Paulo, na tarde de quinta-feira (11).

Trata-se da reforma de vitrais assinados por alguns dos mais famosos artistas plásticos brasileiros do século passado. As obras, 59 ao todo, enfeitam o saguão do edifício desde 1960, expostas num grande painel idealizado pela artista Claudia Andujar. Ela, naturalista, também deixou sua contribuição: criou "cipós" em vidro leitoso, o mesmo usado em bolas de gude, para abraçar o repertório dos colegas.

Em fevereiro deste ano, a estrutura de chumbo que sustenta as peças sofreu trincas, fissuras e rachaduras por abalos causados por obras da linha 6-laranja do metrô. O ramal —ainda sem previsão de entrega— ligará a futura estação Brasilândia, na zona norte, à São Bento, no centro.

A perceber os estragos, a Faap diz ter acionado a concessionária LinhaUni, da espanhola Acciona, responsável pelo canteiro, e obtido aproximadamente R$ 500 mil para custear os reparos. À **Folha**, porém, a LinhaUni negou qualquer dano associado a seu empreendimento e declarou apenas ter financiado, preventivamente, revestimentos de borracha nas molduras dos vitrais, considerando sua "importância histórica e cultural".



Os vitrais são de valor inestimável. Sem contar o valor sentimental. Por isso a restauração virou uma prioridade

Celita de Carvalho
presidente do conselho de curadores da Faap

Os reparos começaram ainda em fevereiro. A Faap aplicou a verba na proteção emborrachada, sim, mas também na troca da estrutura de chumbo danificada e, já aproveitando o embalo, na restauro de todos os vitrais.

Para isso, a fundação contratou Antônio Sarasá, o restaurador mais badalado de São Paulo. Ele contou à reportagem como o trabalho é feito.

Uma a uma, as criações são retiradas e desmontadas. Suas estruturas consistem em partes de vidro ligadas à solda de chumbo, sendo feitas assim desde a Idade Média. Depois, os fragmentos são lavados com produtos especiais para retirar a camada de sujeira acumulada durante décadas, sem agredir a pintura original. A etapa seguinte da recuperação é a remontagem e a devolução das obras a seus espaços.

O reparo de um vitral pode levar até dois dias, a depender da complexidade de sua composição. O processo é acompanhado de perto por dirigentes da Faap atentos a cada toque na coletânea.

"Os vitrais são de valor inestimável. Sem contar o valor sentimental. Por isso a restauração virou uma prioridade. Sempre foi um compromisso nosso zelar pelo patrimônio arquitetônico, artístico e cultural da fundação, que também é de São Paulo e do Brasil", diz Celita de Carvalho, presidente do conselho de curadores da Faap.

Das 59 produções, 22 estão prontas para voltar à exibição. Algumas delas são de Lasar Segall, facilmente reconhecidas por seu geometrismo diagonal. Tomie Ohtake, em suas figuras espaciais, é outra rejuvenescida.

A negritude expressionista retratada por Di Cavalcanti seguia aguardando, até a publicação dessa reportagem, seu restauro pelas mãos cuidadosas da equipe de manutenção, assim como a natureza vibrante de Tarsila do Amaral.

Lá, ainda estão projetos de Bruno Giorgi, Antônio Gomide, Samson Flexo, Fulvio Pennacchi e Carlos Lemos. Este, aos 99 anos, fez questão de visitar sua obra após o restauro, na última semana. Vendo o resultado, chorou.

Há, porém, uma curiosidade de sobre o acervo. Os artistas das obras dele apenas desenharam suas ideias, a execução foi de Conrado Sorgenicht, considerado o papa dos vitralistas brasileiros. Ele e sua família, originária da Alemanha e radicada em São Paulo desde 1888, são os responsáveis pelos vitrais da Catedral da Sé, do Theatro Municipal, do Mercadão e também os da Faculdade de Direito do Largo São Francisco.

O painel de vitrais da Faap deve estar pronto até o próximo dia 25. Isso porque, em maio, o Museu de Arte Brasileira recebe uma exposição de Salvador Dalí, pintor espanhol ícone do surrealismo.

Governo paulista diz que vai desapropriar prédio histórico da Fecap e repassá-lo à USP

SÃO PAULO O governo estadual vai desapropriar um prédio histórico da Fecap (Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado) no centro de São Paulo para repassá-lo à Faculdade de Direito da USP.

Segundo o secretário estadual de Projetos Estratégicos, Guilherme Afif Domingos, a desapropriação deve ser paga com recursos do caixa da universidade estadual e custará cerca de R$ 18 milhões.

O edifício em questão é o Palácio do Comércio, imóvel tombado que está no Largo São Francisco, ao lado do edifício que abriga a Faculdade de Direito da USP. Ele foi construído na década de 1900 para sediar a Escola Prática de Comércio, e alguns anos mais tarde se tornou o primeiro prédio da Fecap.

Segundo a gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos), o local estava sem atividades há alguns meses. A Fecap o utilizava para sediar aulas de pós-graduação, em paralelo ao campus no bairro da Liberdade, também na região central.

"Como a fundação não estava usando mais o prédio, começaram as primeiras pichações. Certamente seria alvo de uma invasão", disse Afif.

As instalações devem servir para expandir os programas de graduação e pós-graduação de ciências jurídicas da USP, segundo o secretário.

O secretário afirmou que o edifício está em condições de ser usado quase imediatamente pela USP, sem a necessidade de grandes reformas. Uma inspeção de representantes do governo, porém, está agendada para a manhã desta quarta-feira (17).

A construção do palácio, projetado por Carlos Eckman, contou com financiamento do cafeicultor e empresário Armando Álvares Penteado.

Segundo o site da Fecap, o edifício projetado por Carlos Eckman tem materiais importados, com uma escada feita com mármore de Carrara, na Itália, piso belga, azulejos portuguesas e treliças canadenses.

A desapropriação faz parte do programa de revitalização do centro da capital paulista. É o mesmo programa que propõe a construção de um novo centro administrativo do governo do estado na área ao redor do parque Princesa Isabel, nos Campos Elíseos.

Há três semanas, a gestão Tarcísio lançou o concurso de arquitetura para selecionar um projeto para a área, que abrange quatro quadras. A previsão é que se construam até 13 torres que podem chegar a 90 m de altura cada uma.

A área total a ser construída é de 450 mil m². Quase todos os imóveis ao redor do parque deverão ser desapropriados, e o terminal de ônibus Princesa Isabel deve ser transferido para outro local.

Uso de bicicleta para transporte já supera o de carro em Paris

Mudança de hábito vem na esteira de ações para adaptação à crise climática; prefeitura pretende ampliar ciclovias

Ana Bottallo

SÃO PAULO Pela primeira vez, a bicicleta superou o carro como meio de transporte favorito dos parisienses, segundo uma pesquisa realizada pelo Instituto Paris Região (IPR), um consórcio de empresas públicas e privadas da região da capital francesa.

Os resultados do estudo, divulgados no começo deste mês, apontam que 11,2% dos parisienses utilizam bicicleta para deslocamentos na cidade, frente a só 4,3% que fazem uso de carro.

Os dois métodos preferenciais continuam sendo o deslocamento a pé (53,3%) e o transporte público (30%).

A bicicleta também supera o carro no deslocamento entre Paris e os subúrbios mais próximos, com 14% contra 11,8%. O estudo, divulgado em 4 de abril, indica ainda que 66,1% dos moradores da capital da França usam transporte público, e 5,5% caminham para se deslocar.

Em sua conta no X (ex-Twitter), o prefeito-adjunto para a transformação dos espaços públicos e mobilidade de Paris, David Belliard, compartilhou a pesquisa e se mostrou contente com os resultados obtidos dentro do plano de modificação da cidade para se tornar mais verde.

"Agora é oficial: atualmente, há mais deslocamentos por bicicleta do que por carro na cidade de Paris, no momento dos Jogos Olímpicos! É o objetivo que nós havíamos fixados dentro do plano #vélo [nome dado ao programa da prefeitura]", disse.

Os Jogos Olímpicos de Paris 2024 começam em 26 de julho. De acordo com o comitê organizador do evento, os visitantes poderão chegar aos locais de competição por ciclovias. A prefeitura vai disponibilizar mais de 2.000 bicicletas elétricas.

A pesquisa do IPR teve duas metodologias. A primeira consistiu na captação por GPS (dados de deslocamento por satélite) da movimentação, por sete dias, de 3.337 moradores da região da Île-de-France (onde fica Paris) com idade de 16 a 80 anos. Os dados analisados corresponderam ao período de outubro de 2022 a abril de 2023.

Depois, os pesquisadores realizaram inquéritos sociodemográficos com os participantes por telefone para confirmar as preferências de deslocamento dos parisienses. Essa etapa durou de maio a outubro de 2023.


Ciclista percorre trajeto inundado com as águas do rio Sena, em Paris Guillaume Baptiste - 5.mar.24/AFP

Além da constatação da preferência pela bicicleta na cidade, quase um quinto (18,9%) dos deslocamentos feitos na hora do pico da manhã (de 6h às 9h de segunda a sexta-feira) entre o centro parisiense e a periferia (na chamada "pequena cintura") foi de bicicleta, contra 6,6% de carro.

No mesmo período, para os deslocamentos dentro da própria capital, 42,7% disseram usar o transporte público, 36,6% o deslocamento a pé e 15,5% bicicleta —e só 5% carro.

A prefeita de Paris, Anne Hidalgo, também celebrou o anúncio, em sua conta no Instagram: "Em Paris, a bicicleta deixa o carro para trás!".

Em uma entrevista ao jornal Financial Times em 2023, Hidalgo destacou como uma meta ambiciosa da sua gestão conseguir reduzir a dependência de carro dos parisienses, com o objetivo de melhorar a mobilidade urbana e também fazer um aceno para a adaptação frente à crise climática.

O plano para a transformação da cidade de Paris teve duas etapas. A primeira, de 2015 a 2020, contou com investimento de € 150 milhões (cerca de R$ 825 mi) e teve como objetivo ampliar em 1.094 km a malha de ciclovias na capital até 2021, além de criar vias expressas conectando a região da Île-de-France.

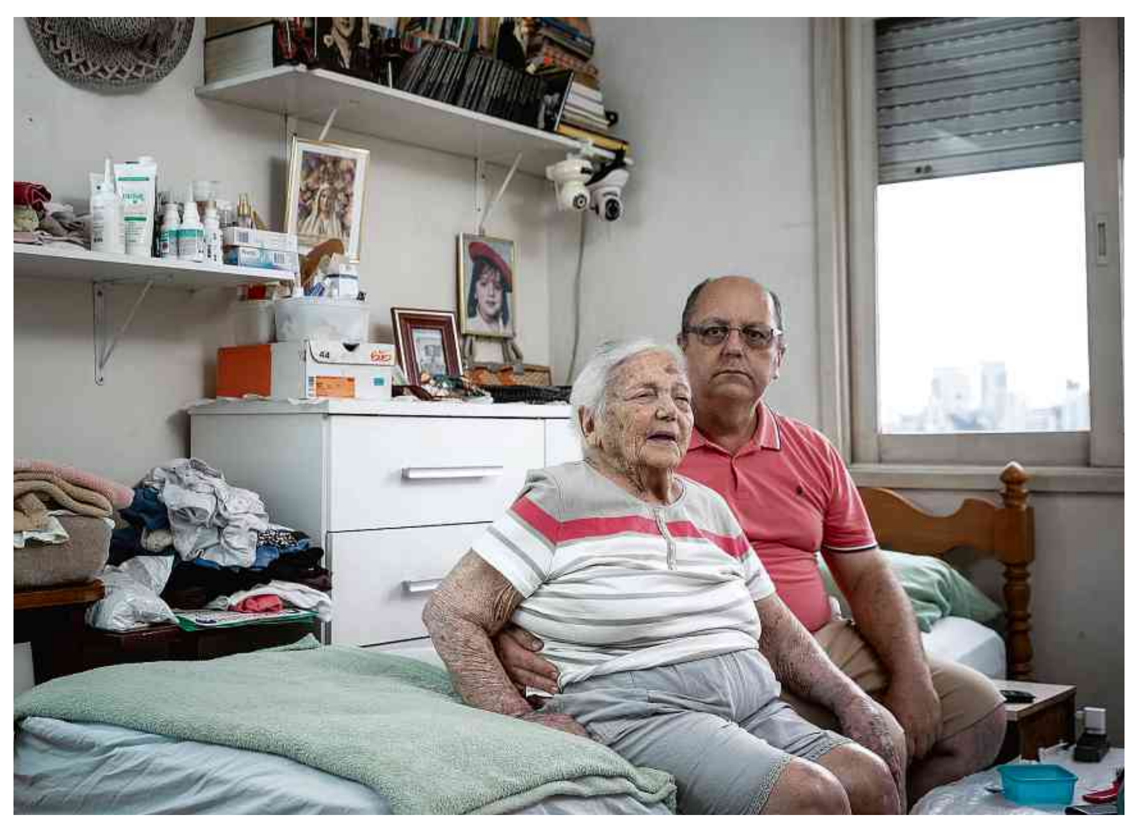
Houve também um aumento de 47% dos usuários de bicicleta na cidade.

A segunda etapa, lançada em 2021, traz a meta de tornar Paris 100% adaptada a bicicletas até 2026. Para isso, houve outros € 100 milhões (cerca de R$ 550 mi) de investimento. Está prevista a ampliação de mais 180 km de ciclovias, sendo 130 km em novas faixas e 52 km de restauração de vias já existentes.

O objetivo agora é ampliar o acesso a ciclovias também na região metropolitana de Paris. Segundo a pesquisa do IPR, nessas áreas o uso do carro ainda é maior do que o de bicicletas.

Além da construção de ciclovias, a Prefeitura de Paris também tem dado incentivos fiscais para moradores comprarem motos e carros elétricos. Entre as estratégias estão a redução de impostos, estacionamento gratuito para donos desses veículos na região central e dezenas de postos de carregamento espalhados pela cidade.

Para Belliard, tais ações comprovam a preocupação da prefeitura da capital francesa com a adaptação para a crise climática. "Isso demonstra a transição rápida de modo de vida que a população de Paris passou, a adoção de uma nova prática de transporte, a bicicleta, no dia a dia de uma cidade que se adapta para as mudanças climáticas", escreveu ele em sua página no X.



O engenheiro João Treco Filho com sua mãe, Martha Zequetto Treco, de 102 anos Adriano Vizone - 14.abr.2024/Folhapress

Aos 102, idosa recebe aviso de cancelamento unilateral de plano

Unimed Nacional afirma que contrato será mantido; queixas de rescisões de convênios coletivos disparam

Cláudia Collucci

SÃO PAULO "Olá, Martha! Esperamos que esteja bem! Viemos aqui hoje trazer uma notícia do seu plano de saúde. Por decisão da sua operadora, Unimed Nacional, e apesar de todos os nossos esforços para a manutenção da sua permanência, ele será cancelado a partir de 1º de maio de 2024."

Foi por meio dessa mensagem, da administradora de benefícios Qualicorp, que o engenheiro mecânico João Treco Filho soube, no dia 28 de março, que o plano de saúde da sua mãe, Martha Zequetto Treco, seria rescindido pela operadora 32 dias depois. Martha tem 102 anos.

A idosa é beneficiária do sistema Unimed desde 2009, paga atualmente uma mensalidade de R$ 9.300 por um plano coletivo por adesão. Por lei, o contrato pode ser rescindido de forma unilateral e injustificada, por vontade da operadora ou do cliente, desde que haja um comunicado com o prazo de 60 dias.

Atualmente, Martha precisa de cuidados em casa devido a uma infecção bacteriana resistente, adquirida na última internação hospitalar, que demanda antibiótico na veia. Ela também tem dificuldades para engolir e para se locomover e, no momento, investiga uma suspeita de tumor de mama.

"Sempre pagamos pontualmente o convênio médico. De uns anos para cá, ele passou a nos aterrorizar, com reajustes abusivos. Depois, descredenciou os principais hospitais que utilizávamos. Agora, simplesmente decidiu descredenciá-la", diz o filho.

Ele afirma que tentou, sem sucesso, reverter a rescisão ligando para a Qualicorp, incorporadora do plano de saúde, e para a Unimed. "A Qualicorp disse que não tinha o que fazer, que era uma decisão da Unimed. E a Unimed alegou ter direito a rescindir o contrato. Não ofereceram nenhum plano alternativo. Procuramos outros corretores e a resposta foi a mesma: não há nada mais para ela", afirma Treco Filho.

Após a reportagem da **Folha** procurar a operadora para ouvi-la sobre a decisão de cancelamento, a ouvidoria da Unimed telefonou para Treco Filho na manhã desta segunda (15), informando que o plano de Martha será mantido. Ele ainda aguarda a confirmação oficial por e-mail.

Também nesta segunda, a família obteve uma liminar na Justiça garantindo a permanência da idosa no plano. "Até porque eles podem recuar hoje, e amanhã cancelarem a minha mãe novamente", afirma.

> "Um dos princípios que regem os contratos é a boa-fé. Esses casos em que o consumidor paga por 30 anos um plano e, quando adoece e precisa de tratamento, é cancelado, se caracteriza um claro caso de má-fé
>
> **Marina Magalhães**
> advogada e pesquisadora do programa de saúde do Idec (Instituto de Defesa Consumidor)

Em nota, a Unimed Nacional informou que cumpre rigorosamente a legislação e as normas que regem os planos de saúde, e que as rescisões de planos coletivos por adesão estão previstas e regulamentadas pela ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar).

"Jamais são feitas de maneira discricionária ou discriminatória e não são decididas mediante análise individual de cada integrante da entidade com a qual o acordo é celebrado. Elas ocorrem de forma coletiva, dentro das condições estabelecidas em contrato, e são comunicadas previamente às administradoras, sendo estas as encarregadas de avisar e oferecer outras opções aos seus clientes."

Casos como o de Treco podem ser reavaliados, diz a Unimed. "O plano de saúde dela está ativo e já entramos em contato com os seus familiares para garantir que todas as informações fossem esclarecidas de forma abrangente e satisfatória. A nossa ouvidoria está sempre à disposição. Asseguramos que nos empenhamos em resolver qualquer dúvida de nossos clientes."

Também em nota, a Qualicorp reforçou que, "na condição de administradora de benefícios, após ser notificada do cancelamento pela operadora, apoia seus beneficiários disponibilizando informações e orientações sobre os direitos e possibilidades de portabilidade".

Queixas de beneficiários por cancelamento ou suspensão de planos coletivos por adesão, como o de Martha, vem aumentando na ANS desde outubro do ano passado.

Das 3.848 reclamações de 2023, 1.317 foram no último trimestre do ano. O número representa uma alta de 54% em relação aos três últimos meses do ano anterior (856). O número representa uma alta de 54% em relação aos três últimos meses do ano anterior (856).

Na sexta (12), a **Folha** solicitou números do primeiro trimestre de 2024 à ANS, mas não recebeu as informações até a publicação dessa reportagem.

Escritórios de advocacia também registram crescimento na procura de clientes para o ingresso de ações judiciais contra essas decisões. No escritório Vilhena Silva, um dos maiores na área da saúde, a alta foi de 183% nos três primeiros meses deste ano em relação ao mesmo período de 2023 (42 contra 119).

Ele afirma que idosos e pessoas doentes têm sido as principais vítimas dessas rescisões unilaterais, embora haja um entendimento no STJ (Superior Tribunal de Justiça) de que pessoas doentes, que estão em tratamento necessário para resguardar suas vidas ou a sua saúde, não podem ter o plano cancelado.

A médica Marina Bacal de Campos Melo Oksman, 40, diz que foi avisada que seria descredenciada pela Porto Seguro após um período de muita utilização do plano. Em outubro passado, ela foi diagnosticada com uma doença genética neuromuscular, que demandou 23 dias de internação, sendo 11 na UTI (Unidade de Terapia Intensiva), e muitas sessões de hemodiálise, de fisioterapia e de terapia ocupacional.

No mês passado, ela recebeu o aviso da rescisão unilateral do seu plano coletivo empresarial com três vidas (ela e os dois filhos). "O plano alega que tem o direito de fazer uma rescisão imotivadamente. Não é imotivadamente. Enquanto eu não tinha doença nenhuma, nunca tive problema. Agora, com a doença e usando muito o convênio, eu não sirvo mais."

Após ingressar na Justiça, ela perdeu na primeira instância. A juíza entendeu que, conforme previsão contratual, o plano tem o direito ao cancelamento unilateral. Ela recorreu da decisão e ganhou na segunda instância o direito de permanecer na Porto. "Mas continuo muito insegura, não sei o que vai acontecer."

Em nota, a Porto Seguro informou que atua dentro das regras estabelecidas nos contratos firmados com as empresas clientes observando as cláusulas contratadas.

Para a advogada Marina Magalhães, pesquisadora do programa de saúde do Idec (Instituto de Defesa Consumidor), apesar de prevista na lei, a rescisão unilateral e imotivada é abusiva e fere tanto o Código de Defesa do Consumidor quanto o Código Civil.

"Um dos princípios que regem os contratos é a boa-fé. Esses casos em que o consumidor paga por 30 anos um plano e, quando adoece e precisa de tratamento, é cancelado, se caracteriza um claro caso de má-fé."

Ministério da Saúde ainda não cogita 'plano B' para remanejamento de vacinas contra dengue

SAÚDE PÚBLICA

Luana Lisboa

SÃO PAULO O Ministério da Saúde ainda não considera necessário um plano alternativo para a redistribuição de doses de vacinas da dengue, caso não haja uma boa procura pelas doses remanejadas, disse à **Folha** a secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente, Ethel Maciel.

Segundo Maciel, uma reunião foi feita com o Conass (Conselho Nacional de Secretários de Saúde) e o Conasems (Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde) na última quinta-feira (11) e não houve relatos que fizeram a pasta cogitar a criação de uma segunda estratégia.

"Nós não tivemos nenhuma notícia dos estados ou municípios de que estão com excesso de doses. Não fomos informados que haveria um grande número com possibilidade de vencimento para que a gente pudesse pensar em uma outra estratégia, então no momento, permanecemos nessa estratégia", afirmou.

O atual público-alvo da vacinação inclui crianças e adolescentes de 10 a 14 anos de municípios com alta transmissão da doença e incidência do sorotipo 2 da dengue.

O remanejamento é feito por estados e municípios. A pasta, no entanto, disponibilizou um ranking de municípios a receberem as doses, com base no número absoluto de casos por cidade.

"Como eram poucas doses para serem remanejadas, não acreditamos que vá haver problema. Se houver problema, aí a gente pensa se precisamos, para essas doses que vão vencer em junho e julho, alguma outra necessária uma estratégia como a ampliação da faixa etária, por exemplo. Mas, nesse momento, não temos uma outra ação", disse.

A secretária afirmou não ser possível informar sobre a quantidade de vacinas remanejadas que já foram aplicadas. Os municípios usam sistemas próprios para a contagem e há ainda um pequeno atraso no envio da Rede Nacional de Dados em Saúde, diz Maciel.

O remanejamento foi planejado pela pasta após a baixa procura pelo imunizante. Com isso, o ministério recomendou, no início de março, a ampliação da faixa etária para vacinação e decidiu aumentar a quantidade de municípios que receberão as doses.

Os imunizantes com vencimento mais próximo fazem parte dos fornecidos sem custo ao Ministério da Saúde pela Takeda, fabricante da vacina QDenga, que totalizam mais de 1,2 milhão de doses. Desse total, 668 mil tinham vencimento em 30 de abril.

Os estados têm até o dia 30 de abril para informar ao ministério quantas doses foram remanejadas para cada município, para que a pasta possa garantir as segundas doses aos que já receberam a primeira.

Além das doses doadas, o ministério comprou 5,2 milhões de doses, que tem prazo de validade para 2025 e serão destinadas à imunização de 3,2 milhões de pessoas.

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Mineiro simples, tocou a vida com serenidade

PEDRO PINTO DA SILVA (1950 - 2024)

Lucas Lacerda

SÃO PAULO Dizer que alguém é um típico mineiro pode soar vago, tamanha é a gama de qualidades. No caso de Pedro Pinto da Silva, a expressão valia para o jeito modesto e o comportamento, que mudava entre desconhecidos e com amigos e familiares.

É o que diz o filho, Carlos Alexandre Silva, 44. "Era quietinho, bem na dele. Mas no primeiro contato já virava um amigo de longa data."

Pedro era a alegria de festas e encontros. Suas marcas registradas, segundo a filha Sheila Maria Silva, 47, eram a simplicidade e o humor.

Um humor nem sempre compreendido por outros além do filho Carlos. Eles passavam horas vendo o programa Chaves ou rindo de vídeos compartilhados. "Quem nos visse poderia não achar graça, mas era um momento nosso."

Conhecido pela modéstia, Pedro nasceu numa cidade também simples. Em 1950, Marilac, que hoje tem 4.224 habitantes, era o povoado chamado de Assa-Peixe, por causa da grande quantidade da planta. Só se tornaria mais um dos municípios do Vale do Rio Doce em 1962, ano da emancipação.

Conheceu a mulher, Maria Terezinha da Silva, 71, durante a juventude em Marilac. Mudaram-se para Ipatinga, a 160 km. Foi nessa cidade que Pedro começou a trabalhar em uma das unidades da Usiminas, onde foi inspetor mecânico até a aposentadoria.

Católico, também se dedicava a ajudar no trabalho da igreja em Ipatinga, servindo café. "Fazia outras coisas, sempre se doava muito, não importava qual fosse a função", diz Carlos.

Com os três filhos chegando à fase de vestibulares, a família se mudou para Belo Horizonte. Junto com Terezinha, Pedro não parava. Sempre acompanhavam os filhos na rotina de estudos, inclusive nas viagens para as provas.

Mas uma coisa perturbava a serenidade do marilaquense: o Atlético-MG. Torcedor do tipo supersticioso, frequentemente não aguentava o nervosismo e deixava de assistir aos jogos na metade. Em caso de derrota, a missão inglória de comunicar o resultado sobrava para Carlos.

Anos mais tarde vieram os dois netos, filhos de Carlos, João Pedro, 8, e Miguel, 3, e ele virou avô coruja. Durante a fase mais grave da pandemia de coronavírus, Carlos se mudou com mulher e filhos para Belo Horizonte, aproximando os netos do avô, alegre por participar da rotina.

No último ano, Pedro sofria com as complicações de uma parada cardíaca seguida de um AVC. Ele morreu em 19 de março, aos 73 anos. Deixa a mulher, os filhos Fernanda da Silva, 49, Sheila e Carlos, e os netos.

INÊS249

BANCO LUSO BRASILEIRO S.A.

CNPJ 59.118.133/0001-00 - NIRE 35.300.119.894

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os acionistas desta Companhia a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 24 de abril de 2024, às 10h, em sua sede social, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Pascoal Pais, 525, 14º andar, Vila Cordeiro, CEP 04581-060, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Em **Assembleia Geral Ordinária**: (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, o Relatório da Administração, referentes ao exercício social findo em 31/12/2023; (b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício findo em 31/12/2023 e a distribuição dos dividendos; e (c) fixar a remuneração global dos administradores para o exercício de 2024. Em **Assembleia Geral Extraordinária**: (a) deliberar sobre o aumento do capital social, mediante a capitalização de Juros sobre Capital Próprio, conforme proposta do Conselho de Administração; (b) alterar a redação do artigo 5º do Estatuto Social, em caso de aprovação do aumento de capital; e (c) consolidar o estatuto social da Companhia. São Paulo (SP), 15 de Abril de 2024. O Conselho de Administração.

Paulista Lajeado Energia S.A.

CPFL ENERGIA

CNPJ nº 03.491.603/0001-21 - NIRE 35.300.174.399

Edital de Convocação para Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **Paulista Lajeado Energia S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE") a serem realizadas no dia 23 de abril de 2024, às 11h45, de forma exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams Meetings*, a fim de deliberarem sobre a seguinte matéria constante da ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** aprovação da destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a distribuição de dividendos; e **(iii)** eleição de membro do Conselho de Administração. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** aprovação da fixação da remuneração dos administradores. **Informações Gerais: 1.** Poderão participar da AGOE os Acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que estejam registrados no Livro de Registro de Ações e realizem solicitação de cadastramento pelo endereço eletrônico (corporategovernance@cpfl.com.br) com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acompanhada dos seguintes documentos: (i) pessoa física - documento de identificação com foto; (ii) pessoa jurídica - cópia simples do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). **2.** É facultado a qualquer Acionista constituir procurador para comparecer à AGOE e votar em seu nome. Na hipótese de representação, deverão ser apresentados os seguintes documentos pelo acionista por e-mail juntamente com os documentos para cadastramento prévio: (i) instrumento de mandato (procuração), com poderes especiais para representação na AGOE; e (ii) indicação de endereço eletrônico para liberação de acesso e envio de instruções sobre utilização da plataforma. **3.** As procurações, nos termos do Parágrafo 1º, do Art. 126, da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia e (ii) ser advogado. **4.** As instruções para acesso e participação na AGOE serão oportunamente encaminhadas aos acionistas mediante conferência e regularidade dos documentos citados nos itens anteriores. **5.** Os acionistas que solicitarem e obtiverem senha para participação nas Assembleias deverão, para ter acesso à Plataforma Digital, confirmar eletronicamente que se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais para acesso à Plataforma Digital única e exclusivamente para participação remota nas Assembleias; (ii) não transferir ou divulgar os convites individuais a qualquer terceiro (acionista ou não), sendo o convite intransferível; e (iii) não gravar ou reproduzir a qualquer terceiro (acionista ou não) o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização das Assembleias, sendo as Assembleias restritas aos acionistas participantes. **6.** Mais esclarecimentos acerca das matérias da ordem do dia, a serem deliberadas na AGOE, poderão ser solicitados diretamente à administração pelo e-mail corporategovernance@cpfl.com.br.

Campinas, 15 de abril de 2024

Karin Regina Luchesi - Presidente do Conselho de Administração

Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 07.594.978/0001-78 - NIRE 35300477570 - Código CVM nº 02426-0

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de Março de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada em 22 de março de 2024, às 16 horas, na sede social da Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A., localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.294, 2º andar, Bela Vista, CEP 01310-100 (**"Companhia"**). **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, por meio de videoconferência, nos termos do estatuto social da Companhia (**"Estatuto Social"**). **3. Mesa:** Presidente, o Sr. Daniel Rizardi Sorrentino Secretária, a Sra. Juana Melo Pimentel. **4. Ordem do Dia:** Reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Companhia para examinar, discutir e deliberar sobre: **(i)** a proposta de destinação do lucro líquido referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** a proposta de limite da remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024; **(iii)** a proposta de alteração e consolidação do Estatuto Social; **(iv)** a convocação dos acionistas da Companhia para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, a se realizar em 25 de abril de 2024 (**"Assembleia"**), incluindo a proposta da administração, a ser submetida ao exame, deliberação e votação da Assembleia; **(v)** a representação da Companhia nas assembleias gerais e reuniões de sócios das sociedades nas quais a Companhia detenha participação; e **(vi)** a autorização para que a Diretoria da Companhia pratique os atos necessários para efetivação das deliberações tomadas nos itens acima. **5. Deliberações:** Após o exame, a discussão e a votação das matérias, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram o quanto segue: **5.1.** Aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, a proposta de destinação do lucro líquido referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 no valor total de R$ 1.036.554.667,12 (um bilhão, trinta e seis milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e sete reais e doze centavos), conforme segue: (i) R$ 51.827.733,86 (cinquenta e um milhões, oitocentos e vinte e sete mil, setecentos e trinta e três reais e oitenta e seis centavos), correspondente a 5% do lucro líquido do exercício, à reserva legal, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) R$ 252.977.866,21 (duzentos e cinquenta e dois milhões, novecentos e setenta e sete mil, oitocentos e sessenta e seis reais e vinte e um centavos), correspondente a 25,69% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, ao pagamento de juros sobre capital próprio já distribuídos e quitados, os quais estiveram sujeitos à retenção de 15% de Imposto de Renda Retido na Fonte, com exceção dos acionistas imunes e/ou isentos, nos termos da legislação fiscal em vigor, imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, em conformidade com o artigo 24, parágrafo 2º do Estatuto Social; e (iii) a totalidade do lucro líquido remanescente, no montante de R$718.726.178,86 (setecentos e dezoito milhões, setecentos e vinte e seis mil, cento e setenta e oito reais e oitenta e seis centavos), à reserva estatutária, que poderá ser utilizada para investimentos e para compor fundos para o adequado desenvolvimento das atividades da Companhia, de suas controladas e das sociedades nas quais a Companhia participa, em conformidade com o artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações; **5.2.** Aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, a proposta da administração, a ser submetida ao exame, deliberação e votação da Assembleia, do limite da remuneração anual global dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024, no montante de até R$ 49.520.000,00 (quarenta e nove milhões e quinhentos e vinte mil reais); **5.3.** Aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, a proposta de alteração e consolidação do Estatuto Social, a fim de: (a) estabelecer um número mínimo e um número máximo de membros para compor o Conselho de Administração; (b) alterar determinadas competências do Conselho de Administração, bem como atribuir ao Conselho de Administração a competência para a nomeação, dentre seus membros, do Presidente do órgão; (c) alterar o número máximo de membros da Diretoria; (d) prever atribuições gerais aplicáveis aos Diretores sem designação específica, sem prejuízo de atribuições adicionais que venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração; (e) alterar as regras de representação da Companhia; e (f) instituir o Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia; **5.4.** Aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, a convocação da Assembleia, a ser realizada em 25 de abril de 2024 às 10hrs, nos termos da Proposta da administração, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (A) em Assembleia Geral Extraordinária: (i) alteração e consolidação do estatuto social da Companhia, a fim de (a) estabelecer um número mínimo e um número máximo de membros para compor o Conselho de Administração; (b) alterar determinadas competências do Conselho de Administração, bem como atribuir ao Conselho de Administração a competência para a nomeação, dentre seus membros, do Presidente do órgão; (c) alterar o número máximo de membros da Diretoria; (d) prever atribuições gerais aplicáveis aos Diretores sem designação específica, sem prejuízo de atribuições adicionais que venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração; (e) alterar as regras de representação da Companhia; e (f) instituir o Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia; e (B) em Assembleia Geral Ordinária: (ii) tomar as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iii) exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do relatório da administração, do relatório dos auditores independentes, do parecer do Conselho Fiscal e do relatório do Comitê de Auditoria; (iv) deliberação sobre a destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (v) fixação do número de membros do Conselho de Administração, sujeito à aprovação da reforma estatutária em sede de Assembleia Geral Extraordinária; (vi) eleição dos membros do Conselho de Administração; e (vii) fixação do limite da remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024, bem como aprovar a proposta da administração a ser ajustada e regularmente submetida à apreciação pela Assembleia; **5.5.** Aprovar que os Diretores sem designação específica poderão representar a Companhia, de forma isolada, em assembleias de acionistas e reuniões de sócios de quaisquer sociedades nas quais a Companhia seja titular de participações societárias ou valores mobiliários de qualquer natureza, devendo votar e deliberar sobre a aprovação de contas da administração, das demonstrações financeiras e do relatório da administração (se aplicável) de tais sociedades para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 e para exercícios anteriores (se aplicável), e realizar todos os atos necessários para tais aprovações, incluindo presidir e/ou secretariar quaisquer assembleias ou reuniões de sócios, apresentar protestos, impugnações, declarações de voto, assinar livros de presença, atas e quaisquer documentos e atos societários que se fizerem necessários para tais aprovações; e **5.6.** Autorizar, por unanimidade, os Diretores a praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações tomadas nos itens acima. **6. Encerramento e Lavratura:** Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quisesse fazer uso da palavra, foi encerrada a reunião, que atendeu a todas as formalidades legais, lavrando-se a presente ata, que foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. **7. Lista de Presenças:** O Presidente e a Secretária da Mesa certificam que os seguintes Conselheiros estiveram presentes na reunião: Daniel Rizardi Sorrentino, Diogo Ferraz de Andrade Corona, Edgard Gomes Corona, Leonardo Lujan Gonzalez, Luis Felipe Françoso Pereira da Cruz, Soraya Teixeira Lopes Corona, Ricardo Lerner Castro e Wolfgang Stephan Schwerdtle. São Paulo, 23 de março de 2024. Mesa: **Daniel Rizardi Sorrentino** - Presidente; **Juana Melo Pimentel** - Secretária. JUCESP nº 130.708/24-0 em 28/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

PECINI LEILÕES

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES *ONLINE*

DATA: 1º Público Leilão: 26/04/2024, às 10h15 | 2º Público Leilão: 30/04/2024, às 10h15

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **VCI CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.**, CNPJ nº 16.587.536/0001-95, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos arts. 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 402, TIPO "3", 4º PAVIMENTO DO BLOCO Nº 01 – EDIFÍCIO FOREVER FUN, INTEGRANTE DO EMPREENDIMENTO DENOMINADO FOREVER RESIDENCE RESORT**, com acesso pela Rua Senhora do Porto, nº 77, Vila Barros, Guarulhos/SP, contendo as seguintes áreas: Privativa de 73,7300m²; Comum de Divisão Proporcional de 25,8622m², já incluído o direito ao uso de 01 (uma) vaga indeterminada localizada no primeiro, segundo ou terceiro subsolos da garagem coletiva; Comum de Divisão Proporcional de 22,7384m², sendo 13,4104m² de área padrão de construção de equivalência e 9,3280m² de área descoberta; Total de 122,3306m²; FIT de 16,6202m² no terreno e em todas as demais coisas de uso comum e coeficiente de 0,3324%. Matrícula Imobiliária nº 153.343 do 2º CRI de Guarulhos/SP. Inscrição Cadastral nº 084.42.99.0001.01.020. Consolidação da Propriedade em 01/04/2024. **Valores: 1º Leilão: R$ 494.654,63. 2º Leilão: R$ 552.534,99. Encargos do Arrematante: i)** Pagamento à vista do valor do arremate e 5% de comissão da leiloeira; **ii)** Custas cartoriais, impostos e taxas de transmissão para lavratura e registro da escritura; **iii)** Quitação dos débitos de Condomínio vencidos antes e após as datas dos leilões; **iv)** Todas as despesas que vencerem a partir das datas dos leilões; **v)** Na hipótese de arrematação no 1º público leilão, ficará a cargo exclusivo do arrematante a quitação de todos os débitos de IPTU vencidos antes dos leilões; **vi)** Verificação do imóvel, de sua situação jurídica e eventuais ações judiciais em andamento; **vii)** Venda *AD CORPUS*. Imóvel entregue no estado em que se encontra; **viii) IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo do arrematante. Fica o Devedor Fiduciante **JOSE BRAGANTI CAMILO**, CPF nº 032.171.938-73, comunicado das datas dos leilões, também pelo presente edital, uma vez que se encontra em lugar ignorado, para o exercício da preferência. **Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras para Participação, disponível no portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR.** Maiores informações pelo e-mail: contato@pecinileiloes.com.br; WhatsApp (11) 97577-0485; Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, nº 187 – Jd. das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 0003611-20.2014.8.26.0438. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária. Requerente: BANCO SAFRA S/A. Requerido: Campeona Indústria e Comércio de Alimentos Ltda e outro. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 0003611-20.2014.8.26.0438. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara, do Foro de Penápolis, Estado de São Paulo, Dr(a). HEBER GUALBERTO MENDONÇA, na forma da Lei, etc. Edital de Citação. Prazo 30 dias. Processo nº 0003611-20.2014.8.26.0438. O Dr.Heber Gualberto Mendonça, Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Penápolis/SP, Faz Saber a Penápolis Laticínios Ltda (CNPJ. 07.254.934/0001-07), que Banco Safra S/A lhe ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 4.502.151,94 (abril de 2018),representada pela Cédula de Crédito Bancário nº 1228107. Estando a executada em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 30 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado. Penápolis, 02/04/2024.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

PRÓ-REITORIA DE INCLUSÃO E PERTENCIMENTO

COMUNICADO DE RETIFICAÇÃO

Retificação do Aviso de Licitação do Pregão Eletrônico nº 001/2024 - PRIP, PROCESSO SEI Nº 1154.00001125/2024-05 publicado no DOE de 16 de abril de 2024, Caderno Executivo – Seção III, páginas 61.

Onde se lê: "... cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 16/04/2024, ..."

Leia-se: "... cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 17/04/2024, ..."

Onde se lê: "... estando a sessão de disputa agendada para o dia 30/04/2024 às 09h30, ..."

Onde se lê: "... estando a sessão de disputa agendada para o dia 02/05/2024 às 09h30, ..."

As demais informações permanecem inalteradas.



CPTM - Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

CNPJ 71.832.679/0001-23

31ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
67ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Convocamos os Acionistas da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, para reunirem-se em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária no dia 26/04/2024, às 15h00, a ser realizada na Rua Boa Vista, 162, 6º andar, São Paulo, SP, para apreciação e deliberação da seguinte ordem do dia:

A) Assembleia Geral Ordinária

1 – Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis e Parecer da Auditoria Independente, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023;

2 – Eleição dos membros do Conselho Fiscal;

3 – Eleição dos membros do Conselho de Administração;

4 – Fixação de remuneração dos membros dos órgãos estatutários.

B) Assembleia Geral Extraordinária

1 – Aumento do Capital Social autorizado;

2 - Alteração do caput do artigo 3º e do parágrafo único, do artigo 10, do inciso XXVIII do artigo 14, do caput do artigo 25, do título do capítulo IX, do artigo 29, 31 e exclusão do artigo 30, do Estatuto Social, autorizando a respectiva consolidação de seus termos;

3 – Eleição de membros do Comitê de Elegibilidade;

4 - Outros assuntos de interesse da sociedade.

São Paulo, 15 de abril de 2024.

ALEXANDRE AKIO MOTONAGA
Presidente do Conselho de Administração







COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP

CNPJ 06.995.362/0001-46 - NIRE nº 35 300 317 220

Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convidados os Srs. Acionistas desta sociedade a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 26 de abril de 2024 às 16h00min, na sede social da Companhia, Rua Iaiá, 126, 11º andar, Itaim Bibi, São Paulo - SP, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **Assembleia Geral Ordinária: I)** Aprovação das Demonstrações Financeiras do Exercício Encerrado em 31/12/2023; **II)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; **III)** Eleição dos membros do Conselho Fiscal; e **IV)** Eleição dos membros do Conselho de Administração. **Assembleia Geral Extraordinária: I)** Deliberar sobre alterações do Estatuto Social da Companhia a fim de: **a)** alterar o artigo 3°, para contemplar o valor atualizado do capital social e de suas respectivas ações, considerando a ratificação da integralização de capital realizada no valor de R$ 30.000.000,00, que observou o limite do capital social autorizado (Processo SEI n° 378.00000109/2023-36); **b)** excluir das atividades do Comitê de Elegibilidade ("Comitê") a função de aconselhamento, deliberar sobre: **b.a**) a exclusão do artigo 26 e, por consequência, a renumeração dos artigos seguintes; **b.b)** a exclusão da expressão "e Aconselhamento" contida nos dispositivos pertinentes ao referido Comitê; e **b.c)** a alteração do artigo 27, suprimindo a informação de que os membros do referido Comitê "poderão participar das reuniões do Conselho de Administração, com direito a voz, mas não a voto." (observados os termos dos Ofícios CODEC nº 017/2024 e n° 240/2023); **c)** garantir a participação de representantes dos acionistas minoritários, tanto no Conselho de Administração quanto no Conselho Fiscal da Companhia, deliberar sobre a alteração dos artigos 10 e 24, com os devidos ajustes pertinentes à remissão legislativa (observados os termos do Ofício CODEC n° 037/2024); e **d)** atualizar o registro das alterações supramencionadas, deliberar sobre a consolidação do estatuto social. **II)** Eleição dos membros do Comitê de Elegibilidade. **III)** Fixação da remuneração dos órgãos estatutários. São garantidos aos Srs. Acionistas a participação e o voto a distância na assembleia geral, nos termos da Lei n° 14.030, de 28/07/2020. São Paulo, 08 de abril de 2024. **Arthur Luís Pinho de Lima** - Presidente do Conselho de Administração.

Sul Geradora Participações S.A.

cpfl sul geradora

CNPJ nº 10.401.234/0001-02 - NIRE 35.300.177.754

Edital de Convocação para Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **Sul Geradora Participações S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE") a serem realizadas no dia 23 de abril de 2024, às 11h30, de forma exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams Meetings*, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes das ordens do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(ii)** aprovação da destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** fixar o montante global anual da remuneração dos administradores. **Informações Gerais: 1.** Poderão participar das AGOE os Acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que estejam registrados no Livro de Registro de Ações e realizem solicitação de cadastramento pelo endereço eletrônico (corporategovernance@cpfl.com.br) com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acompanhada dos seguintes documentos: (i) pessoa física - documento de identificação com foto; (ii) pessoa jurídica - cópia simples do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). **2.** É facultado a qualquer Acionista constituir procurador para comparecer à AGOE e votar em seu nome. Na hipótese de representação, deverão ser apresentados os seguintes documentos pelo acionista por e-mail juntamente com os documentos para cadastramento prévio: (i) instrumento de mandato (procuração), com poderes especiais para representação na AGOE; e (ii) indicação de endereço eletrônico para liberação de acesso e envio de instruções sobre utilização da plataforma. **3.** As procurações, nos termos do Parágrafo 1º, do Art. 126, da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia e (ii) ser advogado. **4.** As instruções para acesso e participação na AGOE serão oportunamente encaminhadas aos acionistas mediante conferência e regularidade dos documentos citados nos itens anteriores. **5.** Os acionistas que solicitarem e obtiverem senha para participação nas Assembleias deverão, para ter acesso à Plataforma Digital, confirmar eletronicamente que se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais para acesso à Plataforma Digital única e exclusivamente para participação remota nas Assembleias; (ii) não transferir ou divulgar os convites individuais a qualquer terceiro (acionista ou não), sendo o convite intransferível; e (iii) não gravar ou reproduzir a qualquer terceiro (acionista ou não) o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização das Assembleias, sendo as Assembleias restritas aos acionistas participantes. **6.** Outros esclarecimentos acerca das matérias da ordem do dia, a serem deliberadas nas AGOE, poderão ser solicitados diretamente à administração pelo e-mail corporategovernance@cpfl.com.br.

Campinas, 15 de abril de 2024

Karin Regina Luchesi - Presidente do Conselho de Administração

PECINI LEILÕES

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES *ONLINE*

DATA: 1º Público Leilão: 26/04/2024, às 10h00 | 2º Público Leilão: 30/04/2024, às 10h00

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **INCORFAST INCORPORAÇÃO S.A.**, CNPJ nº 00.756.144/0001-72, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos arts. 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 2.109, localizado no 21º andar do BLOCO 03 – EDIFÍCIO ÔNIX, do empreendimento denominado "RESIDENCIAL SUPREMO"**, situado na Rua Rui Barbosa, nº 83, Guarulhos/SP, contendo as seguintes áreas: privativa de 95,0300m²; comum de 63,2873m², já incluído o direito ao uso de 02 vagas indeterminadas, localizadas na garagem coletiva do empreendimento, situada nos subsolos; total construída de 158,3173m²; FIT de 0,3246% no terreno. Matrícula Imobiliária nº 108.307 do 1º CRI de Guarulhos/SP. Inscrição Cadastral nº 111.63.97.0050.03.081. Consolidação da Propriedade em 27/03/2024. **Valores: 1º Leilão: R$ 693.732,36. 2º Leilão: R$ 1.003.036,12. Encargos do Arrematante: i)** Pagamento à vista do valor do arremate e 5% de comissão da leiloeira; **ii)** Custas cartoriais, impostos e taxas de transmissão para lavratura e registro da escritura; **iii)** Todas as despesas que vencerem a partir das datas dos leilões; **iv)** Verificação do imóvel, de sua situação jurídica e eventuais ações judiciais em andamento; **v)** Na hipótese de arrematação no 1º público leilão, ficará a cargo exclusivo do arrematante a quitação de todos os débitos de IPTU e Condomínio vencidos antes dos leilões; **vi)** Consta Ação em trâmite junto a 10ª Vara Cível da Comarca de Guarulhos/SP, cuja análise é de responsabilidade do interessado; **vii)** Venda ***AD CORPUS***. Imóvel entregue no estado em que se encontra; **viii) IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo do arrematante. Fica o Devedor Fiduciante **JESSE CARDOSO NONATO NERI**, CPF nº 299.216.508-58, comunicado das datas dos leilões, também pelo presente edital, uma vez que se encontra em lugar ignorado, para o exercício da preferência. **Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras para Participação, disponível no portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR.** Maiores informações pelo e-mail: contato@pecinileiloes.com.br; WhatsApp (11) 97577-0485; Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 – Jd. das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

AGENCIA PAULISTA DE TECNOLOGIA DOS AGRONEGÓCIOS - APTA REGIONAL

COMUNICADO - CENTRO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

Processo SAA nº 007.00016651/2024-18 - Pregão Eletrônico SAA nº: 90002/2024

O Diretor Técnico da Apta Regional comunica que se encontra aberta na **APTA REGIONAL**, **PREGÃO ELETRÔNICO FED 90002/2024**, destinado a aquisição de **ÓLEO DIESEL**, do tipo **MENOR PREÇO**. A realização da sessão será na data de **03/05/2024**, horário 09:00 horas, no sítio www.gov.br/compras. Informações para aquisição/consulta do edital no Centro de Atividades Administrativas, pelo telefone (19) 3743-3749 ou pelo e-mail mguerrero@sp.gov.br.

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Presencial e Online

Prestador de Serviço Autorizado Itaú zuk

Credor Fiduciário: ITAÚ UNIBANCO S/A
Fiduciantes: LENILSON DOS SANTOS SILVA e sua mulher GEYZA CANDIDO SAMPAIO

LOTE 05 - Casa Assobradada nº. 11, do "Condomínio Stella Solaris", situada na Rua Ge. Alves de Medeiros, nº. 333, Chácaras da Fazendinha, Osasco/SP, com as seguintes áreas: privativa de 71,875m²; comum de 50,208m²; totalizando a área de 122,083m²; correspondendo-lhe uma fração ideal de 8,333% do terreno, a cada unidade autônoma é atribuído o direito de uso de uma vaga descoberta de estacionamento indeterminada. **Imóvel objeto da matrícula nº 104.776 do 1° Oficial de Registro de Imóveis de Osasco/SP. Observação**: Imóvel Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. **1º Leilão no dia 02/05/2024, às 11:00 horas**, à Rua Minas Gerais, 316, Cj. 62, Higienópolis – 01244-010 – São Paulo/SP, com **lance mínimo igual ou superior a R$ 243.939,67 (Duzentos e quarenta e três mil, novecentos e trinta e nove reais e sessenta e sete centavos). 2º Leilão dia 14/05/2024**, no mesmo horário e local, com **lance mínimo igual ou superior a R$ 184.262,04 (Cento e oitenta e quatro mil, duzentos e sessenta e dois reais e quatro centavos).**

O arrematante presente pagará no ato o preço total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate, inclusive o devedor fiduciante, no caso do exercício do direito de preferência, na forma da lei. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427 de 1° de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Edital completo no site do leiloeiro. Leiloeira Oficial: Dora Plat - Jucesp 744.

PARA MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 | PORTALZUK.com.br

SECME – COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS

CNPJ nº 07.119.838/0001-48 - NIRE 35.300.318.323

Ata de Reunião do Conselho de Administração

1. Data, Hora e Local: Aos 28 dias do mês de março de 2024, às 15:00 horas, na sede da **SECME – COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS** ("Companhia"), localizada na Rua das Olimpíadas, 242, 4º andar, Vila Olímpia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04551-000. **2. Convocação:** Dispensada a convocação em face à presença da totalidade dos conselheiros de administração da Companhia. **3. Instalação e Presença:** Reunião instalada em primeira convocação ante a presença da totalidade dos conselheiros de administração da Companhia. **4. Composição da Mesa** Os trabalhos foram presididos pela Sra. Claudia Alcantara Porto Santoro, que convidou a mim, Leandro Bruno Ferreira de Mello Santos, para secretariá-lo. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** o relatório da administração, as contas da diretoria, e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** a proposta da diretoria para a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(iii)** a realização de convocação da Assembleia Geral Ordinária ("AGO"). **6. Deliberações:** Após exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os conselheiros por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas aprovaram: **(i)** *"ad referendum"* da AGO, o relatório da administração, as contas da diretoria e as demonstrações financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** *"ad referendum"* da AGO, considerando que a Companhia não auferiu lucro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, não haverá distribuição de dividendos, sendo que o prejuízo apurado no exercício, no montante de R$ 214.106,00 (duzentos e quatorze mil, cento e seis reais) que será destinado para a conta de prejuízos acumulados; e **(iii)** a convocação dos acionistas para realização da AGO que deliberará sobre os assuntos da lei, nos termos da minuta do edital de convocação que fica arquivada na sede da Companhia, e que deverá ser divulgada em data oportuna, nos termos da legislação aplicável. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura da presenta ata no livro próprio, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, achada conforme e por todos os presentes assinada. **8. Conselheiros Presentes:** Claudia Alcantara Porto Santoro, Renan Villas Boas Nascimento e Magally Miranda Aleixo. A presente ata é cópia fiel da original lavrada no Livro de Reuniões e Pareceres do Conselho de Administração da Companhia. São Paulo, 28 de março de 2024. **ASSINATURA ELETRÔNICA:** Os signatários reconhecem a veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia do presente instrumento e seus termos, nos moldes do art. 219 do Código Civil, em formato eletrônico e/ou assinado por meio de plataformas eletrônicas, bem como expressamente anuem, autorizam, aceitam e reconhecem como válida qualquer forma de comprovação de autoria das partes signatárias deste instrumento por meio de suas respectivas assinaturas por meio de quaisquer meios eletrônicos validos emitidos ou não pela ICP-Brasil, nos termos do art. 10, § 2°, da Medida Provisória nº 2.220-2, de 24 de agosto de 2001 ("MP nº 2.220-2"), e ainda com a devida aprovação do Departamento de Registro Empresarial e Integração (DREI), conforme sua Instrução Normativa nº 75, de 2020, incorporada ao texto da Instrução Normativa nº 81, de 2020. **CLAUDIA ALCANTARA PORTO SANTORO** - Presidente, **LEANDRO BRUNO FERREIRA DE MELLO SANTOS** - Secretário. JUCESP nº 139.404/24-7 em 05.04.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

INDIANA SEGUROS S.A.

Indiana Seguros — Uma empresa do grupo Liberty Mutual

CNPJ nº 61.100.145/0001-59 - NIRE nº 353.000.148-39

Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 20 de Março de 2024

1. Data, hora e local: Dia 20 de março de 2024, às 11:00 (onze) horas, na sede social da **Indiana Seguros S.A.** ("Companhia") com endereço na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Geraldo Campos Moreira, nº 110 - 13º andar - Parte E - Brooklin Novo, CEP 04571-020. **2. Quórum:** Presentes o acionista representando a totalidade do capital social da Companhia e o representante da empresa de auditoria externa independente, conforme assinaturas apostas no livro de "Presença de Acionistas" da Companhia. **3. Convocação:** Dispensada a convocação prévia e a publicação do Edital de Convocação, conforme determina o parágrafo 4º do artigo 124 da Lei n° 6.404/75 ("Lei das S.A."). **4. Publicações e Documentos:** Demonstrações Financeiras publicadas nas versões física e digital do Jornal "Estadão" em 28 de fevereiro de 2024. Foi dispensada a leitura dos documentos referidos no artigo 133 da Lei das S.A.. Os demais documentos que suportam as deliberações sobre a Ordem do Dia abaixo descrita foram devidamente disponibilizados na sede da Companhia. **5. Mesa:** Presidida pelo Sr. **Eduardo Stefanello Dal Ri** e secretariada pelo Sr. **Vagner de Paula Guzella. 6. Ordem do dia:** As matérias que compõem a ordem do dia são as seguintes: **6.1.** Discutir e aprovar as contas dos administradores da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **6.2.** Discutir e aprovar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, devidamente publicadas. **6.3.** Discutir e aprovar a destinação dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **6.4.** Discutir e aprovar a remuneração dos membros da diretoria da Companhia para o exercício social de 2024. **7. Deliberações:** De conformidade com a ordem do dia, as seguintes deliberações foram tomadas, sem ressalvas, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, representando a totalidade do capital social da Companhia: **7.1.** Aprovaram as contas dos administradores da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **7.2.** Aprovaram as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **7.3.** Aprovaram a destinação do lucro líquido apurado pela Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, no montante de R$ 14.009.604,05 (quatorze milhões, nove mil, seiscentos e quatro reais e cinco centavos), que, após movimentação da reserva de reavaliação, no valor de R$ 57.010,08 (cinquenta e sete mil, dez reais e oito centavos), resultou no montante de R$ 14.066.614,13 (quatorze milhões, sessenta e seis mil, seiscentos e catorze reais e treze centavos), que será destinado da seguinte forma: **(a)** R$ 700.480,20 (setecentos mil, quatrocentos e oitenta reais e vinte centavos) serão destinados para a formação da Reserva Legal da Companhia; e **(b)** R$ 13.366.133,93 (treze milhões, trezentos e sessenta e seis mil, cento e trinta e três reais e noventa e três centavos) serão destinados à constituição da reserva estatutária, conforme artigo 15, parágrafo primeiro, alínea "c" do Estatuto Social da Companhia. **7.4.** Aprovaram a fixação da remuneração global e anual para os membros da Diretoria, no valor de até R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), distribuída de acordo com o previsto no artigo 8, §3° do Estatuto Social da Companhia, com observância do quanto disposto no artigo 152 da Lei das S.A., ficando à cargo do Comitê de Compensação, atualmente instalado na HDI Seguros S.A., delimitar a remuneração individual dos Diretores. **8. Encerramento:** Nada mais sendo tratado, lavrou-se a Ata a que se refere esta Assembleia Geral Ordinária, que, depois de lida, foi aprovada pela acionista presente, que a assinam juntamente com os membros da Mesa. São Paulo - SP, 20 de março de 2024. Presidente da Mesa: Sr. **Eduardo Stefanello Dal Ri;** Secretário da Mesa: Sr. **Vagner de Paula Guzella.** Acionista presente: **Liberty International Brasil Ltda.,** por Décio Frignani Júnior. **Declaração:** Declaramos, para os devidos fins que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. São Paulo, 20 de março de 2024. **Eduardo Stefanello Dal Ri -** Presidente da Mesa; **Vagner de Paula Guzella -** Secretário da Mesa. **JUCESP** nº 141.974/24-2 em 08/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

LIBERTY SEGUROS S.A.

Liberty Seguros

CNPJ n° 61.550.141/0001-72 - NIRE 353.000.196-87

Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 20 de Março de 2024

1. Data, Hora e Local: Dia 20 de março de 2024, às 10:00 (dez) horas, na sede social da **Liberty Seguros S.A.** ("Companhia""). localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Geraldo Campos Moreira, n° 110 - Brooklin Novo, CEP 04571-020. **2. Quórum:** Presentes o acionista representando a totalidade do capital social da Companhia e o representante da empresa de auditoria externa independente, conforme assinaturas apostas no livro de "Presença de Acionistas" da Companhia. **3. Convocação:** Dispensada a convocação prévia e a publicação do Edital de Convocação, conforme determina o parágrafo 4º do artigo 124 da Lei n° 6.404/76 ("Lei das S.A."). **4. Publicações e Documentos:** Demonstrações Financeiras publicadas nas versões física e digital do Jornal "Estadão" em 28 de fevereiro de 2024. Foi dispensada a leitura dos documentos referidos no artigo 133 da Lei das S.A.. Os demais documentos que suportam as deliberações sobre a Ordem do Dia abaixo descrita foram devidamente disponibilizados na sede da Companhia. **5. Mesa:** Presidida pelo Sr. **Eduardo Stefanello Dal Ri** e secretariada pelo Sr. **Vagner de Paula Guzella. 6. Ordem do Dia:** As matérias que compõem a ordem do dia são as seguintes: **6.1.** Discutir e aprovar as contas dos administradores da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **6.2.** Discutir e aprovar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, devidamente publicadas. **6.3.** Discutir e aprovar a destinação dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **6.4.** Discutir e aprovar a remuneração dos membros da diretoria da Companhia para o exercício social de 2024. **7. Deliberações:** De conformidade com a ordem do dia, as seguintes deliberações foram tomadas, sem ressalvas, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, representando a totalidade do capital social da Companhia: **7.1.** Aprovaram as contas dos administradores da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **7.2.** Aprovaram as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **7.3.** Aprovaram a destinação do lucro líquido apurado pela Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, no montante de R$ 584.113.281,59 (quinhentos e oitenta e quatro milhões, cento e treze mil, duzentos e oitenta e um reais e cinquenta e nove centavos), que, após movimentação da reserva de reavaliação, no valor de R$ 191.038,88 (cento e noventa e um mil, trinta e oito reais e oitenta e oito centavos), resultou no montante de R$ 584.304.320,47 (quinhentos e oitenta e quatro milhões, trezentos e quatro mil, trezentos e vinte reais e quarenta e sete centavos), que serão destinados da seguinte forma: **(a)** R$ 29.205.664,08 (vinte e nove milhões, duzentos e cinco mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e oito centavos) serão destinados para a formação da Reserva Legal da Companhia; **(b)** R$ 138.726.904,38 (cento e trinta e oito milhões, setecentos e vinte e seis mil, novecentos e quatro reais e trinta e oito centavos) à título de dividendos obrigatórios decorrentes do lucro do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, conforme artigo 15, parágrafo primeiro, alínea "b" do Estatuto Social da Companhia; e **(c)** R$ 416.371.752,01 (quatrocentos e dezesseis milhões, trezentos e setenta e um mil, setecentos e cinquenta e dois reais e um centavo) serão destinados à constituição da Reserva Estatutária, conforme artigo 15, parágrafo primeiro, alínea "c" do Estatuto Social da Companhia. **7.5.** Os dividendos aprovados nos termos do item 7.3. serão distribuídos à acionista da Companhia, sendo o valor em referência disponibilizado em até 60 (sessenta) dias, nos termos do art. 205, parágrafo 3º da Lei das S.A.. Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos a contar da presente deliberação, reverterão em benefício da Companhia. Em razão da deliberação tomada, ficou a Diretoria autorizada a tomar todas as providências que se fizerem necessárias à disponibilização e pagamento dos dividendos à acionista da Companhia. **7.6.** Aprovaram a fixação da remuneração global e anual para os membros da Diretoria da Companhia, no valor de até R$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), distribuída de acordo com o previsto no artigo 8, §3° do Estatuto Social da Companhia, com observância do quanto disposto no artigo 152 da Lei das S.A., ficando à cargo do Comitê de Compensação, atualmente instalado na HDI Seguros S.A., delimitar a remuneração individual dos Diretores. **8. Encerramento:** Nada mais sendo tratado, lavrou-se a Ata a que se refere esta Assembleia Geral Ordinária, que, depois de lida, foi aprovada pela acionista presente, que a assinam juntamente com os membros da Mesa. São Paulo - SP, 20 de março de 2024. Presidente da Mesa: Sr. **Eduardo Stefanello Dal Ri;** Secretário da Mesa: Sr. **Vagner de Paula Guzella.** Acionista presente: **Liberty International Brasil Ltda.,** por Décio Frignani Júnior. **Declaração:** Declaramos, para os devidos fins que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. São Paulo, 20 de março de 2024. **Eduardo Stefanello Dal Ri -** Presidente da Mesa; **Vagner de Paula Guzella -** Secretário da Mesa. **JUCESP** nº 142.706/24-3 em 09/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Online

zuk

Credora Fiduciária: GODOI E GODOI EMPREENDIMENTOS LTDA.
Fiduciante: MARCELO OKUYAMA

LOTE 01 - Um Terreno Urbano, designado Lote nº 05 da quadra "C", de formato retangular, situado no loteamento denominado "Terra Nobre 3", localizado no bairro do Furquim, Km. 37.600 da Rodovia Raposo Tavares, no Município e Comarca de Cotia, Estado de São Paulo, assim descrito: mede 5,00 de frente para a Rua 18 (Dezoito); igual largura nos fundos; por 25,00 metros da frente aos fundos de ambos os lados; encerrando assim uma área superficial de 125,00 metros quadrados; confrontando do lado direito visto da rua com o lote nº 04; do lado esquerdo com o lote nº 06 e pelos fundos com o lote nº 22. **Imóvel objeto da matrícula nº 125.662 do Cartório de Registro de Imóveis de Cotia/SP. Observação:** Imóvel ocupado. Desocupação pelo adquirente, nos termos do art. 30 e § único da lei 9.514/97. **Datas e valores dos leilões: >1º Leilão: 03/05/2024**, às **15:00** h. Lance mínimo: **R$ 150.786,99. >2º Leilão: 10/05/2024**, às **15:00** h. Lance mínimo: **R$ 142.911,53.**

O arrematante pagará a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. Caso haja arrematante, quer em primeiro ou segundo leilão, a escritura de venda e compra, será lavrada em até 60 dias, contados da data do leilão. Eventuais avisos/menções de ações judiciais, no site zukerman.com.br, na divulgação desse leilão, aderirão ao edital. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981/32, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427/33, que regulam a atividade da leiloaria. Demais informações no edital completo disponível no site do leiloeiro. DORA PLAT, leiloeira oficial - JUCESP nº 744.

MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 | PORTALZUK.com.br



LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Online

zuk



Credora Fiduciária: GODOI E GODOI EMPREENDIMENTOS LTDA.
Fiduciante: MARCELO OKUYAMA

LOTE 02 - Um Terreno Urbano, designado Lote n° 04 da quadra "C", de formato retangular, situado no loteamento denominado "Terra Nobre 3", localizado no bairro do Furquim, Km. 37.600 da Rodovia Raposo Tavares, no Município e Comarca de Cotia, Estado de São Paulo, assim descrito: mede 5,00 de frente para a Rua 18 (Dezoito); igual largura nos fundos; por 25,00 metros da frente aos fundos de ambos os lados; encerrando assim uma área superficial de 125,00 metros quadrados; confrontando do lado direito visto da rua com o lote n° 03; do lado esquerdo com o lote n° 05 e pelos fundos com o lote n° 23. **Imóvel objeto da matrícula nº 125.661 do Cartório de Registro de Imóveis de Cotia/SP. Observação:** Imóvel ocupado. Desocupação pelo adquirente, nos termos do art. 30 e § único da lei 9.514/97. **Datas e valores dos leilões: >1º Leilão: 03/05/2024**, às **15:00** h. Lance mínimo: **R$ 150.786,99. >2º Leilão: 10/05/2024**, às **15:00** h. Lance mínimo: **R$ 143.262,50.**

O arrematante pagará a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. Caso haja arrematante, quer em primeiro ou segundo leilão, a escritura de venda e compra, será lavrada em até 60 dias, contados da data do leilão. Eventuais avisos/menções de ações judiciais, no site zukerman.com.br, na divulgação desse leilão, aderirão ao edital. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981/32, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427/33, que regulam a atividade da leiloaria. Demais informações no edital completo disponível no site do leiloeiro. DORA PLAT, leiloeira oficial - JUCESP nº 744.

MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 | PORTALZUK.com.br

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Online



Credora Fiduciária: GODOI E GODOI EMPREENDIMENTOS LTDA.
Fiduciantes: ROSICLER DE LIMA SILVA e seu marido JOSE PEREIRA DA SILVA

LOTE 03 - Um Terreno Urbano, designado Lote n°26 da Quadra "H", situado no loteamento denominado "Terra Nobre 1", localizado no bairro do Furquim, Km. 37.600 da Rodovia Raposo. Tavares, no Município e Comarca de Cotia, Estado de São Paulo, assim descrito: O perímetro inicia -se no ponto de intersecção do alinhamento da Rua 15 (Quinze) com o lote n°. 25 da mesma quadra; daí segue pelo alinhamento predial da Rua 15 (Quinze) em linha curva à esquerda com raio de 9,00 metros por uma distância de 7,55 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta fazendo divisa com o lote n° 27; por uma distância de 20,27 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta fazendo divisa com os lotes n°s 16 e 17, por uma distância de 8,50 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta fazendo divisa com o lote n° 25, por uma distância de 16,33 metros até encontrar o ponto de partida desta descrição, fechando o perímetro e encerrando assim uma área superficial de 126,16 metros quadrados. **Imóvel objeto da matrícula nº 124.451 do Cartório de Registro de Imóveis de Cotia/SP. Observação:** Imóvel ocupado. Desocupação pelo adquirente, nos termos do art. 30 e § único da lei 9.514/97. **Datas e valores dos leilões: >1º Leilão: 03/05/2024**, às **15:00** h. Lance mínimo: **R$ 153.618,41. >2º Leilão: 10/05/2024**, às **15:00** h. Lance mínimo: **R$ 181.687,40.**

O arrematante pagará a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. Caso haja arrematante, quer em primeiro ou segundo leilão, a escritura de venda e compra, será lavrada em até 60 dias, contados da data do leilão. Eventuais avisos/menções de ações judiciais, no site zukerman.com.br, na divulgação desse leilão, aderirão ao edital. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981/32, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427/33, que regulam a atividade da leiloaria. Demais informações no edital completo disponível no site do leiloeiro. DORA PLAT, leiloeira oficial - JUCESP nº 744.

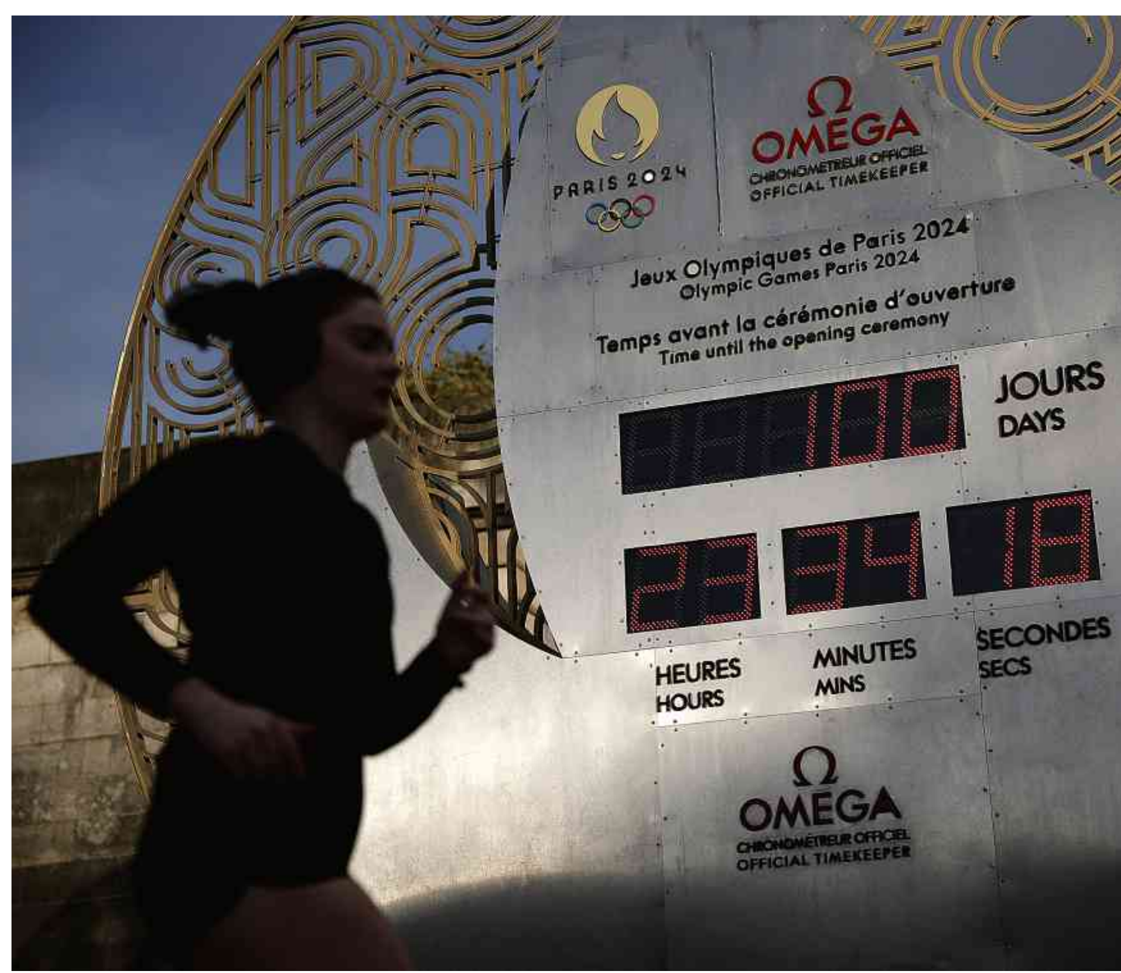
MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 | PORTALZUK.com.br

ESPORTE NA TV

16h M. City x Real Madrid — Champions League, MAX

20h Palmeiras x Inter — Brasileiro, PREMIERE

21h30 Flamengo x São Paulo — Brasileiro, GLOBO/PREMIERE



Corredora passa por relógio com a contagem de dias até a abertura dos Jogos Paris-2024, na capital francesa Benoit Tessier/Reuters

Paris luta contra terrorismo e por promessa de Jogos verdes

A cem dias da abertura, França encara pressão por segurança e sustentabilidade

Marcos Guedes

SÃO PAULO Nesta quarta-feira (17) inicia-se a contagem regressiva de cem dias para os Jogos Olímpicos de Paris.

Diferentemente do que ocorre com frequência no megaevento, não há maiores preocupações com a conclusão das arenas esportivas, uma vez que quase todas já existiam. Outras duas questões se impõem: reagir de maneira apropriada ao momento geopolítico tenso e cumprir as promessas de sustentabilidade que foram o mote de Paris-2024 desde a candidatura ao posto de cidade-sede.

No cenário global, há dois conflitos de grande repercussão. A guerra da Rússia contra a invadida Ucrânia e os bombardeios de Israel contra a Faixa de Gaza. Paris, que tem histórico como alvo de ações terroristas, passou a avaliar se vale a pena ir adiante com seus planos para a abertura das competições.

A cerimônia, tradicionalmente realizada em estádios, foi planejada para o rio Sena, com atrações artísticas em embarcações em seu leito e desfiles de delegações às suas icônicas margens. Essa formatação apresenta enormes desafios do ponto de vista da segurança, o que inclui um sistema antidrones, e a execução da ideia ainda não foi confirmada.

"O que os terroristas querem é impedir a gente de sonhar, essa é a maior vitória deles. Sempre há um risco na vida, mas estamos usando todos os recursos possíveis. Planejamos com antecedência e estabelecemos um amplo perímetro de segurança", disse o presidente Emmanuel Macron, insistindo que a festa de abertura será no Sena.

Ele admitiu, porém, que "há planos B e C" como alternativas. Uma delas é uma cerimônia restrita à área do Trocadero, nas proximidades da Torre Eiffel. Outra é o modelo tradicional, com a celebração em um estádio, o Stade de France, em Saint-Denis, nos arredores da capital.

Se tudo correr bem na abertura, independentemente do palco, estarão em andamento aqueles que são vendidos como "os Jogos Olímpicos mais verdes de todos os tempos".

Não são, evidentemente, em uma história moderna que começou em 1896. Mas Paris procura —em um contexto no qual políticas ambientais são, além de necessárias, importantes do ponto de vista das relações públicas— posicionar-se como um bastião das novas práticas.

O documento "Nosso Plano de Legado e Sustentabilidade" traz como meta cortar à metade a emissão de carbono e de gases que colaboram com o efeito estufa em comparação aos Jogos de Londres, em 2012, e do Rio de Janeiro, em 2016. Os dois eventos tiveram média de 3,5 milhões de toneladas.

Tóquio emitiu menos em 2021, 1,9 milhão de toneladas, mas porque as disputas, atrasadas em um ano, tiveram curso sem público no Japão, em meio à pandemia de Covid-19.

Todos esses números são questionáveis, e alguns estudos apontam índices diferentes. Entidades independentes como a Carbon Market Watch têm criticado os dirigentes do megaevento pela falta de transparência em relação a seu plano. Segundo a organização não governamental, só há uma estratégia robusta para 31% das planejadas emissões ligadas aos Jogos.



> O que os terroristas querem é impedir a gente de sonhar, essa é a maior vitória deles. Sempre há um risco na vida, mas estamos usando todos os recursos possíveis
>
> **Emmanuel Macron**
> presidente francês

"Embora estabeleça metas e implemente políticas lógicas em setores como construção, fornecimento de alimentos, compras não alimentares, transporte e consumo de energia, a estratégia carece de metodologias detalhadas e monitoramento abrangente, e não é claramente comunicada", afirma a Carbon Market Watch em seu relatório.

Isso não significa que não haja pontos positivos em relação às edições olímpicas anteriores. Paris resistiu à sanha de construir arenas observada em Londres, no Rio e em Tóquio: 95% das praças esportivas já existiam ou são temporárias, como a do vôlei de praia em frente à Torre Eiffel.

"A decisão mais importante que tomamos foi não construir", disse Georgina Grenon, diretora de excelência ambiental de Paris-2024. "A segunda foi que os edifícios que tiveram de ser construídos foram levantados no método 'low-carbon'", acrescentou, referindo-se a estruturas como a Vila Olímpica, que tem bastante material de madeira e vai virar um centro de moradias populares.

A única construção de praça esportiva, porém, foi problemática. O Centro Aquático Olímpico estourou o orçamento inicial e foi concluído ao custo de € 175 milhões (R$ 963 mi, na cotação atual).

Pior, em um caricato erro de planejamento, o local foi concebido sem a capacidade mínima para as principais provas de natação e receberá apenas etapas classificatórias de nado artístico, saltos ornamentais e polo aquático.

Também houve mudanças que funcionam mais do ponto de vista simbólico, como pratos sem logotipo dos Jogos (que podem ser utilizados ao fim do evento), carpetes de segunda mão e colchões feitos com redes de pesca recicladas.

Uma dessas alterações em nome da sustentabilidade recebeu críticas, a decisão de não instalar aparelhos de ar-condicionado na Vila Olímpica. De acordo com a organização, os edifícios foram equipados com uma rede geotérmica, cuja energia produzida fornecerá refrigeração para as acomodações.

Preocupadas com as previsões de temperaturas elevadas no verão europeu, delegações como a dos Estados Unidos não botaram fé no sistema e levarão aparelhos portáteis.

A economia ecológica com ar-condicionado é quase irrelevante em relação ao custo ambiental do transporte aéreo, já que 15 milhões de pessoas são aguardadas para os Jogos.

Especialistas avaliam que os Jogos só terão alguma chance de ser sustentáveis se forem severamente reduzidos. Eles sugerem ainda que as modalidades sejam espalhadas pelo mundo ou que haja um rodízio com poucas sedes, para evitar construções.

O modelo, hoje, não é esse. O que Paris-2024 promete, nas palavras da diretora Georgina Grenon, é "fazer todos os esforços dentro do que é tecnicamente viável em 2024".

Tocha Olímpica é acesa em cerimônia na antiga Olímpia

REUTERS A tocha para os Jogos Olímpicos de Paris 2024 foi acesa na antiga Olímpia em uma cerimônia tradicional nesta terça-feira (16), marcando a reta final dos sete anos de preparativos para o início dos Jogos em 26 de julho.

A atriz grega Mary Mina, interpretando o papel de sacerdotisa, acendeu a tocha usando uma chama reserva em vez de um espelho parabólico devido ao céu nublado, para o início de um revezamento na Grécia e na França.

O evento culminará com o acendimento da chama olímpica na capital francesa na cerimônia de abertura.

"Estamos ansiando por algo que nos una, algo que seja unificador, algo que nos dê esperança. A chama olímpica que estamos acendendo hoje é o símbolo dessa esperança", disse o presidente do Comitê Olímpico Internacional (COI), Thomas Bach.

Veja quem são os brasileiros classificados para os Jogos

ATLETISMO (12 VAGAS)
- Alison dos Santos (400m rasos e 400m com barreiras)
- Darlan Romani (arremesso do peso)
- Érica Sena (marcha atlética 20km)
- Caio Bonfim (marcha atlética 20km)
- Daniel Nascimento (maratona)
- Rafael Pereira (110m com barreiras)
- Erik Cardoso (100m rasos)
- Felipe Bardi (100m rasos)
- Almir Júnior (salto triplo)
- Lucas Carvalho (400m rasos)
- Viviane Lyra (marcha atlética 20km)
- Matheus Lima (400m rasos e 400m com barreiras)

BOXE (10 VAGAS)
- Caroline Almeida (até 50kg)
- Tatiana Chagas (até 54kg)
- Jucielen Romeu (até 57kg)
- Luiz Oliveira (até 57kg)
- Bia Ferreira (até 60kg)
- Bárbara Santos (até 66kg)
- Michael Douglas (até 51kg)
- Wanderley Pereira (até 80kg)
- Keno Marley (até 92kg)
- Abner Teixeira (acima de 92kg)

CANOAGEM SLALOM (3 VAGAS)
- Ana Sátila (C1 feminino e cross)
- Nome a definir (K1 feminino)
- Pepê Gonçalves (K1 masculino e prova do extremo)

CANOAGEM DE VELOCIDADE (1 VAGA)
- Nome a definir (C1 1.000m masculino)

CICLISMO BMX FEMININO (1 VAGA)
- Nome a definir

CICLISMO DE ESTRADA (2 VAGAS)
- Nomes a definir no feminino e no masculino

ESGRIMA (3 VAGAS)
- Nathalie Moellhausen (Espada feminina)
- Guilherme Toldo (Florete masculino)
- Mariana Pistoia (Florete feminino)

FUTEBOL FEMININO (18 VAGAS)
- Nomes a serem convocados

GINÁSTICA ARTÍSTICA FEMININA (5 VAGAS)
- Nomes a definir

GINÁSTICA ARTÍSTICA MASCULINA (2 VAGAS)
- Diogo Soares
- Uma vaga a definir

GINÁSTICA DE TRAMPOLIM (2 VAGAS)
- Uma vaga no feminino e outra no masculino a definir

GINÁSTICA RÍTMICA FEMININA (6 VAGAS)
- Uma vaga no individual geral a definir
- Cinco no conjunto a definir

HANDEBOL (14 VAGAS)
- Seleção feminina

HIPISMO (7 VAGAS)
- Três nomes a definir na equipe de saltos (vagas podem ser preenchidas por homens ou mulheres)
- Três nomes a definir na equipe de CCE
- Um nome a definir no adestramento

JUDÔ (10 VAGAS)
- Larissa Pimenta (52kg)
- Rafaela Silva (57kg)
- Mayra Aguiar (78kg)
- Beatriz Souza (acima dos 78kg)
- William Lima (66kg)
- Daniel Cargnin (73kg)
- Guilherme Schimidt (81 kg)
- Rafael Macedo (90kg)
- Leonardo Gonçalves (100kg)
- Rafael Silva (acima dos 100kg)

LEVANTAMENTO DE PESOS (1 VAGA)
- Laura Amaro (81kg)

MARATONA AQUÁTICA (2 VAGAS)
- Ana Marcela Cunha (10km)
- Viviane Jungblut (10km)

NATAÇÃO (16 VAGAS)
- Maria Fernanda Costa (200m livre)
- Gabi Roncatto (400m livre)
- Maria Fernanda Costa (400m livre)
- Beatriz Dizotti (1500m livre)
- Nomes a definir (Equipe feminina 4x100m livre)
- Nomes a definir (Equipe feminina 4x200m livre)
- Guilherme Caribé (100m livre)
- Guilherme Costa (400m livre)
- Kayky Mota (100m borboleta)
- Guilherme Costa (200m livre)
- Nomes a definir (Equipe masculina 4x100m livre)
- Nomes a definir (Equipe masculina 4x200m livre)
- Nomes a definir (4x100m medley misto)

PENTATLO MODERNO (1 VAGA)
- Isabela Abreu

REMO (2 VAGAS)
- Lucas Verthein (Skiff simples masculino)
- Beatriz Tavares (Skiff simples feminino)

RÚGBI DE SETE FEMININO (12 VAGAS)
- Nomes serão confirmados em convocação

SALTOS ORNAMENTAIS (2 VAGAS)
- Nome a definir (Plataforma de 10m feminina)
- Nome a definir (Plataforma de 10m masculina)

SURFE (6 VAGAS)
- Tatiana Weston-Webb
- Tainá Hinckel
- Luana Silva
- Filipe Toledo
- João Chianca
- Gabriel Medina

TAEKWONDO (4 VAGAS)
- Maria Clara Pacheco (até 57kg)
- Caroline Gomes (até 67kg)
- Edival Pontes (até 68kg)
- Henrique Marques (até 80kg)

TÊNIS (1 VAGA)
- Laura Pigossi (Simples feminino)

TÊNIS DE MESA (6 VAGAS)
- Equipes masculina e feminina a definir, com 3 vagas cada
- Vitor Ishiy e Bruna Takahashi se classificaram nas duplas mistas (vão competir por equipes também)

TIRO COM ARCO (2 VAGAS)
- Nomes a definir nos individuais masculino e feminino

TIRO ESPORTIVO (3 VAGAS)
- Nome a definir (Skeet)
- Nome a definir (Pistola de ar 10m masculina)
- Nome a definir (Carabina 50m 3 Posições)

TRIATLO (1 VAGA)
- Masculino, nome a definir

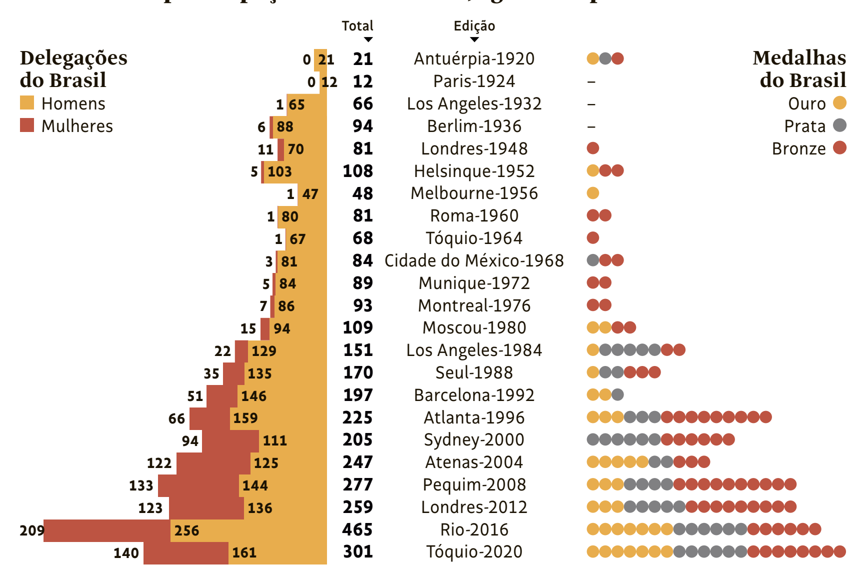
VELA (4 VAGAS)
- Nome a definir (Iqfoil masculina)
- Nome a definir (Fórmula Kite)
- Nomes a definir (49erFX)

VÔLEI (24 VAGAS)
- Seleções feminina e masculina a definir

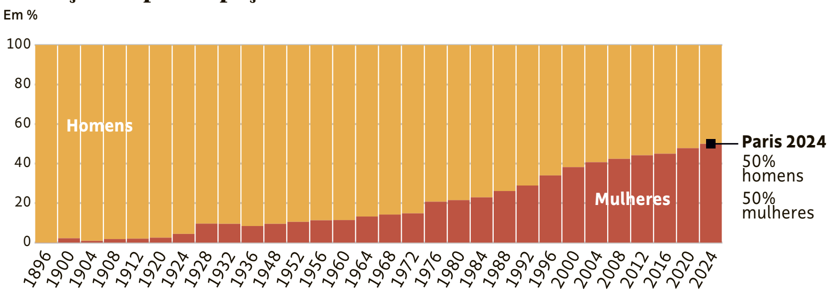
VÔLEI DE PRAIA (2 VAGAS)
- Ana Patrícia e Duda

Fonte: COB (Comitê Olímpico do Brasil)

Histórico de participações do Brasil em Jogos Olímpicos



Evolução da participação feminina



Fonte: Comitê Olímpico Internacional

Brasil deve ter equipe olímpica com maioria feminina pela 1ª vez

Quase cem anos após primeira brasileira disputar Jogos, delegação tem 110 mulheres e 61 homens classificados

PARIS-2024

Luciano Trindade

SÃO PAULO Quase cem anos depois de a nadadora Maria Lenk (1915-2007) se tornar a primeira brasileira a disputar os Jogos Olímpicos, sendo a única mulher na delegação de 66 atletas do país em Los Angeles-1932, o Brasil deverá ter em Paris, pela primeira vez, maioria feminina.

A cem dias para o início da Olimpíada em solo parisiense, o COB (Comitê Olímpico do Brasil) informa que o país já tem 187 vagas conquistadas, em 32 modalidades, sendo 110 femininas e 61 masculinas, além de outras 15 sem gênero definido (hipismo e revezamentos da natação).

Até o início do megaevento, outros atletas ainda podem conquistar o direito de competir nesta edição dos Jogos, mas é pouco provável que o número de participantes homens supere o de mulheres.

São elas, também, as principais favoritas a conquistarem medalhas pelo país, com destaque para nomes como Rebeca Andrade (ginástica artística), Mayra Aguiar (judô), Rayssa Leal (skate), Ana Patrícia e Duda (vôlei de praia) e Beatriz Ferreira (boxe).

"Quanto mais heroínas tivermos, mais meninas acreditarão que é possível alcançar o sucesso. No esporte, na profissão e na vida", diz à **Folha** Mariana Mello, gerente de planejamento e desempenho esportivo do COB.

"Quanto mais falarmos de mulheres no esporte, mais falaremos de menstruação, de gravidez, de amamentação, de abuso e de assédio. É um ciclo positivo que impactará a vida de homens e mulheres", completou Mello, que vê como próximo passo a formação de mais treinadoras.

Para a professora da USP Katia Rubio, referência no Brasil em estudos sobre o movimento olímpico, a falta de mulheres em cargos de liderança tanto esportiva como de gestão também refletiu nos resultados obtidos por elas ao longo da história.

"As mulheres eram mal treinadas, elas eram sub-treinadas, eu diria. Isso tinha um impacto, obviamente, nos resultados. Então, à medida em que o treinamento se desenvolve de forma competente, assim como era dado para os homens, o resultado é automático", afirma.

Em Paris, o Brasil terá cinco equipes, sendo quatro femininas (futebol, vôlei, handebol e rugby de 7) e uma masculina (vôlei). As principais ausências no masculino estão em futebol, basquete e handebol.

O crescimento da participação das mulheres já reflete uma conquista de movimentos feministas no mundo e no esporte, que levaram ao aumento gradual das atletas nas competições.

Historicamente, houve momentos de pico nessa busca, como nos Jogos de Los Angeles em 1984, com 23% de participação feminina, seguido por 44% em Londres-2012, e 48% em Tóquio-2020 —melhor marca até então—, até chegar aos 50% de Paris-2024. Dos 10.500 atletas participantes da Olimpíada parisiense, serão 5.250 homens e 5.250 mulheres.

Este é um cenário bem diferente de há cem anos atrás, quando Paris também sediou os Jogos. Naquela edição, somente algumas modalidades incluíam a participação feminina, como saltos ornamentais, natação, esgrima, florete individual e tênis.

Uma realidade que refletia a visão do pai das Olimpíadas da Era Moderna, o Barão Pierre de Coubertin. Para ele, não haveria motivo para incluir as mulheres nos Jogos, salve para aplaudir na entrega dos prêmios.

"No final do século 19, o esporte não era para toda a sociedade, ele era restrito aos homens brancos das classes privilegiadas. Quando Pierre de Coubertin idealizou os Jogos da Era Moderna, ele entendia que a Olimpíada com mulheres seria impraticável", explica a gerente de desenvolvimento esportivo e mulher no esporte do COB, Taciana Pinto.

Ao longo de décadas, o COI (Comitê Olímpico Internacional) vem tentando superar esse legado. Em 1991, a entidade determinou que todos os esportes a serem incluídos nos Jogos Olímpicos precisariam obrigatoriamente ter participação feminina.

Mais de 20 anos depois, em Londres-2012, todas as 204 federações nacionais levaram mulheres em suas comitivas, algo inédito na história das Olimpíadas e fundamental para que Paris-2024 pudesse alcançar a equidade de gênero.

Ainda há um longo caminho a seguir. "Apesar de chegarmos em uma igualdade numérica de atletas nos Jogos de Paris, não teremos, por exemplo, a mesma quantidade de medalhas distribuídas para homens e mulheres", afirma Taciana Pinto.

> "Quanto mais heroínas tivermos, mais meninas acreditarão que é possível alcançar o sucesso. No esporte, na profissão e na vida
>
> **Mariana Mello**
> gerente de planejamento e desempenho esportivo do COB

Verdades e imaginações no futebol

Na era de Di Stéfano, sem TV, as pessoas sonhavam o que seria o Real Madrid; geralmente estavam certas

Tostão

Cronista esportivo, participou como jogador das Copas de 1966 e 1970. É formado em medicina

Na primeira rodada do Brasileirão, as partidas foram equilibradas, como se esperava, com exceção da goleada do Athletico-PR sobre o Cuiabá. No final da competição, os times que possuem melhores elencos, treinadores e força emocional e que jogam cada partida como se fosse a única, a última, serão os primeiros colocados.

O nível técnico da primeira rodada foi muito ruim, com arbitragens horríveis, com o VAR demorando demais para definir as dúvidas, alguns péssimos gramados e excessos de faltas e cartões. Foram dados 83 cartões amarelos e 9 vermelhos, um horror. No campo do Vitória, em Salvador, as linhas de marcação estavam apagadas. Tudo isso faz parte de um absurdo calendário.

Os dirigentes da CBF e dos clubes e outros responsáveis pela qualidade do espetáculo dizem, há muito tempo, que tem havido grandes esforços e cursos para diminuir os problemas. Isso é a cara do país.

Há décadas falam que o Brasil está melhorando, que é o país do futuro, mas a miséria continua grande, não existe água potável e saneamento básico em um número enorme de residências, a violência urbana é cada vez maior e cresce a força do crime organizado. O futuro nunca chega.

Não bastam teorias e envolventes discursos. A teoria é fundamental em qualquer atividade, pois não existe ação correta sem conhecimento. Porém é preciso querer e saber fazer.

Os árbitros fazem cursos mas não aprendem. Além disso, é preciso mudar algumas regras, no Brasil e no mundo. Não deveriam marcar pênaltis por causa de uma bola que bate no braço nem anular um gol quando o jogador está com o pé ou o ombro à frente do adversário. São tantas regrinhas que empobrecem o espetáculo.

Os jogadores e até alguns treinadores precisam ser orientados por psicólogos. Fagner, do Corinthians, que parece ser, na maior parte do jogo, um atleta calmo, às vezes, de repente, não controla os instintos agressivos e dá um pontapé no adversário. Merecia ter sido expulso.

O futebol continua. Neste meio de semana, teremos jogos de várias competições, no Brasil e no exterior.

Quatro partidas equilibradas vão decidir os semifinalistas da Liga dos Campeões. Manchester City e Real Madrid fazem nesta quarta (17), na Inglaterra, o jogo de volta mais esperado. A primeira partida terminou em 3 x 3. Será mais um confronto entre grandes craques e de estratégias. A do City, de pressionar, ter a bola, trocar muitos passes e envolver o adversário; a do Real Madrid, utilizar bastante as bolas lançadas para os velozes Vinicius Junior e Rodrygo nas costas dos defensores, que marcam mais à frente.

Um leitor me perguntou sobre a comparação técnica da partida entre Real e City em relação aos outros grandes jogos do presente e do passado. Dos que eu vi, espetacular era o jogo, no Maracanã, entre o Botafogo de Garrincha, Didi, Nilton Santos, e o Santos de Pelé, Coutinho, Zito. Outra partidaça era o Santos de Pelé contra o Palmeiras de Ademir Da Guia.

Muitas pessoas mais velhas lembram-se dos jogos deslumbrantes do Real Madrid, da época de Di Stéfano, Puskás, antes de Pelé, contra qualquer adversário. Como não havia transmissão por TV, imagino que essas pessoas escutassem pelo rádio, liam algumas informações e opiniões e deduziam, sonhavam, o que seria o Real Madrid. Geralmente estavam certas.

"Noventa por cento do que escrevo é invenção. Só dez por cento é mentira", disse o inesquecível poeta Manoel de Barros.

| DOM. Tostão e Juca Kfouri | SEG. Juca Kfouri | TER. Sandro Macedo | QUA. Tostão | **QUI. Juca Kfouri** | SÁB. Marina Izidro



Kamila Cardoso recebe camiseta do Chicago Sky das mãos da comissária da WNBA Cathy Engelbert Sarah Stier/AFP

Chicago Sky escolhe pivô brasileira Kamila Cardoso no draft da WNBA

SÃO PAULO A pivô brasileira Kamila Cardoso, 22, foi selecionada na noite desta segunda-feira (15) pelo Chicago Sky para disputar a WNBA (Women's National Basketball Association) em 2024.

Atual campeã do torneio da NCAA (National Collegiate Athletic Association) pelo South Carolina Gamecocks, a brasileira foi a terceira escolha geral e primeira do time de Chicago no draft 2024 da liga feminina de basquete.

É a melhor posição já alcançada por um atleta brasileiro nas ligas de basquete dos EUA. Ela será, ainda, a 15ª brasileira na história a competir na WNBA.

Com 2,01 metros, a pivô foi a principal pontuadora e reboteira do Gamecocks na última temporada, com média de 14 pontos e quase 10 rebotes por partida.

Brilhar no basquete dos EUA era um sonho da jogadora desde que ela tinha 13 anos, em 2015, quando ela começou a jogar na escola onde estudava em sua cidade natal, em Montes Claros, Minas Gerais. Com 14 anos, ela se mudou para o país, sozinha e sem falar inglês, para realizar seu desejo.

"A diferença de jogar basquete no Brasil e jogar basquete aqui [nos EUA], é que no Brasil nós fazemos por diversão", disse ela em recente entrevista ao site The Athletic. "Um monte de crianças correndo para cima e para baixo", completou.

A mineira cresceu gostando mais de futebol, vôlei e natação e mergulho do que de basquete, mas decidiu experimentar o esporte depois que o treinador de sua irmã a viu assistindo aos treinos das arquibancadas e recomendou que ela tentasse.

Apesar de ter se mudado cedo para os EUA, ela sempre fez questão de representar o Brasil. Embora a seleção brasileira feminina de basquete não tenha se classificado para os Jogos Olímpicos de Paris, a pivô já pensa em uma vaga nos Jogos de Los Angeles, em 2028.

Aos 58, Romário deve voltar a jogar pelo América-RJ

SÃO PAULO Romário, 58, deve voltar a atuar profissionalmente como jogador de futebol. O protagonista do tetracampeonato na Copa de 1994 e hoje senador pelo PL-RJ foi inscrito pelo América-RJ, do qual também é o presidente, para defender as cores do clube na disputa da segunda divisão do Campeonato Carioca, que começa em maio.

Romário é torcedor declarado do América-RJ, paixão herdada do pai, Edevair de Souza Faria, que morreu em 2008.

O último jogo como profissional foi justamente pelo América-RJ, em 2009, quando atendeu ao desejo do pai e entrou em campo com a camisa vermelha do clube no jogo que garantiu o acesso à primeira divisão do estadual.

O nome de Romário já aparece entre os inscritos do time carioca no Bira (Boletim Informativo de Registro de Atletas) da FFERJ (Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro).

Em um vídeo publicado na segunda-feira (15) nas redes sociais do América-RJ, Romário aparece em um campo de futebol segurando nas mãos um documento que diz ter acabado de assinar. "Em breve, novidades", afirmou.

Ele terá como companheiro de equipe o atacante André, que atuou ao lado de Neymar no Santos, e o filho, Romarinho.

O contrato vai até dezembro e prevê o pagamento de um salário-mínimo, que será doado ao clube.

Preocupados com imagem, bilionários trocam ostentação em jatinhos por bens sustentáveis

MERCADO

Lucy Warwick-Ching

FINANCIAL TIMES A palavra "bilionário" evoca imagens de pessoas em ternos caros saindo de jatos particulares. Um novo grupo de pessoas ricas, contudo, tem adotado um estilo de vida menos chamativo.

Os jovens bilionários da tecnologia são mais frequentemente vistos vestindo roupas casuais do que os finos trajes de antigamente, e são menos propensos a fretar um jato particular para uma escapada de última hora.

"Enquanto a lista de compras padrão para um indivíduo de patrimônio líquido ultra-alto anteriormente incluía um avião particular e um iate de luxo, tais ativos agora são vistos no contexto de sua pegada de carbono e como isso reflete na reputação do proprietário", explica Caroline Russell, associada sênior do escritório de advocacia de Londres Wedlake Bell, consultora de pessoas ricas ao redor do mundo.

Russell cita manchetes negativas sobre o uso de jatos particulares por Taylor Swift nos últimos meses. "As redes sociais, é claro, têm um grande impacto aqui. Os jovens de patrimônio líquido ultra-alto estão em exposição para o público, e muitos agora pensarão cuidadosamente antes de postar aquela selfie posada no jato particular."

Essa observação coincide com uma queda rápida na idade média dos bilionários do mundo: de 58 em 2014 para 47 em 2023, de acordo com a corretora City Index, que analisou dados da revista de negócios americana Forbes.

Além das sensibilidades elevadas em relação às mudanças climáticas e viagens, no entanto, os bilionários jovens de hoje estão realmente gastando e investindo seu dinheiro de forma diferente? E até que ponto suas atitudes mudaram em relação à geração anterior?

Eles estão cada vez mais optando por não comprar jatos ou carros rápidos, diz Jill Shipley, chefe de governança e educação na Alti Tiedemann Global, gestora global de riqueza.

"Em vez disso, as pessoas estão focadas em como seu dinheiro pode ser ativado para ajudar a sociedade por meio de investimentos impactantes, empreendedorismo com propósito e filantropia estratégica", diz ela.

Um fator por trás disso pode ser a extrema desigualdade financeira que os millennials ricos testemunharam enquanto cresciam —levando-os a ver a riqueza de forma mais negativa do que seus pais ou avós, e querer fazer algo significativo com o dinheiro que ganham ou herdam.

Quando esses detentores de riqueza gastam dinheiro, diz Shipley, tendem a comprar bens sustentáveis, como diamantes de origem ética, casas e férias ecologicamente corretas e veículos elétricos.

"Eles estão dispostos a pagar um prêmio por produtos que são bons para o meio ambiente e a sociedade", diz ela. "Outra tendência é priorizar o gasto de dinheiro em experiências em vez de posses materiais."

As abordagens podem diferir dependendo se a riqueza do proprietário é líquida ou em papel. Especificamente, os consultores veem uma distinção entre empreendedores bilionários de papel —como fundadores de um negócio unicórnio cujo dinheiro está em ações da empresa— e aqueles cuja riqueza é líquida e facilmente acessível em um banco ou conta poupança.

"Aqueles que ainda não realizaram sua riqueza muitas vezes dependem da disposição de pequenas parcelas de sua participação durante as rodadas iniciais de financiamento, e seu planejamento precisa considerar tanto o boom quanto a queda, seja a criação de uma enorme riqueza líquida ou o fracasso total", diz Ben Lister, sócio do grupo de riqueza privada do escritório de advocacia Taylor Wessing.

No entanto, ele diz que aqueles que realizaram uma riqueza líquida significativa inicialmente desejarão empregá-la para comprar casas ao redor do mundo, carros e outros ativos de paixão, como arte e joias. Depois disso, eles também desejarão investir a maior parte para as gerações futuras e possivelmente para objetivos sociais, ambientais e filantrópicos.

De acordo com Matthew Braithwaite, sócio da Wedlake Bell e consultor de uma ampla gama de clientes internacionais, as percepções importam mais nos dias de hoje.

"Os ricos do mundo agora têm que pensar seriamente em como o público pode ver suas decisões de investimento", afirma ele.

Em alguns casos, há uma disposição declarada de pagar mais impostos, especialmente entre as gerações sucessivas de detentores de riqueza. "Hoje em dia, pode ser mais socialmente aceitável aparecer em uma lista dos maiores pagadores de impostos do que em uma lista de ricos", sugere Braithwaite.

Ele cita grupos de lobby como os Patriotic Millionaires, um grupo de americanos de alto patrimônio líquido que promovem a reestruturação do sistema tributário dos EUA para permitir que pessoas ricas paguem uma parcela maior de sua renda em impostos.

O grupo tem apoiadores como Abigail Disney, herdeira do império Disney, que tornou pública sua culpa pela vasta quantidade de riqueza que herdou.

Eliana Sydes, chefe de estratégia de vida financeira na Y Tree, grupo de consultores financeiros para os ricos, diz que o importante é viver segundo seus desejos.

"Aconselhamos todos os nossos clientes ricos, independentemente da idade, a usar sua riqueza para viver a vida que desejam e deixar o legado que desejam. E se divertir enquanto o fazem."

> "Os ricos do mundo agora têm que pensar seriamente em como o público pode ver suas decisões de investimento. [...] Hoje em dia, pode ser mais socialmente aceitável aparecer em uma lista dos maiores pagadores de impostos do que em uma lista de ricos
>
> **Matthew Braithwaite**
> consultor financeiro, sócio da Wedlake Bell



@Alejandro0tero no X

NASA CONFIRMA QUE PEDAÇO DA ESTAÇÃO ESPACIAL ATINGIU CASA

Um objeto que caiu do céu e se chocou contra a casa de um americano foi confirmado como um fragmento de metal ejetado da Estação Espacial Internacional (ISS, na sigla em inglês), informou a Nasa, a agência espacial dos Estados Unidos, nesta segunda-feira (15).

O estranho episódio veio à tona no mês passado, quando Alejandro Otero, morador de Naples, na Flórida, publicou na rede X que um objeto metálico (na foto) "atravessou o teto e dois andares" de sua casa e quase atingiu seu filho, em 8 de março.

"A agência determinou que o fragmento era um pilar do equipamento de apoio de voo da Nasa utilizado para colocar as baterias na plataforma de carga", detalhou a Nasa.

O objeto é feito da liga metálica Inconel, pesa 700 gramas e mede 10 centímetros.

A agência se comprometeu a investigar como o fragmento resistiu à destruição total na atmosfera e afirmou que atualizaria seus modelos a partir deste incidente.

Os problemas mais antigos da matemática

Até hoje ninguém provou teorias sobre números perfeitos

Marcelo Viana

Diretor-geral do Instituto de Matemática Pura e Aplicada, ganhador do Prêmio Louis D., do Institut de France

Um número diz-se perfeito se ele é igual à soma dos seus divisores próprios, ou seja, menores que o próprio número. Por volta do ano 100, Nicômaco de Gerasa (c.60–c.120) afirmou que todo número perfeito é par e que existe uma quantidade infinita desses números. Até hoje ninguém provou nem desmentiu essas conjecturas: são os problemas não resolvidos mais antigos da matemática!

O teorema de Euclides-Euler afirma que os perfeitos pares são precisamente os números da forma $N=2^{p-1}(2^p-1)$ em que p é um primo de Mersenne, isto é, tal que 2^p-1 é primo. Então, a segunda conjectura quer dizer que haveria uma quantidade infinita de primos de Mersenne.

Em 1644, Marin Mersenne (1588–1648) afirmou que 2^p-1 é primo quando p=2, 3, 5, 7, 13, 17, 19, 31, 67, 127 e 257. Ele não explicou como chegou a esses valores, e demoraram 300 anos para verificar que a lista correta é p=2, 3, 5, 7, 13, 17, 19, 31, 61, 89, 107 e 127. A essa altura, em meados do século 20, já eram conhecidos 12 primos de Mersenne e, portanto, 12 números perfeitos.

Com o advento do computador, tudo mudou. Em 1952, Raphael Robinson (1911–1995) implementou computacionalmente o método LLT, um teste de primalidade específico para números de Mersenne desenvolvido por Édouard Lucas (1842–1891) e Henry Lehmer (1905–1991), e usou esse programa para encontrar os cinco primos de Mersenne seguintes. Desde então, todos foram calculados por esse método.

Mas nos anos 1990, quando já se conheciam trinta e poucos primos de Mersenne, eles estavam ficando grandes demais até para os supercomputadores mais potentes. Foi quando George Woltman, 66, teve a ideia de criar a Grande Busca na Internet por Primos de Mersenne (Gimps, na sigla em inglês), que distribui os cálculos por computadores em todo o mundo. Normalmente, a participação é voluntária, mas já me aconteceu de descobrir um pedaço da Gimps rodando no meu computador...

De 1996 para cá, todos os primos de Mersenne foram encontrados pela Gimps. Atualmente, são conhecidos 51: o maior é $2^{82.589.933}-1$, que tem 24.862.048 dígitos. Não é um exercício puramente acadêmico: primos grandes são usados em criptografia.

Quanto aos perfeitos ímpares, são conhecidas muitas condições que tais números têm que satisfazer se existirem: por exemplo, têm que ter mais de 1.500 dígitos e não podem ser divisíveis por 105. Mas continua valendo a avaliação de Euler: "Saber se existem ou não números perfeitos ímpares é uma questão realmente difícil".

VOCÊ VIU?

A partir desta terça (16), parte dos usuários pode usar filtros para buscar mensagens no WhatsApp, de acordo com anúncio da Meta, holding dona do aplicativo de mensagens.

O recurso estará disponível para todos nos próximos dias, ainda segundo o comunicado da empresa.

Três opções de filtro agora ficam na parte superior da lista de conversas: todas as mensagens, não lidas e grupos. Basta ao usuário escolher a opção que julgar mais adequada para a busca que deseja realizar.

A opção "grupos" mostrará também as comunidades. Não lidas facilitará encontrar mensagens ainda não abertas. A visualização "todas", por sua vez, mostra a lista completa de mensagens, a que os usuários já estão acostumados.

Em outros aplicativos, como Discord e Twitter, há opções mais detalhadas de filtro, como autoria de mensagem, grupo ou data de envio do texto.

ACERVO FOLHA

Há 100 anos
17.abr.1924

Francês quer deixar Buenos Aires mais linda

A municipalidade de Buenos Aires, na Argentina, está envidando esforços para tornar aquela metrópole, já cheia de encantos, ainda mais linda. Para isso, contratou os serviços do arquiteto paisagista francês Jean Claude Nicolas Forestier.

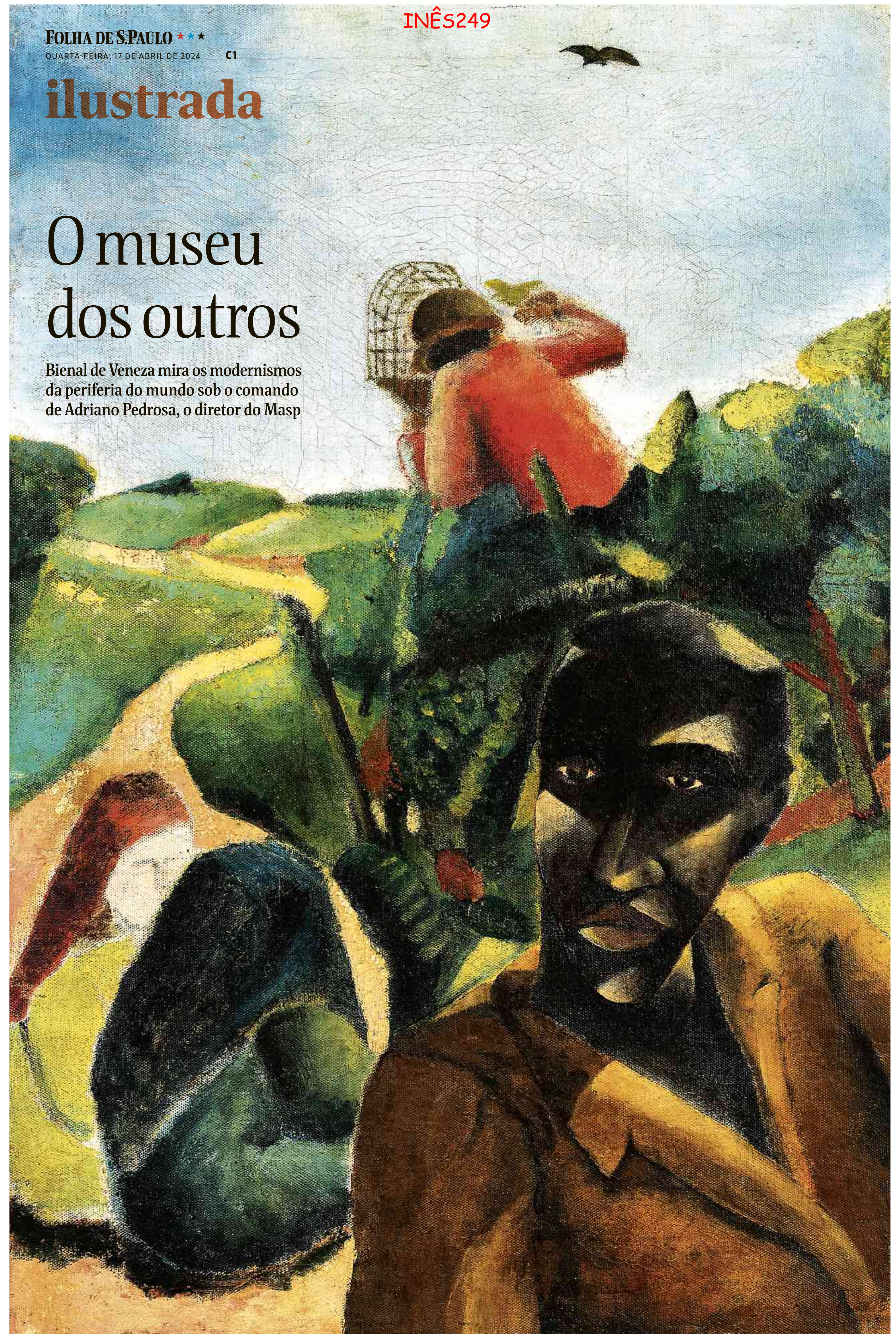
Ele recebeu a incumbência de estudar "in loco" a melhor forma de deixar a cidade mais formosa. Cogita-se a construção de uma avenida em torno da cidade que formaria um anel.



LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

O museu dos outros

Bienal de Veneza mira os modernismos da periferia do mundo sob o comando de Adriano Pedrosa, o diretor do Masp



A pintura 'Negro', obra do artista modernista Cícero Dias feita em 1920, agora em exposição na mostra principal da Bienal de Veneza Sergio Guerini/Divulgação

Silas Martí

VENEZA (ITÁLIA) Na entrada do pavilhão central da Bienal de Veneza, Adriano Pedrosa conta que tinha na cabeça havia mais de uma década a ideia que levaria à maior mostra de arte do mundo caso um dia fosse chamado a assumir seu comando.

O chamado veio, e aquele passado se choca com o presente. Se no átrio da primeira galeria brilha um neon que dá nome à exposição, dizendo "Stranieri Ovunque", ou estrangeiros em todo lugar, obra de Claire Fontaine, dupla de artistas europeus radicada na Itália, a fachada do prédio neoclássico está toda estampada com um mural do Movimento dos Artistas Huni Kuin, um coletivo de indígenas brasileiros.

Ele lembra que, se "os povos originários são muitas vezes tratados como estrangeiros em sua própria terra", somos todos estrangeiros em algum grau, rodeados de outros estrangeiros, não importa onde estivermos no mundo.

O estrangeiro, no caso, roça o estranho, uma aproximação linguística que Pedrosa gosta de frisar. Nesse ponto, o elenco superlativo desta 60ª Bienal de Veneza, com 331 nomes, o dobro do habitual, está formado por aqueles que de fato deixaram sua terra natal para rodar o mundo, em migrações forçadas ou não, aqueles que se identificam como queer, de corpos ou sexualidades ditos desviantes, os chamados outsiders, artistas autodidatas distantes dos cânones de sua época, e indígenas de todo o planeta.

Desde que Adriano Pedrosa, também diretor artístico do Masp, em São Paulo, foi escalado para idealizar a mostra italiana, um certo frisson atravessa o chamado sul global, na expectativa de que o primeiro latino-americano no cargo em mais de um século de história do evento levaria ao centro do mundo da arte figuras nunca vistas da periferia do planeta.

O mercado também ficou eriçado com a chance de estampar o cobiçado carimbo de Veneza no passaporte de artistas que antes circulariam com muita dificuldade pelos centros do alto escalão da economia de galerias e leilões.

[...]

A mostra é formada por artistas que deixaram a sua terra natal para rodar o mundo, em migrações forçadas ou não, os queers, de corpos e sexo ditos desviantes, e os povos indígenas

"Muitos são figuras conhecidas, canônicas em seus países, mas desconhecidas em outros lugares", diz Pedrosa. "Pensei no que era importante mostrar aqui, porque sei que isso é um ponto de inflexão de um artista e muda a vida deles."

Ou a morte. A maioria ali já morreu. São figuras que marcaram as correntes modernistas do início do século passado.

Continua nas págs. C4 e C5

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

LIGA A LUZ

A Enel apresentou ao prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), um plano de investimento de R$ 6,2 bilhões na capital paulista para melhorar o serviço de distribuição de energia elétrica na cidade.

LUZ 2 A empresa enfrenta uma crise de imagem após uma série de apagões desde o final de 2023. No mês passado, moradores da região central da capital ficaram 48 horas sem energia. O episódio causou prejuízo a comerciantes, afetou o abastecimento de água e deixou pacientes sem atendimento na Santa Casa.

LUZ 3 O plano apresentado inclui medidas como o aumento de profissionais, podas preventivas e modernização da rede elétrica. E prevê que o montante seja investido num período de dois anos, de 2024 a 2026.

AÇÃO A proposta foi apresentada a Nunes em reunião na terça-feira (16), com participação do diretor global da Enel, Alberto de Paoli, do presidente da Enel Brasil, Antonio Scala, e do diretor de relações externas da empresa, Damian Popolo.

EQUIPE A Enel diz que quer contratar 1.200 profissionais nos próximos 12 meses para reforçar as operações em campo e reduzir o tempo médio de atendimento aos clientes.

PROTOCOLOS A empresa também prevê dobrar o número de podas preventivas, em um total de cerca de 600 mil cortes por ano. A Enel ainda apresentou novos protocolos em caso de contingência, que permitiria à distribuidora ampliar em mais de quatro vezes as equipes em campo.

VENDA A Câmara Municipal de São Paulo deve votar nesta quarta (17) o projeto de lei (PL) que dá aval à privatização da Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) na capital paulista.

VENDA 2 A votação se dará apenas três dias depois da primeira audiência pública sobre o tema, realizada na segunda-feira (15). Uma segunda votação, definitiva, deverá ocorrer na primeira semana de maio. Até lá estão previstas mais seis audiências.

VAI PASSAR Segundo parlamentares ouvidos pela coluna, a proposta deve ser aprovada nesta primeira votação, apesar da resistência de partidos como PT, PSOL e PSB. É necessário maioria simples da Casa, ou seja, 28 votos, para o projeto passar. A oposição critica a velocidade com que o PL está tramitando.

ESTANTE O CNJ (Conselho Nacional de Justiça), presidido pelo ministro Luís Roberto Barroso, prepara o lançamento de um prêmio e de um projeto que buscarão incentivar a leitura e o acesso a obras literárias nas unidades prisionais brasileiras.

ESTANTE 2 O primeiro deles, batizado como "Prêmio A Saída é Pela Leitura", agraciará os estados que tiveram os avanços mais expressivos nos índices de leitura e de remição de pena por meio da atividade. Já o projeto "Mentes Literárias" promoverá uma campanha nacional de doação livros e buscará parcerias com editoras.

SOB NOVA DIREÇÃO



Fotos Leandro Lacerda e Paulo Victor Lago/Divulgação





O vice-presidente da República, Geraldo Alckmin (PSB), e o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, foram algumas das autoridades que prestigiaram a posse do novo presidente da Abramge (Associação Brasileira de Planos de Saúde), Gustavo Ribeiro 1, realizada em Brasília, na semana passada. O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Dias Toffoli 2 compareceu. A advogada Guiomar Feitosa Mendes e a engenheira civil e advogada Daniela Feitosa, sua filha 3, estiveram lá

POPULAR Quando aceitou o convite para fazer o vilão Sérgio da série "Os Outros", do Globoplay, Eduardo Sterblitch diz ter imaginado que o papel lhe daria "muito prestígio". Conhecido por suas interpretações cômicas, o ator afirma que queria mostrar para o mercado e para o público que era capaz de dar vida aos mais diversos tipos de personagens.

VILÃO Qual não foi a sua surpresa quando a produção estourou em popularidade, e Sterblitch se viu na fila do mercado ouvindo espectadores dizendo que estavam com medo dele —na história, o ator faz um ex-policial corrupto e violento. "Me senti o Al Pacino de 'O Poderoso Chefão'", diz Sterblitch à coluna, entre risos.

HIT Sucesso na plataforma de streaming, "Os Outros" chega à TV aberta na quinta (18), após a novela "Renascer".

MEGAFONE Um grupo de 18 entidades afirma que o projeto de lei que cria uma cota de conteúdo nacional em serviços de streaming, que avançou no Congresso na terça-feira (16), é insuficiente e "contém brechas perigosas".

MEGAFONE 2 O grupo defende que a cobrança da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine) sobre as plataformas, estipulada em até 3% sobre a receita bruta anual das empresas no Brasil, deveria ser maior. A Condecine é uma taxa paga por diversos setores do audiovisual, como a TV a cabo.

TROFÉU A Comissão de Igualdade Racial da OAB-SP (Ordem dos Advogados do Brasil em São Paulo) levou um prêmio por capacitação e educação de pessoas negras e indígenas concedido pelo Pacto Global da ONU.

com Bianka Vieira, Karina Matias e Manoella Smith

Tadeu Schmidt diz que BBB 24 foi a edição mais intensa que apresentou

Apresentador faz balanço do reality show da TV Globo, que chegou ao fim nesta terça após quase quatro meses

Gabriel Vaquer

ARACAJU Em seu terceiro ano como apresentador do Big Brother Brasil, Tadeu Schmidt afirma que o BBB 24 foi a edição mais impetuosa que comandou desde que assumiu o reality show da TV Globo, em 2022. Foram 100 dias —completos nesta terça-feira, dia da grande final—, que renderam emoção até a última semana, algo raro de acontecer.

Em conversa com a reportagem, Schmidt fez um balanço do programa. Considerado calmo e paciente com os participantes, o apresentador diz que chegou a temer a forma como as coisas estavam se desenrolando na casa, especialmente durante a briga entre Davi Brito e MC Bin Laden —a produção chegou a intervir para apartá-los, e Schmidt deu uma bronca nos dois.

"Este ano foi intenso. Eles jogaram muito e isso chegou muitas vezes a um limite perigoso", diz. "Foram muitas emoções, dentro e fora da casa. Um bom reality é sempre difícil para a produção, porque corremos atrás de uma história que os participantes escrevem. Então, quanto mais densa, mais difícil para a gente e melhor para o telespectador."

Schmidt fez uma avaliação do próprio desempenho à frente do reality show. Criticado no início, o jornalista encontrou o tom ao longo da temporada e foi elogiado nas últimas semanas nas redes sociais. O apresentador diz que a experiência e a maturidade no formato vieram com o tempo.

"Cada programa é um programa diferente. Não existe fórmula", diz. "Com isso, você vai somando experiências. Eu me envolvo e me divirto na mesma proporção. Esta é a minha terceira temporada e posso dizer que foi bem intensa. Então, uso um pouco de tudo que já aconteceu para somar. Isso me ajuda na condução do BBB."

Antes da final, o apresentador evitou discutir o favoritismo de Davi. Para ele, o programa sempre pode trazer surpresas, a qualquer momento da disputa. "Por mais que a gente tenha uma ideia para a semana, saiba quais são as dinâmicas previstas, é impossível adivinhar o que os participantes farão com ela", ele afirma. "Isso é o mais legal, mas também o mais desafiador."

O BBB mudou a vida de Schmidt. Sua rotina é tentar ficar ligado em tudo que acontece dentro da casa. Mas não só ele. O apresentador diz contar com a ajuda de sua família, que nunca desliga a televisão e está por dentro de tudo.



O apresentador Tadeu Schmidt Manoella Mello/Divulgação



A atriz Bel Kowarick em 'Medida Protetiva' Fernando Banzi/Divulgação

Peça 'Medida Protetiva', no Sesc Pompeia, discute violência contra a mulher

Natalia Nora

SÃO PAULO O Sesc Pompeia recebe o espetáculo "Medida Protetiva", dirigido por Marcos Gomes, sobre as múltiplas formas de violência contra a mulher. A peça é composta por oito cenas independentes que representam o tema acompanhadas de música ao vivo.

A dramaturgia é assinada pela diretora teatral e professora de teatro Eugênia Thereza de Andrade, que pesquisa o assunto há duas décadas. Ela conta que a apresentação não busca chocar o público ou produzir catarse ao mostrar cenas fortes, mas sensibilizar os espectadores.

O nome da peça é uma crítica à condição da mulher no Brasil, segundo a diretora.

Entre as cenas, estão histórias como a de uma mulher que realiza um aborto clandestino, outra em que o marido entra em surto por acreditar que a mulher o trai e uma terceira em que os cabelos negros de uma mulher são ao mesmo tempo o que faz seu parceiro se apaixonar por ela e o que ele usa para agredi-la.

A peça não trata só de situações conjugais de violência, mas conta a história de duas sobreviventes, uma menina judia que esteve em um campo de concentração nazista e uma brasileira que resistiu à tortura durante a ditadura.

Eugênia Thereza de Andrade é a fundadora do ciclo de leituras dramáticas "7 Leituras", que encena textos nos teatros do Sesc há 18 anos. Este ano, o projeto apresenta sete obras em homenagem aos 460 anos de William Shakespeare.

Medida Protetiva
Direção: Marcos Gomes. Com: Agnes Zuliani e Bel Kowarick. Sesc Pompeia – r. Clélia, 93, São Paulo, sescsp.org.br. 14 anos. Qua. a sex., às 21h. De R$ 15 a R$ 50, em sescsp.org.br/programacao/medida-protetiva

Clube do Samba organiza espaço no Rock in Rio

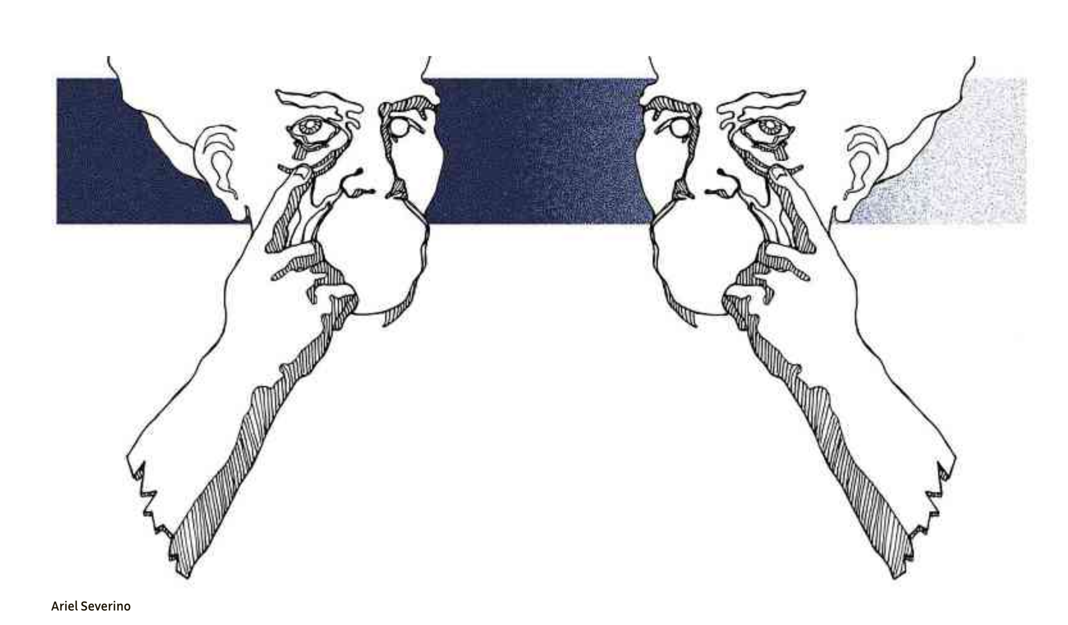
SÃO PAULO O espaço Global Village, novidade da edição de 2024 do Rock in Rio, vai ter sua seção brasileira organizado pelo Clube do Samba, baile de 45 anos comandado por Ângela Nogueira, mãe do cantor Diogo Nogueira.

O Global Village terá um arco de lojas, cada uma com arquitetura, gastronomia e programação inspiradas em um país diferente. O espaço brasileiro promete representar o país com comida de boteco e uma roda de samba composta exclusivamente por mulheres, que receberá convidados, entre eles o próprio Nogueira, responsável pela programação musical do ambiente.

A cenografia vai homenagear a trajetória do Clube do Samba, criado em 1979 por João Nogueira, pai do cantor, e o cardápio se inspira no Pasquim, em tributo ao escritor Ziraldo, morto este mês, que foi responsável pelas estampas que cobriam as camisetas do bloco do clube.

A gastronomia, assinada por Diogo Nogueira e pela chef Raysa Marques, prevê pratos inspirados pelos bares do subúrbio do Rio de Janeiro, como sanduíche de pernil, empada de camarão, torresminho, caldinho de feijão, bolinho de rabada, jiló crocante e frango a passarinho.

"Com certeza será uma celebração incrível para os 45 anos do Clube do Samba e uma oportunidade única para compartilhar a história e alegria do samba com um público diversificado. Tenho certeza de que será inesquecível para todos os amantes da música e da cultura brasileira", disse Nogueira.



Ariel Severino

Ditadura do Judiciário?

Bolsonarismo acredita num governo de vontades, não num governo de leis

Wilson Gomes
Professor titular da Universidade Federal da Bahia e autor de 'Crônica de uma Tragédia Anunciada'

Os bolsonaristas lapidaram a convicção de que estão vivendo sob uma ditadura do Judiciário. Já estavam convencidos disso quando Sara Winter guiou seus exércitos num cerco de intimidação à sede do STF, para mostrar com foguetes o rugir da multidão que maiores são os poderes do povo.

Ou quando Sérgio Reis, Zé Trovão, Roberto Jefferson e tantos outros propagavam uma peculiar teoria democrática segundo a qual o povo bolsonarista havia adquirido o direito moral de coagir, intimidar e punir os membros do Poder Judiciário pelo crime de impedir que o governo usasse o Estado como bem lhe aprouvesse. Uma crença alimentada pelo ex-presidente quando, a cada contrariedade, desferia impropérios contra juízes, explicava aos seus seguidores que era decente desrespeitar a Corte e prometia que cedo ou tarde iria medir forças com o tribunal e mostrar quem é que realmente mandava neste país.

Toda vez que o Judiciário impediu Bolsonaro de violar direitos, abusar do poder ou desrespeitar a lei, isso foi interpretado como prova de uma atitude ditatorial. Segundo o bolsonarismo, quem vence uma eleição presidencial ganha o direito de moldar o Estado, a Constituição e a sociedade conforme seus projetos e caprichos. Como uns juízes que não foram eleitos se atrevem a contrariar um presidente eleito democraticamente sem violar a democracia?

Inúmeras vozes radicais de direita na esfera pública digital aprontaram o diabo durante a hegemonia do bolsonarismo. Puseram em risco a população com mentiras e meias verdades durante a pandemia, espalharam o pânico moral para destruir a oposição às suas pretensões eleitorais, ameaçaram juízes do STF e suas famílias, atuaram deliberadamente para destruir a credibilidade do processo eleitoral brasileiro, mobilizaram pessoas para uma tentativa de abolição violenta do Estado de Direito.

Mas cada vez que algum juiz do STF tomava providências para impedir aquele estado de coisas, compartilhava-se mais uma rodada de comprovação empírica de que uma ditadura togada varria a esfera pública para violar a liberdade de expressão dos bolsonaristas.

Nada há que possa ser feito contra golpistas ou sediciosos antidemocráticos que na leitura bolsonarista não sirva como comprovação do que já se sabe: estamos sob uma ditadura. Prender e processar os extremistas que foram incendiar os Três Poderes no 8 de Janeiro não poderia ser compreendido de outra forma.

Não é à toa que foi nesses termos que Elon Musk se referiu a Alexandre de Moraes na semana passada: um ditador que tem Lula na coleira, aos seus pés. Moraes sintetiza para os extremistas de direita o Poder Judiciário que diz "não" aos seus apetites e vontades.

Muita gente andou dizendo que o ataque de Musk teria sido uma reposta a eventuais abusos do ministro. Não tenho recursos para julgar o mérito da alegação de que Moraes tenha cometido abusos e estou pronto a concordar que essa discussão mereça ser feita. Faço notar, entretanto, que a fórmula ideológica segundo a qual "qualquer ação que freie, controle ou puna Bolsonaro e o bolsonarismo é um ato indevido e antidemocrático" precede de muito os inquéritos do 8 de Janeiro ou a prisão de pessoas que usaram o espaço público para atacar o STF.

O bolsonarismo acredita num governo de vontades, não num governo de leis. É do seu DNA, embora só a segunda prática seja compatível com um regime democrático. Essa briga, desculpem, não é com Moraes. É com o que ele representa.

Bolsonaristas sempre alternaram, como em um game, entre o modo vitalista e o modo vitimista, conforme suas conveniências. Como todo extremismo de direita, gosta de exibir um "ethos" viril, arrogante, que despreza fracos e perdedores e passa por cima de qualquer força. Por outro lado, como um identitarismo de direita, adora mostrar-se perseguido, cercado de malignos e poderosos inimigos por todos os lados, uma minoria moral contra a qual se levantam as forças do mal em uma conspiração em que estão todos envolvidos.

A ideia da "ditadura do Judiciário" faz parte do modo vitimista que passou a ser predominante a partir de 2022. A figura do Malvado Alexandre, devorador de direitos e liberdades, implacável e sem coração, coaduna perfeitamente com o imaginário paranoico de uma facção que sente agora que está por baixo, mas que não faz muito tempo rugia e mostrava os dentes, ameaçava soltar as Forças Armadas contra os inimigos e fez planos explícitos de tomar o poder à força e colocar em correntes o próprio Alexandre de Moraes.

| SEG. Luiz Felipe Pondé | TER. João Pereira Coutinho | QUA. Wilson Gomes | **QUI.** Drauzio Varella, **Fernanda Torres** | SEX. Djamila Ribeiro | SÁB. Mario Sergio Conti

Feira do Livro de Bogotá debate a Amazônia com homenagem ao Brasil

Evento terá os presidentes Lula e Gustavo Petro em sua abertura, além de Aílton Krenak em roda de conversa

Sylvia Colombo

BOGOTÁ Até 2 de maio, a Feira Internacional do Livro de Bogotá, uma das maiores de língua hispânica da região, junto às de Guadalajara e Buenos Aires, terá como homenageado o Brasil. Na cerimônia de inauguração, estarão os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Gustavo Petro, da Colômbia.

Na programação brasileira, estão Aílton Krenak, Marcelino Freire, João Carrascoza, Raphael Montes e Bernardo Carvalho, entre outros. A programação internacional é também variada, com a francesa Muriel Barbery, a espanhola Rosa Montero, a uruguaia Fernanda Trías, a chilena Lina Meruane, o argentino Eduardo Sacheri e os colombianos Piedad Bonnett e Santiago Posteguillo.

"Escolhemos ter o Brasil como país convidado porque a temática da feira é a natureza. Colômbia e Brasil compartilham a Amazônia, portanto têm muito em comum e muito a aportar sobre esse tema", diz a curadora do evento, Adriana Ángel Forero, sobre a FilBo, como a feira é conhecida.

O evento, que reúne 500 convidados e é visitado por mais de 600 mil pessoas, no pavilhão de Corferias, também elege um livro para ser homenageado. "La Vorágine", ou o redemoinho, do colombiano José Eustasio Rivera, foi o escolhido do ano. A obra é considerada um clássico da literatura latino-americana.

Lançado em 1924, o livro tem influências do romantismo e do realismo social. Conta a história de um poeta, Arturo Cova, que foge para a floresta com sua amante, Alicia. Por meio do romance entre o casal, Rivera descreve as paisagens e os homens que ali vivem. Também faz a denúncia da exploração dos habitantes locais, num nível de quase escravidão, que ocorre quando empresários de fora os colocam para trabalhar na exploração da borracha, assim como aconteceu no Brasil.

Para um dos biógrafos e estudiosos de Rivera, Félix Lozada, a "vorágine", na obra, tem o significado de refletir todas as dificuldades enfrentadas na vida. "Em um momento, um redemoinho engole os indígenas, só ficam os seus chapéus flutuando no rio, e o protagonista diz que essa era a nova forma de morrer", ele afirma.

Para o estudioso, a obra de Rivera tem semelhanças com "Os Sertões", clássico incontornável de 1902 escrito por Euclides da Cunha. "Ambos descrevem o homem, seu entorno e sua reação à modernidade, à exploração de suas terras, à revolta", afirma Lozada.

Na Colômbia, o destino da floresta amazônica está em discussão. Por muitos anos, a atividade da guerrilha das Farc, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, tomou a região, que ficou praticamente intransitável para os cidadãos e para o Estado, tendo muito de sua população expulsa da região pela violência. Atrás da Síria, é o segundo país do mundo com mais habitantes que se deslocaram internamente por conta da violência. Foram cerca de 2 milhões de pessoas.

O acordo de paz com essa guerrilha, em 2016, voltou a transformar a região amazônica num lugar habitável para suas comunidades, embora agora a luta seja contra o desmatamento.

A situação da floresta amazônica também será um dos principais temas da agenda de Lula e Petro. Na FilBo, o tema será abordado por meio de obras literárias como "La Vorágine" e com painéis com jornalistas e especialistas sobre a cada vez mais buscada "paz" na Colômbia.

Haverá encontros que discutirão o acordo de paz de 2016, o trabalho da Justiça especial para ex-combatentes e os atuais desafios, como a presença de carteis do narcotráfico na região e a imigração.

A feira tem mais de 2.000 eventos. A maioria ocorre no pavilhão do Centro Internacional de Negocios y Exposiciones, o Corferias. Outros acontecem em livrarias espalhadas por Bogotá, além de universidades e escolas pelo resto do país.

Feira Internacional do Livro de Bogotá
Centro Internacional de Negocios y Exposiciones, Bogotá (Colômbia). Até 2 de maio, das 8h30 às 20h. Ingressos a partir de R$ 16, em feriadellibro.com/es/boleteria

INÊS249



À esquerda, 'Self-Portrait with Red Boots', pintura da artista britânica Erica Rutherford feita em 1974; à direita, obra sem título da libanesa Etel Adnan, de 1965 Fotos Divulgação

O museu dos outros

Continuação da pág. C1

Entre esses artistas que já morreram, estão o cubano Wilfredo Lam, os mexicanos Diego Rivera e Frida Kahlo, os brasileiros Candido Portinari, Cícero Dias, Emiliano Di Cavalcanti, Ismael Nery, Maria Martins e Tarsila do Amaral, o venezuelano Armando Reverón, o uruguaio Joaquín Torres-García e o indiano Francis Newton Souza, para pinçar alguns nomes mais famosos.

Mesmo antes da abertura da mostra nesta semana, para os jornalistas e os VIPs, Adriano Pedrosa já vinha rebatendo críticas de que sua exposição de arte contemporânea olhava mais para o passado do que para o presente, uma seleção mais com cara de museu empoeirado do que uma constelação de "new faces", digamos, pronta para entrar no radar da crítica e do público.

Não há problema nisso, mas há maneiras e maneiras de construir diálogos poderosos com o passado, longínquo ou próximo. Pedrosa, em desvantagem na comparação, assume a exposição na sequência da italiana Cecilia Alemani, que há dois anos orquestrou uma das mais belas edições da Bienal de Veneza dos últimos tempos. O coração de sua mostra também era a história, em especial o surrealismo levado a cabo por mulheres e ativistas feministas do mundo todo.

Se a leitura histórica de Alemani foi capaz de arquitetar um núcleo histórico elétrico, que irradiava ideias até as bordas da exposição, como um coração estético pulsante, as decisões de Pedrosa se traduzem com certa rigidez nas galerias, alas estanques que se separam como a água do óleo, o velho alérgico ao novo. Mesmo que existam pontos de tensão em comum, essas divisões se deixam ler como um freio de mão puxado no caminhar pela mostra.

No pavilhão principal dos Giardini, que tem galerias menores, isso fica mais evidente. Duas salas principais destinadas a artistas históricos concentram uma overdose de arte, primeiro a sala das abstrações, em que vemos exercícios primordiais de um geometrismo periférico que ecoa o rigor da Bauhaus nos trópicos e no Oriente Médio, e depois a ala dos retratos, uma pinacoteca vertiginosa em que rostos sorriem ou se contorcem de escárnio por nós.

Essas alas um tanto sobrecarregadas têm impacto incontornável. Parecem ser os momentos em que a mostra, na sofreguidão de provar o seu ponto, sufoca o espectador com mais do mais, todos os modernismos possíveis em diálogo antes impossível, todos os gestos antes separados por décadas e oceanos empilhados na mesma onda dolorosa de passos colonialistas para trás e passos vanguardistas adiante, que proliferaram a despeito da violência.

"O modernismo viajou muito pelo mundo. Foi devorado, canibalizado", diz Pedrosa. "E muitos artistas viajaram por muitos modernismos." Os momentos históricos da mostra, destacados dessa forma e encerrados em espaços à parte, de fato deixam isso nítido — e não deixam de impressionar, apesar do excesso, pelo efeito de comparação sublime entre exercícios estéticos tão próximos mesmo que construídos a distâncias tão grandes.

É uma beleza ver lado a lado as abstrações geométricas das libanesas Etel Adnan e Saloua Raouda Choucair, da brasileira Judith Lauand e da cubana Carmen Herrera. São propostas formais irmanadas que driblam barreiras geográficas. Tomie Ohtake, ao lado do colombiano Marco Ospina, da filipina Nena Saguil e da cubana Zilia Sánchez, também mostra como nem suas raízes japonesas e depois a vida toda radicada em São Paulo a apartaram de um pensamento abstrato de formas fluidas e leves.

Na ala dos retratos, a forma humana grita em busca de uma identidade. Há desde o realismo clássico de corpos que posam plácidos a estilizações exóticas, de figuras com seus traços exacerbados quase até atingir o grau da caricatura, caso de "Cabeça de Mulato", de Portinari, um homem negro de lábios grossíssimos e olhar pétreo. Juntas, essas figuras de todas as cores parecem formar ali um grande salão dos excluídos, gente retratada por artistas que talvez nunca estariam juntos na mesma galeria.

Essa estratégia de aproximar o inaproximável marca a trajetória de Pedrosa. Se sua série de mostras no Masp iniciada com "Histórias Afro-Atlânticas", um dos grandes marcos da história das exposições nas últimas décadas, vem abarrotando as paredes do museu com pares e mais pares de obras gêmeas separadas no nascimento a cada temporada, ele mesmo traça a raiz de sua Bienal de Veneza ao polêmico Panorama da Arte Brasileira montado há 15 anos no Museu de Arte Moderna de São Paulo.

Lá estavam só artistas estrangeiros que, de alguma forma ou de outra, se encontravam com o Brasil ou a ideia de brasilidade. Em Veneza, Pedrosa inverte a aposta e enche uma galeria do Arsenale de artistas italianos ou de raízes italianas que fizeram a vida fora da Itália. Ele usa os famosos cavaletes de vidro de Lina Bo Bardi, quase um "pocket show" do Masp além-mar, para mostrar trabalhos de Alfredo Volpi, Anita Malfatti, Anna Maria Maiolino, Eliseu Visconti, entre outros.

Uma vez digeridas as densas alas históricas, há espaços de respiro, e aí a mostra decola. A galeria que põe face a face as pinturas da chamada fase romana de Rubem Valentim com o expressionismo da moçambicana Bertina Lopes, que se radicou em Roma, entremeadas pelas esculturas de cerâmica do camaronês Victor Fotso Nyie, demonstra a ideia de encontro de estrangeiros, cada um com os ecos de suas raízes e faíscas europeias.

Continua na pág. C5



Continuação da pág. C4

Outra sala opõe os desertos e paisagens pintados por Kay WalkingStick, artista americana de origem indígena, aos desertos do libanês Aref el Rayess. De um lado, está uma imensidão faroeste, e do outro, cidades brancas que brotam da areia sob o sol escaldante. Nos dois artistas, o retrato de uma estranha solidão, do nativo apartado de sua terra por motivos de toda sorte.

Pedrosa, que se diz um dos primeiros homens gays no comando da mostra, ainda orquestrou uma série de alas queer. Há grandes instalações um tanto panfletárias, como a obra da mexicana Bárbara Sánchez-Kane, com um trio de manequins de soldados empalados. De frente, são militares violentados, e de costas vemos que eles vestem lingerie vermelha. Ou a obra da americana Puppies Puppies, outro manequim, vestido com um look todo de LED que pisca, soletrando a palavra "pulse" na cintura, referência ao ataque à boate gay de mesmo nome nos Estados Unidos que matou 49 pessoas há oito anos.

Mas há momentos mais sutis e intimistas, como o encontro das pinturas do jovem artista americano Louis Fratino com o metafísico italiano Filippo de Pisis, um nome menos conhecido da turma de De Chirico. Fratino revisita Picasso e outros mestres modernos para construir cenas eróticas ou interiores domésticos atravessados por certa lascívia, enquanto De Pisis pinta naturezas-mortas e nus masculinos marcados pela delicadeza. Uma bela surpresa também são as telas da artista trans britânica Erica Rutherford, um pop coloridíssimo.

Nesse ponto, os grandes gestos da exposição, como as enormes instalações do Arsenale, parecem ofuscados por esses momentos de calma — em especial pelas pinturas, que dominam a mostra. Se a grande instalação do Mataaho Collective, grupo de artistas indígenas da Nova Zelândia, que abre as galerias do espaço, impressiona com uma imensa trama de tecido que abraça os pilares da construção, as demais megaobras são mais obstáculos do que pontos de inflexão no percurso, caso dos murais gigantescos da mexicana Frieda Toranzo Jaeger e do coletivo indiano Aravani Art Project.

O excesso de cores desses trabalhos, por outro lado, destoa de um momento político sombrio no mundo, em especial na Itália controlada pela ultradireita da primeira-ministra Giorgia Meloni e uma Bienal de Veneza que tem na presidência um aliado ideológico da mandatária, o polêmico Pietrangelo Buttafuoco, que intriga o establishment artístico do país. Enquanto isso, Roma aperta o cerco contra imigrantes, tendo fechado um acordo com a Albânia para que todos aqueles resgatados no Mediterrâneo vindos da África sejam acolhidos no país vizinho, não na Itália — algo na contramão da ideia de estrangeiros por todo lugar.

Pedrosa lembra que foi contratado no mandato do presidente anterior da mostra e que o diálogo com o novo comando tem sido cordial e diplomático. Ele também diz que não sofreu nenhum tipo de censura ou cerceamento, mas o endurecimento da política atual não desfaz uma nuvem escura que paira sobre o horizonte, aumentando especulações no mundo da arte de que a Itália siga na direção ultraconservadora de outros pontos da Europa, como a Hungria e a Polônia.

Italianos escalados para a mostra, aliás, não deixam de dar seus recados, em raros momentos mais políticos. Alessandra Ferrini, por exemplo, investiga as relações controversas entre Itália e Líbia a partir do encontro do então primeiro-ministro Silvio Berlusconi com o ditador Muammar Gaddafi, que selou há uma década e meia um tratado entre os países e determinou o redesenho de políticas migratórias no Mediterrâneo.

[...]

Em paralelo à Bienal de Veneza, Roma aperta o cerco contra os imigrantes, tendo fechado um acordo com a Albânia para que todos aqueles resgatados no Mediterrâneo vindos da África sejam acolhidos no país vizinho, não na Itália

É uma atitude na contramão da ideia de estrangeiros por todo lugar, o que toma conta da mostra italiana nesta edição, dominada por artistas do sul global

Já Marco Scotini exibe, em telas montadas num grande suporte espiralado, exemplos de seu "Disobedience Archive", ou arquivo da desobediência, que mistura desde registros de performances e obras de arte que expõem e combatem políticas linha-dura a imagens documentais de protestos, o que, na visão do artista, seria um manual para o ativismo.

Pedrosa, que costuma dizer que não há regras para a construção de uma exposição, seguiu obediente o seu próprio manual em Veneza. A fórmula de sucesso, aclamada mundo afora por corroer a rigidez dos museus a partir de dentro, transformando acervos e reinventando montagens, agora é posta à prova fora do museu, e no maior palco do planeta.

O jornalista viajou a convite da galeria Almeida & Dale

Bienal de veneza

Arsenale e Giardini della Biennale, Veneza (Itália). Abertura neste sáb. (20). Até 24 de novembro. R$ 170



'O Altar de Gudruna', colagem de Guerreiro do Divino Amor que faz parte do vídeo sobre a Suíça que o artista apresenta no pavilhão de seu país na Bienal de Veneza Divulgação

Pavilhão da Suíça em Veneza critica o Ocidente

Guerreiro do Divino Amor, suíço-brasileiro, mostra vídeos em que debocha das imagens que as cidades vendem de si

João Perassolo

RIO DE JANEIRO Num escritório no 29º andar de um prédio comercial no centro do Rio de Janeiro, de onde se avista pela janela o Pão de Açúcar, Guerreiro do Divino Amor passou dias mexendo num programa de computador para inserir efeitos especiais em vídeos.

Com o software de colagens digitais, o artista põe lasers vermelhos nos olhos de uma estátua que representa Helvécia, a divindade símbolo da Suíça. Para outra personagem, ele dá uma dezena de braços, de modo que ela pareça um deus hindu, e põe flutuando nas galáxias.

Os personagens meio surrealistas, meio meme que viraliza nas redes sociais, estão num vídeo sobre a Suíça que o artista suíço-brasileiro apresenta no pavilhão do país europeu na Bienal de Veneza, que abre as portas no sábado.

Para o pavilhão, Guerreiro também preparou um vídeo musical a respeito de Roma, com imagens gravadas na cidade. Vemos, por exemplo, a performer Ventura Profana subindo nua a portentosa escadaria com corrimãos de mármore do Instituto Suíço em Roma e, em seguida, tirando selfies em pontos turísticos da cidade. O tom é de deboche do classicismo romano e das hordas de turistas.

A ideia de ambos os vídeos, conta o artista, é questionar dois lugares fundamentais na difusão de valores morais e estéticos para o Ocidente —não por acaso sua mostra é intitulada "Civilizações Super Superiores". Ele diz que a Suíça, seu país natal, vende uma imagem de perfeição, como se fosse a apoteose do capitalismo e do equilíbrio entre natureza e tecnologia.

Guerreiro afirma ainda, entre gargalhadas, que o país dos Alpes se aproveita da boa imagem que goza no exterior, tendo até patrocinado um desfile de uma escola de samba no Rio de Janeiro. "Aqui no Brasil, por exemplo, tem essa disputa de quem vai ser a Suíça brasileira —Nova Friburgo, Campos do Jordão, Gramado. E daí tem a Suíça da América Latina —Uruguai, Costa Rica. Na Índia a mesma coisa —quem vai ser a Suíça da Índia?"

Os vídeos são o sexto e o sétimo capítulos da série "Atlas Superficcional Mundial", que o artista desenvolve há quase duas décadas e que já conta com trabalhos sobre o Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e Bruxelas. Os novos filmes são apresentados de forma imersiva no pavilhão, entre colunas, fontes e mármore falso, elementos arquitetônicos empregados por ele para sugerir a superioridade do Ocidente.

A estética de Guerreiro é maximalista, assim como o Carnaval, pelo qual o artista de 40 anos se diz apaixonado. Seus vídeos e publicações em papel são overdoses visuais e remetem a telas de videogame ou sites dos primórdios da internet, aqueles cheios de gifs que piscam. Ele conta nunca ter se identificado com a ideia de que menos é mais, seja durante seu estudos de arquitetura em Genebra, seja depois, quando enveredou pela carreira nas artes visuais.

Seu vocabulário visual deve muito às férias que passava no Rio de Janeiro quando criança. "A família da minha mãe não me deixava sair e eu ficava três meses na frente da televisão, o dia inteiro. Eu ficava hipnotizado com Xuxa, novelas, Silvio Santos, [as vinhetas do] Hans Donner. Como criança gay, tinha uma fascinação por essas coisas. Era um mundo muito colorido, de aparente liberdade."

O apelo visual de seus vídeos —dos quais ele também faz o roteiro, a direção e a edição— está a serviço de uma crítica ferrenha sobre o imaginário que as cidades constroem para si. Num trabalho de colagem, Guerreiro justapõe de forma absurda imagens familiares de pontos turísticos, de propagandas, do universo empresarial e de programas de televisão. "São diferentes narrativas que viram uma 'superficção' e estão sobrepostas à realidade", ele diz.

No vídeo do Rio, por exemplo, vemos cenas clichê de turistas estrangeiros sorridentes na praia e uma banhista afirmando, numa entrevista para a TV, que não pode conviver com "gente suja" do Meier na praia de Copacabana.

Para compor os mosaicos de cada lugar, o artista diz que suas vivências nas cidades são fundamentais —em Roma ele ficou cinco meses. Filho de mãe brasileira e pai suíço, Antoine Guerreiro Golay passou a infância e a adolescência na França, fez faculdade na Suíça e se mudou para o Rio de Janeiro em 2013.

Na capital carioca, não demorou para se integrar com o universo do Carnaval. Na década passada, ajudou a tocar, com o ex-namorado, o bloco de rua Bunytos de Corpo, em que os rapazes saíam vestidos com roupas de ginástica coladas ao corpo, estilo aula de aeróbica dos anos 1980.

Em paralelo, ele desenvolveu a carreira de artista —participou de diversas exposições coletivas, dentre as quais uma no MAR, o Museu de Arte do Rio, e outra na Pinacoteca, em São Paulo, e teve três individuais, sendo a maior uma em 2022 no Centro de Arte Contemporânea de Genebra.

Fazer o pavilhão suíço em Veneza é sua maior obra. Ele espera um impulso na carreira. "A menos que todo mundo odeie e que me enterrem num buraco", afirma, aos risos. "Mas estou feliz. Vamos ver. Agora é a parte decisiva."

O jornalista viajou a convite do governo da Suíça



Obra de Julien Creuzet, que representa a França na Bienal de Veneza Divulgação

Julien Creuzet traduz violência da França colonial com as suas redes

Na mostra italiana, artista expurga tensões entre a metrópole e a Martinica

Silas Martí

MARTINICA (FRANÇA) À beira do mar, ao som do rugido das ondas, ele fala em encarnar as palavras. Julien Creuzet, um homem negro de cabelos longos, está em casa. O artista francês, que representa seu país na Bienal de Veneza deste ano, deslocou os holofotes de Paris, onde a França sempre anunciou seu nome da vez na maior mostra de arte contemporânea do planeta, para bem longe, na ilha de Martinica.

Estamos no Caribe, a coroa de um vulcão e capital de um arquipélago de pedregulhos e rochedos que brotam da superfície da água, mas é tudo território francês. É uma abstração difícil de entender, um lugar de travessia e entrecruzamentos, mistura de América, África e Europa, que tem o Palácio do Eliseu no comando.

Creuzet toma a indistinção geográfica como base de sua obra, trabalho de um nascido em Paris criado na colônia explorada pela metrópole, mais perto do rum do que do vinho.

"Mesmo que a gente mergulhe com intimidade nesta paisagem, há sempre outra paisagem que se desenha se a gente procurar", ele diz, chamando pelo nome cada formação rochosa no horizonte. "Queria compartilhar um pouco da minha intimidade, que não é nada tão íntima, porque é uma praia e todo mundo pode ir, mas, ao mesmo tempo, é a minha intimidade. Sempre que venho a esta praia, tenho lembranças. Este lugar tem seus segredos."

Os tais segredos se traduzem na obra de Creuzet em poemas que ele recita com ar dramático, canções que ele mesmo canta, filmes e animações criados com altíssima tecnologia e instalações que parecem ser o contraponto, coisas ínfimas, frágeis, retalhos e rebarbas que lembram as sobras dos trabalhos do mar, redes de pesca em frangalhos, fiapos de tecido, o expurgo de uma ação violenta.

No estranho mundo da arte, tão refém de tendências, pressões do mercado e qualquer mínimo solavanco político que pode abalar os preços nos leilões, Creuzet teve uma ascensão que pode ser chamada de meteórica. Não espanta, não só pela força da obra, mas também pelo poder de sedução plástica de um artista que, de corpo e obra, corresponde aos anseios de instituições ávidas por trabalhos ao mesmo tempo dentro e fora dos cânones.

Creuzet tem consciência plena disso, a ideia de ser o artista do momento que faz o establishment se curvar diante de uma figura que muitos celebram como prodígio, mas que tem lá suas amarras a um projeto político talvez à sua revelia, como o garoto-propaganda de uma França que se entende mais plural, digerindo a dura violência imposta às colônias, sem deixar de ser a metrópole —os diplomatas e políticos de terno, suando em bicas durante as entrevistas coletivas no Caribe, são a imagem perfeita desse complicado deslocamento.

"Tento ser o que tenho de ser, mas, de um jeito ou de outro, sou lembrado o tempo todo de que sou um homem negro", ele disse, em outra entrevista. "Isso me faz pensar que ainda há muito a ser feito para descolonizar e emancipar o corpo, o conhecimento, a arte."

Nesse sentido, sua obra é também uma tentativa de estabelecer pontes e tecer laços entre pontos muito díspares. Toda desorientação é cara a Creuzet, que viajou o mundo e fez de suas muitas línguas um arcabouço simbólico. Falamos em francês, mas ele não deixa de jogar na conversa termos em português, inglês, crioulo. O mundo, na visão dele, parece se tornar menor e mais domável quando dominamos certas línguas, as línguas de poder e aquelas da paixão, do dia a dia.

"Tenho a sensação de que todas as línguas estão dentro de nós —o crioulo, o português, o espanhol, o francês", ele diz. "A poesia pede para resistir. Não tem outro modo de ser formulada. A poesia me acompanha e me abre para outros imaginários. Trabalho no tempo da elasticidade."

Isso é nítido em seus filmes e animações. Se as esculturas e outras obras do artista parecem se dobrar às estratégias da arte contemporânea, um despojamento com cara de acidental que flerta com uma ideia de minimalismo do chamado sul global, destroços exóticos, os filmes se enquadram numa arena estilo Pixar, o famoso estúdio que lançou "Toy Story" e seus derivados.

Neles, Creuzet faz dançar ícones e outras esculturas ancestrais, quebrando o decoro de peças arqueológicas preservadas para a observação póstuma de herdeiros das potências que aniquilaram civilizações. É curioso, talvez engraçado, mas gera um incômodo, o avesso do plástico esperado de um artista aclamado.

Outra artista, a brasileira Ana Pi, que esteve ao lado de Creuzet na última Bienal de São Paulo, responde pela coreografia das estátuas nos filmes do francês. O movimento é sexy, e a técnica, nem tanto. Ela conta que, para construir os remelexos das estátuas históricas, foi preciso recorrer aos programas de "motion capture" hoje tão comuns nos filmes de super-heróis.

Pi teve o corpo coberto de pontos luminosos, em conexão com computadores, para fazer com que as velhas estátuas chacoalhassem os quadris, um misto de museu antropológico com pista de dança.

E Creuzet parece satisfeito com tudo isso. Tampouco refuta a qualidade de heróis da Marvel do trabalho. "Ultramarino me soa como algo fantástico, um filme hollywoodiano", diz ele, lembrando como são chamados os territórios além-mar ainda governados pela França, como a Martinica. "Eu nem sabia o que isso significava."

No ano passado, em São Paulo, sua parada anterior à megavitrine que tem agora em Veneza, o artista mostrou que talvez tenha, sim, uma ideia. No parque Ibirapuera, estava seu filme inspirado na figura de Zumbi dos Palmares, levando o quilombo ao centro de um exercício de protesto que para ele vai muito além do abolicionismo brasileiro. Na animação, a figura do escravizado se torna um corpo etéreo, transparente, atravessado pelo fundo do mar.

"Imagine que alguém decida fugir e criar uma cidade. É impossível aqui, porque é preciso fogo para cozinhar e alguém vai ver esse fogo. Se alguém cantar, alguém vai ouvir. Aquilo que no Brasil é um quilombo é quase que mais um movimento aqui. É possível criar um contexto de quilombo, mas, como a ilha é pequena, é preciso se mexer, se mexer, se mexer", ele afirma. "O mar assusta, a profundeza do mar assusta, o escuro assusta. Desde sempre eu trabalho esses imaginários."

O jornalista viajou a convite do Institut Français

[...]

Julien Creuzet tem consciência plena de que é o artista que faz o establishment se curvar diante de uma figura que muitos celebram como prodígio, mas que tem lá suas amarras a um projeto político talvez à sua revelia

Ele é o garoto-propaganda de uma França que se entende mais plural, digerindo a dura violência que impôs às colônias como a de Creuzet, a Martinica, mas sem deixar de ser a metrópole

INÊS249

Hmmfalemais



| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | TER. Manuela Cantuária | QUA. Hmmfalemais | **QUI. Flávia Boggio** | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE EM CASA

Jacqueline Cantore

cantorejac@gmail.com (interina)

Série documental sobre a natureza é narrada pela atriz Cate Blanchett

Planeta Vivo
Netflix, 10 anos
Série documental que analisa a inteligência, a criatividade e capacidade de conexão de tudo que é vivo na natureza. Revelações científicas são ilustradas com imagens impressionantes de animais e ecossistemas diferentes, mas que trabalham juntos para restaurar e manter o planeta. Na versão original em inglês, os quatro episódios são narrados por Cate Blanchett.

O Alfaiate
Prime Video, 14 anos
Mark Rylance estrela este thriller psicológico sobre um alfaiate inglês em Chicago cuja principal clientela é formada pela máfia. Quando se envolve sem querer em um ajuste de contas de dois mafiosos, ele precisa enganar o chefão para sobreviver. Filmado como peça de teatro.

Monty Python - O Sentido da Vida
Globoplay, 18 anos
No terceiro longa-metragem do grupo de comédia britânico, lançado há 40 anos, esquetes variados se propõem a responder o porquê da vida, como o milagre do nascimento, o valor da guerra e as funções do corpo. Comédia com direção de Terry Jones.

Maratona Odete Lara
Canal Brasil, a partir de 20h
A atriz paulista, que ficou conhecida como a "musa do cinema novo", estaria completando 95 anos, e o canal apresenta três de seus filmes: "Sonhando com Milhões" (20h, 12 anos), "Bonitinha, mas Ordinária" (21h25, 16 anos) e "Noite Vazia" (23h10, 14 anos).

Vivendo com o Inimigo
ID, 20h30, 16 anos
Novos episódios da série documental sobre pessoas e famílias que viveram na mesma casa de alguém que virou criminoso. A nova temporada mostra o interior dessas casas e promove encontros com os próprios assassinos na prisão.

Pedro Almodóvar, O Rebelde de La Mancha
Curta! 23h, 14 anos
O cinema de Pedro Almodóvar é transgressor, melodramático, erótico e de uma opulência visual única. Ele é o cineasta espanhol mais importante pós-ditadura de Franco, como fica claro neste documentário dirigido por Catherine Ulmer Lopez.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê *Laerte*



Bicudinho *Caco Galhardo*



Níquel Náusea *Fernando Gonsales*





Não Há Nada Acontecendo *André Dahmer*





Viver Dói *Fabiane Langona*



Péssimas Influências *Estela May*





Vida Besta *Galvão Bertazzi*



SUDOKU

texto.art.br/fsp

DIFÍCIL

8					9			
		7					4	
1	9	6	4					
2	7	8		3		4		
	3	1				2	6	
		9		2		3	7	5
					1	9	5	3
	1					7		
			3					6

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

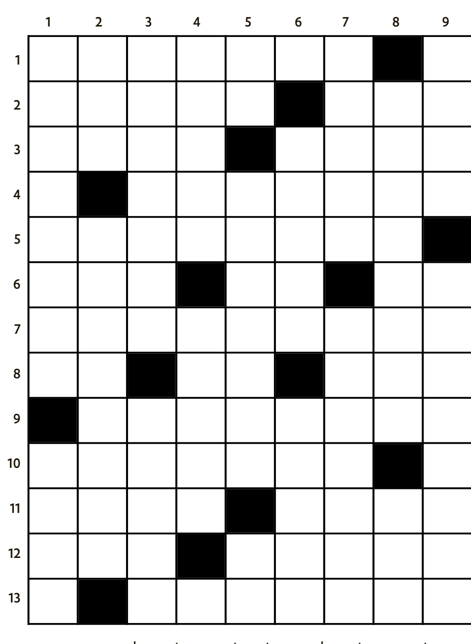
SOLUÇÃO

8	4	2	6	5	9	1	3	7
3	5	7	8	1	2	6	4	9
1	9	6	4	7	3	5	8	2
2	7	8	5	3	6	4	9	1
5	3	1	7	9	4	2	6	8
4	6	9	1	2	8	3	7	5
7	8	4	2	6	1	9	5	3
6	1	3	9	8	5	7	2	4
9	2	5	3	4	7	8	1	6

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. Beleza feminina **2.** O órgão onde se desenvolve o feto / Barco antigo **3.** Vestuário de advogado durante o julgamento / Esteira de folhas de palmeira, usada na Amazônia para cobertura de moradas **4.** Descaramento, cinismo **5.** Indivíduo nascido na região de Pamplona, na Espanha **6.** Tribunal Superior Eleitoral / Conjunção que dá ideia de opção / Tabela Price **7.** Aquilo que abranda, tranquiliza, serena **8.** As iniciais do ator santista Lator-raca / (Quím.) O cobre / Palavra dita ao atender ao celular **9.** Os Árabes Unidos têm como capital Abu Dhabi **10.** A Astronômica é distância que separa a Terra do Sol, usada para medir distâncias dentro do sistema solar **11.** Disputa, competição / Uma das marcas esportivas mais conhecidas do mundo **12.** (Bíbl.) Salvou os bichos / Contundir **13.** Restabelecido.

VERTICAIS
1. Instituto que é o maior produtor mundial de soros antiofídicos / Caixão mortuário **2.** Sufixo diminutivo / Samambaia comum nas rochas dos muros e das rochas **3.** Que se pode ler / (Ingl.) Eletrodoméstico para fazer misturas **4.** Catástrofe produzida por um acidente, um crime etc. / Diz-se de substância cujo pH é inferior a 7 **5.** Antônio Olinto (1919-2009), poeta e crítico, membro da ABL / Tentativa para encontrar / Francisco Alves (1898-1952), músico carioca **6.** Cidade do sudoeste do Amazonas / O ator e comediante Marcelo **7.** Uma prova do MEC / Diz-se de mulher sujeita a ataques **8.** Cada um dos discípulos de Jesus Cristo / (Abelha) A banda de pop rock da vocalista Paula Toller **9.** Transpirar / Bem-sucedido.



HORIZONTAIS: 1. Beldade, **2.** Útero, Nau, **3.** Toga, Japá, **4.** Impudor, **5.** Navarrês, **6.** TSE, Ou, TP, **7.** Aplacador, **8.** NL, Cu, Alô, **9.** Emirados, **10.** Unidade, **11.** Rixa, Nike, **12.** Noé, Ferir, **13.** Reatado. **VERTICAIS: 1.** Butantan, Urna, **2.** Eto, Asplênio, **3.** Legível, Mixer, **4.** Drama, Ácida, **5.** AO, Procura, FA, **6.** Juruá, Adnet, **7.** Enade, Dadeira, **8.** Apóstolo, Kid, **9.** Suar, Próspero.



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na Câmara de Comércio dos EUA, em Washington Diogo Zacarias/Divulgação Fazenda

Meta fiscal de 2025 exigirá R$ 50 bi em receitas extras

Valor pode ser maior caso Congresso derrote o governo em medidas como Perse

Adriana Fernandes e Idiana Tomazelli

BRASÍLIA O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai precisar de cerca de R$ 50 bilhões em receitas extras para cumprir a nova meta fiscal zero para as contas públicas de 2025.

Mesmo com o afrouxamento em relação ao alvo anterior, um superávit de 0,5% do PIB (Produto Interno Bruto), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, terá de buscar arrecadação adicional para conseguir entregar o resultado no centro da meta.

As medidas terão de ser aprovadas até o fim deste ano para ajudar a ampliar as receitas no próximo ano, segundo integrantes da equipe econômica ouvidos pela **Folha**.

Os detalhes ainda serão anunciados, mas são ações para recompor a arrecadação fechando brechas na legislação tributária, na linha do que já foi feito em 2023.

Não está nos planos do governo elevar alíquotas de impostos. O governo também não conta com a aprovação, ainda neste ano, da taxação de lucros e dividendos distribuídos pelas empresas a seus acionistas. A ideia é enviar o projeto de reforma da renda em 2024, mas sua aprovação deve ficar para o ano que vem.

A necessidade de novas receitas pode ficar ainda maior, caso o Congresso Nacional imponha uma derrota ao Executivo nas discussões em torno da desoneração da folha de salários de empresas e municípios e da isenção tributária para o setor de eventos por meio do Perse.

A renovação desses benefícios na íntegra teria, ao todo, um impacto adicional de R$ 32 bilhões.

O Ministério da Fazenda ainda tenta negociar um meio-termo no Legislativo, mas a proposta enfrenta resistência dos congressistas em um ano de eleições municipais e já em meio a articulações para a sucessão na Mesa Diretora da Câmara e do Senado.

Como alternativa, a Fazenda defende questionar judicialmente a desoneração da folha dos municípios e das empresas no STF (Supremo Tribunal Federal). Essa possibilidade já foi sinalizada por Haddad.

Representantes do governo já alertaram líderes da Câmara e do Senado sobre o cenário fiscal complexo para os próximos meses.

O diagnóstico da Fazenda é que, mesmo com a flexibilização da meta, zerar o déficit será muito difícil no próximo ano, o que exigirá também o esforço fiscal de todos os Poderes para barrar medidas que gerem perda de arrecadação ou elevem despesas.

Por outro lado, se a meta anterior fosse mantida em 0,5% do PIB, o tamanho das novas medidas de arrecadação precisaria ser tão grande que teria impacto negativo sobre a atividade econômica —ou cairia em descrédito diante das dificuldades políticas para aprová-las. Por isso, segundo um interlocutor, a opção do governo foi manter a agenda, mas dosar o remédio.

A nova meta fiscal para 2025 foi estabelecida no PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias), enviado ao Congresso na segunda-feira (15).

O projeto prolongou o prazo do ajuste fiscal na direção de um superávit das contas capaz de estabilizar a trajetória de alta da dívida pública.

A meta de 2026 foi alterada de resultado positivo de 1% para 0,25% do PIB. Para os anos seguintes, o governo indicou alvos de superávit de 0,50% do PIB em 2027 e 1% do PIB em 2028.

A revisão da meta foi mal recebida pelos analistas do mercado financeiro e colocou em xeque a capacidade de o governo entregar a meta também neste ano. A promessa para 2024 é de déficit zero.

A equipe econômica, porém, segue confiante de que há condições de entregar o resultado.

Como o arcabouço fiscal prevê uma margem de tolerância para cima e para baixo no resultado anual das contas públicas de 0,25 ponto porcentual do PIB, o governo pode fazer um déficit de até R$ 28,9 bilhões e ainda assim cumprir a meta de 2024. É com esse cenário que a equipe de Haddad conta.

O esforço da equipe econômica é tentar evitar o risco de mudança do alvo, o que poderia levantar maior desconfiança sobre a credibilidade do processo de ajuste fiscal para interromper uma tendência estrutural de déficit nas contas ao longo dos últimos dez anos.

Por outro lado, eventual derrota do governo na discussão das desonerações e do Perse pode comprometer a capacidade de alcançar a meta zero em 2024, com menos tempo hábil para que essas receitas sejam recompostas com outras medidas.

Por isso, a equipe de Haddad entende que é importante mostrar que, se o governo não conseguir cumprir a meta fiscal por causa das medidas aprovadas pelo Congresso, a responsabilidade não será do Executivo.

Esse ponto é considerado chave, já que o arcabouço fiscal prevê punições em caso de estouro da meta, como gatilhos de contenção de gastos e menor crescimento do limite de despesas —e todas elas recaem principalmente sobre o Executivo. Para um interlocutor da equipe econômica, isso terá de ser discutido ao longo do ano.

Para tentar manter o resultado dentro da meta, o Ministério da Fazenda considera até mesmo não usar toda a ampliação de R$ 15,7 bilhões de despesas no Orçamento, prevista na lei do arcabouço fiscal para este ano e que poderá ser antecipada, caso projeto já aprovado na Câmara passe também no Senado.

Parte desse espaço adicional será usada para recompor uma parcela dos R$ 5,6 bilhões de emendas parlamentares de comissão que foram vetados por Lula na sanção do Orçamento. O espaço extra também ajudará a desfazer o bloqueio de R$ 2,9 bilhões de despesas feito no final de março para acomodar o crescimento de despesas obrigatórias.

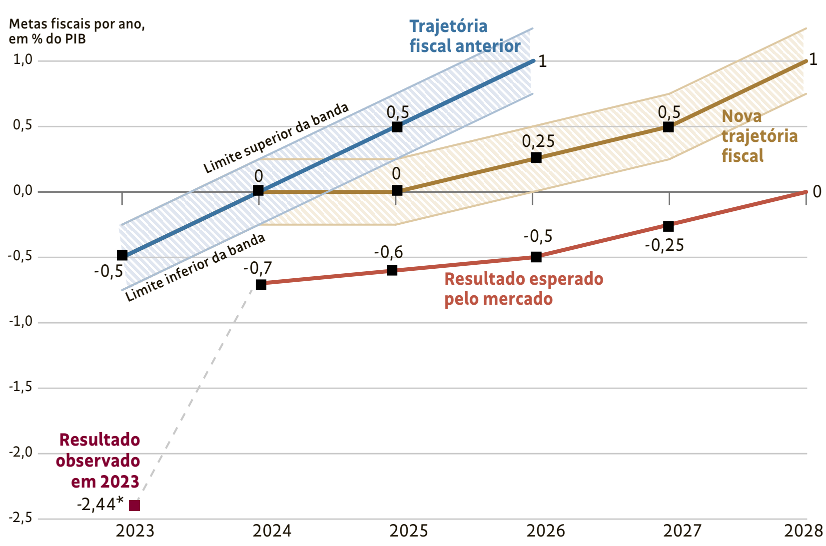
A equipe econômica não vê espaço para um reajuste salarial neste ano para o funcionalismo público. A possibilidade de usar parte do crédito para esse fim chegou a ser sinalizada, no início do ano, pela ministra Esther Dweck (Gestão e Inovação).

Após a repercussão negativa do PLDO, que contribuiu em parte para a alta do dólar nesta terça-feira (16), a equipe econômica começou a entrar em campo para tentar reverter a repercussão negativa e argumentar que o governo segue comprometido com o processo de consolidação fiscal, que a agenda não muda com a alteração das metas e que não haverá canibalização do ajuste fiscal em curso.

Um auxiliar de Haddad disse que a equipe tem como objetivo principal a estabilização da dívida pública. Pelos cenários apresentados no PLDO, a dívida bruta sobe até 79,7% do PIB em 2027, começando a cair no ano seguinte.

Leia mais sobre a mudança na meta fiscal e os impactos no dólar nas págs. 2 e 4

Piora na trajetória fiscal



*Resultado medido pelo Banco Central para as contas do governo central (Tesouro Nacional, Previdência Social e BC)
Fontes: Ministério da Fazenda e Banco Central

Dólar a R$ 5,27, risco de acidente

Perspectiva para PIB a curto prazo não muda, mas dívida e sururu no mercado preocupam

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da **Folha**. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

O "que está acontecendo nos Estados Unidos... explica dois terços do que está acontecendo no Brasil", disse o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sobre o dólar a R$ 5,27.

Uma estatística meio simples e os motivos visíveis para um dólar mais caro indicam que a hipótese de Haddad é razoável. O fato de o governo ter afrouxado a meta de contenção da dívida pública talvez seja um fator menor do dólar a R$ 5,27.

É possível argumentar também que o fato de Lula 3 ter reduzido suas metas de controle do gasto significa apenas um reconhecimento oficial, ainda otimista, de que a dívida pública vai aumentar mais do que o governo previa, o que está nas contas de quase todo o mundo.

Nada disso refresca a situação, porém.

Primeiro, haverá estragos porque as taxas de juros nos EUA vão permanecer altas por mais tempo do que se previa. Quando essa nuvem vai se dissipar? Julho? Setembro? No Natal? Quanto mais tempo, pior o efeito sobre juros e inflação daqui. Taxas de juros mais altas sobre uma dívida pública maior e relaxada vão acelerar o ritmo de aumento da dívida.

Segundo, Lula 3 não fez apenas uma adaptação "realista" das metas de controle de gasto. Adiou o objetivo de ter despesas menores do que receitas, no futuro próximo, sem indicar alternativa de contenção de despesa, agora ou em futuro mais distante.

Terceiro, até as previsões do governo mostram que o teto móvel de Lula 3 vai passar em breve pelo mesmo problema do teto rígido de gastos de Michel Temer. O teto móvel de Lula permite aumento anual de gastos de até 2,5% além da inflação.

Mas certas despesas crescerão mais do que outras, além do ritmo permitido pelo teto geral: Previdência, saúde, educação, por exemplo. O dinheiro para pagar outras contas, como o de investimento em obras e o custeio da máquina, será achatado até o insuportável, em termos práticos e políticos.

O que se vai fazer? Talvez gambiarra: dizer que certas despesas ficarão fora do teto ou não serão contadas na meta de saldo primário. Mas tanto faz a contabilidade: a dívida aumentará. Ou, então, o teto móvel de Lula, o "arcabouço fiscal", irá para o vinagre oficialmente. Em fins de 2026?

Quarto, a maioria do governo e Congresso não parecem preocupados.

O Congresso tira receita do governo, com favores para empresas ou prefeituras pequenas. Querem baixar a conta de luz com mais gasto. Os estados querem perdão de dívida com o governo federal, com apoio no Senado. Quer-se vincular despesa militar ao aumento da receita do governo, piorando o problema de crescimento do gasto obrigatório. Etc.

Nota: cerca de 91% do gasto do governo é obrigatório ou inevitável; 81% vai para INSS, pessoal, Bolsa Família, seguro-desemprego, saúde e educação.

A impressão de que o teto de Lula 3 irá para o vinagre faz com que os donos do dinheiro cobrem mais nos empréstimos para cobrir o déficit do governo e para rolar o pagamento de juros. A dívida cresce mais. Dívida maior, juros maiores (tudo mais constante. Se o país crescesse a 4% ao ano, o problema seria atenuado. Hum).

Se o Banco Central baixar a Selic, resolve? Não, afora o risco de dólar e inflação saírem do controle. A Selic é taxa de curtíssimo prazo. As taxas de juros cobradas do governo para empréstimos de prazo mais longo estão mais altas do que em agosto de 2023, quando o BC começou a cortar a Selic.

Para piorar, é possível que a Selic pare cair em breve. Especula-se se o presidente do BC que Lula vai nomear até o final do ano vai ser rigoroso com a inflação. Mais dúvida, juros mais altos.

O governo Lula-Haddad reconheceu que seu plano de contenção de déficit e dívida furou, mas não apareceu com providências alternativas, e Brasília pouco se importa. Esse tumulto nos EUA coloca cerejas podres nesse bolo azedo.

Tem cara de desastre, por enquanto? Não, até porque ainda dá para remediar a situação. Mas nossos problemas crônicos pioram, e o risco de acidentes aumenta.

vinicius.torres@grupofolha.com.br

PAINEL S.A.

Julio Wiziack
painelsa@grupofolha.com.br

Voo de galinha

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho (Republicanos), conseguiu empacotar uma versão desidratada do Voa Brasil. Nos bastidores, continua a pressão das companhias por acesso a linhas de crédito em troca da ampliação da oferta de assentos pelo programa. No entanto, a meta de déficit zero da equipe econômica e a restrição para que a Gol possa aderir emperram a decolagem do plano do ministro.

PARA POUCOS Nessa fase, as aéreas reservarão assentos para aposentados e estudantes do Prouni por R$ 200 na semana, exceto nas férias.

DISCRIMINAÇÃO As barreiras para um programa amplo são diversas. Uma delas é a destinação de parte dos recursos hoje empoçados no Fundo Nacional de Aviação para um outro fundo a ser criado que lastrearia operações de crédito pelo BNDES. Mas a Gol, que está em recuperação judicial, não teria garantias necessárias. Para os técnicos envolvidos, isso seria um risco jurídico. Não bastasse, a Fazenda quer esse dinheiro no caixa para cumprir a meta fiscal.

TARIFAÇO Além disso, a situação da Gol restringiu a oferta de assentos pelo setor, pressionando os preços das passagens para cima. Se tiverem de reservar ainda mais lugares, haverá aumento adicional, algo que o governo quer evitar.

O JOGO... O Ecad, escritório que arrecada e distribui direitos autorais em nome de artistas no país, prepara uma ofensiva histórica contra o Cinemark: uma cobrança que pode passar de R$ 150 milhões, segundo estimativas iniciais.

...VIROU A decisão tem respaldo em uma derrota da Cinemark no STJ (Superior Tribunal de Justiça). Segundo advogados que atuam no processo, ela dificilmente será revertida. Mais de 30 mil artistas ficaram sem receber desde 1997. Procurados, o Cinemark e o Ecad disseram que não iriam se manifestar.

O PODER... Pesquisa do Datafolha mostra que Ifood e Mercado Livre, dois dos maiores patrocinadores do BBB24, se tornaram as marcas mais lembradas por quem acompanha o programa, que se encerrou nesta terça (16). A rede de delivery é mencionada por 21% dos entrevistados e o marketplace digital, por 18%.

...DO BBB A pesquisa mostra ainda que PicPay e Americanas, que não participaram do BBB 24 e patrocinaram versões anteriores, ainda permanecem com 5%. O Datafolha ouviu 2.008 brasileiros de 113 municípios entre os dias 8 e 11 de abril. Um terço (33%) disse assistir ao BBB regularmente.

TUNGADA Poupadores prejudicados pelos planos Bresser, Verão e Collor I e II, entre as décadas de 1980 e 1990, já tiveram R$ 4,6 bilhões devolvidos após acordo com bancos homologado pelo STF. Segundo a Frente Brasileira pelos Poupadores (Febrapo), pelo menos 300 mil pessoas foram ressarcidas pelo dinheiro confiscado em governos anteriores. A entidade informa que outras 300 mil não aderiram ao acordo e não poderão ter suas ações judiciais por força de decisão do Supremo.

com Diego Felix



O presidente do Fed, Jerome Powell, que ressaltou inflação forte nos EUA Mandel Ngan - 20.mar.24/AFP

Dólar supera R$ 5,26 com fala de Powell e temor sobre meta fiscal

Presidente do Fed diz que instituição ainda não tem confiança de que inflação dos EUA caminha para a meta

Marcelo Azevedo e Luana Franzão

SÃO PAULO O dólar registrou sua quinta sessão consecutiva de alta e saltou 1,65% nesta terça-feira (16), terminando a sessão cotado a R$ 5,268, ainda operando em seu maior valor desde março de 2023.

A divisa segue beneficiada por temores do mercado sobre a trajetória fiscal do Brasil, o adiamento das apostas de cortes de juros nos EUA e o aumento das tensões no Oriente Médio. Na máxima do dia, o dólar bateu os R$ 5,287.

O cenário também foi negativo para a Bolsa brasileira, que terminou o dia em baixa de 0,75%, aos 124.388 pontos, pressionada principalmente por recuo da Vale, a empresa de maior peso no Ibovespa, acompanhando a fragilidade do minério de ferro no exterior.

Mais cedo, a Petrobras chegou a operar em queda, mas virou para alta conforme os preços do petróleo Brent se recuperaram.

Investidores também repercutiram nesta terça um pronunciamento do presidente do Fed (Federal Reserve, o banco central americano), Jerome Powell, que afirmou que os últimos dados mostram uma inflação mais forte que o esperado nos Estados Unidos. Segundo ele, o Fed provavelmente precisará de mais tempo para ter confiança de que a inflação está caminhando para a meta de 2%.

"Os dados recentes claramente não nos deram maior confiança e, em vez disso, indicam que provavelmente levará mais tempo do que o esperado para alcançar essa confiança", disse Powell durante um evento realizado no The Wilson Center, em Washington.

Quanto menos o Fed cortar os juros diante de uma economia resiliente, melhor para o dólar, que se torna mais atraente para investidores estrangeiros quando os rendimentos oferecidos pelo mercado norte-americano ficam mais altos.

A escalada das tensões no Oriente Médio colabora para o ambiente de aversão ao risco, com investidores recorrendo a títulos de maior percepção de segurança. O cenário pressiona a curva de juros americana, e os títulos com vencimento em dez anos apresentam alta: os chamados "treasuries" iam de 4,60% para 4,66% no fim da tarde.

Nos Estados Unidos, os principais índices operaram próximos da estabilidade durante toda a sessão. Ao fim do dia, o S&P 500 e o Nasdaq caíram 0,21% e 0,12%, respectivamente, e o Dow Jones subiu 0,17%.

No cenário doméstico, as discussões sobre o arcabouço fiscal permanecem no radar, após o governo ter diminuído a meta de resultado primário em 2025 para zero.

A meta anterior, de superávit de 0,5%, era vista com ceticismo pelo mercado. A mudança do objetivo, no entanto, diminuiu a confiança de investidores na nova regra fiscal, como aponta Helena Veronese, economista-chefe da B.Side Investimentos.

"Isso mostra que o desenho do projeto fiscal central do governo foi feito com metas que ele próprio já está sabendo que não vai bater. Tira um pouco da credibilidade, porque eles precisam mudar a meta para não sofrer as sanções que o próprio desenho do projeto do arcabouço fiscal estaria impondo", afirma a economista.

"Do ponto de vista prático, [a mudança da meta fiscal] para o mercado é ruim. O mercado vê uma falta de confiança do governo na sua própria capacidade de gestão fiscal", disse Cristian Pelizza, economista-chefe da Nippur Finance. Ele lembra, no entanto, que boa parte dos investidores não considerava as metas anteriores realistas.

Nesta manhã, o boletim Focus, do Banco Central, mostrou que economistas aumentaram sua previsão para a Selic pela primeira desde o fim de 2023. Agora, a previsão para a taxa no fim do ano é de 9,13%, ante 9% em boletins anteriores.

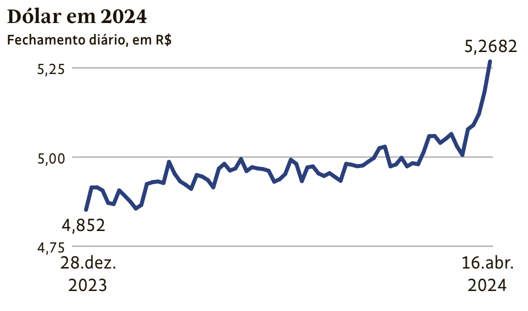
Com Reuters

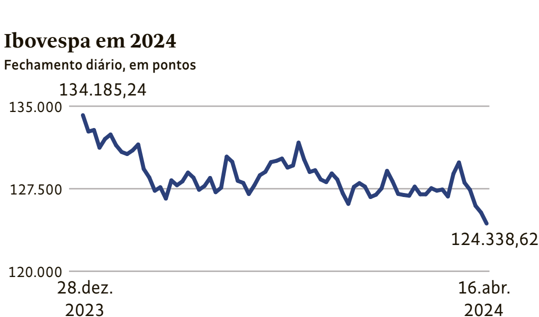


[Com a mudança da meta] o mercado vê falta de confiança do governo na sua própria gestão fiscal

Cristian Pelizza
economista-chefe da Nippur Finance

Dólar tem novo salto e supera os R$ 5,26





Desempenho de principais moedas ante o dólar
Retornos à vista desde a última quarta-feira (10), em %

Moeda	%
Franco suíço	0,14
Dólar de Singapura	-0,81
Libra esterlina	-0,82
Dólar canadense	-0,95
Euro	-1,07
Coroa dinamarquesa	-1,10
Iene	-1,11
Coroa norueguesa	-1,29
Rand sul-africano	-1,42
Dólar de Taiwan	-1,49
Dólar neozelandês	-1,54
Dólar australiano	-1,57
Coroa sueca	-2,13
Won sul-coreano	-2,85
Peso mexicano	-3,42
Real	**-3,71**

Fontes: CMA e Bloomberg

Haddad atribui 'dois terços' da alta da moeda ao cenário externo

Fernanda Perrin

WASHINGTON O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, atribuiu "dois terços" da alta do dólar ao cenário externo. Nesta terça, a moeda chegou a bater R$ 5,281, o maior valor em mais de um ano.

A disparada ocorre um dia após o governo confirmar a revisão da meta fiscal para o próximo ano de um resultado primário de 0,5% para zero. Também pressionam a moeda americana a expectativa de um adiamento do corte de juros nos EUA e tensões no Oriente Médio após o ataque de Irã a Israel.

"Estou acompanhando, evidentemente, junto ao Tesouro e ao BC o que está acontecendo. Está havendo uma reprecificação de ativos no mundo inteiro. Hoje, por exemplo, o peso mexicano está sofrendo mais do que o real. Indonésia também", disse a jornalistas em Washington (EUA), onde chegou na manhã desta terça para participar de encontros de FMI, Banco Mundial e G20.

Ele atribuiu o cenário a dados de atividade dos EUA, como a inflação ainda persistente, e o conflito no Oriente Médio e seu potencial impacto no preço do petróleo.

"Tem muita coisa que está fazendo com que o mundo esteja atento a o que está acontecendo nos EUA e o dólar está se valorizando frente às demais moedas. Eu diria que isso não explica tudo o que está acontecendo no Brasil, mas explica dois terços", afirmou.

O ministro caracterizou o momento atual como uma "turbulência semanal" e ressaltou que, no governo Jair Bolsonaro, o dólar chegou a bater R$ 6 e os juros dispararam, mas que "essas coisas se acomodam depois".

Questionado se o terço restante poderia ser atribuído à revisão da meta fiscal, o ministro disse que acredita que "precisamos explicar melhor" o que vai acontecer com as contas públicas.

"Nós queríamos antecipar o quanto antes o equilíbrio fiscal. Mas nós estamos numa democracia e nós estamos negociando as medidas com o Congresso", disse.

Questionado pela **Folha** sobre a relação com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que entrou em confronto com o ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais), Haddad disse que nunca teve problemas com o deputado.

Sobre a revisão para cima da projeção da taxa básica de juros, a Selic, pelo mercado, Haddad disse que considera um movimento de curto prazo natural.

"Quando você tem más notícias de fora e alguma perturbação interna, nós tivemos o episódio da Petrobras que está dissipado, tivemos discussão sobre a Vale, que é uma questão que está superada. Tiveram vários arranhões que chamaram a atenção do mercado", disse.

Ele reforçou, no entanto, que em sua visão os fundamentos da economia brasileira estão melhores do que há um ano. Ressaltando que a definição da taxa cabe ao BC, ele disse acreditar que ainda há espaço para corte de juros porque o ciclo foi iniciado "muito recentemente".

Analistas acreditam que o governo terá dificuldade em elevar a arrecadação, dado o peso de receitas extraordinárias. Questionado sobre o esgotamento das medidas e a necessidade de cortar gastos, Haddad disse que "a renovação da desoneração e, sobretudo, a questão dos municípios, nem estava no radar de ninguém".

No fim da tarde, o ministro participou de evento na Câmara de Comércio dos EUA ao lado do presidente do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), Ilan Goldfajn. No público, estavam representantes de grandes empresas dos EUA, como Amazon e Pfizer.

A primeira pergunta feita a ele foi sobre a regulamentação da reforma tributária. A previsão era que os textos seriam enviados ao Congresso nesta semana, mas o prazo foi estendido em razão da viagem do ministro.

O chefe da Fazenda disse que, nesse momento, o grande desafio é impedir o avanço de exceções à alíquota padrão. "Claro que é sempre permitido aos parlamentares discutirem quem deve estar fora da alíquota padrão, quem deve estar na cesta básica com zero tributação, isso faz parte", disse.

O ministro prometeu ainda que, depois do período de transição da reforma, o Brasil terá "um dos melhores sistemas tributários do mundo".

+ Ideal seria não mexer nas metas, afirma Tebet

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet (MDB), disse que o ideal seria não mudar as metas fiscais, mas que a alteração não mexe nos pontos principais do arcabouço. "Ninguém discute que o ideal seria não mexer nas metas. É preciso antes de tudo ter compromisso com responsabilidade fiscal. O fiscal é o norte que nos leva ao objetivo principal de erradicar a miséria", disse à GloboNews.

SONDA DO BRASIL LTDA. | CNPJ 64.641.327/0001-25

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)*

AVISOS: 1) As demonstrações financeiras apresentadas são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. **2)** A íntegra das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e notas explicativas encontram-se à disposição na sede da Sociedade e no seguinte endereço eletrônico: https://publicidadelegal.folha.uol.com.br/.

Balanços patrimoniais

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
ATIVO					
Caixa e equivalentes de caixa	6	22.088	1.455	34.163	23.991
Contas a receber de clientes	7	34.866	53.476	42.723	62.938
Estoques		1.896	2.078	1.896	2.078
Tributos a recuperar	8	5.907	5.786	5.966	9.461
Despesas antecipadas	9	1.373	499	1.923	6.861
Depósitos em garantias e cauções		6	-	24	-
Outros ativos	10	2.769	24.295	2.916	24.393
Total do ativo circulante		**68.905**	**87.589**	**89.611**	**129.722**
Contas a receber de clientes	7	163	335	127.927	38.381
Tributos diferidos	12	6.000	-	6.000	-
Outras contas a receber com partes relacionadas	11	62.133	38.432	6.952	17.998
Depósitos judiciais		3.487	941	3.487	953
Depósitos em garantias e cauções		1.002	-	1.002	-
Despesas antecipadas	9	1.320	366	1.443	541
Total do realizável a longo prazo		**74.105**	**40.074**	**146.811**	**57.873**
Investimento	13	43.626	41.127	4.452	-
Intangível	15	147.944	150.072	147.944	157.073
Imobilizado	14	650	22	650	1.890
Direito de uso		-	-	-	36
Total do ativo não circulante		**266.325**	**231.295**	**299.857**	**216.872**
Total do ativo		**335.230**	**318.884**	**389.468**	**346.594**
PASSIVO					
Fornecedores e contas a pagar	16	4.150	3.221	6.606	6.278
Arrendamento mercantil - Locação		-	-	-	10
Empréstimos e financiamentos	17	207	622	15.602	10.327
Obrigações sociais e trabalhistas	19	28.228	25.464	28.967	27.687
Obrigações tributárias	18	824	1.390	6.113	1.763
Parcelamento tributário		-	-	-	116
Receitas a apropriar		985	1.808	985	1.808
Outros passivos	20	23.623	12.025	23.623	12.076
Total do passivo circulante		**58.017**	**44.530**	**81.896**	**60.065**
Arrendamento mercantil - Locação		-	-	-	24
Empréstimos e financiamentos	17	20	7	15.020	11.182
Outras contas a pagar com partes relacionadas	11	2.366	28.684	7.988	12.093
Parcelamento tributário		146	181	146	270
Receitas a apropriar		-	9	-	9
Tributos diferidos	12	-	1.210	5.385	6.336
Provisões para riscos	21	46.267	34.419	46.267	34.420
Total do passivo não circulante		**48.799**	**64.510**	**74.806**	**64.334**
Patrimônio líquido					
Capital social	22	216.982	187.611	216.982	187.611
Outras reservas		(1.205)	2.615	(1.205)	2.615
Reserva de lucro a destinar		12.637	19.618	12.637	19.618
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		**228.414**	**209.844**	**228.414**	**209.844**
Participação não controladores		-	-	4.352	12.351
Total do patrimônio líquido		**228.414**	**209.844**	**232.766**	**222.195**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**335.230**	**318.884**	**389.468**	**346.594**

Demonstrações dos resultados

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita operacional líquida		163.175	145.139	296.948	187.909
Custos das mercadorias e serviços prestados		(140.048)	(119.349)	(254.522)	(155.476)
Lucro bruto		**23.127**	**25.790**	**42.426**	**32.433**
Comerciais		(5.142)	(5.495)	(5.124)	(9.181)
Administrativas		(16.240)	(9.333)	(17.475)	(12.544)
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquido		(21.095)	(7.052)	(21.179)	(7.039)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**(19.350)**	**3.910**	**(1.352)**	**3.669**
Receitas financeiras		6.347	2.868	2.945	1.622
Despesas financeiras		(5.449)	(5.852)	(7.246)	(8.520)
Financeiras líquidas		**898**	**(2.984)**	**(4.301)**	**(6.898)**
Resultado de equivalência patrimonial	13	6.319	(8.529)	(138)	-
Resultado antes dos impostos		**(12.133)**	**(7.603)**	**(5.791)**	**(3.229)**
IR e CS corrente	12	(2.058)	-	(2.406)	-
IR e CS diferido	12	7.210	4.922	1.848	(2.303)
Prejuízo do exercício		**(6.981)**	**(2.681)**	**(6.349)**	**(5.532)**
Resultado atribuído aos:					
Acionistas controladores		(6.981)	(2.681)	(6.981)	(2.681)
Acionistas não controladores		-	-	632	(2.851)
Prejuízo do exercício		**(6.981)**	**(2.681)**	**(6.349)**	**(5.532)**

Demonstrações dos resultados abrangentes

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Prejuízo do exercício	(6.981)	(2.681)	(6.349)	(5.532)
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	**(6.981)**	**(2.681)**	**(6.349)**	**(5.532)**
Resultado atribuído aos:				
Acionistas controladores	(6.981)	(2.681)	(6.981)	(2.681)
Acionistas não controladores	-	-	632	(2.851)
Resultado abrangente do exercício	**(6.981)**	**(2.681)**	**(6.349)**	**(5.532)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Nota	Capital social	Reservas: Legal	Reservas: Incentivos fiscais	Reservas: Ágio/investimentos	Reserva de lucro a destinar	Patrimônio líquido atribuído ao controlador	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**262.270**	**8.001**	**553**	**(11.131)**	**22.299**	**281.992**	**4.669**	**286.661**
Aporte de investimento de não controladores		-	-	-	-	-	-	3.625	3.625
Redução de capital	22	(98.759)	-	-	-	-	(98.759)	-	(98.759)
Aumento de capital	22	24.100	-	-	-	-	24.100	-	24.100
Transação entre acionistas	13.1	-	-	-	5.192	-	5.192	6.908	12.100
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(2.681)	(2.681)	(2.851)	(5.532)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**187.611**	**8.001**	**553**	**(5.939)**	**19.618**	**209.844**	**12.351**	**222.195**
Aumento de capital		29.371	-	-	-	-	29.371	-	29.371
Transação entre acionistas	13.1	-	-	-	(3.820)	-	(3.820)	(8.631)	(12.451)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(6.981)	(6.981)	632	(6.349)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**216.982**	**8.001**	**553**	**(9.759)**	**12.637**	**228.414**	**4.352**	**232.766**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		**(6.981)**	**(2.681)**	**(6.349)**	**(5.532)**
Ajustes para:					
Depreciações e amortizações		6.176	5.595	6.752	10.698
Reversão perdas de créditos esperadas		(816)	849	(1.055)	1.005
Perdas com créditos		32	-	32	1.552
Provisão (reversão) para obsolescência dos estoques		306	(383)	251	(305)
Provisão para processos judiciais		12.803	5.980	12.822	5.994
Resultado de equivalência patrimonial	13	(6.319)	8.529	138	-
Juros incorridos de empréstimos e financiamentos e arrendamentos		-	-	434	1.969
Perdas com depósitos judiciais		545	1.935	545	1.956
Indenizações		-	(4)	-	(4)
Gastos com reestruturação		-	1.917	-	2.029
Custo residual de ativos imobilizados baixados		(373)	317	50.227	17.429
IR e CS	12	(5.152)	(4.922)	558	2.303
Variações nos ativos e nos passivos					
(Aumento) ou diminuição dos ativos					
Contas a receber		19.566	(8.969)	(115.017)	(36.680)
Estoques		(124)	(1.045)	(73)	(1.044)
Tributos a recuperar		(2.179)	3.690	(2.366)	3.039
Despesas antecipadas		(1.828)	125	3.806	(6.382)
Depósitos em garantias e cauções		(1.008)	-	(1.026)	-
Outros ativos		21.526	(14.926)	21.459	(11.824)
Outras contas a receber com partes relacionadas		(23.701)	(8.561)	10.430	11.304
Depósitos judiciais		(3.091)	(481)	(3.106)	(494)
Aumento ou (diminuição) dos passivos					
Fornecedores e contas a pagar		(3.090)	(4.837)	(19.031)	(13.067)
Obrigações sociais e trabalhistas		2.764	11.142	3.003	12.388
Obrigações tributárias		(566)	(616)	4.830	(888)
Parcelamento tributário		(35)	(29)	(56)	(422)
Receitas a apropriar		(832)	(248)	(832)	(248)
Outros passivos		11.598	1.269	16.207	1.313
Provisões para riscos		(955)	(2.671)	(974)	(2.695)
Outras contas a pagar com partes relacionadas		(26.318)	16.785	11.063	(18.491)

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Caixa gerado nas (utilizado nas) atividades operacionais		**(8.052)**	**7.760**	**(7.328)**	**(25.097)**
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(224)	-
Juros pagos de empréstimos e arrendamentos		-	(73)	(589)	(2.000)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais		**(8.052)**	**7.687**	**(8.141)**	**(27.097)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Empréstimos de empresas ligadas		-	46.511	-	46.511
Recebimento de empréstimos a empresas ligadas		-	(60.151)	-	(60.151)
Aporte de capital em investida		-	(32.625)	-	-
Recebimento de investimento		-	-	-	15.725
Aquisição de ativo imobilizado e intangível		(284)	(110)	(35.057)	(1.244)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de investimentos		**(284)**	**(46.375)**	**(35.057)**	**841**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Recebimento de empréstimos a empresas ligadas		-	35.580	-	60.314
Pagamento de empréstimos a empresas ligadas		-	(26.691)	-	(35.100)
Redução de capital		-	(98.759)	-	(98.759)
Aumento de capital		29.371	24.100	29.371	24.100
Pagamento de arrendamento		-	-	(29)	(9)
Captação de empréstimos e financiamentos		2	-	30.002	-
Amortização de empréstimos e financiamentos		(404)	(243)	(4.815)	(7.640)
Fluxo de caixa líquido proveniente (utilizado nas) atividades de financiamento		**28.969**	**(66.013)**	**54.529**	**(57.094)**
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		**20.633**	**(104.701)**	**11.331**	**(83.350)**
Caixa e equivalentes de caixa em 1 de janeiro		1.455	106.156	23.991	107.341
Saldo final da empresa Sonda Mobility		-	-	1.159	-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		22.088	1.455	34.163	23.991
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		**20.633**	**(104.701)**	**11.331**	**(83.350)**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1. Contexto operacional: A Sonda do Brasil Ltda. ("Sonda" ou "Empresa") é uma empresa de tecnologia da informação que oferece soluções de alto valor agregado a diversos setores econômicos. Em mais de 30 anos de atuação, desenvolveu e implementou soluções que beneficiam milhões de pessoas em todas as regiões do país. A Sonda do Brasil possui em seu portfólio softwares de gestão, serviços e projetos de consultoria que atendem empresas de pequeno, médio e grande porte. Em 28 de fevereiro de 2023, a Sonda do Brasil realizou aporte de capital de R$ 8.410 na empresa Sonda Cidades Inteligentes e Mobilidade Ltda., conforme 42º alteração do Contrato Social, utilizando sua participação de 49,35% do capital social da Sonda Mobility Ltda., que posteriormente foi incorporada pela Sonda Cidades Inteligentes e Mobilidade Ltda., essa operação resultou na participação da Sonda do Brasil de 4,49% sobre o capital social da Sonda Cidades Inteligentes e Mobilidade Ltda. **2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS). A administração declara que todas as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela administração em 8 de março de 2024. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **2.1. Bases de consolidação de investimentos em controlada:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Empresa e suas controladas, na mesma data de fechamento. O controle é obtido quando a Empresa tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações das seguintes sociedades controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Razão social	Sede	Denominação utilizada	% Participação 2023	% Participação 2022
Sonda Mobility Ltda.	Brasil	Sonda Mobility	-	49,35%
Sonda Infovia Digital do Estado do MS Serviços de Transporte de Dados SPE S.A.	Brasil	Infovia	90,00%	90,00%

Chamamos a atenção para o evento societário divulgado no Contexto operacional (nota explicativa 1) em 28 de fevereiro de 2023 que menciona a perda de controle da Sonda do Brasil na Sonda Mobility Ltda (incorporada pela Sonda Cidades Inteligentes e Mobilidade Ltda.). Consequentemente as demonstrações financeiras de 2023 não contém o efeito de consolidação da então Sonda Mobility. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda principal do ambiente econômico no qual a Empresa e suas controladas atuam ("moeda funcional"). **3. Principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração destas demonstrações foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados e compreendem: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** São compreendidos pelos recursos financeiros mantidos em caixa, banco conta movimento e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão avaliadas pelo valor justo na data do balanço e com risco insignificante de mudança de valor. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e Financiamentos", no passivo circulante. **b) Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Empresa. Se o prazo de recebimento é equivalente a 1 ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante. **c) Estoques:** Os estoques são valorizados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende custos de projeto, matéria-prima, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos financeiros. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os necessários para efetuar a venda. **d) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional específico de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$ 240. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. **e) Contribuição para o INSS - desoneração da folha de pagamento:** A lei 12.546, de 14 de dezembro de 2011, dentre outras alterações, desonerou a folha de pagamento das companhias do setor de Tecnologia da Informação, entre outros segmentos, modificando a base de cálculo do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), passando esse a incidir sobre a receita bruta das prestações de serviços pela alíquota de 2,5%. A partir de 1 de dezembro de 2015, a alíquota passou para 4,5%, de acordo com a lei 13.161, de 31 de agosto de 2015, que incidia anteriormente sobre a folha de pagamento da Empresa pela alíquota de 20%. **f) Investimentos:** Os investimentos em controlada nas demonstrações financeiras são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado como receita ou despesa operacional, com base nas demonstrações financeiras da controlada elaborada na mesma data. **g) Outros ativos circulantes e não circulantes:** São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante. **h) Imobilizado:** O ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição ou construção, acrescido de encargos de financiamentos incorridos durante a fase de construção, deduzido das depreciações acumuladas e perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada, quando necessário. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo, menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente depreciado (exceto para construções em andamento). **i) Intangível: Software e licenças:** Os softwares adquiridos de terceiros são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados pelo método linear. Os softwares gerados internamente são mensurados ao custo de desenvolvimento. Posteriormente, são deduzidos das amortizações, as quais são reconhecidas em despesas de forma linear à medida que incorrem. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Sonda e que provavelmente gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de 1 ano, são reconhecidos no ativo intangível. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas. **Marcas e patentes:** Marcas e patentes que possuem vida útil finita estão contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida útil esperada do bem. **Ágio:** O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da Empresa adquirida. O ágio de aquisições é registrado como "Ativo Intangível" nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*):** A Empresa e suas controladas analisam a existência de evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso essas evidências sejam identificadas, a Empresa estima o valor recuperável do ativo, o qual é considerado o maior valor entre: i. seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e ii. seu valor em uso, isto é, equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos tributos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. **j) Passivos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração: Os passivos financeiros da Empresa e suas controladas são classificados a valor justo por meio do resultado, custo amortizado ou como derivativos classificados como instrumento de hedge efetivo, conforme o caso. A Empresa e suas controladas determinam a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo diretamente relacionado à transação. Mensuração subsequente: A mensuração dos passivos financeiros depende de sua classificação, que pode ser da seguinte forma: Passivo financeiro a valor justo por meio do resultado: Incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos, exceto aqueles designados como instrumentos de hedge. Juros, variação monetária e cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Custo amortizado: Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa. Desreconhecimento (baixa): Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Compensação de instrumentos financeiros, apresentação líquida: Não é permitida a apresentação líquida entre ativos e passivos financeiros no balanço patrimonial, exceto se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensar ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **k) Fornecedores e contas a pagar:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 1 ano; caso contrário, são classificadas no passivo não circulante. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **l) Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. **m) Provisões para riscos:** As provisões para causas judiciais (trabalhista, civil e tributos indiretos) são reconhecidas quando: i. a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; ii. é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e iii. o valor tiver sido estimado com segurança. **n) Outros passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações não relacionadas a atividade fim da Empresa. **o) Reconhecimento da receita: Prestação de serviços e venda de produtos:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços prestados no curso normal das atividades da Empresa e suas controladas. Possuem origem em acordos comerciais de prestação de serviços de tecnologia e informática e, assim como o desenvolvimento de software, a entrega está prevista em contrato. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **Receita de contratos de concessão:** A Controlada Sonda Infovia possui um único contrato de concessão junto ao Estado do MS Serviços de Transporte de Dados SPE S.A., ao qual, de acordo com o ICPC01 (R1) - Contratos de Concessão e OCPC 05 - Contrato de Concessão, foi dividido entre serviços de construção e serviços de operação. As divulgações de julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas relacionadas à receita são apresentadas a seguir. **Receita de construção:** A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e CPC 47 (R1) - Receita de Contrato com Cliente, na medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção, o ativo é classificado como ativo financeiro, pois a Controlada presta-dos. **p) Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa e suas controladas se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo por meio de resultado (VJR), acrescido, para um item não mensurado ao VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(ii) Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: A Empresa e suas controladas avaliam o objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à administração Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou, ainda, designado como tal no reconhecimento inicial. **(iii) Desreconhecimento:** Ativos financeiros: A Empresa e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos, ou na qual a Empresa e suas controladas nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, além de não reterem o controle sobre esse ativo. Passivos financeiros: A Empresa e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. **(iv) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenham a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(v) Capital social:** As quotas da Empresa são classificadas como patrimônio líquido. **q) Redução ao valor recuperável (*impairment*): (i) Ativos financeiros não derivativos: Instrumentos financeiros e ativos contratuais:** A Empresa e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e • Ativos de contrato. A Empresa e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 (doze) meses. Mensuração das perdas de crédito esperadas. As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Empresa e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidências objetivas de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação incluem os seguintes dados observáveis: dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; e a probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **(ii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa e suas controladas, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Já as perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado à UGC (ou grupo destas) e então para redução do valor contábil dos outros ativos dessa UGC (ou grupo) de forma *pro rata*. **r) Arrendamento mercantil:** A Empresa e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e, subsequentemente, pelo custo menos qualquer amortização acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado pela taxa dos respectivos contratos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis e arrendamentos, descontados usando uma taxa nominal única, baseada no endividamento da Empresa, que corresponde a aproximadamente a sua taxa média de captação no período (6,40% a.a.). **4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** Na aplicação das políticas contábeis, a administração da Empresa e suas controladas realiza julgamentos e elabora estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir, significativamente, dessas estimativas. Abaixo são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas: **a) Perdas de créditos esperadas ("PCE"):** As perdas de créditos esperadas são constituídas para levar contas a receber de clientes a seu valor de recuperação, com base em um modelo de perda de crédito esperada. **b) Provisões para riscos:** A Empresa e suas controladas são parte em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões, constituídas para fazer face às potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentadas na opinião de seus assessores jurídicos, e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. **c) Vida útil remanescente do ativo imobilizado:** O uso e o consequente desgaste do ativo imobilizado são estimados com base nas características, na localização, na utilização e em outros fatores de um grupo de ativos. Essas circunstâncias podem alterar a vida útil, e quando isso ocorre, a administração revisa e altera a taxa de depreciação dos ativos. **d) Apuração e realização dos impostos diferidos:** Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados e reconhecidos utilizando-se as alíquotas aplicáveis às estimativas de lucro tributável para compensação nos anos em que essas diferenças temporárias, os prejuízos fiscais de imposto de renda e as bases negativas de contribuição social acumulados deverão ser realizados. **5. Instrumentos financeiros: a) Gerenciamento dos riscos financeiros:** A Empresa e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. **Gestão de capital:** A política da Diretoria é ter uma base sólida de capital para manter a confiança do credor e do mercado, além de sustentar o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Empresa e suas controladas definem como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

Descrição	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Dívida líquida				
Empréstimos e financiamentos	227	629	30.622	21.509
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(22.088)	(1.455)	(34.163)	(23.991)
Endividamento líquido	**(21.861)**	**(826)**	**(3.541)**	**(2.482)**

6. Caixa e equivalentes de caixa:

Descrição	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Caixa	-	-	12	21
Bancos conta movimento	18	19	24	8.286
Aplicações financeiras	22.070	1.436	34.127	15.684
	22.088	**1.455**	**34.163**	**23.991**

7. Contas a receber:

Descrição	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Faturas a receber	20.054	33.208	20.054	43.786
Contratos de leasing	527	1.260	527	45.208
Receitas a faturar	15.143	20.854	15.143	20.854
Direitos a faturar contratos de concessão	-	-	381	-
Recebíveis de contratos de concessão	-	-	135.240	-
Perdas de créditos esperadas (PCE)	(695)	(1.511)	(695)	(8.529)
	35.029	**53.811**	**170.650**	**101.319**
Ativo circulante	34.866	53.476	42.723	62.938
Ativo não circulante	163	335	127.927	38.381

Não há contas a receber oferecidas em garantia. A movimentação das perdas de créditos esperadas no exercício está assim demonstrada:

Descrição	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
No início do exercício	(1.511)	(1.063)	(8.529)	(7.925)
Baixa de investimento (a)	-	-	6.779	-
Adições (constituição)	(120)	(852)	(120)	(2.938)
Baixas (reversões)	936	404	1.175	2.334
No final do exercício	**(695)**	**(1.511)**	**(695)**	**(8.529)**

(a) Conforme divulgado na nota explicativa 1, a Sonda do Brasil Ltda aportou o capital em sua coligada Sonda Cidades com as cotas da sua controlada Sonda Mobility, Diante a tal fato, todos os efeitos dessa cessão de investimento estão considerados como "Baixa de investimento" nesta demonstração financeira.

8. Tributos a recuperar:

Descrição	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica	1.181	639	1.184	1.790
CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	2.924	2.925	2.924	3.720
PIS e COFINS	863	1.166	919	2.652
INSS	921	1.018	921	1.018
ISS	18	25	18	25
ICMS	-	9	-	9
IRRF	-	4	-	247
	5.907	**5.786**	**5.966**	**9.461**

9. Despesas antecipadas:

Descrição	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Serviços em andamento (a)	1.319	325	1.319	566
Seguros	971	540	1.644	540
Investimento em Projeto (b)	-	-	-	6.296
Outras despesas antecipadas	403	-	403	-
	2.693	**865**	**3.366**	**7.402**
Ativo circulante	1.373	499	1.923	6.861
Ativo não circulante	1.320	366	1.443	541

a) O saldo de serviços em andamento refere-se substancialmente à ativação de custos com projetos *start-up*. b) Trata-se de investimento em projetos da então controlada Sonda Mobility Ltda. Devido a transação demonstrada na nota explicativa nº 1, não há mais o saldo no ano de 2023.

10. Outros ativos:

Descrição	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Adiantamentos a colaboradores	746	1.010	800	1.076
Antecipação de benefícios a empregados	2.023	388	2.116	403
Lei do Bem (a)	-	6.341	-	6.341
Adiant. créditos fornecedores (b)	-	16.550	-	16.550
Outros ativos	-	6	-	23
	2.769	**24.295**	**2.916**	**24.393**

(a) A baixa está relacionada a utilização do crédito oriundo do benefício fiscal denominado como Lei do bem. (b) Refere-se a pagamento realizado para o fornecedor responsável por apoiar a Sonda do Brasil Ltda na etapa de início do contrato de construção registrado na controlada Infovia.

11. Outras contas a receber e a pagar com partes relacionadas:

Controladora	País	Moeda	2023 Ativo	2023 Passivo	2023 Resultado	2022 Ativo	2022 Passivo	2022 Resultado
Sonda Procwork Informática Ltda.	Brasil	Real	5.804	-	19.789	3.433	1.540	20.756
Sonda Colômbia	Chile	Pesos	-	11	-	209	150	-
Sonda Infovia	Brasil	Real	55.251	112	5.299	25	16.662	-
Sonda Mobility Ltda	Brasil	Real	-	-	-	21.360	-	1.517
Ativas Data Center	Brasil	Real	526	767	(2.567)	196	665	(2.659)
CTIS Tecnologia S.A.	Brasil	Real	166	91	11.093	2.007	148	12.432
Pars Produtos Proc. de Dados Ltda.	Brasil	Real	-	-	1.127	10.049	-	52
Sonda Servicios S.A.	Colômbia	Pesos	-	26	-	-	8	-
Telsinc Comércio e Equip. de Inf. Ltda.	Brasil	Real	14	-	(532)	322	9.477	(499)
Sonda Del Peru	Peru	Pesos	-	-	-	-	2	-
Sonda S.A.	Chile	Pesos	189	1.359	-	189	-	-
Sonda Cidades Inteligentes e Mobilidade Ltda.	Brasil	Real	183	-	1.084	642	32	249
			62.133	**2.366**	**35.293**	**38.432**	**28.684**	**31.848**

Consolidado	País	Moeda	2023 Ativo	2023 Passivo	2023 Resultado
Sonda Procwork Informática Ltda.	Brasil	Real	5.869	179	19.612
Ativas Data Center	Brasil	Real	526	835	(2.632)
CTIS Tecnologia S.A.	Brasil	Real	166	-	9.661
Pars Produtos Proc. de Dados Ltda.	Brasil	Real	-	1.523	1.127
Sonda Servicios S.A.	Colômbia	Pesos	-	26	-
Telsinc Comércio e Equip. de Inf. Ltda.	Brasil	Real	14	4.050	(4.888)
Sonda Cidades Inteligentes e Mobilidade Ltda.	Brasil	Real	188	5	1.084
Sonda Colômbia	Colômbia	Pesos	-	11	-
Sonda S.A.	Chile	Pesos	189	1.359	-
			6.952	**7.988**	**23.964**

Consolidado	País	Moeda	2022 Ativo	2022 Passivo	2022 Resultado
Sonda Procwork Informática Ltda.	Brasil	Real	3.503	1.583	20.621
Sonda Procwork Outsourcing Inf. Ltda.	Brasil	Real	-	-	-
Sonda S.A. Chile	Chile	Pesos	-	-	-
Ativas Data Center	Brasil	Real	196	665	(2.659)
CTIS Tecnologia S.A.	Brasil	Real	2.007	148	12.432
Pars Produtos Proc. de Dados Ltda.	Brasil	Real	10.049	-	(243)
Sonda Servicios S.A.	Colômbia	Pesos	-	8	-
Telsinc Comércio e Equip. de Inf. Ltda.	Brasil	Real	337	9.497	(499)
Sonda Cidades Inteligentes e Mobilidade Ltda.	Brasil	Real	1.009	32	249
Sonda Colômbia	Colômbia	Pesos	209	150	-
Sonda S.A.	Chile	Pesos	688	-	-
Sonda Del Peru	Peru	Pesos	-	2	-
Sonda Uruguay	Uruguai	Pesos	-	8	-
			17.998	**12.093**	**29.901**

12. Tributos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados com base na aplicação das alíquotas de imposto promulgadas nas datas dos balanços e aplicadas sobre os prejuízos fiscais acumulados e as diferenças temporárias. Os valores apurados podem ser assim demonstrados:

Descrição	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Prejuízo fiscal	(86.028)	(85.680)	(89.857)	(116.857)
Diferenças temporárias	(65.077)	(54.802)	(61.248)	(125.107)
Base constituição de imposto diferido	**(151.105)**	**(140.482)**	**(151.105)**	**(241.964)**
Imposto diferido total - 34%	(51.376)	(47.764)	(51.376)	(82.268)
Imposto diferido ativo reconhecido contabilmente	**51.376**	**44.514**	**51.376**	**68.418**
Ágio	34.487	34.423	34.487	34.423
Outras	(9.475)	(9.063)	(4.090)	325
Devedores PC Utility	-	-	-	19.642
Carteiras de clientes	20.364	20.364	20.364	20.364
Imposto diferido passivo	**45.376**	**45.724**	**50.761**	**74.754**
Imposto diferido, líquido	**6.000**	**(1.210)**	**615**	**(6.336)**

Diferido por empresas 2023	Ativo diferido	Passivo diferido	Diferido líquido
Sonda Brasil S.A.	51.376	45.376	6.000
Sonda Infovia	-	5.385	(5.385)
Total	**51.376**	**50.761**	**615**

Diferido por empresas 2022	Ativo diferido	Passivo diferido	Diferido líquido
Sonda Brasil S.A.	44.514	45.724	(1.210)
Sonda Mobility Ltda.	23.904	29.030	(5.126)
Total	**68.418**	**74.754**	**(6.336)**

13. Investimentos - Controladora:

Descrição	Participação	2023	2022
Sonda Mobility Ltda. (a)	49,35%	-	8.502
Sonda Cidades Inteligentes e Mobilidade Ltda. (b)	4,49%	4.452	-
Sonda Infovia Digital do Estado do MS S.A.	90,00%	39.174	32.625
		43.626	**41.127**

(a) Conforme nota explicativa nº 1 a Sonda do Brasil utilizou o investimento na Sonda Mobility Ltda. para aporte no capital da Sonda Cidades Inteligentes e Mobilidade Ltda. (b) Os saldos da Sonda Cidades Inteligentes e Mobilidade Ltda. são os mesmos valores do consolidado. **13.1. Informações acerca das investidas**

Investidas (2023)	País	Participação	Patrimônio líquido	Ativo	Passivo	Receita líquida	Resultado*
Sonda Cidades	Brasil	4,49%	98.758	158.274	59.516	19.526	(3.771)
Sonda Infovia Digital	Brasil	90,00%	43.526	148.775	105.249	131.065	7.276
Total			**142.284**	**307.049**	**164.765**	**150.591**	**3.505**

* O investimento na Sonda Cidades iniciou a partir de 28 de fevereiro de 2023. A movimentação no exercício pode ser assim demonstrada:

Descrição	Sonda Mobility	Infovia	Sonda Cidades	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**8.502**	**32.625**	**-**	**41.127**
Perdas com transação entre acionistas (a)	(8.410)	-	4.590	(3.820)
Resultado da equivalência patrimonial	(92)	6.549	(138)	6.319
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**-**	**39.174**	**4.452**	**43.626**

(a) Em 28 de fevereiro de 2023, a Sonda do Brasil realizou aporte de capital de R$ 8.410 na empresa Sonda Cidades Inteligentes e Mobilidade Ltda., conforme 42º alteração do Contrato Social, utilizando sua participação de 49,35% do capital social da Sonda Mobility Ltda., que posteriormente foi incorporada pela Sonda Cidades Inteligentes e Mobilidade Ltda., essa operação resultou na participação da Sonda do Brasil de 4,49% sobre o capital social da Sonda Cidades Inteligentes e Mobilidade Ltda.

14. Imobilizado:

Controladora	Edifícios e benfeitorias	Veículos	Máquinas e equipamentos	Informática e Hardware	Outros	Total
a. Custo contábil						
Saldo em 1/1/22	**703**	**69**	**12.722**	**5.458**	**4.806**	**23.758**
Adições	-	-	-	330	-	330
Transferências	-	-	-	-	-	-
Baixas	(171)	-	(7.373)	(475)	(2.015)	(10.034)
Saldo em 31/12/22	**532**	**69**	**5.349**	**5.313**	**2.791**	**14.054**
Adições	600	-	12	129	-	741
Transferências	-	-	-	-	-	-
Baixas	(384)	-	(3)	(111)	(392)	(890)
Saldo em 31/12/23	**748**	**69**	**5.358**	**5.331**	**2.399**	**13.905**
b. Depreciação acumulada						
Saldo em 1/1/22	**(653)**	**(69)**	**(12.699)**	**(5.444)**	**(4.752)**	**(23.617)**
Depreciação do exercício	(46)	-	(20)	(15)	(51)	(132)
Transferências	-	-	-	-	-	-
Baixas	171	-	7.373	158	2.015	9.717
Saldo em 31/12/22	**(528)**	**(69)**	**(5.346)**	**(5.301)**	**(2.788)**	**(14.032)**
Depreciação do exercício	(4)	-	(3)	(475)	(4)	(486)
Transferências	-	-	-	-	-	-
Baixas	384	-	2	484	393	1.263
Saldo em 31/12/23	**(148)**	**(69)**	**(5.347)**	**(5.292)**	**(2.399)**	**(13.255)**
Valor contábil líquido						
Em 31/12/22	4	-	3	12	3	22
Em 31/12/23	600	-	11	39	-	650

Consolidado	Edifícios e benfeitorias	Veículos	Máquinas e equipamentos	Informática e Hardware	Outros	Total
a. Custo contábil						
Saldo em 1/1/22	**703**	**141**	**16.285**	**23.243**	**5.051**	**45.423**
Adições	385	-	1.434	18.290	-	20.109
Transferências	-	-	-	-	-	-
Baixas	(171)	-	(9.159)	(28.064)	(2.015)	(39.409)
Saldo em 31/12/22	**917**	**141**	**8.560**	**13.469**	**3.036**	**26.123**
Adições	13.733	85	3.109	15.572	18.674	51.173
Transferências	-	-	-	-	-	-
Perda de controle	-	(72)	(543)	(7.437)	(245)	(8.297)
Baixas	(13.902)	(85)	(3.099)	(15.554)	(19.066)	(51.706)
Saldo em 31/12/23	**748**	**69**	**8.027**	**6.050**	**2.399**	**17.293**
b. Depreciação acumulada						
Saldo em 1/1/22	**(653)**	**(141)**	**(15.539)**	**(21.773)**	**(4.960)**	**(43.066)**
Depreciação do exercício	(46)	-	(842)	(680)	(62)	(1.630)
Transferências	-	-	-	-	-	-
Baixas	171	-	8.364	9.913	2.015	20.463
Saldo em 31/12/22	**(528)**	**(141)**	**(8.017)**	**(12.540)**	**(3.007)**	**(24.233)**
Depreciação do exercício	(4)	(10)	(13)	(565)	(114)	(706)
Transferências	-	-	-	-	-	-
Perda de controle	-	72	2	6.522	219	6.815
Baixas	384	10	12	572	503	1.481
Saldo em 31/12/23	**(148)**	**(69)**	**(8.016)**	**(6.011)**	**(2.399)**	**(16.643)**
Valor contábil líquido						
Em 31/12/22	389	-	543	929	29	1.890
Em 31/12/23	600	-	11	39	-	650

15. Intangível: Os detalhes dos intangíveis e da movimentação dos saldos desse grupo estão apresentados a seguir:

Controladora	Ágio	Carteira de clientes	Produtos próprios	Softwares adquiridos	Marcas e patentes	Outros	Total
a. Custo contábil							
Saldo em 1 de janeiro de 2021	**123.138**	**59.893**	**19.941**	**23.290**	**1.222**	**5.500**	**232.984**
Adições	-	-	3.441	-	-	-	3.441
Transferências	-	-	-	(208)	-	-	(208)
Baixas	-	-	-	(8.293)	-	-	(8.293)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**123.138**	**59.893**	**23.382**	**14.789**	**1.222**	**5.500**	**227.924**
Adições	-	-	3.562	-	-	-	3.562
Transferências	-	-	(3.295)	(209)	-	-	(3.504)
Baixas	-	-	(3.958)	(14.580)	(1.222)	-	(19.760)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**123.138**	**59.893**	**19.691**	**-**	**-**	**5.500**	**208.222**
b. Amortização acumulada							
Saldo em 1 de janeiro de 2022	**(1.533)**	**(38.598)**	**(16.456)**	**(23.081)**	**(1.222)**	**-**	**(80.890)**
Amortização do exercício	-	(3.993)	(1.470)	-	-	-	(5.463)
Transferências	-	-	-	208	-	-	208
Baixas	-	-	-	8.293	-	-	8.293
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(1.533)**	**(42.591)**	**(17.926)**	**(14.580)**	**(1.222)**	**-**	**(77.852)**
Amortização do exercício	-	(3.992)	(1.698)	-	-	-	(5.690)
Transferências	-	-	3.504	-	-	-	3.504
Baixas	-	-	3.958	14.580	1.222	-	19.760
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(1.533)**	**(46.583)**	**(12.162)**	**-**	**-**	**-**	**(60.278)**
Valor contábil líquido							
Em 31 de dezembro de 2021	121.605	17.302	5.456	209	-	5.500	150.072
Em 31 de dezembro de 2022	121.605	13.310	7.529	-	-	5.500	147.944

Consolidado	Ágio	Carteira de clientes	Produtos próprios	Softwares adquiridos	Licença software	Marcas e patentes	Outros	Total
a. Custo contábil								
Saldo em 1 de janeiro de 2022	**123.138**	**59.893**	**25.459**	**23.290**	**1.379**	**1.227**	**10.357**	**244.743**
Adições	-	-	6.736	-	-	-	-	6.736
Transferências	-	-	-	6.027	(1.379)	-	(4.856)	(208)
Baixas	-	-	(16)	(8.626)	-	-	-	(8.642)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**123.138**	**59.893**	**32.179**	**20.691**	**-**	**1.227**	**5.501**	**242.629**
Adições	-	-	4.067	-	-	-	-	4.067
Transferências	-	-	(3.295)	(209)	-	-	-	(3.504)
Perda de controle	-	-	(9.302)	(5.901)	-	(5)	-	(15.208)
Baixas	-	-	(3.958)	(14.581)	-	(1.222)	-	(19.761)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**123.138**	**59.893**	**19.691**	**-**	**-**	**-**	**5.501**	**208.223**
b. Amortização acumulada								
Saldo em 1 de janeiro de 2022	**(1.533)**	**(38.598)**	**(17.187)**	**(23.081)**	**(734)**	**(1.222)**	**(4.509)**	**(86.864)**
Amortização do exercício	-	(3.993)	(4.583)	(484)	-	-	-	(9.060)
Transferências	-	-	-	(5.035)	734	-	4.509	208
Baixas	-	-	1.789	8.371	-	-	-	10.160
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(1.533)**	**(42.591)**	**(19.981)**	**(20.229)**	**-**	**(1.222)**	**-**	**(85.556)**
Amortização do exercício	-	(3.992)	(2.041)	(13)	-	-	-	(6.046)
Transferências	-	-	3.504	-	-	-	-	3.504
Perda de controle	-	-	2.398	5.662	-	-	-	8.060
Baixas	-	-	3.957	14.580	-	1.222	-	19.759
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(1.533)**	**(46.583)**	**(12.163)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(60.279)**
Valor contábil líquido								
Em 31 de dezembro de 2022	121.605	17.302	12.198	462	-	5	5.501	157.073
Em 31 de dezembro de 2023	121.605	13.310	7.528	-	-	-	5.501	147.944

15.1. Ágio:

Descrição	2022	Movimentação	2023
Soft Team Sist. de Computação e Inf. Ltda. (b)	7.547	-	7.547
Imares TI Tecnologia da Inf. Ltda. (a)	973	-	973
Via Online	2	-	2
Elucid Solutions S.A. (c)	113.083	-	113.083
	121.605	**-**	**121.605**

(a) Em 2002, com o objetivo de expandir o negócio e entrar de maneira forte no mercado brasileiro, a Empresa adquiriu a empresa Imarés TI Tecnologia da Informação Ltda. A transação gerou um ágio no montante de R$ 2.483, que foi amortizado, cujo saldo líquido atual é de R$ 1.510, e, com as mudanças nas normas contábeis, ele deixou de ser realizado contabilmente, mantendo somente a amortização fiscal. A empresa foi incorporada em novembro de 2002. (b) Em 2010, a Empresa adquiriu a empresa Soft Team Sistemas de Computação e Informática Ltda., que realiza serviços de distribuição e venda dos softwares próprios, além da prestação de serviços de consultoria fiscal relativa a SPED e obrigações tributárias acessórias, bem como treinamento, instalação e atualização de tais softwares. Nessa ocasião, foi adquirida a totalidade das quotas da empresa Soft Team e a transferência da tecnologia. O valor pago pela transação totalizou R$ 15.000, gerando um ágio de R$ 7.547 e um intangível de R$ 5.500 a título de transferência de tecnologia. A empresa foi incorporada em janeiro de 2012. (c) Em 2017, a Sonda do Brasil S.A. incorporou a empresa Elucid Solutions S.A. A empresa possui em seu portfólio softwares de gestão, serviços e projetos de consultoria que atendem empresas de pequeno, médio e grande porte. São inovações tecnológicas que resultam em redução de custos, mais produtividade e aumento na receita das organizações. A Elucid possui, ainda, grande expertise em processos de negócios de empresas de energia elétrica, segmento no qual detém a liderança absoluta no fornecimento de soluções de gestão comercial, com market share de 25%. Esse processo resultou na incorporação do saldo de ágio de R$ 113.083.

16. Fornecedores:

Descrição	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Serviços e Subscrição	384	2.952	384	6.009
Mercadoria	3.766	269	6.222	269
	4.150	**3.221**	**6.606**	**6.278**

17. Empréstimos e financiamentos: As condições de captação das operações de empréstimos estão detalhadas abaixo:

Modalidade	Indexador	Spread	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Arrendamento mercantil	Taxa Fixa	14% a 17,30% a.a.	225	629	225	12.750
Conta Garantida	CDI	Média ponderada juros pré-fixados de 2,70% a.a. mais CDI	2	-	2	-
Capital de giro	CDI	De 2,63% a 6,34% mais CDI	-	-	30.395	8.759
			227	**629**	**30.622**	**21.509**
Circulante			207	622	15.602	10.327
Não circulante			20	7	15.020	11.182

Controladora - Movimentação	Conta Garantida	Arrendamento mercantil
Saldo inicial	-	629
Amortizações	-	(404)
Captação	2	-
Saldo final	**2**	**225**

Consolidado - Movimentação	Arrendamento mercantil	Conta garantida	Capital de giro	Total
Saldo inicial	**12.750**	**-**	**8.759**	**21.509**
Amortizações	(1.566)	-	(3.249)	(4.815)
Captações	-	2	30.000	30.002
Juros provisionados	-	-	434	434
Perda de controle	(10.736)	-	(5.188)	(15.924)
Juros pagos	(223)	-	(361)	(584)
Saldo final	**225**	**2**	**30.395**	**30.622**

Vencimentos	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Acima de 1 a 2 anos	20	7	15.020	4.413
De 2 a 3 anos	-	-	-	2.424
De 3 a 4 anos	-	-	-	4.345
	20	**7**	**15.020**	**11.182**

Mercado reduz expectativas sobre queda do juro no Brasil

Inflação alta nos EUA e situação fiscal são risco para novos cortes da Selic

Marcelo Azevedo e Luana Franzão

SÃO PAULO Com a indicação de juros altos por mais tempo nos Estados Unidos, a alta do dólar e o avanço das commodities nas últimas semanas, o ciclo de cortes da Selic (taxa básica de juros) no Brasil está ameaçado, segundo a avaliação do mercado.

Economistas consultados pelo boletim Focus, do Banco Central, aumentaram sua previsão para a Selic neste ano pela primeira vez em 15 semanas. Agora, as projeções mostram a taxa básica de juros brasileira em 9,13% ao ano no fim de 2024, ante 9,0% de boletins anteriores.

O próprio Copom (Comitê de Política Monetária) sinalizou uma possível redução no ritmo. Em seu mais recente comunicado, o comitê alterou um trecho em que indicava cortes de 0,50 ponto percentual em decisões futuras. Agora, vê um corte desta magnitude apenas em mais uma reunião.

Na ocasião, o Copom avaliou que "as conjunturas doméstica e internacional estão mais incertas, exigindo cautela na condução da política monetária".

A declaração reflete o cenário enxergado por alguns agentes do mercado, no qual o afrouxamento da taxa básica de juros pode perder espaço. Nas curvas de juros futuros locais, um corte de 0,25 ponto percentual na reunião de maio, não de 0,50 ponto, tornou-se a aposta majoritária. Atualmente, a Selic está em 10,75% ao ano.

O Itaú, por exemplo, revisou de 9,25% para 9,75% ao ano sua previsão para a Selic no fim do ano após os dados mais recentes de inflação americana, puseram fim às apostas de cortes de juros em junho no país e desencadearam um salto no dólar.

A alta taxa básica de juros dos EUA estabelece restrições ao restante das economias mundiais, que recaem com maior peso sobre países emergentes como o Brasil.

Com altas taxas de rendimento, títulos americanos tornam-se especialmente atrativos para investimento globalmente, devido à percepção de segurança sobre esses ativos. Para se manter atraente aos investidores estrangeiros, o Brasil se vê restrito a manter uma taxa também elevada.

A alta dos títulos também contribui para o avanço global do dólar.

"A trajetória de desinflação em economias desenvolvidas tem se mostrado errática, e o início de cortes de juros tem sido adiado, o que tende a ter impacto sobre a taxa de câmbio. Internamente, os reajustes salariais seguem superando a inflação, a inflação de serviços tem ficado mais pressionada na margem, e as expectativas de inflação encontram-se acima da meta há alguns trimestres", diz Mario Mesquita, economista-chefe do Itaú.

Segundo o IPCA de março, a inflação do grupo de serviços desacelerou de 5,25% para 5,09% no acumulado de 12 meses, ainda acima do IPCA total, que está em 3,93%. A meta de inflação definida pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

O preço do petróleo também preocupa. O petróleo Brent acumula alta de quase 17% neste ano, sendo vendido acima de US$ 90 o barril, ameaçando uma nova alta na inflação.

A XP Investimentos, em suas últimas projeções, destacou a subida da commodity como um novo risco altista para a inflação mundial e afirma que as expectativas do mercado para a inflação devem subir. A previsão da casa para a Selic é de 9,00%, com viés de alta, e não foi revisada desde os últimos dados americanos.

Na análise da XP, após a Selic chegar a 9,75% —o que ocorreria em junho—, os cortes devem reduzir em tamanho, passando para 0,25 ponto percentual. Os analistas afirmam que a tendência expansionista da política fiscal deve manter a atividade econômica aquecida e que a inflação de bens pode acelerar ao longo do segundo semestre com a subida das commodities.

"Em outras palavras, a inflação está acima da meta e não vemos nenhum fator importante que possa reduzi-la nos próximos trimestres", disse Caio Megale, economista-chefe da XP.

As incertezas sobre o cenário fiscal brasileiro também são citadas como risco para o ciclo de corte de juros no país, e a decisão do governo de mudar a meta de superávit de 2025 para zero piorou essa percepção.

Cristian Pelizza, economista-chefe da Nippur Finance, explica que o déficit público tem impacto direto sobre a expectativa de inflação.

"O governo com um fiscal desalinhado gera pressão de demanda que impacta os preços, e isso gera um aumento na expectativa de inflação. Isso carrega os juros para cima de forma quase automática. Com um cenário externo desfavorável, conflito no Oriente Médio, subida de commodities e juros americanos altos, essa pressão do lado fiscal acaba prejudicando", diz Pelizza.

As curvas de juros futuros, aliás, estão em alta consistente nas últimas semanas. Os contratos com vencimento em janeiro de 2033 saíram de 10,36% para 11,99% desde o início do ano.



MANIFESTANTES PEDEM EM WASHINGTON FIM DO FINANCIAMENTO A COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS
Ativistas ambientais protestam na frente da sede do Banco Mundial, que realiza sua reunião de primavera com o FMI, contra o crédito à indústria do gás Drew Angerer/AFP

FMI eleva projeção para PIB brasileiro em 2024, mas vê desaceleração à frente

Fernanda Perrin

WASHINGTON O FMI (Fundo Monetário Internacional) revisou novamente para cima as projeções para o crescimento da economia brasileira neste ano e no próximo. As novas estimativas do fundo, divulgadas nesta terça-feira (16), são de uma alta de 2,2% e 2,1% — um aumento de 0,5 e 0,2 ponto percentual, respectivamente, em comparação com a análise feita em janeiro.

Mas os percentuais permanecem abaixo da projeção de crescimento da economia global, que seguiu praticamente inalterada no relatório desta terça, de alta de 3,2% neste ano e no próximo, segundo o relatório World Economic Outlook (panorama da economia global).

Em comparação com a América Latina e o Caribe, o desempenho do Brasil é ligeiramente acima da média prevista para este ano na região, de alta de 2%, mas abaixo da previsão para o próximo, quando deve crescer 2,5%.

Para o fundo, o crescimento observado de 2,9% do PIB brasileiro no ano passado deve desacelerar em razão da consolidação fiscal, efeitos tardios do ciclo mais recente de alta de juros pelo Banco Central, encerrado no ano passado, e contribuição menor do agro na atividade econômica.

O cenário nacional ilustra em certa medida a leitura do fundo para a economia global: conforme os países se aproximam de suas metas de inflação e afrouxam os juros, a tônica passa a ser agora uma política fiscal mais restritiva, com alta de tributos e corte de gastos, desaquecendo o crescimento recente.

"As proporções da dívida em relação ao PIB, que aumentaram acentuadamente durante a pandemia, permanecem elevadas, e grandes déficits orçamentários continuam a aumentar o custo da dívida em muitas economias", alerta o FMI.

Já o peso do pagamento dos juros da dívida sobre a receita total dos governos tem dificultado investimentos necessários para impulsionar o crescimento, afirma o relatório.

"Em países de baixa renda, estima-se que os pagamentos de juros representem em média 14,3% das receitas totais do governo em 2024, cerca de duas vezes o nível de 15 anos atrás", diz.

China cresce 5,3% no 1º trimestre do ano, acima do esperado

Nelson de Sá

PEQUIM A economia da China cresceu mais que o esperado no primeiro trimestre. Segundo o Escritório Nacional de Estatística, o PIB (Produto Interno Bruto) saltou 5,3% em relação aos primeiros três meses de 2023.

Economistas ouvidos pela Caixin e pela consultoria chinesa Wind esperavam crescimento anualizado de 4,9%, e analistas ouvidos pela agência Reuters apontavam 4,6%. No trimestre anterior, foi de 5,2%.

"De modo geral, a economia nacional começou bem, com acumulação de fatores positivos, estabelecendo uma base sólida para atingir as metas anuais", diz o órgão chinês.

"Mas devemos estar cientes de que o ambiente externo está se tornando mais complexo, severo e incerto, e que as bases para crescimento estável e sólido ainda não são sólidas."

A crise imobiliária prossegue. O investimento no setor caiu 9,5% no trimestre, e as vendas, 19,4%. A explicação é que o setor ainda vive ajustes.

Alguns resultados específicos de março, como vendas no varejo (aumento de 3,1% anual, contra 5,5% de janeiro-fevereiro) e produção industrial (4,5%, ante 7%), se devem à base de comparação. Março e abril de 2023 teriam concentrado registros da retomada pós-pandemia.

INÊS249



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

CNPJ: 71.832.679-0001-23

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de Reais)

Aviso:

As demonstrações contábeis apresentadas a seguir são demonstrações contábeis resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações contábeis completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

O Relatório na íntegra, contendo as demonstrações contábeis e o Relatório do Auditor Independente, bem como o Relatório Integrado da Administração - 2023 e Parecer do Conselho Fiscal está disponível no site da CPTM e no site do jornal Folha de São Paulo, conforme links:

a) "https://www.cptm.sp.gov.br/esg-consciente/Governanca/Paginas/RIA-Informacoes-trimestrais.aspx";

b) "https://www.folha.uol.com.br/".

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

Ativo	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	96.419	126.466
Clientes e outros recebíveis	71.443	115.013
Impostos e encargos a recuperar / compensar	3.259	5.055
Estoques	160.682	191.320
IRPJ diferido	1.851	0
Outros ativos circulantes	11.359	9.619
Total do ativo circulante	**345.013**	**447.473**
Não circulante		
Depósitos judiciais e recursais	165.295	168.931
Outros créditos	43.843	38.841
Investimento	**193**	**193**
Imobilizado líquido	**11.834.194**	**11.641.029**
Intangível líquido	**21.779**	**21.174**
Total do ativo não circulante	**12.065.304**	**11.870.168**
Total do ativo	**12.410.317**	**12.317.641**

Passivo e Patrimônio líquido	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Fornecedores	285.297	281.579
Operações de arrendamentos	96.511	78.528
Remunerações, encargos e benefícios a pagar	174.914	155.969
Impostos, taxas e contribuições a recolher	30.108	27.942
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	32.052	14.353
Outros passivos circulantes	162.949	110.125
Total do passivo circulante	**781.831**	**668.496**
Não circulante		
Operações de arrendamentos	414.456	471.344
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	219.657	249.476
Provisões para benefícios a empregados pós emprego	736.110	748.036
Outros passivos não circulantes	100.158	110.054
Total do passivo não circulante	**1.470.381**	**1.578.910**
Patrimônio líquido		
Capital social	19.395.302	18.269.418
Reservas de reavaliação	374.833	383.669
Ajustes de avaliação patrimonial	205.688	117.188
Prejuízos acumulados	(10.668.797)	(9.825.924)
	9.307.026	**8.944.351**
Adiantamentos para aumento de capital	**851.079**	**1.125.884**
Total do patrimônio líquido	**10.158.105**	**10.070.235**
Total do passivo e patrimônio líquido	**12.410.317**	**12.317.641**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida	**2.250.553**	**2.370.339**
Custo dos serviços prestados	(2.245.252)	(2.139.736)
Lucro bruto	**5.301**	**230.603**
Despesas administrativas	(703.416)	(460.686)
Outras receitas (despesas) líquidas	44.719	(31.870)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	**(653.396)**	**(261.953)**
Resultado financeiro	(200.164)	(170.814)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**(853.560)**	**(432.767)**
Despesa com imposto de renda e contribuição social	–	–
Impostos diferidos	1.851	–
Prejuízo do exercício	**(851.709)**	**(432.767)**
Prejuízo do exercício por ação (Em R$)		
Básico - ON	**- 0,00**	**- 0,00**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício	**(851.709)**	**(432.767)**
Ganho/Perda atuarial - Remensurações de benefícios a empregados pós emprego	88.500	(51.982)
Total do resultado abrangente do exercício	**(763.209)**	**(484.749)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa líquido nas atividades operacionais	**(189.438)**	**(144.441)**
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(528.267)**	**(581.238)**
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**687.658**	**748.106**
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	**(30.047)**	**22.427**
Caixa e equivalente de caixa no início do período	**126.466**	**104.039**
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	**96.419**	**126.466**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de reavaliação	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Subtotal	Adiantamentos para aumento de capital	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**17.529.178**	**392.548**	**169.170**	**(9.402.036)**	**8.688.860**	**951.958**	**9.640.818**
Resultado abrangente do exercício							
Prejuízo do exercício	–	–	–	(432.767)	**(432.767)**	–	**(432.767)**
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	(51.982)	–	**(51.982)**	–	**(51.982)**
Total do resultado abrangente do exercício	–	–	**(51.982)**	**(432.767)**	**(484.749)**	–	**(484.749)**
Reservas de reavaliação	–	(8.879)	–	8.879	–	–	–
Recursos para aumento de capital	–	–	–	–	–	914.166	**914.166**
Capitalização de recursos antecipados - acionista controlador	740.240	–	–	–	**740.240**	(740.240)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**18.269.418**	**383.669**	**117.188**	**(9.825.924)**	**8.944.351**	**1.125.884**	**10.070.235**
Resultado abrangente do exercício							
Prejuízo do exercício	–	–	–	(851.709)	**(851.709)**	–	**(851.709)**
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	88.500	–	**88.500**	–	**88.500**
Total do resultado abrangente do exercício	–	–	**88.500**	**(851.709)**	**(763.209)**	–	**(763.209)**
Reservas de reavaliação	–	(8.836)	–	8.836	–	–	–
Recursos para aumento de capital	–	–	–	–	–	851.079	**851.079**
Capitalização de recursos antecipados - acionista controlador	1.125.884	–	–	–	**1.125.884**	(1.125.884)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**19.395.302**	**374.833**	**205.688**	**(10.668.797)**	**9.307.026**	**851.079**	**10.158.105**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas	2.285.846	2.415.542
Insumos adquiridos de terceiros	(1.466.754)	(1.229.044)
Valor adicionado bruto	**819.092**	**1.186.498**
Depreciação/amortização	(326.542)	(314.993)
Valor adicionado produzido pela entidade	**492.550**	**871.505**
Valor adicionado recebido em transferência	37.217	26.429
Valor adicionado total a distribuir	**529.767**	**897.934**
Pessoal	1.028.532	1.022.153
Impostos, taxas e contribuições	103.152	101.496
Remuneração de capitais de terceiros	249.792	207.052
Prejuízo do exercício	(851.709)	(432.767)
Valor adicionado distribuído	**529.767**	**897.934**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

1 Contexto operacional

A COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM (doravante denominada "Companhia" ou "CPTM") é uma empresa pública, criada pela Lei Estadual nº 7.861, de 28 de maio de 1992, sediada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sendo formada por ações, de capital fechado, tendo como acionista controlador a Fazenda do Estado de São Paulo, com 99,99918% das ações ordinárias.

A CPTM tem por objeto social preponderante a exploração dos serviços de transporte de passageiros, sobre trilhos ou guiados, nas entidades regionais do Estado de São Paulo, abrangendo as regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, na forma do artigo 158 da Constituição do Estado de São Paulo.

Na condição de empresa pública, consoante as disposições do inciso III, do artigo 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), a CPTM está enquadrada como uma empresa dependente.

A dependência financeira, em sua essência, tem origem na política tarifária estabelecida pelo Governo do Estado de São Paulo, destacando-se tarifas de caráter social, concessão de gratuidades legais e uma estrutura tarifária de integração intermodal, cujo objetivo é propiciar acesso às diversas classes sociais ao transporte ferroviário e assemelhados, de forma oposta à lógica de precificação do serviço utilizada na iniciativa privada, sendo, neste contexto, necessário que a Fazenda do Estado de São Paulo subsidie os usuários do sistema ferroviário por meio de repasses financeiros à Companhia.

Em 2023, a Companhia operou 05 (cinco) linhas férreas, sendo a Linha 7 - Rubi (Brás - Jundiaí), a Linha 10 - Turquesa (Brás - Rio Grande da Serra), a Linha 11 - Coral (Luz - Estudantes), a Linha 12 - Safira (Brás - Calmon Viana) e a Linha 13 - Jade (Eng. Goulart - Aeroporto Guarulhos), que somam 196 km de extensão, com 57 (cinquenta e sete) estações distribuídas ao longo dos respectivos trechos, atendendo, além da Capital, a outros 17 (dezessete) municípios, estando integrada, no aspecto físico e tarifário, às demais linhas de transporte metro-ferroviário e às diversas linhas municipais e intermunicipais de ônibus. Também parte da malha ferroviária operacional em 2023, as Linhas 8 - Diamante e 9 - Esmeralda foram operadas pela Concessionária das Linhas 8 e 9 do Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo S.A. (Via Mobilidade), considerando a respectiva concessão do serviço público de transporte de passageiros, efetivada em 24/01/2022, pelo prazo de 30 (trinta) anos.

Por fim, em 2023, quanto a contratação de seguros, os estudos apresentados por empresa de Consultoria acerca da avaliação securitária para cobertura do patrimônio da Companhia, evidenciou valor de apólice inviável em vista das restrições orçamentárias, condição aplicável também para a contratação de seguro de responsabilidade civil relacionada aos serviços de transporte metropolitano prestados pela CPTM, razão pela qual a Companhia decidiu por aguardar novo cenário financeiro para reavaliar a possibilidade desta contratação.

1.1 Estrutura financeira da Companhia

Relativo aos recursos financeiros estes tiveram como fonte principal a receita operacional decorrente da prestação de serviço de transporte, contudo, insuficientes para cobertura dos custos e despesas operacionais a ela vinculados. Assim, como fontes adicionais, destacamos os recursos advindos da exploração patrimonial, cujos contratos previram pagamento inicial de outorga, e dos leilões de materiais inservíveis e sucatas promovidos ao longo de 2023.

Observa-se o apoio financeiro prestado pelo acionista controlador Fazenda do Estado de São Paulo que, lastreados na Lei nº 17.614 de 26/12/2022, do Decreto nº 67.447 de 13/01/2023 e nos restos a pagar inscritos de competência do exercício anterior, efetuou aportes financeiros que acumularam em 2023 R$ 2.197.151 (R$ 2.255.205 em 2022), sendo deste montante R$ 851.079 (R$ 914.165 em 2022) para investimentos, R$ 206.815 (R$ 143.340 em 2022) em ressarcimento às gratuidades concedidas por imposição legal e, por fim, R$ 333.978 (R$ 235.558 em 2022) para a recomposição tarifária, nos termos do Termo de Acordo celebrado entre o Estado de São Paulo, esta Companhia e a Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô em 20 de julho de 2022, por meio do qual o Estado de São Paulo se responsabiliza pela complementação do fluxo financeiro, considerando o direito de recebimento da diferença pecuniária dos valores recebidos efetivamente em caixa em relação ao valor devido das viagens realizadas pela Companhia, especificadamente quanto ao Sistema de Bilhetagem Eletrônica que operacionaliza o bilhete único - BU.

Adicionalmente, é importante ressaltar que a previsão de aporte financeiro na Lei Orçamentária Anual (LOA), aprovada anualmente pelo Governo do Estado de São Paulo, representa a garantia de suporte financeiro sólido e previsível, proporcionando uma base robusta e confiável para as operações e investimentos da empresa, reforçando sua capacidade de cumprir seus compromissos financeiros e promover o desenvolvimento esperado em conformidade com o Plano Plurianual (PPA). Nesta esteira, foi aprovada a Lei Orçamentária Anual nº 17.863 de 22/12/2023, que em seu escopo direciona recursos financeiros à Companhia, mantendo a perspectiva de estabilidade e consolidando um cenário financeiro mais favorável e promissor para o exercício 2024.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas e são apresentadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações contábeis têm como base de valor o custo histórico, com exceção para instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, e no pressuposto da continuidade operacional dos negócios da Companhia.

A Companhia afirma que todos os fatos relevantes próprios das demonstrações contábeis, e, somente eles, que correspondem aos utilizados pela Administração da Companhia em sua gestão, estão sendo evidenciados, tendo sido as Demonstrações Contábeis aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de março de 2024.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas com base no Real ("R$") como moeda funcional e de apresentação e estão expressas em milhares de Reais. A divulgação em outras moedas, quando aplicável e necessário, também está sendo efetuada em milhares, estando devidamente identificada.

2.3. Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) não é requerida pelas normas IFRS, apenas pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas, sendo, para esta Companhia, considerada como uma informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.4. Uso de estimativas e premissas contábeis

Para a preparação das demonstrações contábeis foram utilizadas determinadas estimativas contábeis, cuja base foram fatores objetivos e subjetivos, de subsídio ao julgamento da Administração na determinação do valor adequado a ser registrado e divulgado pela Companhia. Sendo as estimativas constituídas conforme segue:

Estimativa para redução ao valor realizável de estoques

A estimativa foi constituída em 31/12/2023 a partir da identificação de itens obsoletos sendo, nesta avaliação, considerada a introdução de novas tecnologias, materiais e funcionalidades que resultaram na obsolescência de materiais, na substituição de frotas de trens e em itens com pouca rotatividade, entre outros fatores.

Provisão para perda de valor recuperável dos ativos

A nossa empresa realiza periodicamente testes de recuperação - conhecidos como impairment - dos ativos, atendendo às exigências normativas e garantindo a correta valoração dos ativos imobilizados e intangíveis. Os testes de impairment são conduzidos pelo menos anualmente ou em intervalos menores sempre que houver indícios de desvalorização, tanto internos quanto externos, conforme orienta a prática contábil e os Pronunciamentos Técnicos CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

No que tange aos ativos imobilizados, estes são avaliados considerando-se a unidade como uma Unidade Geradora de Caixa (UGC) única. Optamos pela abordagem de custo para determinar o valor justo de reposição desses ativos, ajustando para refletir o desgaste natural e a obsolescência, de acordo com avaliações internas. Com relação aos ativos intangíveis, dado que possuem vida útil definida, estes não são submetidos aos testes de impairment diretamente, mas passam por revisões de sua capacidade produtiva no final de cada exercício, o que pode levar ao ajuste de sua vida útil se necessário.

Nosso processo de avaliação de impairment se baseia em fundamentos sólidos, delineados pelo Pronunciamento Técnico CPC 01, oferecendo uma estrutura robusta para a avaliação precisa do valor recuperável dos ativos em comparação aos seus valores contábeis registrados. Refletimos nas nossas avaliações a realidade operacional da empresa, adaptando métodos de avaliação de ativos que consideram especificidades da nossa atuação, especialmente diante da nossa natureza e dos desafios únicos na avaliação de nossos ativos.

Além disso, conformidade com o CPC 46 - Mensuração do Valor Justo e com o CPC 00, que fornece a Estrutura Conceitual para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras, é rigorosamente observada. Reconhecemos a ausência de um mercado ativo para muitos de nossos ativos tangíveis e, por isso, adotamos o custo de reposição como medida mais apropriada para a determinação do valor justo, ajustando o custo para refletir o desgaste e a obsolescência.

Em nossa abordagem de teste de impairment, aliada à demonstração e documentação das premissas adotadas, asseguramos um processo transparente e adequado para a avaliação do valor recuperável dos ativos. Esta metodologia não apenas cumpre com os requerimentos normativos, como também reflete a realidade operacional única da empresa, subsidiando a conclusão pela não necessidade de contabilização de impairment nos ativos testados. Não foi observado indicativos de existência de possível desvalorização de ativo.

Nossa revisão anual e o monitoramento contínuo dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, conformemente ao CPC 01, nos levam a afirmar que as práticas adotadas garantem a adequação das informações divulgadas, promovendo transparência e permitindo verificações externas das premissas, metodologias e resultados aplicados.

Estimativa para perdas esperadas com ativos financeiros

Ativos financeiros consideram as contas a receber de clientes, outros recebíveis e outros créditos. A abordagem consiste na análise da inadimplência histórica, a partir das seguintes evidências: (i) indicadores de dificuldade financeira; (ii) início de cobrança extra ou judicial; (iii) inscrição dos devedores no Cadastro de Inadimplentes - CADIN e, por fim, (iv) dificuldade de localização do devedor.

Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários

As provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários são constituídas para fazer frente aos riscos decorrentes de ações em andamento, julgadas como de perda provável. A perda é dada como provável quando de ações cujos objetos, apesar de toda a substância das defesas, os tribunais têm entendimento que desfavorece a Companhia.

Como é possível a ocorrência de alterações de classificação em futuro, as provisões são revisadas mensalmente, pelos assessores jurídicos da Companhia, e ajustadas em face da alteração nas circunstâncias e premissas que a determinaram, portanto, alinhadas e aderentes ao período encerrado.

Ativos contingentes, por sua vez, não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, haja vista a inexistência de garantias de sua realização.

2.5. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo

As obrigações decorrentes de benefícios de curto prazo concedidos aos empregados são reconhecidas como despesas de pessoal considerando sua incorrência no período, em contrapartida em passivo, considerando a obrigação de pagamento, a ser liquidado em até 12 meses do fechamento do exercício.

Enquadram-se neste grupamento anuênio e gratificação por tempo de serviço; seguro de vida em grupo; vale refeição e alimentação; programa de participação nos resultados - PPR e benefício rescisório - aviso prévio.

Relativo ao PPR, trata-se de programa implantado pela Companhia desde 2011, cujos critérios são definidos em parceria com as respectivas entidades sindicais, considerando indicadores, pesos e metas previamente definidos, acompanhados quanto ao seu atingimento e aprovados em início do exercício subsequente ao de sua competência, para efetivo pagamento.

O PPR de 2023 conta com uma garantia mínima, sendo mantida uma tabela progressiva por faixas de atingimento que vincula o pagamento da garantia mínima ao resultado do programa, com gatilho de atualização quando ocorrida correção salarial no período entre a definição do programa, efetiva medição e, finalmente, pagamento aos empregados, cujo benefício é limitado a uma folha de salário nominal.

Benefícios de longo prazo

Nos benefícios de longo prazo concedidos aos empregados, dos quais obrigações são imputadas à Companhia pela possibilidade de serem pagos após o término do vínculo empregatício, enquadram-se o programa de previdência aos empregados oriundos da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU que dele mantém participação, o plano de saúde (assistência médica e odontológica) e o benefício de desligamento sem justa causa aos empregados oriundos da extinta Ferrovia Paulista S/A - FEPASA, conforme regras concessórias específicas.

Estes benefícios são avaliados na periodicidade anual, cujo método atuarial para a avaliação dos passivos e custos dos benefícios é o da UCP - Unidade de Crédito Projetada, aplicada sobre as obrigações atuariais projetadas, sendo os efeitos das remensurações reconhecidos em Outros resultados abrangentes - ORA e em resultado do período, quando aplicável.

Neste contexto, excetua-se o plano de assistência odontológica que, embora haja a caracterização de benefício no período pós-emprego, tende a não apresentar passivos de longo prazo, considerando seu comportamento inverso em relação ao plano de assistência médica, sendo a utilização e o custo exponenciais em relação à idade, tanto a utilização como o custo decrescem em relação à idade.

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão informadas a seguir, as quais foram aplicadas de modo consistente comparativamente ao exercício findo em 31/12/2022.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia não mantém recursos financeiros em caixa, sendo os intitulados como Equivalentes de caixa os correspondentes a depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, mantidos para frente apenas à compromissos de custeio de curto prazo.

3.2 Instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia deles se torna parte, sendo os ativos ou passivos deles derivados registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos de transação que lhe sejam diretamente atribuídos, quando aplicável, remensurados conforme regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros (nota explicativa nº 34) e, por fim, baixados quando os direitos e obrigações que representam tenham se expirado.

Ativos Financeiros

Os ativos financeiros da Companhia correspondem a aplicações em CDB e fundos de investimentos ancorados em ativos e derivativos de renda fixa de risco conservador, de liquidez diária e remunerados diariamente com base em taxas vinculadas a um percentual da variação do CDI ou Selic, objetivando proporcionar rentabilidade de forma compatível com as variações diárias das taxas de juros, e recebíveis derivados de instrumentos financeiros firmados pela Companhia junto a terceiros, mantidos com o objetivo do recebimento de fluxos de caixa contratuais, gerados em datas específicas, relativos somente ao pagamento do principal e juros sobre o valor do principal em aberto, sendo classificados:

(a) Valor justo por meio do resultado

Nesta categoria estão classificados os Equivalentes de Caixa, sendo as variações monetárias, para reconhecimento do valor justo no período, reconhecidas no resultado do período.

(b) Custo amortizado

Nesta categoria classificam-se Clientes e outros recebíveis e Outros créditos, amortizados pelo método da taxa efetiva de juros.

Redução ao valor de recuperação de ativos financeiros

A Companhia avalia na data do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possam ser estimados.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Nessa categoria, estão classificados Fornecedores, Garantias contratuais e Contas a pagar.

3.3 Clientes e outros recebíveis

Clientes e outros recebíveis são registrados pelo valor nominal e não incluem juros e, se necessário, deduzidos da provisão para perdas de crédito estimadas considerando o histórico de inadimplência e análise individual de cada devedor, em montante considerado suficiente pela Administração para a cobertura de perdas em sua realização.

3.4 Estoques

Os estoques da Companhia são destinados à manutenção dos sistemas ferroviários, registrados pelo custo médio ponderado de aquisição e ajustado ao valor realizável líquido.

Para aferição da eficácia dos controles internos e o nível de acuracidade do estoque, a Companhia realiza inventários rotativos, com contagem física mensal, contínua e programada, considerando a metodologia da Curva ABC.

3.5 Depósitos judiciais e recursais

Depósitos recursais são desencaixes compulsórios exigidos para a interposição de recursos trabalhistas, cujos valores podem ser descontados do crédito do reclamante ou devolvidos à Companhia no final do processo a depender do desfecho judicial.

Depósitos judiciais são efetuados com o objetivo de garantir a efetividade da decisão judicial, antecipadamente à finalização da respectiva ação, em casos de cumprimento provisório de sentença pela parte vencedora. Também são feitos com a finalidade de garantir o juízo para apresentação de impugnação ao cumprimento de sentença ou de oposição de embargos à execução, sendo acompanhado pela Companhia o referido desdobramento até o final da ação. Em todas as hipóteses, o valor é por ela soerguido, na proporção do êxito obtido.

Os registros contábeis a título de depósitos judiciais e recursais são mantidos em valor original em razão dos rendimentos por si produzidos sujeitarem-se à condição suspensiva, num ambiente de incerteza acerca do fluxo de benefícios econômicos futuros, reconhecidos em resultado quando de possível reversão à Companhia.

3.6 Imobilizado

O Imobilizado é reconhecido pelo custo histórico de sua aquisição e/ou construção, acrescido dos custos de melhorias e/ou reformas e apresentado pelo montante líquido dos efeitos de encargos de depreciação, calculada pelo método linear, com exceção aos terrenos e leito da linha, não sujeitos a tais encargos.

Os valores residuais, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são aqueles considerados como adequados nas condições operacionais atuais da Companhia, sendo que em 2023 não houve alteração estratégica ou de operação dos sistemas e equipamentos que justificassem quaisquer mudanças neste sentido, sendo os encargos de depreciação do período reconhecidos no resultado do exercício.

No ativo Imobilizado estão considerados ativos em posse da Companhia, enquadrados nos termos da NBC TG 06 (R3) Arrendamentos.

Por fim, a Companhia mantém os efeitos da reavaliação de seus ativos realizada no exercício de 2002, conforme Laudos de Reavaliação emitidos em 31 de maio de 2002 pela empresa Aerocarta S.A. - Engenharia de Aerolevantamentos, que contemplou os bens patrimoniais adquiridos até 31 de dezembro de 2000, estando em 31/12/2023 a reserva de reavaliação acumulada em R$ 567.920 (R$ 1.607.383 em maio/2022).

3.7 Fornecedores

Representa os compromissos assumidos junto a terceiros pela aquisição de serviços e materiais para uso no ciclo operacional da Companhia bem como pela aquisição de ativos, cujo prazo de vencimento preponderante corresponde a 12 meses subsequentes ao exercício social encerrado. São reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado a partir do método da taxa efetiva de juros, quando aplicável.

3.8 Operações de arrendamentos

Contrato firmado em que a Companhia detém substancialmente todos os riscos e usufruto da propriedade, e, assim, reconhecido como ativo de arrendamento, aderente aos requerimentos do NBC TG 06 (R3) Arrendamentos.

O passivo correspondente é atualizado mensalmente considerando os encargos financeiros inerentes a operação, apropriados em resultado do exercício, pela taxa de juros efetiva firmada em contrato, classificado em passivo circulante e não circulante alinhado ao prazo contratual.

O ativo adquirido por meio de arrendamento financeiro é depreciado durante a vida útil definida pela Companhia, considerando a previsão contratual de sua transferência à Companhia ao final do contrato.

3.9 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Neste grupo estão consideradas as demais obrigações legais ou constituídas pela Companhia. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas e classificados como circulantes ou não circulantes conforme sua data de realização ou liquidação.

3.10 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida pelo regime de competência, líquida de descontos, abatimentos e impostos incidentes sobre ela, excetuando-se a proveniente da prestação de serviço de transporte realizada por meio da utilização de bilhete magnético, cujo reconhecimento se dá pelo montante das vendas em bilheteria, sendo correspondente a 4,43%.

3.11 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

Pela análise das revisões técnicas promovidas em 2023, aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 2023, não vislumbramos impactos na escrita contábil da Companhia.

4 Informações complementares

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

Dos recursos financeiros, os decorrentes da prestação de serviço de transporte e de demais valores a receber, na ordem de 64%, estão depositados na conta única do Tesouro do Estado no Sistema de Administração Financeira de Estados e Municípios - SIAFEM, nos termos do Decreto 60.244 de 14 de março de 2014 e corroborado pelo Decreto Estadual nº 67.447, de 13 de janeiro de 2023, sendo a titularidade, neste ambiente sistêmico, controlada por meio da unidade gestora financeira atribuída à CPTM, sendo aplicados em fundos de investimentos BB Tesouro Renda Fixa, fundos estes destinados a aplicações dos recursos do TESOURO DO ESTADO DE SÃO PAULO, sendo gerido pela BB Gestão de Recursos DTVM S.A.





INÊS249



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

CNPJ: 71.832.679-0001-23

Quanto aos recursos mantidos em conta de titularidade da própria Companhia, destacam-se:

1. Repasses efetuados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, decorrentes de financiamento tomado pelo Governo do Estado de São Paulo, bem como recebidos por meio do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, destinados aos investimentos previamente definidos e, assim, mantidos até o vencimento das obrigações junto aos fornecedores, correspondendo a 49,9% em 31/12/2023 (26,8% em dez/22); e

2. Depósitos vinculados a obrigações da Companhia, por garantia contratual e por convênios firmados com terceiros, sendo preponderante a garantia mantida para o contrato de Parceria Público Privada - PPP, que correspondem a 28,3% em 31/12/2023 (22,3% em dez/22).

Os recursos financeiros extra SIAFEM são aplicados em fundo de renda fixa de longo prazo, quando mantidos na Caixa Econômica Federal - CEF e os recursos financeiros provenientes de financiamentos do BNDES são mantidos em fundos de investimentos mantidos no Banco do Brasil, denominadas Contas V.

Também se consideram neste grupo, "Valores em trânsito", que se referem aos valores arrecadados nas estações ferroviárias, cujo transporte e conferência do numerário são de responsabilidade de empresa transportadora de valores contratada pela Companhia, para posterior depósito na conta corrente, sendo este processo concluído em D+2, contado a partir da data da coleta de valores efetuada nas estações.

4.2 Clientes e outros recebíveis

Créditos decorrentes da permissão de passagem em vias férreas, do uso de instalações e espaços para exploração comercial e da prestação de serviços diversos, conforme convênios e contratos firmados entre as partes. No intuito de garantir a liquidez, os títulos a receber são avaliados quando de fechamentos contábeis intermediários (trimestres) ou quando da ocorrência de fato superveniente, sendo o procedimento, em se constatando inadimplência recorrente, evidenciando a impossibilidade de recebimento, a transferência dos títulos do ativo circulante para o ativo não circulante e a constituição de estimativa para possível perda.

4.3 Estoques

Para os itens baixados de estoque, indisponíveis para uso na operação/manutenção, é analisada a possibilidade de sua alienação, considerando as perspectivas de absorção do mercado, inicialmente na condição original e, em sua impossibilidade, na condição de inservível, de forma à recuperação parcial de valor. Nestas condições, para o exercício de 2023, as possíveis perdas com itens de estoque foram mensuradas em R$ 4.835 em um montante de R$ 160.682(R$ 695 em 2022 para um montante de R$ 191.320).

4.4 IRPJ diferido

Em 22/12/2023, a Receita Federal lavrou em face da CPTM o Auto de Infração pelo não recolhimento do adicional da contribuição previdenciária voltado ao financiamento da aposentadoria especial de 25 anos, a qual empregados desta Companhia se beneficiaram.

Neste contexto, foi verificada a existência de decisão do Supremo Tribunal Federal - STF que impossibilitou a defesa. Por conseguinte, a Companhia aderiu ao programa de Auto Regularização Incentivada de Tributos, nos termos da Lei nº 14.740 de 29/11/2023 e IN.RFB nº 2168 de 28/12/2023, beneficiando-se com a redução de 100% da multa de ofício e dos juros moratórios, resultando em um débito fiscal na ordem de R$ 3.702.

Referido débito fiscal contou ainda com o benefício de pagamento com o aproveitamento de prejuízos fiscais, autorizado em 50% do indébito, o que deu lastro para o reconhecimento contábil do IRPJ diferido, cuja baixa se deu em 29/02/2024, quando do desencaixe de caixa complementar.

4.5 Depósitos judiciais e recursais

Os depósitos judiciais e recursais de natureza trabalhista decorrem do ajuizamento de ações por parte de aposentados da FEPASA contra o Estado e contra esta Companhia; de empregados de empresas terceirizadas que, quando demitidos ou encerrados os contratos, buscam valores da empresa empregadora e colocam a Companhia no polo passivo da ação, como responsável subsidiária; e de ações que envolvem empregados da própria Companhia.

Nos dois primeiros casos (FEPASA e terceirizados), a Companhia não tem como fazer qualquer ingerência quanto ao ajuizamento de tais ações. Tal se dá, em razão de os aposentados não terem qualquer relação de emprego com a Companhia ou mesmo com o Estado e, em relação aos empregados de terceirizados, pelos mesmos não estarem sob sua gestão, restando em relação às empresas contratadas uma cobrança e fiscalização efetiva e nos dois casos, a apresentação da melhor defesa jurídica, o que está em prática, desde há muito tempo.

Quanto aos processos de empregados da própria Companhia, o volume apresentado se justifica pelo fato de o direito de ação ser garantido pelo art. 5º, inciso XXXV da Constituição Federal, o que estimula o ingresso de ações de empregados em atividade, muitas vezes, ajuizando mais de uma ação, que geram alto custo financeiro.

Relativo a processos judiciais de natureza cível, para os quais é necessário depósito judicial, o grande volume se concentra nas ações indenizatórias de responsabilidade civil ajuizadas por passageiros da Companhia. Em relação às indenizatórias, válido dizer que decorrem do direito de ação constitucionalmente garantido, assim como das regras atinentes à responsabilidade civil.

Quanto aos depósitos judiciais de natureza tributária, correspondem preponderantemente ao pedido da Companhia de reconhecimento judicial de imunidade tributária de IPTU, prevista no artigo 150, inciso VI, alínea "a", da Constituição Federal, junto a municipalidade de São Caetano do Sul, de R$ 73.547 (R$ 73.547 em 31/12/2022). Os demais, de menor monta, se vinculam a ações de execução fiscal ajuizadas por prefeituras para cobrança de diversos tipos de tributos ou taxas, sendo tais depósitos realizados para fins de garantia do juízo e oposição de embargos à execução fiscal (defesa), e a ações em que discute se é devido o pagamento da contribuição previdenciária (INSS) demandada em 5 notificações fiscais de lançamento de débito.

4.6 Ativos de contrato de concessão

Direito da Companhia, representado pela cessão de materiais de consumo transferidos à Concessionária das Linhas 8 e 9 até a extinção da concessão ou em momento que ambas as partes considerarem oportuno, sendo que, na impossibilidade da devolução, serão substituídos por materiais equivalentes que permitam a mesma utilização e rendimento.

Em 2023, foram identificados itens, também exclusivos de uso nas Linhas 8 e 9, ainda em posse da CPTM, tendo sido, assim, transferidos complementarmente à Concessionária, acumulando um saldo de R$ 26.765 em 31/12/2023 (R$ 20.863 em 31/12/2022).

4.7 Imobilizado líquido

No Imobilizado líquido, na ordem de R$ 11.834.194 (R$ 11.641.029 em 31/12/2022), está considerada a infraestrutura e bens afetos ou associados à prestação de serviço de transporte nas Linhas 8 Diamante e 9 Esmeralda, concedidos à entidade privada a partir de 24/01/2022, por um período contratualizado de 30 anos, mensurados em R$ 2.717.273 (R$ 2.212.372 em 31/12/2022).

Em que pese a concessão, considerando que o controle sobre os serviços se mantém pelo Poder Concedente, que a Companhia atua como interveniente, na condição de parte relacionada ao Poder Concedente, é detentora da participação residual na infraestrutura ao término do período de concessão e, por fim, pela geração de benefícios econômicos indiretos, considerando o aumento de passageiros por meio da integração das referidas linhas às aquelas operadas diretamente pela Companhia, o registro de tal patrimônio se manteve em Ativo Imobilizado, sujeito as regras de depreciação aplicadas aos demais bens de mesma natureza, em uso por esta Companhia.

A Companhia mantém os efeitos da reavaliação de seus ativos realizada no exercício de 2002, conforme Laudos de Reavaliação emitidos em 31 de maio de 2002 pela empresa Aerocarta S.A. - Engenharia de Aerolevantamentos, que contemplou os bens patrimoniais adquiridos até 31 de dezembro de 2000, sendo, em 31/12/2023, ainda registrado o montante de R$ 567.920 a ser apropriado dos R$ 1.607.383 iniciais.

4.8 Fornecedores

Dos compromissos assumidos pela Companhia, considerando aqueles já faturados, no montante de R$ 193.171 (R$ 141.412 em 2022), R$ 60.680 (R$ 39.837 em 2022) serão liquidados por meio de aportes do acionista controlador, decorrentes de investimentos, cuja contrapartida se traduz em ativos para uso da Companhia.

4.9 Operações de arrendamentos

Contrato firmado em 19 de março de 2010, pelo prazo de 20 anos, cujo objeto é a Concessão Administrativa para a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, revisão geral e a modernização da frota da Linha 8 - Diamante da Companhia, dentro dos padrões pré-definidos de confiabilidade, disponibilidade e tempo de reparo, com renovação total da frota.

O processo de modernização consistiu na renovação total da frota dedicada a Linha 8 - Diamante, sendo, ao longo do tempo, estendido, inclusive os serviços de restabelecimento operacional, para a Linha 9 - Esmeralda e, finalmente, transferidos para utilização na Linha 11 - Coral.

Nos termos contratuais, os trens novos adquiridos e/ou fabricados pela Concessionária que estão em uso na operação dos serviços de transporte público de passageiros serão transferidos à Companhia ao final da concessão, estando sujeitos a taxa de juros contratual de 8,3% a.a., correspondendo ao montante de R$ 510.967 a valor presente na data de 31/12/2023 (R$ 549.872 em 31/12/2022).

4.10 Outros passivos circulantes e não circulantes

Destaca-se a responsabilidade de pagamento de R$ 98.986 (R$ 92.425 em 31/12/2022), decorrente do Processo nº 0020044-81.200.8.2.0053, referente a uma ação de desapropriação indireta ajuizada pela Eletropaulo em face da Companhia para indenização de imóvel de sua propriedade, utilizado quando da implantação da Linha 5 - Lilás. Há recursos da Companhia pendentes de análise perante o STJ e STF, sendo que neste montante estão acrescidos juros compensatórios, na ordem de 12% a.a.; juros moratórios na ordem de 6% a.a. e, por fim, honorários advocatícios de 5% sobre o valor da indenização, conforme determinado em juízo.

4.11 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários

Em 2023, as provisões foram constituídas para fazer frente a ações cujos objetos, apesar de toda a substância das defesas, os tribunais têm entendimento que desfavorece a Companhia, cujo montante é de R$ 251.709 (R$ 263.829 em 31/12/2022), considerando ações de natureza trabalhista, na ordem de 89%, cíveis na ordem de 8% e, por fim, tributárias na ordem de 3%.

A preponderância de eventual perda para ações de risco de perda provável tem a estimativa de prazo de aproximadamente 2 a 3 anos, em média, sendo 3.665 ações ativas em 31/12/2023 (3.512 em 31/12/2022). Contudo, se desliga deste cenário: i. as ações de natureza trabalhista cujos cálculos foram apresentados pela Companhia antes do reclamante ou que a Companhia concordou com os cálculos apresentados pelo reclamante, e ii. as ações de natureza cível/trabalhista, cujos processos estejam com decisões transitadas em julgado ou em fase de execução e que se considera como executáveis em curto prazo.

No âmbito jurídico, estão consideradas diversas ações trabalhistas nas quais empregados aposentados da Fepasa pleiteiam equiparação salarial aos empregados ativos desta Companhia. Nestas ações, a Companhia atua essencialmente como um agente do Governo do Estado de São Paulo dado que quaisquer desembolsos efetuados nessas ações são reembolsados à esta Companhia, nos termos no Parecer CJ/SF. 958/2010 da Consultoria Jurídica da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo acatado pelo Sr. Procurador Geral do Estado em 31/01/2010 por meio do processo 1000288-601078/2010 e, portanto, não são reconhecidas contabilmente mesmo que prováveis de perda.

A Companhia também é ré em processos judiciais de pedidos de reequilíbrio econômico e financeiro, decorrentes de contratos de obras (investimentos). Considerando que, em caso de perda para a Companhia, os custos são capitalizados eles não são contingenciados, mesmo que classificados como de probabilidade provável. Serão levados a resultado somente por meio de sua depreciação, sendo sua liquidação uma responsabilidade financeira do acionista controlador, por meio de aportes de capital em momento oportuno, mensurados conforme segue:

Probabilidade	Em 31/12/2023	Em 31/12/2022
Provável	61.775	269.521
Possível	272.098	30.261

A variação entre os exercícios tem respaldo na revisão de riscos de ações desta natureza, na constatação de que as chances de êxito, antes dadas como reduzidas no momento da citação, seriam mais assertivas se avaliadas após a decisão judicial de mérito proferida em segundo grau de jurisdição. Nesta reconstrução de critério, houve a movimentação de ações na ordem de R$ 236.555, migradas da probabilidade provável em 2022 para a probabilidade possível em 2023.

Por fim, observa-se as ações de probabilidade de perda possível que, no exercício de 2023, corresponderam a 1.892 ações ativas (1.714 em 31/12/2022), totalizando R$ 380.164 (R$ 313.981 em 31/12/2022), para as quais nenhuma provisão é requerida, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil.

4.12 Provisões para benefícios a empregados pós emprego

A Companhia concede benefícios pós emprego aos seus colaboradores, para os quais foi realizada avaliação atuarial na data base de 31/12/2023, determinando-se um déficit atuarial na ordem de R$ 736.110 (R$ 748.036 em 2022), reportado conforme segue:

.	31/12/2023	31/12/2022	Variação
(a) Plano de previdência - benefício definido	581.447	625.720	(44.273)
(b) Benefício de assistência médica	152.399	120.150	32.249
(c) Benefício de desligamento aos empregados oriundos da ex-FEPASA	2.264	2.166	98
Total do passivo atuarial	**736.110**	**748.036**	**(11.926)**

Destaque se dá para o resultado deficitário apurado para o plano de previdência, com ênfase à exclusão das contribuições contratadas do valor justo dos ativos, em cumprimento ao que determina o CPC nº 33, em seu item 114. Trata-se do montante de R$ 890.561, ativo registrado pela Fundação REFER que administra o plano previdenciário, correspondente a um contrato de confissão de dívida assinado com a União, para quitação de dívida da patrocinadora CBTU, o qual impacta fortemente os resultados atuariais do plano previdenciário concedido por esta Companhia, na condição de patrocinadora.

Em que pese o exposto acima, relativo aos resultados dos exercícios de 2022 e 2023, observa-se a redução na taxa de desconto aplicada, o ganho sobre os ativos financeiros da carteira da Fundação REFER, e o aumento do aging factor.

4.13 Adiantamentos para aumento de capital

Referem-se aos recursos financeiros disponibilizados pela Fazenda do Estado de São Paulo, na condição de acionista controlador da Companhia, para fazer frente ao Programa de Investimento da Companhia, previstos no Plano Plurianual (PPA) e Lei Orçamentária Anual (LOA), sendo que tais recursos somente são liberados para pagamento de medições contratuais e outras caracterizadas como de investimento, por meio do Sistema de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM, acumulado em R$ 851.079 em 31/12/2023.

4.14 Despesas administrativas

Destaca-se a rubrica Indenizações, considerando que no registro contábil em 2023, na ordem de R$ 390.903 (R$ 203.142 em 2022), está contido o montante de R$ 297.749 (R$ 122.576 em 31/12/2022), pagas pela Companhia em decorrência do insucesso em ações trabalhistas nas quais empregados aposentados da Fepasa pleiteiam equiparação salarial aos empregados ativos da Companhia, para o qual ocorre o reembolso pela Fazenda do Estado, considerando a assunção de sua responsabilidade como agente passivo em tais processos.

O reembolso, por sua vez, é realizado após ateste documental e o cumprimento de regras específicas definidas pelos órgãos de Governo, sendo, quando ocorridos, registrados na rubrica Ressarcimentos - Fazenda do Estado de São Paulo, grupamento de Outras receitas (despesas) líquidas.

4.15 Outras receitas (despesas) líquidas

Do saldo positivo de R$ 44.719 em 2023 (negativo de R$ 31.870 em 2022), destacam-se como principais registros os ressarcimentos promovidos pela Fazenda do Estado, em decorrência das indenizações citadas nas Despesas administrativas, na ordem de R$ 90.219 (R$ 18.125 em 2022); a redução das perdas decorrentes da realização de viagens sem a contrapartida financeira, com a utilização do bilhete BOM, na ordem de R$ 16.964 (R$ 52.835 em 2022) e, por fim, em linha contrária, os custos identificados quando das tratativas entre esta Companhia e a MRS Logística para a assinatura do Termo de Encontro de Contas CPTM-MRS 0001/2023, ocorrido em 24/04/2023, no montante de R$ 36.838 (R$ 0 em 2022).

4.16 Remuneração da administração

A remuneração máxima aprovada para o exercício de 2023 está em consonância aos termos da Deliberação CODEC nº 01 de 01/02/2023, emitida com fulcro no estabelecido no artigo 5º, II, do Decreto Estadual nº 64.219 de 06/05/2019, considerando a remuneração dos membros dos órgãos estatutários, incluindo os membros dos conselhos de administração e fiscal e dos comitês das empresas controladas pelo Estado, conforme segue:

I- dos diretores, em R$ 32.908,97 (trinta e dois mil, novecentos e oito reais e noventa e sete centavos); e

II- dos membros do Comitê de Auditoria, em R$ 16.121,24 (dezesseis mil, cento e vinte e um reais e vinte e quatro centavos).

Nestas condições, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foi promovida a seguinte distribuição aos administradores R$ 5.228 em 2023 e R$ 3.764 em 2022, sendo representada basicamente por ordenados.Por fim, a Companhia não possui benefícios pós-emprego e nem de longo prazo para o pessoal-chave da Administração.

4.17 Gerenciamentos de riscos

Risco de Crédito

Parte substancial da receita da Companhia é proveniente da utilização do sistema de transporte (receita tarifária), através do carregamento de crédito antecipado à viagem (sistema SBE). Assim, a Companhia possui baixa exposição ao risco de crédito.

Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras da Companhia são efetuadas predominantemente em Fundo especifico do Governo do Estado de São Paulo no Banco do Brasil, operação classificada como de baixo risco.

Risco de Liquidez

A Companhia é uma empresa pública dependente do Governo do Estado de São Paulo, ou seja, as receitas próprias da empresa não são suficientes para manter sua operação. Neste sentido, a Companhia é subvencionada pela Fazenda do Estado de São Paulo nos termos do artigo 2º da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - mitigando os riscos de liquidez.

Risco de Mercado

Risco de Moeda Estrangeira

A Companhia incorre em risco cambial quando da formalização de contratos de prestação de serviços ou fornecimento de bens em moeda diferente da local (R$). Estes tipos de contratos são firmados para a aquisição ou prestação de serviços que compõem o investimento da Companhia e, nesse sentido, o risco destas operações são suportados pelo Governo do Estado de São Paulo responsável pelo aporte de recursos para realização de investimentos.

Risco de taxa de juros

A Companhia não está exposta ao risco de variação nos juros, pois não possui empréstimos ou financiamentos.

4.18 Instrumentos financeiros

Categoria dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

Equivalentes de caixa: classificado em valor justo por meio do resultado e mensurados a posterior pelo valor justo com efetivos no resultado.

Clientes e outros recebíveis e outros créditos: classificados na categoria de custo amortizado e mensurados a posterior pelo método da taxa efetiva de juros.

Fornecedores, garantias contratuais e contas a pagar: classificados na categoria de custo amortizado, utilizando-se o método de juros efetivos.

Classificação dos instrumentos financeiros por tipo de mensuração do valor justo

Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial são classificados em Nível 1, haja vista que foram determinados com base em cotações públicas em mercados ativos.

5 Eventos subsequentes

Concessão Patrocinada do serviço público de transporte de passageiros sobre trilhos do TIC Eixo Norte

Em 29/02/2024 foi realizada na B3 (B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão) a sessão pública de abertura das propostas, sendo o leilão vencido pelo Consórcio C2 Mobilidade sobre Trilhos, composto pelas empresas Comporte Participações S.A. Ltda e a chinesa CRRC (HONG KONG) CO LIMITED.

O prazo de concessão é de 30(trinta) anos, após o início da operação comercial.

O evento da assinatura do contrato não dá início ao prazo da concessão, iniciando somente a fase preliminar. O final da Fase Pré-Operacional na Linha 7 - Rubi é o evento que caracteriza: (i) o início do prazo de vigência da Concessão (30 anos) e (ii) a operação comercial.

Ou seja, após a assinatura do contrato, há um prazo de 6 (seis) meses para que o Poder Concedente e a Concessionária cumpram os compromissos estabelecidos no contrato (Fase Preliminar). Após esse prazo, estão previstos mais 12 (doze) meses de Fase Pré-Operacional / Transição

Contadora Responsável

Marlí Cândido Dutra - CRC.CT.1SP.131206/O-7

EXTRATO DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES DO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

"As demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no site da CPTM: https://www.cptm.sp.gov.br/esg-consciente/Governanca/Paginas/RIA-Informacoes-trimestrais.aspx. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 19 de março de 2024, com ressalva relacionada a ativo imobilizado pendente de registro contábil, conforme descrito na seção Base para opinião com ressalva, e parágrafo de Ênfase referente ao desempenho financeiro e apoio institucional e contratação de cobertura de seguros".

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

O Conselho Fiscal da COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS – CPTM, cumprindo as determinações legais, na Sétima Reunião Extraordinária, realizada no dia 20 de março de 2024, às 10h00, examinou o Relatório Integrado da Administração e as Demonstrações Contábeis, composta pelo Balanço Patrimonial, pela Demonstração do Resultado, pela Demonstração dos Resultados Abrangentes, pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstração dos Fluxos de Caixa e pela Demonstração do Valor Adicionado, complementadas pelas Notas Explicativas, referentes ao exercício findo de 2023.

Os membros do Conselho Fiscal da COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM, em cumprimento ao disposto nos incisos II e IV do art. 163, da Lei Federal n° 6.404/76 e suas alterações posteriores, tomaram conhecimento do Relatório da Administração, do qual as Demonstrações Contábeis exigidas em Lei e das Notas Explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Com base no Relatório da Auditoria Independente, datado de 19/03/2024, considerando a Manifestação do Comitê de Auditoria Estatutário, datada de 15/03/2024 e considerando a manifestação do Conselho de Administração havida em reunião ocorrida em 19/03/2024, os Senhores Conselheiros opinam que as Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas estão em condições de serem submetidas à apreciação e deliberação dos Senhores Acionistas, observando-se a ressalva constante do referido Relatório da Auditoria Independente, relacionada ao "Ativo imobilizado pendente de registro contábil" e as ênfases "Desempenho Financeiro e Apoio Institucional e Contratação de Cobertura de Seguros - Refinamento de Estratégias de Gerenciamento de Risco".

ALEX FABIANE TEIXEIRA
Conselheiro Fiscal

DIEGO ALLAN VIEIRA DOMINGUES
Conselheiro Fiscal

CARLOS AUGUSTO GOMES NETO
Conselheiro Fiscal

MANOEL MARCOS BOTELHO
Conselheiro Fiscal

MANUELA SANTOS NUNES DO CARMO
Conselheira Fiscal





Tribunal derruba liminar e reconduz ao cargo presidente do conselho da Petrobras

João Gabriel

BRASÍLIA O secretário de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia, Pietro Mendes, conseguiu reverter, ao menos provisoriamente, sua suspensão como presidente do conselho de administração da Petrobras.

A decisão foi tomada nesta terça-feira (16), pelo juiz federal Marcelo Saraiva, relator do tema no 3º Tribunal Regional Federal, que determinou que o afastamento deve aguardar "pronunciamento definitivo" colegiado.

Mendes foi indicado ao cargo pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, de quem é um importante aliado, além de secretário na pasta de Petróleo.

Ele também foi indicado para recondução como presidente do conselho da companhia em lista enviada pelo governo no fim de março. A renovação do conselho se dá em assembleia de acionistas, em 25 de abril.

Sua manutenção no cargo é importante para Silveira, uma vez que o ministro vem tendo embates públicos e desentendimentos sobre a condução da política petroleira com o presidente da estatal, Jean Paul Prates.

Em entrevista à **Folha**, o ministro admitiu o conflito, mas o chamou de salutar.

"Sempre tive debates acalorados, verdadeiros. Mas debates transparentes sobre o que eu, como governo, defendo na Petrobras; e o presidente da Petrobras, naturalmente, [defende] como presidente de uma empresa. Os papéis são diferentes. Por isso há um conflito", afirmou.

A liminar que afastou Pietro do cargo foi motivada pelo deputado estadual Leonardo Saraiva (Novo-SP). Ele alegou que não foi utilizada uma empresa especializada e experiente para a elaboração de uma lista tríplice para a indicação ao cargo e que havia conflito de interesses.

O juiz Paulo Cezar Neves Junior, da 21ª Vara Cível Federal de São Paulo, concordou. Por isso, suspendeu o presidente do conselho da Petrobras.

Na decisão que reconduz Pietro ao cargo, o desembargador federal Marcelo Saraiva disse não ver elementos que sustentem o conflito de interesses entre o posto que ele ocupa na estatal e o que ocupa no ministério de Minas e Energia, nem problemas com a lista tríplice.

"Não vislumbro fundamento suficiente a justificar a suspensão", escreve Saraiva.

"Entendo que a vedação relativa à existência de conflito de interesses deve ser interpretada de forma restritiva, ou seja, entre interesses públicos e particulares, e não entre situações oriundas de desdobramentos de funções públicas", continua.

Diz ainda que a suspensão do salário de Pietro pode causar prejuízo financeiro a ele.

Diante disso, o desembargador decidiu "deferir efeito suspensivo para suspender" o afastamento do presidente do conselho do cargo, até que o caso seja julgado pela Quarta Turma do TRF-3.

Na segunda (15), Marcelo Saraiva derrubou também liminar que suspendia o mandato do ex-ministro Sergio Machado Rezende no conselho de administração da Petrobras. Ele havia sido afastado junto com Pietro.

Trabalhadores resgatados eram pagos com crack, afirma polícia

Carlos Villela

PORTO ALEGRE Uma operação da Polícia Civil do Rio Grande do Sul prendeu cinco pessoas e resgatou três trabalhadores em uma pedreira na zona rural de Taquara, na região metropolitana de Porto Alegre.

Segundo a polícia, os trabalhadores eram mantidos em condições análogas à escravidão e recebiam pagamento em pedras de crack.

"Nós encontramos indivíduos dormindo em cômodos onde funcionavam alojamentos improvisados, totalmente desprovido de qualquer condição de salubridade, desrespeitando normas sanitárias, trabalhistas e tributárias", disse o delegado Valeriano Garcia Neto, responsável pela ação.

Os trabalhadores resgatados foram encaminhados à assistência social de Taquara para acolhimento. "Verdadeiros zumbis trabalhando por crack", disse Garcia Neto.

Com o auxílio de um cão farejador, agentes encontraram pacotes de droga escondidas debaixo de telhas no local.

Dentre os presos está uma pessoa apontada como responsável pelo recrutamento dos trabalhadores. Também foram detidos operadores da pedreira, responsáveis pelo transporte e comércio de pedra grês extraída no local. O material é usado na construção civil em obras externas, como calçadas, jardins e muros.

Em nota, a secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho e Cidadania de Taquara disse que apura os nomes dos trabalhadores envolvidos. "Será colocado à disposição apoio psicossocial, encaminhamentos para acompanhamento em saúde, inclusive com a possibilidade de tratar possíveis dependências", disse.

Governo procura mais R$ 35 bi para baixar conta de luz

Estratégia, em meio à queda da popularidade de Lula, é debatida entre os ministros Silveira, Haddad e Costa

Fábio Pupo e João Gabriel

BRASÍLIA Após publicar uma MP (medida provisória) para baixar a conta de luz no país em até 5% neste ano, o governo Lula (PT) discute como garantir alívio nas faturas a partir de 2025.

Membros do governo falam na necessidade de até R$ 35 bilhões anuais para a tarefa.

A tarifa de energia é uma das principais preocupações de Lula em meio à queda de popularidade identificada nas pesquisas, ao lado dos preços de alimentos e combustíveis.

Pessoas envolvidas nas discussões relatam que uma das propostas é usar recursos do próprio Orçamento da União, mas o tema gera resistência do Ministério da Fazenda.

A pasta tenta manter a trajetória de melhora nas contas públicas enquanto vive um cenário de esgotamento das alternativas—mas tem ouvido que, por outro lado, a medida poderia gerar benefícios para a economia como um todo.

O tema ganhou importância depois da MP assinada por Lula, já que ela, apesar de reduzir a conta no curto prazo, gera efeito rebote e pressiona a tarifa nos próximos anos. Isso porque a iniciativa antecipa recursos a serem pagos pela Eletrobras no futuro para abater a conta agora, retirando a entrada de dinheiro para reduções ao longo dos anos.

O ministro Alexandre Silveira (Minas e Energia) reconheceu que será um desafio manter a tarifa mais baixa nos anos seguintes. Em sua visão, a tarefa para reduzir os preços precisa ser constante.

"É um desafio que nós não teremos trégua. Vocês [da imprensa] sempre demandando e nós sempre tentando dar respostas, buscando cada vez mais criatividade e vigor na busca de equilibrar", disse, quando questionado sobre o risco de alta na conta de luz no futuro.

"É um desafio permanente corrigir as distorções no setor elétrico", afirmou.

A própria MP do governo tem outros itens que pressionam a conta de luz ao dar mais 36 meses para a conclusão de projetos eólicos e solares aptos a terem descontos no uso do sistema de transmissão.

Se saírem do papel, vão encarecer a conta de luz. Como mostrou a **Folha**, o impacto pode ser de R$ 6 bilhões.

Paralelamente, o governo também estuda como usar o restante dos recursos da Eletrobras a serem antecipados no mercado. Dos R$ 26 bilhões a serem securitizados, R$ 11 bilhões vão quitar prestações de dois empréstimos feitos pelo setor elétrico em momentos de crise.

O primeiro é a Conta Covid (que cobriu perdas com a queda no consumo na pandemia), e o segundo, a Conta Escassez Hídrica (que bancou térmicas durante a seca de 2022). Sem a antecipação, esses pagamentos pesariam no bolso do consumidor.

O destino dos recursos restantes da securitização ainda estão em análise, mas o governo estuda transferi-los à CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), que custeia subsídios a consumidores e geradores de energia, para abater os custos da conta de luz.

O governo trabalha também em outra frente, a rediscussão dos subsídios existentes na conta de luz.

Silveira disse que o tema é discutido de forma ampla com os ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Rui Costa (Casa Civil), mas que ainda não há uma definição sobre quais itens atacar.

"[Foi] um brainstorm, uma série de ideias. Agora, como nenhuma delas é concreta, especular é muito ruim para esse mercado porque cria instabilidade", afirmou o ministro à **Folha** neste mês.

"É bom ressaltar que isso [revisar os subsídios] é um hábito de muita coragem, porque sempre foi uma festa do boi gordo colocar subsídio na conta do consumidor e só colher bônus de empreendimentos subsidiados. Esse assunto foi jogado para debaixo do tapete nos últimos anos e hoje a conta de luz tem uma série de subsídios que deixam ela cara", disse.

Pessoas envolvidas nas negociações contam que várias alternativas já fizeram parte deste brainstorm entre os ministros, todas ideias que não necessariamente serão levadas em diante.

Por exemplo, tentar aumentar as exceções ao teto de gastos, o que poderia abrir esse espaço orçamentário. Silveira foi relator da PEC da Transição no Senado, quando uma série de gastos foi colocada para fora da âncora fiscal.

Outra ideia colocada à mesa para análise foi usar, por exemplo, recursos do petróleo. Novas conversas devem ser feitas entre os ministros para debater novas alternativas e quais podem ser levadas adiante.

A CDE, que contém os subsídios pagos na conta de luz pelos consumidores, tem um custo anual de R$ 35 bilhões—mesma quantia mencionada pelo governo—, e entidades como a Abrace (Associação Brasileira de Grandes Consumidores) defendem que a fatura seja transferida para o Orçamento da União.

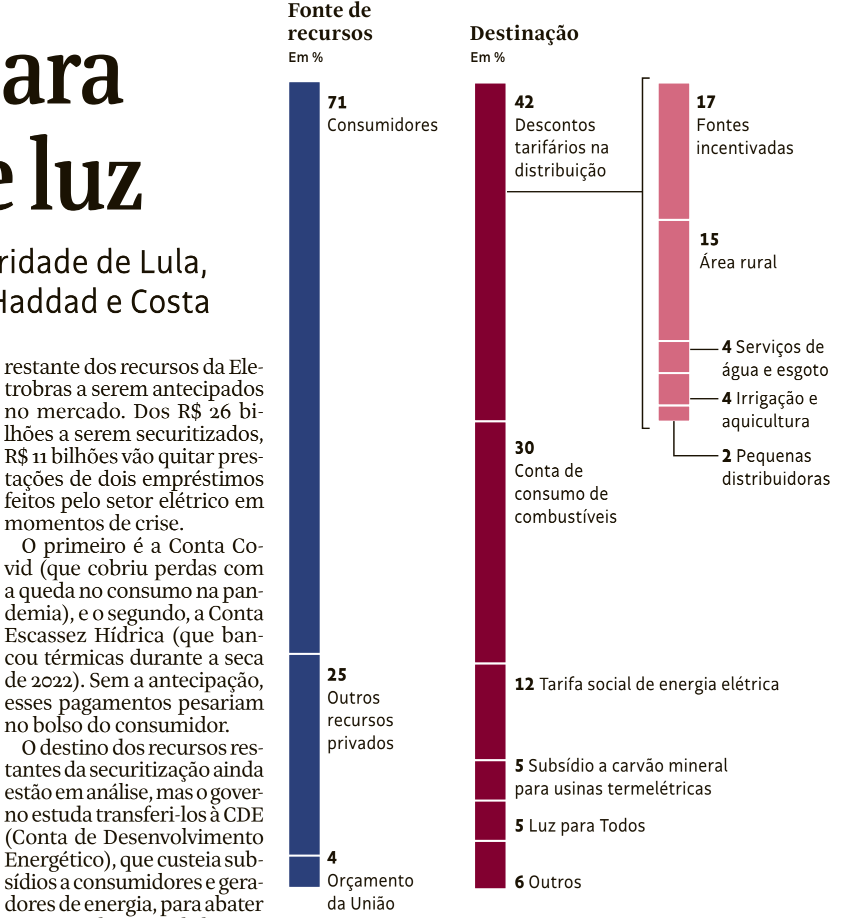
Mas, para a entidade, a incorporação pode ser gradual por causa das restrições fiscais do país e deve ser acompanhada de uma reavaliação sobre que incentivos precisam de fato continuar existindo.

O tema da energia vem sendo analisado pessoalmente por Lula, que determinou neste mês a criação de um grupo de trabalho para propor um novo programa energético capaz de reduzir a conta de luz com medidas estruturais.

"Senti que o presidente entendeu o problema, e a orientação é propor um novo arcabouço para o setor", disse Luiz Eduardo Barata, presidente da Frente Nacional de Consumidores de Energia.

> É um desafio permanente corrigir as distorções no setor elétrico
>
> **Alexandre Silveira**
> ministro de Minas e Energia

Tarifa de luz do brasileiro é impulsionada pela CDE, que banca subsídios ao setor



Fonte: Ministério do Planejamento (publicação em 2023)

Entenda a CDE

O que é?
A CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) é um fundo criado em 2002 com recursos do consumidor destinado a bancar uma série de subsídios para produtores de energia, distribuidoras de pequeno porte, fontes incentivadas (como eólica, solar, pequenas hidrelétricas e biomassa) e descontos em tarifas

Quanto custa e qual a avaliação oficial sobre ela?
Cerca de R$ 35 bi, segundo dados de 2023. Avaliação do Planejamento aponta que parte das políticas custeadas pelo fundo é focalizada, como a tarifa social, e ajuda no crescimento. Por outro lado, 1/3 do fundo é direcionado a energia suja (inclusive carvão)

O que defende a iniciativa privada?
A Abrace (que representa as grandes empresas consumidoras) defende que não sejam criados mais itens na CDE, que os subsídios atuais sejam reavaliados e os que permanecerem sejam pagos com recursos da União, não pelos consumidores de energia

Ministros vão ao Paraguai tentar evitar alta da tarifa de Itaipu

BRASÍLIA Os ministros de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e das Relações Exteriores, Mauro Vieira, estiveram no Paraguai nesta terça (16) para tratar do preço da energia da usina de Itaipu.

Em 2023, o valor da tarifa de energia da binacional aumentou para US$ 16,71/kW (R$ 82,57 por quilowatt). Em março deste ano, a **Folha** revelou que estudos internos da hidrelétrica mostravam que, na verdade, ele poderia ter caído para US$ 10,77.

A viagem dos dois ministros a Assunção teve como objetivo negociar com o Paraguai para evitar um aumento no preço. A reunião foi revelada pelo jornal Valor Econômico e confirmada pela reportagem.

Silveira e Vieira se reuniram com o presidente paraguaio, Santiago Peña. O que o Brasil pretende é conseguir manter a tarifa em US$ 16,71 até 2025 e, a partir do ano seguinte, começar a reduzi-la.

O esforço dos ministros do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ocorre no momento em que o governo federal busca iniciativas para reduzir a conta de luz, às vésperas das eleições municipais de 2024.

Brasil e Paraguai discutem, desde o fim de 2023, o valor da tarifa de Itaipu.

Em janeiro deste ano, o orçamento da hidrelétrica foi bloqueado pelos paraguaios, em razão do impasse sobre qual a tarifa os brasileiros deveriam pagar pela energia não usada do país vizinho.

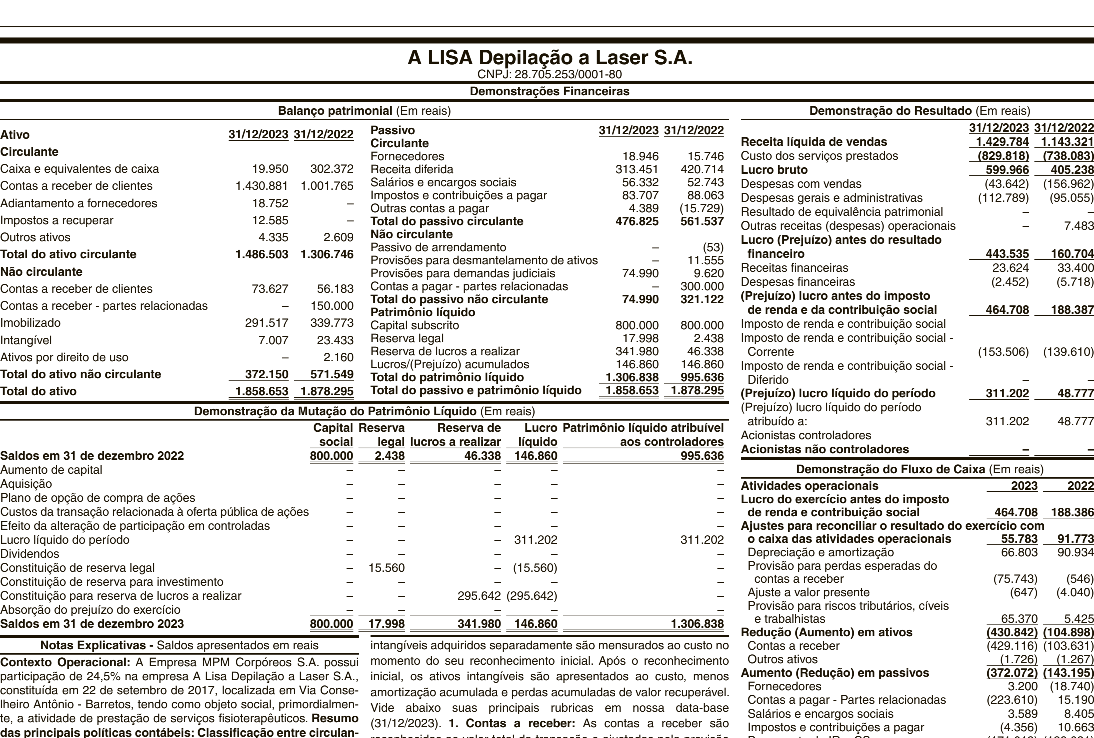
Um mês depois, houve o desbloqueio, que abriu caminho para pagamentos ligados ao dia a dia da hidrelétrica que dependiam da liberação de recursos. O impasse, no entanto, permanece.

Em abril deste ano, a **Folha** revelou que o aumento da tarifa para US$ 16,71, em 2023, ignorou projeção feita por grupo de trabalho interno da própria hidrelétrica, o Cecuse (Comitê de Estudos para Avaliação do Custo Unitário do Serviço de Eletricidade de Itaipu).

Agora, o governo defende manter este patamar. Já o Paraguai reivindica cerca de US$ 22 por kW. Cada dólar representa uma receita adicional superior a US$ 136 milhões à estatal, a ser partilhada entre os dois países. **JG**

US$ 16,71
é o valor da tarifa cobrada pelo quilowatt por Itaipu, que o governo Lula quer começar a reduzir a partir de 2025

US$ 22
é o valor que o Paraguai quer cobrar de cada quilowatt



Transformar patinho feio em cisne

Indústria de óleo e gás começa a olhar para o desafio da energia geotérmica

Jerson Kelman
Engenheiro, foi professor da Coppe-UFRJ e dirigente de ANA, Aneel, Light, Enersul e Sabesp

Dentre as promessas futurísticas para controlar a emissão de gases de efeito estufa, a geotermia é uma das mais interessantes. O conceito é simples: o centro da Terra tem uma temperatura absurdamente elevada, como a da superfície do Sol (6.000ºC). Significa que, quanto mais profundo for um poço, maior será a temperatura da rocha circundante. Em locais com geologia favorável, é possível atingir 500ºC com um poço de "apenas" 5 km.

Dois poços paralelos e conectados, um para injeção de água fria e outro para produção de vapor ou água quente, forçariam um movimento contínuo, de cima para baixo no poço frio e de baixo para cima no quente, por efeito da diferença de densidade. Haveria uma conexão horizontal entre os dois poços para a água líquida em movimento absorver o calor da rocha circundante.

Esse processo poderia substituir a queima de combustíveis fósseis como fonte primária de energia na produção de eletricidade. Poderia também ser usado, com alguma adaptação, nas usinas existentes atualmente movidas a carvão.

Diferentemente do carvão, que só é encontrado em alguns locais e é fóssil (não renovável), qualquer ponto da crosta terrestre poderia ser candidato à perfuração profunda, de até 20 km, tornando-se uma fonte inesgotável de energia. Naturalmente, de início seriam selecionados os locais geologicamente atraentes, já mapeados.

Ao contrário da energia eólica ou solar, que são fontes renováveis, mas intermitentes, ou da fonte hídrica, que, apesar de controlável, depende das condições hidrológicas, a geração pela fonte geotérmica teria a vantagem adicional de estar sempre disponível.

Atualmente, não existe tecnologia economicamente viável para perfurar poços tão profundos. Porém, a indústria de óleo e gás começa a olhar com interesse para o desafio. Uma das possibilidades é pulverizar a rocha com um dispositivo denominado girotron, que emite micro-ondas de altíssima potência. Se funcionar, poços profundos poderão ser escavados com custo unitário (R$/metro) invariável com a profundidade, o que não ocorre com os métodos tradicionais.

Há mais de cem anos eletricidade é produzida em regiões vulcânicas, onde água quente e vapor de água emergem naturalmente pelas fraturas das rochas. Mas, como há poucos locais com essas características, atualmente apenas 0,5% da eletricidade produzida globalmente tem origem na geotermia.

Se o girotron ou alguma outra inovação disruptiva funcionar, a energia geotérmica será um poderoso instrumento no controle das emissões de gases de efeito estufa. Essa nova fronteira tecnológica é trabalhada para ser pesquisada pela indústria de óleo e gás. É a chance de se transformar, de patinho feio em cisne.

Mudando de assunto, um mês atrás tratei neste espaço do imbróglio relativo à Âmbar no contexto da contratação emergencial de energia feita pelo governo no fim de 2021. Opinei que, como a empresa tinha descumprido o edital, o correspondente contrato deveria ser cancelado, com economia de R$ 10 bilhões para a sociedade.

Felizmente, o processo de conciliação que estava em curso no TCU foi recentemente arquivado. Se fosse aprovado, permitiria a substituição de quatro usinas novas, que não estavam operacionais no prazo contratual, por uma usina velha de guerra, a UTE de Cuiabá. Seria um flagrante desrespeito ao edital.

Resta agora aguardar que a Justiça, aonde o assunto certamente vai chegar, decida contrariamente à tentativa de chamar urubu de meu louro.

Governo quer novo modelo de compras para transição verde

Encomenda tecnológica dispensa licitações, o que foi alvo de críticas da UE

Pedro Lovisi

Diferença entre a encomenda e a licitação*

Compras governamentais

Licitação
Poder público lança edital descrevendo o que quer contratar, analisa propostas de empresas interessadas, faz ponderações e compra da melhor oferta

Carta-convite
Governo convida empresas para apresentarem propostas referentes a alguma demanda específica. Vence aquela que apresentar a melhor oferta

Concorrência
Quaisquer interessados que comprovem ter requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital podem participar da disputa

Pregão eletrônico
Semelhante a um leilão, vem sendo muito utilizado por órgãos do governo e ocorre pela internet. Geralmente, é utilizado na compra de bens e serviços

Encomenda tecnológica
Governo compra de empresa ou instituto serviços de pesquisa e desenvolvimento para a obtenção de uma solução determinada, existindo risco tecnológico. A escolha de quem receberá a demanda é feita com base em análise de mercado de quem tem mais condições de entregar o demandado

* O fluxograma considera alguns tipos de licitação
Fontes: TCU e Sebrae

SÃO PAULO O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação quer ter até o fim deste ano um plano com prioridades e diretrizes do uso do poder de compra do Estado como incentivo à criação de tecnologias ligadas à transição ecológica, diz o secretário-executivo da pasta, Luis Fernandes.

A ferramenta para isso serão as encomendas tecnológicas, em que o governo contrata empresas para desenvolver produtos inexistentes.

Em entrevista à **Folha** no início do mês, o secretário-executivo-adjunto do Ministério da Fazenda, Ricardo Dubeux, disse que o poder de compra do governo será usado para superar gargalos tecnológicos em áreas prioritárias, como energias solar e eólica, além da produção de hidrogênio verde e biocombustíveis. Dubeux lidera o Plano de Transição Ecológica do governo.

A encomenda tecnológica surge a partir de uma demanda de inovação vinda de algum ministério, órgão público ou empresa estatal. O MCTI é responsável por estruturar o desenvolvimento da tecnologia junto à empresa ou instituto contratado, e o demandante se compromete a comprar o novo produto em escala.

O Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação, regulamentado em 2018, tirou a exigência de licitações para compra de produtos inovadores.

O mecanismo chegou a ser questionado pelos europeus na discussão sobre um acordo entre Mercosul e União Europeia —posição que Fernandes avalia como hipócrita.

Parte dos R$ 300 bilhões do programa Nova Indústria Brasil (NIB), apresentado pelo governo Lula no ano passado, vai para o uso dessas encomendas, ainda que o valor não tenha sido divulgado.

"[Para estabelecer esse valor, precisamos saber] quais são as demandas que irão, digamos assim, fechar o ciclo da inovação daqueles desafios da transição energética e da transição ecológica", diz Fernandes. Segundo ele, o MCTI espera receber demandas de outras pastas e órgãos públicos até o final do ano. O instrumento também será usado em outras áreas, como saúde.

Essas demandas precisarão seguir diretrizes estabelecidas ao longo do ano pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, que reúne ministérios e representantes da indústria. Além das encomendas, as demandas podem ser supridas por meio de editais ou carta-convite a empresas.

Questionado, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços disse que as encomendas tecnológicas estão previstas no NIB entre os instrumentos de contratações governamentais, mas ainda não há definição sobre valores e setores em que o instrumento poderá ser utilizado.

O FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), que Fernandes dirige, entrará como um dos mecanismos financeiros para as compras. O fundo, contingenciado na gestão Bolsonaro, voltou a ter destaque no governo Lula. O orçamento de 2024 reservou R$ 12,8 bilhões ao fundo; no ano passado foram R$ 10 bilhões.

"[A encomenda] é um instrumento novo que tem potencial gigantesco para promover o desenvolvimento do país. Toda inovação envolve risco, e o compartilhamento dele tem um lado via investimento, seja subvenção econômica ou crédito em condições mais favoráveis. Mas tem um outro lado de enfrentamento da incerteza associada à inovação, o acesso ao mercado, que, nesse caso, é dado pelo poder público", diz Fernandes.

O instrumento é tido pela área econômica como importante catalisador da inovação para a transição ecológica. Permite, por exemplo, auxiliar municípios no desenvolvimento de alternativas de mobilidade em energias renováveis.

Para ele, o instrumento também pode ser usado pela Petrobras, considerada por muitos essencial no plano de transição energética. "Na medida em que ela assume mais a feição de uma empresa de energia, não de petróleo e gás, acho que faz todo sentido."

A importância dada pelo governo a essa ferramenta foi um dos pontos a travar discussões do acordo comercial entre Mercosul e União Europeia. O governo quis alterar pontos do acordo inicial firmado sob Bolsonaro, mas enfrentou resistência da UE.

"A posição deles (europeus) é hipócrita, porque eles adotam isso amplamente, sobretudo na área de defesa. A área de defesa toda é operada através de demandas tecnológicas e isso depois é transplantado para aplicações civis", diz ele.

"Entendo que queriam preservar uma posição que, no momento, é de assimetria; eles têm vantagem tecnológica, e queriam usá-la para disputar o mercado de compras públicas no Brasil e queriam limitar, portanto, a possibilidade de encomendas tecnológicas como indutora de capacidade tecnológica de inovação nacional."

Só empresas instaladas no Brasil, nacionais ou não, podem receber encomendas do Estado brasileiro, segundo Fernandes. Já nas licitações as empresas brasileiras podem ter margem de preferência de até 25% se forem cumpridos alguns requisitos, como inovação. Isso também foi questionado pela UE durante as discussões —as negociações foram interrompidas devido à resistência de alguns países da UE, como a França.

Setor privado propõe seguro contra catástrofe

Projeto prevê indenização de R$ 15 mil por residência afetada por enchente e cobrança de R$ 3 na conta de luz dos brasileiros

Alexa Salomão

SÃO PAULO O setor de seguros no Brasil apresenta ao Congresso nesta quarta (17) sua proposta de amparo financeiro emergencial para vítimas das fortes chuvas, que têm crescido no Brasil. Inspirada em alternativas similares de outros países, a medida foi batizada de seguro social contra catástrofes e será detalhada na Comissão de Meio Ambiente da Câmara.

A modalidade foi desenhada para funcionar como renda adicional a famílias prejudicadas por eventos extremos, como enchentes e deslizamentos, explica o economista Dyogo Oliveira, presidente da CNseg (Confederação Nacional das Seguradoras).

O seguro garantiria um dinheiro extra, de uso livre, para que as pessoas possam se alojar, comprar comida, medicamento ou roupas, o que considerassem importante.

Segundo dados do setor de seguro, em 2023 houve 1.100 desastres naturais no país — média de três por dia, concentrados em capitais e regiões metropolitanas.

"Aqui no Brasil, todo ano, a gente tem problemas com enchentes. Cada ano é num estado diferente. Num ano é Pernambuco, no outro, Bahia, Rio Grande do Sul. Agora, teve no Espírito Santo. Já teve em São Sebastião", diz Oliveira.

"A história é sempre a mesma: chuva, deslizamento, enchente, gente desabrigada e uma resposta improvisada. A população é supersolidária, faz doações, se mobiliza, mas o fato é que as vítimas ficam desamparadas porque não há uma estrutura pública para socorro emergencial capaz de uma resposta organizada. Defesa Civil, governos saem correndo para resolver."

O ponto de partida para a proposta da CNseg foi o projeto de lei 1.410/2022, da deputada Tabata Amaral (PSB-SP), ainda em tramitação, que cria um seguro obrigatório de danos pessoais e materiais causados por desastres naturais relacionados a chuvas inspirado no DPVAT, de veículos. Os recursos ficariam sob a gestão de um fundo, que faria repasses a prefeituras e seguradoras quando necessário.

Segundo Oliveira, a proposta da entidade mantém a obrigatoriedade na contratação do seguro, mas a gestão dos recursos seria privada e pulverizada. Todas as seguradoras interessadas poderiam oferecê-lo.

A liberação do dinheiro seria descomplicada. Bastaria à prefeitura indicar a área afetada para que a seguradora depositasse o dinheiro, via Pix, na conta do beneficiário.

> "A cobrança universal funcionária para redistribuir custos sociais das mudanças climáticas. Os mais pobres emitem menos e contribuem menos para a mudança, mas moram nas áreas de risco e sofrem as consequências
>
> **Dyogo Oliveira**
> presidente da CNseg

Está previsto pagamento de um valor fixo de R$ 15 mil por residência afetada. Haveria adicional de R$ 5.000 em caso de morte. O chamado prêmio, valor cobrado mensalmente, seria de R$ 3.

O CNseg já levou a sugestão a governadores de estados que sofreram com chuvas torrenciais, como Rio Grande do Sul, e para Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

Pontos da proposta levantam questionamentos. O maior é a forma de cobrança, que seria pela conta de luz. Como a tarifa de energia no Brasil está carregada de encargos alvo de críticas dos especialistas, a simples menção da conta de luz já provoca desconfiança.

Oliveira reforça que não haveria aumento da tarifa de energia, só inclusão da cobrança no boleto. "A conta de luz seria apenas o veículo de cobrança, e também um localizador da residência afetada", diz.

Segundo ele, o grupo de trabalho da CNseg avaliou inúmeras alternativas de cobrança, que se mostraram deficientes.

O boleto bancário tem um custo, que a depender do banco superaria o valor da mensalidade. A inclusão da cobrança no IPTU não teria efeito universal, pois muitos municípios não cobram esse imposto. O mesmo vale para a conta de telefone, já que é grande o número de celulares pré-pagos.

Outro ponto que causa desconforto é a cobrança universal. Por que quem não está em área de risco deve pagar por um seguro que não vai usar?

"A cobrança universal funcionária para redistribuir custos sociais das mudanças climáticas. Os mais pobres emitem menos e contribuem menos para a mudança, mas moram nas áreas de risco e sofrem as consequências", diz.


Obras de edifício no bairro do Ipiranga, na zona sul de São Paulo Danilo Verpa/Folhapress

Conheça estratégias e opções para conseguir a casa própria

Aquisição exige planejamento, especialmente para financiamento a longo prazo

SÉRIES FOLHA
COMO COMPRAR A CASA PRÓPRIA

Ana Paula Branco

SÃO PAULO Comprar a casa própria é o sonho de grande parte dos brasileiros, inclusive dos mais jovens. Além de representar um investimento com rentabilidade, sair do aluguel é visto como garantia de estabilidade e qualidade de vida.

A decisão, segundo especialistas em mercado imobiliário, é emocional, mas planejadores financeiros afirmam que é preciso estar atento ao bolso e traçar estratégias para que o sonho não vire pesadelo, levando em conta as opções disponíveis no mercado.

A **Folha** mostra nesta reportagem, a primeira de uma série sobre casa própria, o que deve ser considerado no planejamento da compra, quando sair do aluguel é um bom caminho e quais as linhas de crédito disponíveis.

Há dicas ainda para quem vai comprar à vista, sobre como calcular custos adicionais e quais os cuidados para não perder as economias, muitas vezes feitas ao longo da vida.

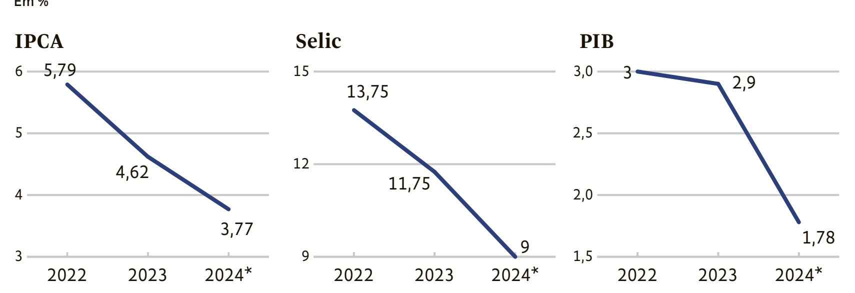
O primeiro passo, diz Marcelo Tapai, advogado especialista em direito imobiliário, é saber qual o valor disponível para investir em um imóvel.

A renda total, além de definir o valor do imóvel que cabe no bolso, é primordial para apontar a linha de crédito na qual o cidadão se encaixa: crédito imobiliário comum ou Minha Casa, Minha Vida, que tem incentivos do governo.

A idade também importa e, se é homem ou mulher —mulheres chefes de família têm preferência no Minha Casa, Minha Vida. "O maior erro é fechar o negócio com o limite de renda justo", diz.

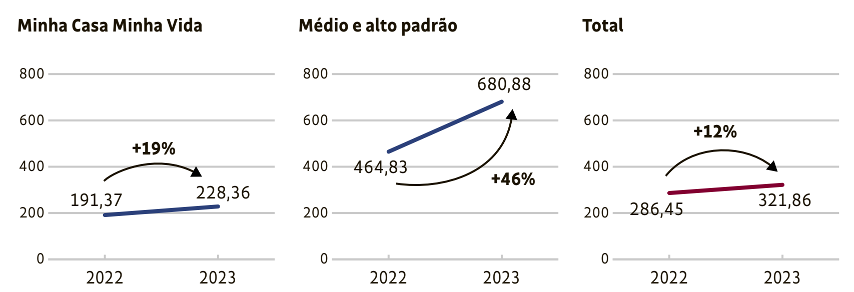
"Quando é a compra de um carro, por exemplo, a família pode se apertar por uns dois anos, mas, para quem não pode pagar à vista, o pagamento de um imóvel é de longuíssimo prazo. Se não tiver uma boa reserva financeira, um forte reajuste no plano de saúde ou na mensalidade escolar pode transformar a compra em um pesadelo", afirma.

Cenário econômico mais positivo para o mercado imobiliário
Em %

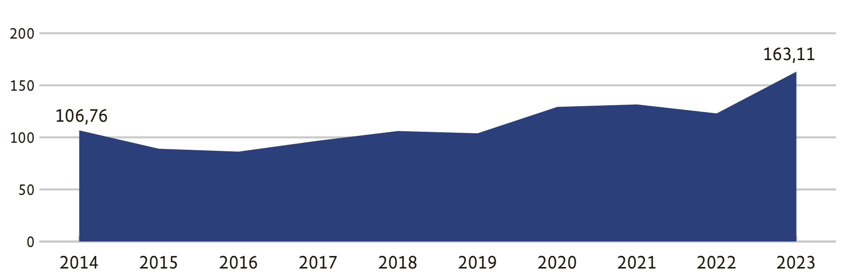


*Projetado pelo Banco Central
Fontes: Abrainc com Boletim Focus de 8 de março de 2024

Valor médio dos imóveis lançados nos últimos dois anos
Em R$ mil



Número de imóveis vendidos em 2023 bateu recorde
Em milhares



Fonte: Abrainc-Fipe

Valor de entrada

Uma dica é ter um bom valor de entrada ou juntar mais dinheiro para tentar quitar a dívida no menor tempo possível. "Se não conseguir, talvez morar de aluguel seja a melhor opção", afirma.

Decidir sair do aluguel e investir em um imóvel tem prós e contras. Os objetivos financeiros, o estilo de vida da família e o período de desenvolvimento no qual os filhos estão —se bebês, no ensino médio ou na faculdade— têm que ser considerados com atenção.

"Naturalmente, o cenário econômico tem um impacto nas operações de todos os setores, e isso inclui o mercado imobiliário. Nos últimos dois anos, por exemplo, vimos uma forte movimentação na procura pelo aluguel", afirma Arthur Malcon, diretor comercial do QuintoAndar.

Como calcular os custos entre aluguel e imóvel próprio?

Na lista de fatores a serem considerados durante o planejamento, Malcon afirma que o cálculo dos custos adicionais do processo de aquisição, que podem chegar a 10% do imóvel, estão entre os mais importantes na hora de decidir se vai comprar a casa ou seguirá no aluguel, nem que seja por um tempo.

Urgência para a mudança, planos de configuração familiar futura e chances de trabalhar em outras cidades também devem ser levados em conta. "O cliente deve considerar o nível de flexibilidade que faz mais sentido para ele."

Entenda a regra dos 200

Há um cálculo que pode ajudar. A regra dos 200 consiste em multiplicar o valor do aluguel mensal por 200 para comparar diretamente com o preço de compra do imóvel. Deve-se considerar somente o aluguel, sem incluir condomínio ou IPTU, que são pagos tanto no aluguel quanto no imóvel próprio.

Se o resultado da multiplicação for maior que o preço de aquisição, comprar tende a ser mais vantajoso. Caso contrário, alugar é mais econômico. Na compra, o financiamento é o caminho de 9 entre 10 brasileiros.

Crédito mais caro nos últimos anos

Com os saques consecutivos na poupança nos últimos anos, o crédito imobiliário está difícil e mais caro. Mas as reduções consecutivas da Selic (taxa básica de juros) e as novas regras do Minha Casa, Minha Vida desenham um cenário de otimismo.

Segundo a Abrainc (Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias), pesquisas mostram que intenção de compra de imóvel está em patamar mais alto do que em 2022, e o número de imóveis vendidos nos dois primeiros meses de 2024 bateram recordes.

Luiz França, presidente da Abrainc, diz que a Selic em queda abre, tecnicamente, a possibilidade de os bancos reduzirem os juros dos financiamentos imobiliários. Se a taxa chegar a um dígito ainda neste ano, como estimam economistas, a expectativa é que o crédito fique mais acessível.

Atualmente, a taxa média de financiamento imobiliário nos bancos é 12% ao ano. Quando a Selic estava em 2% ao ano, a média era de 7% anuais. A expectativa do mercado financeiro é que a Selic fique em torno de 9% até dezembro.

Financiamento pelo SFH. O que é e como funciona?

O financiamento imobiliário é uma linha de crédito de longo prazo. A mais tradicional é pelo SFH (Sistema Financeiro de Habitação), criado em 1964. As fontes dos recursos para custear o crédito são a caderneta de poupança e o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço).

Por meio do SFH, é possível financiar até 80% do valor do imóvel novo de até R$ 1,5 milhão e até 70% do usado, com juros limitados a 12% ao ano + TR (Taxa Referencial).

O prazo para quitar o financiamento é de 420 meses (35 anos), e as prestações não podem ultrapassar 30% da renda mensal do consumidor.

O titular do financiamento pode usar o saldo do FGTS como parte do pagamento, desde que não tenha financiado outro imóvel com o fundo nos três anos anteriores.

A única restrição é que, enquanto o financiamento não estiver quitado, não é possível vender nem negociar o imóvel. A compra é por meio de alienação fiduciária. Em caso de inadimplência, o banco pode retomar o imóvel e leiloá-lo para quitar a dívida.

Financiamento pelo SFI. Quem tem acesso?

Para imóveis acima de R$ 1,5 milhão, o financiamento é pelo SFI (Sistema Financeiro Imobiliário), gerido por recursos privados. No caso, o comprador negocia as condições direto com as instituições financeiras, sem limitação de renda ou financiamentos.

É possível financiar até 100% do valor do imóvel e os juros variam conforme o relacionamento do cliente com o banco.

Como financiar um imóvel na planta?

Quem pretende comprar um imóvel na planta pode ter a opção de financiar diretamente com a construtora. Em geral, o prazo para quitar a dívida é menor do que 35 anos, mas pode ser uma forma de diluir o pagamento durante o período de obras —que leva, em média, três anos.

O processo é semelhante aos dos bancos: o cliente faz uma simulação, passa por uma análise de crédito e entrega a documentação solicitada.

Se optar por financiar direto com a construtora, o comprador deve considerar no orçamento que irá pagar também parcelas semestrais antes de receber o imóvel e um valor maior na entrega das chaves.

"Faça uma pesquisa detalhada sobre a empresa, confira se ela mudou de nome e se, com o nome anterior ou o atual, há processos na Justiça contra ela. Lembre-se que, na planta, você não vai saber quanto vai custar o financiamento, porque as taxas de juros podem subir e a inflação da construção é maior do que a inflação real", diz Marcelo Tapai.

Quem tem direito ao financiamento pelo Minha Casa, Minha Vida?

Quem mora em áreas urbanas e tem renda bruta familiar mensal entre R$ 2.640 e R$ 8.000 pode adquirir imóveis pelo programa federal Minha Casa, Minha Vida, desde que não tenha qualquer outro imóvel em seu nome. Para os moradores de áreas rurais, é considerada a renda bruta anual de R$ 31.680 a R$ 96 mil.

O segmento é a maior aposta de incorporadoras e construtoras para as vendas neste ano e foi grande responsável pelo recorde de vendas de 2023. Pelo programa, o imóvel deve custar, no máximo, R$ 350 mil, e as taxas de juros são limitadas a 8,15%.

Quais são as regras para usar o FGTS no Minha Casa?

É possível usar o saldo do seu FGTS para o financiamento. Dependendo da avaliação do perfil de renda no momento do empréstimo, o comprador pode receber um subsídio do governo na hora da compra, caso se encaixe no programa Minha Casa, Minha Vida.

O prazo para quitar o pagamento não pode ser superior a 35 anos, e o valor das parcelas não poderá ser superior a 30% da renda. Trabalhadores autônomos podem comprar a casa própria por meio do programa, desde que comprovem renda por extratos bancários ou declaração de Imposto de Renda.

As famílias que se enquadram na primeira faixa do Minha Casa, Minha Vida podem ainda optar pelo FGTS Futuro. Pela nova modalidade de saque, trabalhadores com carteira assinada podem usar depósitos futuros do fundo de garantia feitos pelos empregadores para compor renda e ajudar a pagar as prestações do financiamento contratado.

Consórcio para comprar o imóvel vale a pena?

Uma opção que voltou a ser popular no último ano é a compra do imóvel por meio de consórcio. A indicação é para quem não tem pressa em adquirir o bem, já que ser contemplado com a carta de crédito pode levar até 20 anos. Mas é uma alternativa para quem não tem condições de dar a entrada.

A modalidade tem atraído principalmente quem tem entre 36 e 45 anos de idade. A carta de crédito dá a possibilidade de comprar imóvel ou terreno, reformar e até de quitar um financiamento imobiliário.

Como funciona o leilão de imóveis?

Para os que querem comprar um imóvel em curto espaço de tempo e têm um bom valor guardado, os leilões são opção. É possível ter descontos de até 70% no valor de avaliação do bem.

Os imóveis ofertados em leilões, em geral, vieram de negociações em que foram retomados pelos bancos por inadimplência no financiamento. Há ainda os de empresas que precisam vender seus bens. A dica é ter muita atenção ao edital do leilão.

"Ficou popular por conta da internet, pois a maioria dos leilões é virtual. É preciso ficar atento aos golpes. Os sites de leilões oficiais terminam com o '.com.br'. Se não tiver, tem algo errado", diz Tapai.

+ Série mostra a hora certa para adquirir imóvel

A **Folha** passa a publicar, a partir desta quarta (17), uma série de reportagens que vão tirar as dúvidas e tratar das dificuldades para conquistar o sonho de muitas famílias e jovens brasileiros: ter sua casa própria. Especialistas do mercado imobiliário são unânimes em dizer que 90% da decisão de compra da casa própria é emocional. É preciso, no entanto, estabelecer metas realistas e ter um bom planejamento financeiro para não tornar a jornada um pesadelo.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00003/2024 - PROCESSO Nº 0009/2024 – **OBJETO:** Registro de preço para eventuais aquisições de MEDICAMENTOS DE DEMANDA JUDICIAL, com vigência pelo período de 12 meses. Ampla participação / **Tipo:** Menor preço por item / **Modo de Disputa:** Aberto/Fechado **Valor Estimado:** R$ 2.049.575,70. **Recebimento de propostas até:** 30/04/2024 às 9h00 / **Início da disputa:** 30/04/2024 às 9h30. **Local:** https://bnccompras.com/Home/Login. **Credenciamento:** Tel. e Whats (42) 3026-4550, contato@bnc.org.brouhttps://bnc.org.br. **Edital:** https://americobrasiliense.sp.gov.br/site/category/licitacoes/. **Maiores informações:** licitacao@americobrasiliense.sp.gov.br **DIRCEU BRÁS PANO - PREFEITO**

EDITAL CONVOCAÇÃO – APROVAÇÃO CCT SAGESP - SINTRACAMP – Campinas e Região. CNPJ: 03.307.935/0001-03. Sede: Rua Francisco Alves, 37 – Jd. Novo Botafogo. **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO QUADRO ASSOCIATIVO – EDITAL DE CONVOCAÇÃO.** Ficam convocados por este edital, os associados em dia com as obrigações associativas, para se reunirem em assembleia geral extraordinária na sede em Campinas/SP, **no dia 24/04/2024 às 9 horas em 1ª convocação, com quórum qualificado ou, às 09 horas e 30 minutos em 2ª convocação com qualquer número**, para deliberação e aprovação da seguinte ordem do dia: 1) ata anterior; 2) aprovação da CCT SAGESP, data base 2024-2025, de acordo com o estatuto social. **Campinas, 17/04/2024. Mosair Ribeiro do Nascimento – Presidente**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RINCÃO

AVISO DE LICITAÇÃO **PREGÃO ELETRONICO Nº 01/2024** A PREFEITURA MUNICIPAL DE RINCÃO, Estado de São Paulo, torna público para o conhecimento de quem possa interessar, que será realizada licitação, na modalidade Pregão Eletrônico nº 01/2024, aberta através do Processo nº 31/2024, do tipo MENOR PREÇO UNITÁRIO, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS DESTINADOS AO SAER (SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO DE RINCÃO) DO MUNICÍPIO DE RINCÃO/SP, conforme especificações técnicas contidas no Termo de Referência – Anexo I do edital regulador do certame. O início da sessão pública está previsto para as 09h00min do dia 29 de Abril de 2024. Fundamento Legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 19/2024. O instrumento convocatório e seus anexos encontram-se disponíveis no site oficial do município: www.rincao.sp.gov.br e poderão ser retirados ou consultados no horário normal de expediente na sede deste órgão licitante de segunda a sexta feira das 8h00min as 11h00min e das 13h00min às 17h00min. Informações podem ser obtidas através do telefone PABX (16) 3395-9100 ou ainda através dos e-mails: licitacoes@rincao.sp.gov.br ou licitações.rincao@gmail.com Rincão/SP, aos 16 de Abril de 2024. BRAZ RODRIGUES Prefeito Municipal

SINDICATO DOS CONDUTORES DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS DE FRANCA E REGIÃO

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

O Presidente do Sindicato convoca todos os trabalhadores da categoria profissional representados pela entidade sindical e ligados ao setor sucroalcooleiro/agronegócio (usinas de açúcar, destilarias e álcool, companhias agrícolas, produtores e fornecedores de cana de açúcar em geral, fazendas, condomínios e similares) que laboram na empresa **Usina Raízen Junqueira** a participarem da Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada nos dias 22 e 23/04/2024, com início às 06:30h do dia 22/04/2024 e término às 23:59h do dia 23/04/2024, na Estrada Coronel Quito, s/nº - Zona Rural - Igarapava - CEP 14540-000, e respectivas frentes de trabalho; para debater a seguinte Ordem do Dia: 01. Campanha Salarial 2024/2025 relativa às negociações coletivas face à data-base de 01/05/2024; 02. Outros assuntos relevantes e pertinentes à negociação coletiva e ao processo de mobilização e negociação. Franca, 17 de abril de 2024. **Aguinaldo Antônio Barbosa - Presidente.**

Edital para Conhecimento de Terceiros Interessados, com prazo de 10 (dez) dias, expedido nos autos do PROC. Nº 1001587-33.2020.8.26.0586. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro de São Roque, Estado de São Paulo, Dr(a). **Roge Naim Tenn**, na forma da Lei, etc. **Faz Saber a Terceiros Interessados na Lide** que o(a) **Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo Viaoeste S.A.** move uma Desapropriação - Desapropriação por Utilidade Pública/DL 3.365/1941 contra **Yoshiaki Takahashi e sua esposa Eiko Takahashi**, objetivando uma área situada na Estrada da Ponte Lavrada, nº 447 - altura Km 50+500m da SP 270 - bairro Taipas de Pedras- Município de São Roque, medindo 93,47m², objeto da matrícula nº 4.949 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de São Roque - SP, declarados de utilidade pública conforme Decreto Estadual nº 51.796, datado de 09.05.07. Para o levantamento dos depósitos efetuados, foi determinada a expedição de edital com o prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação no Órgão Oficial, nos termos e para os fins do Dec. Lei nº 3.365/41, o qual, por extrato, será afixado e publicado na forma da lei. **Nada Mais.** Dado e passado nesta cidade de São Roque, aos 08 de março de 2023.

MUNICÍPIO DE CATANDUVA – SP

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2024 – Objeto: Registro de Preços para aquisição de Equipamentos de Informática diversos, originais do fabricante, para aquisição futura e eventual de acordo com a necessidade, conforme as especificações descritas no Termo de Referência, Anexo I deste edital. LIMITE DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: ATÉ O DIA 02/05/2024 ÀS 08:30 HORAS. DATA E HORA DO PREGÃO: DIA 02/05/2024 ÀS 09:00 HORAS. O edital completo encontra-se disponível: Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (www.bll.org.br); e site do Município www.catanduva.sp.gov.br – link: http://www.catanduva.sp.gov.br/contratacoes-publicas/portal-transparencia/ Informações: Prefeitura do Município de Catanduva – Divisão de Licitações e Contratos – 5º Andar, sito à Praça Conde Francisco Matarazzo, 01 – Centro – Catanduva-SP ou, através do e-mail: licitacao.edital@catanduva.sp.gov.br. Catanduva, 16 de abril de 2024. Ozório Ap. Morais – Pregoeiro.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALINHOS

RESUMO DE EDITAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2723/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2024
OBJETO: Aquisição de Triturador/Picador de galhos.
DATA/HORA DA SESSÃO PÚBLICA: 30/04/2024 às 09h00.
O edital poderá ser consultado gratuitamente no portal eletrônico www.gov.br/compras e no site www.valinhos.sp.gov.br. Informações: (19) 3871-1213.

JOSÉ AUGUSTO FRANCISCO URBINI
Secretário de Licitações

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BASTOS

ADITAMENTO CONTRATUAL

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Bastos; CONTRATADA: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais; OBJETO: 16º aditamento do contrato n.º 048/2020, prorroga-se o contrato a partir de 25/05/2024 até 25/05/2025, o valor da renovação é de R$ 360.124,29, devendo ser pagos em 06 parcelas mensais consecutivas após emissão da apólice e apresentação da fatura. As demais cláusulas permanecem inalteráveis. LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 017/2020.

Bastos/SP., 15.04.2024. Manoel Ironides Rosa - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACI

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº. 021/2024
PROCESSO Nº. 037/2024

Objeto: Registro de preços para prestação de serviços de troca de óleos e filtros para a frota da coordenadoria de saúde de Jaci - SP, com fornecimento do produto, mão de obra e ferramental adequado, conforme Termo de Referência, que integra o Edital como Anexo I. Data e hora da Sessão Pública: dia **03/05/2024, às 9h00min**. Critério de Julgamento: Menor preço global - Jaci, 16 de abril de 2024.

VALERIA PERPETUO GUIMARÃES HENRIQUE
Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal da Estância Climática de Campos Novos Paulista

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 397/2024. PROCESSO Nº.536/2024. OBJETO: "Contratação de empresa especializada em assessoria, apoio administrativo e preparação de documentos dos programas "município verde azul" - pmva e "cidadania no campo – município agro".TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL.DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA: 08H00 DO DIA 17/04/2024. DATA FINAL DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA: 08H00 DO DIA 22/04/2024. DATA E HORA DA ABERTURA DAS PROPOSTAS APRESENTADAS: 22/04/2024 ÀS 08H30. DATA DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 08H31MIN DO DIA 22/04/2024. LOCAL: www.portaldecompraspublicas.com.br. EDITAL: na integra a disposição dos interessados nos endereços eletrônicos: www.portaldecompraspublicas.com.br, www.camposnovospaulista.sp.gov.br, e na Prefeitura Municipal de Campos Novos Paulista na Rua Edgard Bonini "Dengo", 492, Centro. Campos Novos Paulista, 16 de abril de 2024. FLAVIO FERMINO EUFLAUZINO - Prefeito Municipal.

SINDICATO DOS CONDUTORES DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS DE FRANCA E REGIÃO

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

O Presidente do Sindicato convoca todos os trabalhadores da categoria profissional representados pela entidade sindical e ligados ao setor sucroalcooleiro/agronegócio (usinas de açúcar, destilarias e álcool, companhias agrícolas, produtores e fornecedores de cana de açúcar em geral, fazendas, condomínios e similares) que laboram na empresa **Usina Alta Mogiana** a participarem da Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada nos dias 24/04/2024, às 18:00h, na Sede do Lions Clube, à Rua Bahia nº 2260 - São Joaquim da Barra - SP, CEP 14600-000, para debater a seguinte Ordem do Dia: 01. Campanha Salarial 2024/2025 relativa às negociações coletivas face à data-base de 01/05/2024; 02. Outros assuntos relevantes e pertinentes à negociação coletiva e ao processo de mobilização e negociação. Franca, 17 de abril de 2024. **Aguinaldo Antônio Barbosa - Presidente**.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO COM DISPUTA

Comunicado de agendamento de Dispensa de Licitação do Tipo Eletrônica Com Disputa, com participação exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Cooperativas, conforme LC 123/2006 e 147/2014, ID da Contratação nº 96291141000180-1-000552/2024, Proc. SEI nº 006.00129508/2024-13, Código Único nº 20240373391, do tipo menor preço, que trata da aquisição de Material de Consumo, a realizar-se no ambiente eletrônico do Sistema Compras.gov na data de 22/04/2024, - segunda-feira das 8h00 às 14h00. Termo de Referência e Aviso de Contratação disponível no sítio eletrônico https:// www.gov.br/compras/ptbr

FUNDAÇÃO BENEFICENTE DE PEDREIRA - FUNBEPE

CNPJ 59.006.460/0001-70
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024

Encontra-se aberto na Fundação Beneficente de Pedreira - FUNBEPE o Pregão Eletrônico 01/2024, que trata da escolha da proposta mais vantajosa para a(s) contratação(ões) de pessoa(s) jurídica(s) para o fornecimento parcelado de do medicamento Alteplase concentração: 50 MG Forma Farmacêutica: Pó Liófilo P/ Injetável + Diluente. Frasco-ampola. destinado a Fundação Beneficente de Pedreira – FUNBEPE. A sessão Pública do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br, as 9h do dia 02/05/2024. O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados, a partir do dia 17/04/2024, no site da Fundação Beneficente de Pedreira, através do portal www.funbepe.org.br, no link Licitações, junto ao pregão eletrônico correspondente. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitações desta Fundação, de segunda à sexta-feira, das 8h às 17h, através do telefone (19) 98894-5805.

Maria Gabriela Cavicchia Toneloto - Diretora de Administração Hospitalar

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE MARÍLIA

EDITAL PE nº 08/2024. ÓRGÃO: Departamento de Água e Esgoto de Marília. MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 08/2024. TERMO DE HOMOLOGAÇÃO: O Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Marília, dando cumprimento aos dispositivos legais constantes das Leis Federais 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 13.867/2022, ratifica a adjudicação proferida pela Pregoeira Luciane dos Santos Magalhães designada pela Portaria nº 2.108/2024, homologando EM 15/04/2024 o resultado do Processo Administrativo n.º 125/2024, Edital PE nº. 08/2024, cujo objeto é a **aquisição de até 20 (vinte) toneladas de Carvão Ativado umectado em pó: LOTE:** 01 à empresa PLASTIART COMERCIAL LTDA, localizada na Rua Quinze de novembro, n.º 7826- Sala 03, Centro- Guarapuava-PR, CEP: 85.010-000– PR. Marília, 16 de abril de 2024. Ricardo Hatori – Presidente.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO COM DISPUTA

Comunicado de agendamento de Dispensa de Licitação do Tipo Eletrônica Com Disputa, com participação exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Cooperativas, conforme LC 123/2006 e 147/2014, ID da Contratação nº 96291141000180-1-000551/2024, Proc. SEI nº 006.00121730/2024-60, Código Único nº 20240351456, do tipo menor preço, que trata da aquisição de Material de escritório, papelaria e impressos, a realizar-se no ambiente eletrônico do Sistema Compras. gov na data de 22/04/2024, - segunda-feira das 8h00 às 14h00. Termo de Referência e Aviso de Contratação disponível no sítio eletrônico https:// www.gov.br/compras/ptbr

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE MARÍLIA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DISPENSA N.º 19/2024

Em atendimento ao disposto na Lei n.º 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 13.867/2022, **AUTORIZO** a Dispensa de Licitação com fundamento no artigo 72, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021 e artigo 59 do Decreto Municipal n.º 13.867/2022, para a contratação da empresa **MARTINS MANUTENÇÃO HIDRÁULICA MARÍLIA LTDA.**, CNPJ n.º 13.549.378/0001-90, localizada na Rua Angelo Fortunato, n.º 39, Cavalieri II – Marília – SP, CEP n.º 17.504-175, visando a, no valor global de R$ **4.370,00 (quatro mil, trezentos e setenta reais)**. Dispensa embasada no artigo 75, inciso I, § 7º da Lei n.º 14.133/2021. Marília, 16 de abril de 2024. Ricardo Hatori – Presidente.



MUNICÍPIO DE SAGRES

AVISO DE LICITAÇÃO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024
(Processo Administrativo nº 178/2024)

A PM Sagres torna público e CONVIDA interessados em participar da licitação acima, tipo menor preço por item, objetivando a Aquisição de equipamentos e material permanente para atender a demanda da secretaria municipal de saúde do município de Sagres, oriunda da emenda parlamentar do Deputado Federal Vinicius Poit proposta Nr. 11100.2270001/1220-04 no valor de R$ 279.944,00, com encerramento em 30/04/2024 às 08h00. Informa ainda que o Edital completo encontra-se a disposição na sede da licitadora, sito R. Ver. José Alexandre de Lima, 427. Tel: (18) 3558-1112, no site www.sagres.sp.gov.br e e-mail licitacao@sagres.sp.gov.br.

Sagres-SP, 17/04/2024 – Roberto Batista Pires - Prefeito.

Sindicato dos Vigilantes e dos Trabalhadores em Segurança e Vigilância de Limeira e Região. CNPJ: 00.591.132/0001-35. Praça Adão José Duarte do Páteo, 349, Centro, Limeira/SP. EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO QUADRO ASSOCIATIVO - Ficam convocados por este edital, os associados em dia com suas obrigações sindicais, para se reunirem em AGO na sede em Limeira/SP, no dia 30/04/2024, às 9:30h em 1ª convocação com quórum qualificado ou, 10h em 2ª convocação com qualquer número presente, para deliberação e aprovação da seguinte ordem do dia: **01)** ata anterior, leitura e votação; **02)** prestação de contas da diretoria do exercício 2023, balanço financeiro patrimonial / suplementação de verbas e relatório das atividades do exercício, sob parecer da Secretaria de Fiscalização Financeira. Limeira, 17/04/2024. **Mirian Marques** - Presidente.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BASTOS

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL
Concorrência Pública nº 001/2024

O Prefeito do Município de Bastos, torna público a RETIFICAÇÃO do Edital de Concorrência Pública nº 001/2024, quanto ao item 21.16, excluindo a letra F e alterar o regime de execução, onde se lê EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO leia-se EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL; em razão das alterações fica prorrogada a abertura da licitação para o dia 29/05/24. O edital retificado encontra-se no site da Prefeitura do Município de Bastos www.bastos.sp.gov.br , no site bll.org.br e no Portal Nacional de Compras Públicas.

Bastos SP., 16.04.2024 – MANOEL IRONIDES ROSA – Prefeito Municipal.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - FUERN

UASG - 925543

AVISO DE LICITAÇÃO
ASSUNTO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024

Processo nº: 04410039.000030/2024-48. **Objeto:** Contratação do serviço de gerenciamento, controle e intermediação no fornecimento de combustível. **Abertura às 09:00 de 02/05/2024** no https://www.gov.br/compras/pt-br. Edital disponível em https://www.gov.br/compras/pt-br e http://www.uern.br/. Dúvidas pelo (84)3315-2113 ou pregao@uern.br.

Mossoró/RN, 16 de abril de 2024
José Damacena Neto
Agente de Contratação - Diretoria de Licitações e Contratos
Portaria n.º 1581/2023 - GP/FUERN

Processo Administrativo 0200001663/2.024 – Processo Licitatório 43/2.024-Pregão 13/2.024. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços na área de segurança e medicina do trabalho. O prazo limite para entrega dos envelopes "documentação e proposta" é o dia 29 de abril de 2.024, até as 08 horas. O edital completo encontra-se, a disposição dos interessados, na Divisão de Compras e Licitações desta Prefeitura, situada na Rua João Pacheco de Lima, 44-65, Centro, Auriflama-SP; no horário das 07 horas às 11 horas e das 13 horas às 17 horas e no site www.auriflama.sp.gov.br. Auriflama, 15 de abril de 2.024. Katia Conceição Morita de Carvalho-Prefeita.

SINDICATO DOS TRABALHADORES MUNICIPAIS E AUTARQUIAS DE VALINHOS, LOUVEIRA E MORUNGABA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE CAMPANHA SALARIAL - Pelo presente Edital, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Municipais e Autarquias de Valinhos, Louveira e Morungaba, convoca todos os membros da categoria dos trabalhadores, servidores públicos do município de Valinhos-SP, para participarem da assembleia geral extraordinária da categoria, a ser realizada no dia 25/04/2024, as 16h00min em 1ª chamada, com a maioria simples dos membros da categoria, e as 16h30min, em 2ª chamada, independente de quórum mínimo, a ser realizada presencialmente no seguinte local: Avenida Rigesa, nº 199, Vila Papelão, município de Valinhos/SP, CEP: 13.276-140, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) recomposição salarial imediata; b) abertura de concursos públicos e fim da terceirização; c) plano de saúde dos servidores; d) plano de carreira feitos pelos servidores e aprovação imediata do Estatuto do Magistério e QAE; e) Autorização para manutenção da assembleia geral em caráter permanente enquanto perdurar o movimento de greve; f) Autorização para que o Sindicato possa estabelecer processo de negociação e entabular acordos coletivos. Valinhos, 16 de abril de 2024. **Valteni Alves dos Santos** - Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLANDIA/MG.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 110/2024
COMPRASNET Nº. 90110/2024 - LEI FEDERAL Nº. 14.133/2021
PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA
CRITÉRIO DE JULGAMENTO "MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE""

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de conservação de vacinas. VALOR GLOBAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R$ 1.204.001,68. DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 07/05/2024 às 09h (horário de Brasília), no site www.gov.br/compras. UASG: 926922.

Uberlândia, 16 de abril de 2024.
MARIA BARBOSA POLICARPO
Diretora de Compras

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 012/2024 – PROCESSO Nº 051/2024

OBJETO Aquisição de itens para manutenção corretiva de FIAT UNO MILLE FIRE 1.0 Placa BFY-2980, incluindo cabo de vela, velas de ignição e bicos injetores, em quantidades e exigências estabelecidas em Edital e seus Anexos. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO DO ITEM. Valor Global Estimado da Contratação: R$ 906,86 (novecentos e seis reais e oitenta e seis centavos). Fundamento legal: Art. 75, II da Lei Federal 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 15.631/2023. PERÍODO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: INÍCIO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 17 de abril de 2024. FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 23 de abril de 2024 às 08h00 (oito horas). PERÍODO DOS LANCES ELETRÔNICOS: INÍCIO DA ETAPA DE LANCES: 23 de abril de 2024 às 08h15 (oito horas e quinze minutos). FIM DA ETAPA DE LANCES: após 06 (seis) horas do início da etapa de lances. INFORMAÇÕES E DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL: O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria Municipal da Administração no Paço Municipal e no site: www.votuporanga.sp.gov.br e na plataforma eletrônica: www.bll.org.br. Maiores Informações e/ou esclarecimentos pelo fone (17) 3405.9700 – ramais 9709 e 9769.

VALTER BENEDITO PEREIRA - Prefeito Municipal em exercício – 16/04/2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Extrato do Contrato nº 012/2024 - DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 003/2024

Contratante Município de Holambra - Contratada CSW CONSTRUÇÕES LTDA, cujo objeto:CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO DA REDE DE DRENAGEM PLUVIAL DO BAIRRO IMIGRANTES - Vigência Contrato 12 (doze) meses - Valor global de R$ 78.420,44 (setenta e oito mil, quatrocentos e vinte reais e quarenta e quatro centavos) - Modalidade Dispensa de Licitação - Assinatura em 01/04/2024. Holambra, 16 de abril de 2024. Fernando Henrique Capato - Prefeito Municipal.

Aviso de ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - Extrato - Concorrência Eletrônica nº 004/2024

A Prefeitura Municipal de Holambra comunica a ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO do objeto da Concorrência Eletrônica nº 004/2024 cujo o objeto: Contratação de Empresa especializada para a execução de reforma para adequação do Estádio Municipal Zeno Capato, no Município de Holambra-SP. Adjudicou e Homologou o item da Concorrência, por ter apresentado o menor preço global, a empresa "TM8 CONSTRUTORA LTDA" - R$500.300,50 (quinhentos mil e trezentos reais e cinquenta centavos). Holambra, 16 de abril de 2024. Fernando Henrique Capato - Prefeito Municipal.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 011/2024 – PROCESSO Nº 050/2024

OBJETO Aquisição de itens para manutenção corretiva de Perua Kombi STD placa DBA-5714, incluindo deslizante bolachão roda/cambio homocinética, em quantidades e exigências estabelecidas em Edital e seus Anexos. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO DO ITEM. Valor Global Estimado da Contratação: R$ 919,60 (novecentos e dezenove reais e sessenta centavos). Fundamento legal: Art. 75, II da Lei Federal 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 15.631/2023. PERÍODO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: INÍCIO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 17 de abril de 2024. FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 23 de abril de 2024 às 08h00 (oito horas). PERÍODO DOS LANCES ELETRÔNICOS: INÍCIO DA ETAPA DE LANCES: 23 de abril de 2024 às 08h15 (oito horas e quinze minutos). FIM DA ETAPA DE LANCES: após 06 (seis) horas do início da etapa de lances. INFORMAÇÕES E DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL: O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria Municipal da Administração no Paço Municipal e no site: www.votuporanga.sp.gov.br. e na plataforma eletrônica: www.bll.org.br. Maiores Informações e/ou esclarecimentos pelo fone (17) 3405.9700 – ramais 9709 e 9769.

VALTER BENEDITO PEREIRA - Prefeito Municipal em exercício – 16/04/2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMERICANA

ERRATA DE EDITAL

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 001/2024.
Processo n.º 16.925/2023.
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA – PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E RECAPEAMENTO ASFÁLTICO EM DIVERSAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS".

A Prefeitura Municipal de Americana torna público que, no ANEXO II (MINUTA DE CONTRATO), do referido Edital, no item 11.2.2, **onde se lê "ALÍNEAS B, C, D, E, F e G", leia-se "INCISOS II, III, IV, V, VI e VII"** e no item 11.2.3, **onde se lê "ALÍNEAS H, I, J, K e L", leia-se "INCISOS VIII, IX, X, XI e XII"** e **onde se lê "ALÍNEAS B, C, D, E, F e G", leia-se "INCISOS II, III, IV, V, VI e VII",** considerando erro de digitação.

Americana/SP, 16 de Abril de 2024
José Eduardo da Cruz Rodrigues Flores
Secretário Adjunto de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARAPES

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO Nº 043/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURAS CONTRATAÇÕES DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE PARA PACIENTES ACAMADOS COM ALTO NÍVEL DE DEPENDÊNCIA, NECESSITANDO DE CUIDADOS DOMICILIARES, ABRANGENDO SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM, VISITA E AVALIAÇÃO MÉDICA, FONOAUDIOLOGIA, NUTRICIONISTA, FISIOTERAPIAS MOTORA, RESPIRATÓRIA E NEUROLÓGICA, VISANDO O ATENDIMENTO E CUMPRIMENTO DE MANDADO DE SEGURANÇA, EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I QUE INTEGRA O EDITAL. Recebimento das Propostas: das 09h00min do dia 18/04/2024 às 08h30min do dia 03/05/2024. Abertura das Propostas: às 08h31min do dia 03/05/2024. Início da Sessão de Disputa: às 09h00min do dia 03/05/2024. Local: www.bll.org.br. Modo de Disputa: Aberto. OBS: O Edital encontra-se a disposição dos interessados nos sites www.guararapes.sp.gov.br e www.bll.org.br. Maiores informações via e-mail: compras@guararapes.sp.gov.br.

Guararapes, 15 de abril de 2024
Maria Marta Justi - Diretora do Departamento de Gestão de Material e Patrimônio

EDITAL DE NOTA

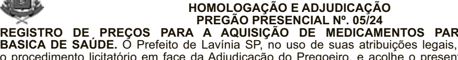
Considerando a existência de **INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA** firmada por **DEVEDORES FIDUCIÁRIOS** tendo por objeto os LOTES abaixo relacionados, todos integrantes do **LOTEAMENTO JARDIM ALTO DA SERRA** abaixo indicados, situados na cidade de **SERRANA/SP**, serve o presente para **NOTIFICAR formalmente, as pessoas abaixo indicadas,** para que, **NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**, contados da publicação da presente, compareçam pessoalmente no endereço Avenida Benjamin Constant, nº 662 – Centro, da cidade de Jaboticabal-SP, ou entrem em contato por meio do telefone (16) 3209-3292, com o objetivo de apurar e regularizar sua situação contratual, sendo que, após o prazo mencionado, em não havendo a regularização por força das cláusulas contratuais e ainda do contido no artigo 475 do Código Civil**1**, OS CONTRATOS SERÃO CONSIDERADOS RESCINDIDOS DE PLENO DIREITO, ocasião em que a PROMITENTE VENDEDORA tomará as demais medidas que julgar necessárias. FAVOR DESCONSIDERAR O PRESENTE, CASO A SITUAÇÃO JÁ ESTEJA REGULARIZADA ATÉ SUA PUBLICAÇÃO.

CLIENTE	QUADRA	LOTE	DATA CONTRATO
ADRIANA RODRIGUES COSTA	014	009	01/03/2018
GLEIVISON APARECIDO DIAS CRUZ	010	017	06/09/2022
ANDRESSA CRISTINA NUNES	020	028	13/03/2017
GÊFRAS NERES DOS SANTOS	028	003	04/01/2021

1 *Art. 475. A parte lesada pelo inadimplemento pode pedir a resolução do contrato, se não preferir exigir-lhe o cumprimento, cabendo, em qualquer dos casos, indenização por perdas e danos.*

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO LOBATO

DISPENSA Nº 015/2024 – INTENÇÃO DE DISPENSA - A Prefeitura Municipal de Monteiro Lobato, em conformidade com Art. 75, inciso II – da Lei Federal n.º 14.133/2021, torna público aos interessados que a Administração Municipal pretende realizar **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E MÃO DE OBRA, DE LAVAGEM DE ROUPA HOSPITALARES, COMO LENÇOIS, FRONHAS, COBERTORES, ENTRE OUTROS EM TODAS AS SUAS ETAPAS DESDE SUA UTILIZAÇÃO ATÉ O RETORNO EM CONDIÇÕES IDEAIS DE REUSO, SOB SITUAÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS ADEQUADAS, MEDIANTE OPERACIONALIZAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DE TODAS AS ETAPAS COMPREENDENDO: COLETA, LAVAGEM, DESINFECÇÃO, RECUPERAÇÃO, REPOSIÇÃO E DEVOLUÇÃO NA UNIDADE DE SAÚDE DR. JOÃO AURICCHIO**, podendo eventuais interessados apresentarem Proposta de Preços e Habilitação até 23/04/2024 às 16h00. A documentação deverá ser protocolada na sede da Prefeitura Municipal de Monteiro Lobato, sito a Praça Deputado Antônio Silvio Cunha Bueno, nº 180 – Centro – Monteiro Lobato/SP, CEP: 12250-000, no horário de 08:00 às 16:00, em dias úteis ou pelo E-mail: licitacao2@monteirolobato.sp.gov.br até a data limite. O Edital/Termo de Referência da Dispensa estará disponível no Site Oficial do Município ou através do E-mail: licitacao2@monteirolobato.sp.gov.br. Outras informações poderão ser obtidas na Sala da CPL, sito a Praça Deputado Antônio Silvio Cunha Bueno, nº 180 – Centro – Monteiro Lobato/SP, CEP: 12250-000, no horário das 08h 00 às 16h 00 de segunda a sexta feira.



MUNICÍPIO DE NHANDEARA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2024 - PROCESSO Nº 513/2024

O Município de Nhandeara comunica a todos os interessados que se encontra aberta a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 013/2024, Processo nº 513/2024. Resumo do objeto: Contratação de empresa para fornecimento de arroz Mix, tipo 1 longo fino beneficiado, pacote de 05kg, conforme quantidades e especificações anexas ao edital. O recebimento das propostas será das 08h00 do dia 17/04/2024 até às 08h00m do dia 02/05/2024. A abertura das propostas será no dia 02/05/2024, dando início da disputa de preços no mesmo dia às 08h30m. O edital completo poderá ser obtido gratuitamente no site da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil, www.bll.org.br e no site www.nhandeara.sp.gov.br. Nhandeara-SP, 16 de abril de 2024. – José Adalto Borini - Prefeito Municipal.

Prefeitura do Município de Caieiras

Secretaria de Administração - Diretoria de Compras

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2024
ÓRGÃO: Município de Caieiras. EDITAL: 031/2024. OBJETO: Registro de preço para eventual, futura e de forma parcelada da aquisição de projeto literário para a educação infantil, para o ensino fundamental anos iniciais, para atender alunos da Rede Municipal de Ensino, conforme descrito no Termo de Referência. MODALIDADE: Pregão Eletrônico. O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: será das 14h00min horas do dia 17/04/2024 até às 14h00min do dia 30/04/2024 e ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:no horário às 14h05min do dia 30/04/2024. As empresas interessadas poderão retirar o edital pelo site www.portaldecomprascaieiras.com.br. Maiores informações pelo telefone (11) 4445-9240 ou pelo site www.portaldecomprascaieiras.com.br, no horário das 09:00h às 16:00h. Não enviamos o edital por fax e/ou correio.

Caieiras, 16 de Abril de2.024.
SAMUEL BARBIERI PIMENTEL DA SILVA
Departamento de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL

CNPJ nº 46.612.032/0001-49

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2024
PROCESSO Nº 017/2024 - D.A. – D.C.L.

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de agregados (pedras e pedriscos) para o Departamento de Serviços Municipais do Município de Mirassol/SP.
TIPO: "MENOR PREÇO"
Apresentação das Propostas: Até 02/05/2024 às 14:00 horas (horário de Brasília)
Abertura da "Proposta" Sessão Pública: Dia 02/05/2024 às 14:00 horas.
Início da disputa de preço: Dia 02/05/2024 a partir das 14:05 horas (horário de Brasília).
INFORMAÇÕES E DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL: Diretamente nos sites www.bll.org.br, www.mirassol.sp.gov.br e https://www.gov.br/pncp/pt-br, e na Praça Dr. Anísio José Moreira nº 2290, Centro, Mirassol, Estado de São Paulo, Fone: (17) 3243-8160, de 2ª à 6ª feira, das 09:00 às 16:00 horas.

Mirassol/SP, 16 de abril de 2024.
Edson Antônio Ermenegildo
Prefeito de Mirassol

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAVÍNIA/SP

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/24

REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA UNIDADE BASICA DE SAÚDE. O Prefeito de Lavínia SP, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA o procedimento licitatório em face da Adjudicação do Pregoeiro, e acolhe o presente objeto com as empresas: SOMA/SP PROD. HOSP. LTDA - CNPJ nº. 05.847.630/0001-10 no valor total R$ 139.492,50 – COMERCIAL MARK ATACADISTA LTDA - CNPJ nº. 09.315.996/0001-07 no valor total de R$ 22.052,56 - LUMAR COM. DE PROD. FARMACEUTICOS LTDA – CNPJ nº. 49.228.695/000-52 no valor total R$ 30.587,00 - INOVAMED HOSPITALAR LTDA-MG - CNPJ nº. 12.889.035/0002-93 no valor total R$ 97.246,30 – FUTURA COM. DE PROD. MEDICOS E HOSP. LTDA - CNPJ nº. 08.231.734/0001-93 no valor total R$ 9.172,00 – W.A COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ nº. 43.232.006/0001-05 no valor total R$ 3.156,00 – COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA - CNPJ nº 67.729.178/0004-91 no valor total R$ 57.171,30 - DORAMED MEDICAMENTOS LTDA-EPP -CNPJ nº. 30.936.479/0001-33 no valor total de R$ 13.113,00 - DIMASTER COM. DE PROD. HOSP. LTDA - CNPJ nº. 02.520.829/0004-93 no valor total R$ 57.560,60 - AGLON MEDICAMENTOS COM. E REP. LTDA - CNPJ nº. 65.817.900/0001-71 no valor total R$ 104.948,30 - ACACIA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ nº. 03.945.035/0001-91 no valor total R$ 12.056,50 - KENAN MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ nº. 21.257.684/0001-81 no valor total R$ 135.356,40 - CLASSMED – PROD. HOSPITALARES LTDA - CNPJ nº. 01.328.535/0001-59 no valor total R$ 147.016,30 - R.A.P APARECIDA COM. DE MED. LTDA - CNPJ nº. 06.968.107/0001-04, no valor total R$ 683.826,67 – DIMEVA DISTR. E IMPORT. LTDA – CNPJ nº. 76.386.283/0001-13 no valor total R$ 91.848,30 - DROGARIA HS LTDA - CNPJ nº. 15.116.187/0001-60 no valor total R$ 73.322,06 – INTERLAB FARMACEUTICA LTDA - CNPJ nº. 43.295.831/0001-40 no valor total R$ 158.805,20 - CIAMED DISTR. DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ nº. 05.782.733/0001-49 no valor total R$ 38.255,48 - CIRURGICA OLIMPIO EIRELI-EPP - CNPJ nº. 01.140.868/0001-50 no valor total R$ 9.422,20 - DAKFILM COMERCIAL LTDA – CNPJ nº. 61.613.881/0001-00 no valor total R$ 85.708,5 - ONCO PROD. DISTR. DE PRODUTOS HOSP. E ONCOLOGICOS LTDA – CNPJ nº. 04.307.650/0025-02 no valor total de R$ 1.926,00 - CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ nº. 03.652.030/0001-70 no valor total R$ 36.494,90.

Lavínia/SP, 16/04/24. Salvador Cazuo Matsunaka -Prefeito

Prefeitura da Estância Turística de Salto

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2024 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7475/2023
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
EXCLUSIVIDADE ME/EPP

Encontra-se aberta licitação visando a convocação de pessoa jurídica, através de sistema de registro de preços, com exclusividade para ME/EPP, para eventual e futura aquisição de material de escritório, destinados ao abastecimento de todas as secretarias e departamentos, conforme quantidades e especificações relacionadas no Anexo I do edital, a cargo da Secretaria de Administração e Governo Digital. O Pregão se realizará de forma ELETRÔNICA, através da plataforma BLL Compras, **na data de 30 de abril de 2024. Início do Recebimento de Propostas: 18/04/2024 às 08hs. Fim do Recebimento de Propostas: 30/04/2024 às 08h30min. Início da Disputa: 30/04/2024 às 09hs. Modo de Disputa: Aberto.** O Edital e anexos estão disponíveis para consulta e impressão no site da Prefeitura: www.salto.sp.gov.br. – Publicações Oficiais - Licitação e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP. Para retirada no Setor de Licitações – Secretaria de Administração e Governo Digital, 4º andar, situada na Prefeitura Municipal de Salto, na Avenida Tranquilo Giannini, nº 861, Distrito Industrial Santos Dumont, nos dias úteis, das 08hs às 16h30min, devendo a interessada comparecer munida de CD regravável, pen-drive ou outra mídia para gravação do arquivo do Edital e anexos. Maiores informações, no Setor de Licitações – Secretaria de Administração e Governo Digital, através dos telefones nºs (11)4602-8533/8524, das 08hs às 16h30min, e/ou e-mail: licitacao@salto.sp.gov.br.

Estância Turística de Salto, 16 de abril de 2024.
Marcelo Alckmin de Carvalho - Secretário de Administração e Governo Digital



CONVOCAÇÃO

RODRIGO BERSOGLI DE PAULA, portador do RG 281541395, Carteira Profissional nº 13600 - série: 0230 - SP, registrado nesta Fundação sob o número RE: 375548, solicitamos seu comparecimento na sede da Fundação CASA, sito à Rua Florêncio de Abreu, 848 - 3º andar - Luz, Seção de Movimentação, no prazo de 24 horas para tratar de assunto de seu interesse. O não comparecimento implicará em Demissão por Justa Causa - Abandono de Emprego, conforme artigo 482 alíneas "i da CLT.

INÊS249

UNICOOPERS - COOPERATIVA UNIFICADA DE TRANSPORTES COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS DE SÃO PAULO

Endereço: Avenida Giovanni Gronchi, 6195 Sala 1403
Bairro: Vila Andrade- CEP 05724-003 - São Paulo/SP - CNPJ 05.487.069/0001-05

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A Diretora presidente da UNICOOPERS, no uso de suas atribuições conferidas pelo estatuto social desta cooperativa, convoca todos os cooperados em dia com suas obrigações para Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 26/04/2024, na sexta feira, no Endereço a seguir: Av. Mario Lopes Leão, 406 - 2º Andar - Santo Amaro - São Paulo, conforme a seguinte convocação: **1º** Convocação 09:00 hrs., com 2/3 dos cooperados; **2º** Convocação 10:00 hrs., com metade mais um dos cooperados; **3º** Convocação 11:00 hrs., com no mínimo 10 cooperados presentes; Ordem do dia: **1º)** Eleições (Chapa 1 ou Chapa 2) do conselho fiscal para exercício de 2024. **Chapa 1:** (União para Crescer), representada pelos titulares: Bernabe Peres Flores; José Barbosa da Silva; Sergio Jesus Nunes de Miranda; e os Suplentes: Emerson Fernandes da Silva João Damaceno Barbosa; Rogério Prates Aguiar; como Fiscal de Votação: Edson Gomes da Silva; **Chapa 2:** (Unicoopers com Transparência), representada pelos titulares: Titulares: Weldyrlei Alvarenga Nascimento; Luis Fernando Borges de Oliveira; Gilmarcio Ciriaco Cavalcante; e os Suplentes: Douglas Munhoz Junior; Adailton Oliveira dos Santos; João Eudes Pinto Silva; como Fiscal de Votação: Humberto Soares Ferreira. São Paulo, 17 de abril de 2024. **Marcia Cristina Gois Juliasse** - Diretora Presidente. Observações: **a)** Os cooperados que chegarem após às 11 hrs, não poderão assinar a lista de chamada e votar, portanto, procure chegar no horário para exercer o seu direito previsto no Estatuto. **b)** As chapas já foram formadas na última AGO e devido ao empate na votação, pedimos o comparecimento de todos os cooperados, para que possamos sair da Assembleia com o conselho eleito.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS
Estado de São Paulo
DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO
Coordenadoria de Compras e Licitações | compras@campinas.sp.leg.br

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2024 – UASG 926677

Acha-se aberto na Câmara Municipal de Campinas o Pregão nº 10/2024 - Eletrônico - Processo CMC-ADM-2024/00046 - Contratação de empresa para fornecimento de licença de uso de software e hospedagem que permita aos gabinetes de Vereadores a gestão de demandas enviadas pelos cidadãos, além de serviços de suporte, manutenção, treinamento e envio de SMS, conforme as especificações e requisitos constantes no Termo de Referência.

Recebimento das Propostas: a partir das 08h do dia 17/04/2024.
Início da Disputa de Preços: a partir das 10h do dia 02/05/2024.
Disponibilidade do Edital: 17/04/2024, no portal eletrônico **https://www.gov.br/compras/pt-br**. Esclarecimentos adicionais através dos e-mails: **licitacoes@campinas.sp.leg.br/ compras.camara.campinas@gmail.com**.

Campinas, 17 de abril de 2024.
Julio Cesar Favinha
Diretor de Materiais e Patrimônio

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNQUEIRÓPOLIS/SP

Extrato de Edital de Concorrência Eletrônica n° 002/2024 – Processo nº 012/2024 - RETIFICADO - Objeto: A Prefeitura de Junqueirópolis/SP, em cumprimento a Lei Federal n° 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 7421/2023, torna público, que realizará Concorrência Eletrônica no dia **10 de maio de 2024, às 08h30min**, visando a **contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de remoção de luminárias de vapor de sódio e instalação de luminária de led nos postes de iluminação pública de diversas ruas do município de Junqueirópolis, com fornecimento de mão-de-obra, materiais de primeira linha e equipamentos necessários, conforme especificações constantes da planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, cronograma físico, quadro de composição de BDI, memorial descritivo, projetos e estudo técnico preliminar, constantes do Anexo I deste Edital de Concorrência Pública**. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.bll.org.br, no site: www.junqueiropolis.sp.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP. Quaisquer esclarecimentos serão prestados junto a Plataforma BLL, no endereço eletrônico www.bll.org.br.

Junqueirópolis/SP, 16 de abril de 2024.
ÉDER JUNIO DE SOUZA
Diretor de Planejamento, Obras, Serviços e Manutenção

Prefeitura Municipal de Araras
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Compras

O MUNICÍPIO DE ARARAS torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto no Departamento de Compras da Secretaria Municipal de Administração, a seguinte licitação:
PREGÃO ELETRÔNICO N° 023/2024 – Registro de preço para aquisição de máquinas e itens afins para Secretaria Municipal de Serviços Públicos, conforme especificações constantes do Anexo I deste Edital.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 8h do dia 29 de abril de 2024.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Após às 08h do dia 29 de abril de 2024.
INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: às 8h30min do 29 de abril de 2024.
PREGÃO ELETRÔNICO N° 024/2024 – Registro de preço para aquisição do medicamento Benlysta 400mg, destinado a atender Processos Judiciais da secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações constantes do Anexo I deste Edital
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 8h do dia 06 de maio de 2024.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Após às 08h do dia 06 de maio de 2024.
INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: às 8h30min do dia 06 de maio de 2024.
PREGÃO ELETRÔNICO N° 025/2024 – Registro de preço para aquisição do medicamento Esilato de Nintedanibe, destinado a atender Processos Judiciais da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações constantes do Anexo I deste Edital
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 14h do dia 06 de maio de 2024.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Após às 14h do dia 06 de maio de 2024.
INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: às 14h30min do dia 06 de maio de 2024.
A pasta contendo os editais e anexos estarão à disposição para leitura e retirada no site www.araras.sp.gov.br ou no Departamento de Compras, situada na Rua Pedro Alvares Cabral n° 83 centro, em dias úteis no horário das 09:00 às 16:00 horas.
Todas as informações poderão ser obtidas no órgão supra ou telefone/fax (19) 3547-3107 ou e-mail compras@araras.sp.gov.br.

Araras, 16 de abril de 2024.
JONAS ALVES ARAÚJO FILHO
Secretário Municipal de Administração

Edital de Convocação: SEECTTHJR - Sindicato dos Empregados e Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade de Jundiaí e região, inscrito no CNPJ: 68.002.476/0001-03, registrado no M.T.E sob nº 46000.005897/94, por sua diretora presidente, nos uso de suas prerrogativas legais e estatutárias, convoca todos os **Empregados e Trabalhadores em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas,** associados ou não do Sindicato, que prestam serviços nos municípios de Cabreúva, Campo Limpo Paulista, Indaiatuba, Itatiba, Itu, Itupeva, Jarinu, Jundiaí, Louveira, Valinhos, Várzea Paulista e Vinhedo no Estado de São Paulo, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) que será realizada na sede social localizada na Rua Rangel Pestana, 1318 A, Centro - Jundiaí/SP, no dia **26 de abril de 2024**, em **1ª convocação às 09h**, não havendo em primeira convocação número legal para instalação da Assembleia, os trabalhos serão iniciados uma hora após, com qualquer número de presentes, sendo que as deliberações tomadas terão plena validade relativamente aos assuntos em pauta, para todos os fins de direito. Ordem do dia: **a)** Apresentação, Discussão e Aprovação da proposta de pauta de reivindicações a ser apresentadas à respectiva representação sindical patronal (**Data Base: 1º de julho de 2024**); **b)** Autorização para a Diretoria do Sindicato promover as negociações coletivas com a respectiva representação sindical patronal e/ou empresas do segmento e celebrar Convenção Coletiva, Acordo Coletivo e Termos Aditivos com empresas empregadoras dos segmentos, requerer mediação, arbitragem e instaurar processo de dissídio coletivo perante a Justiça, Ministério Público e/ou Órgão Competente, instaurar o Protesto Judicial para garantia das datas bases de 1º de julho de 2024 e a Decretação de estado de greve, se necessário; **c)** Autorizar a continuação da Assembleia Geral, que se manterá permanente até o final da Campanha Salarial 2024; **d)** Discussão, aprovação e autorização do desconto da contribuição assistencial/mensal dos empregados em folha de pagamento, com o repasse pelas Empresas para o Sindicato, na forma estabelecida na CCT ou ACT, concedendo o prazo de 10 dias corridos para recebimento de oposição pessoalmente na sede da Entidade, a partir da data base, encerrando o prazo em 10 de julho de 2024, sendo a deliberação da assembleia soberana. Os empregados admitidos após a data base poderão apresentar oposição nos 10 dias corridos a contar da contratação, mediante comprovação do início do contrato de trabalho. Não serão reconhecidas as oposições enviadas diretamente pelas empresas e/ou as enviadas pelos empregados através de correios, notificação extrajudicial, cartório, e-mail, fax, bem como as intempestivas; **e)** Discussão e aprovação coletiva da mensalidade associativa. Todas as contribuições têm por escopo a manutenção da entidade sindical e o fortalecimento das negociações coletivas; **f)** Assuntos Gerais de interesse da Categoria. Jundiaí, 17 de abril 2024. Camila de Paula Rocha – Presidente.

Edital de Convocação - Aprovação CCT SAGESP. SINDICATO DOS TRABALHADORES NA MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIA EM GERAL DE MOGI GUAÇU/SP. CNPJ: 59.016.121/0001-74 Sede: Tr. Tristão F dos santos nº40, sala 6, centro, Mogi Guaçu/SP. Assembleia Geral Extraordinária do Quadro Associativo. Edital de Convocação.. Ficam convocados por este edital, os associa dos em dia com as obrigações associativas, para se reunirem em assembleia geral extraordinária na sede em Mogi Guaçu/SP, no dia 25/04/2024 às 9 horas em **1º convocação, com quórum qualifi cado ou, às 09 horas e 30 minutos em 2ª convocação** com qualquer número, para deliberação e aprovação da seguinte ordem do dia: 1) ata anterior; 2) aprovação da CCT SAGESP, data base 2024-2025, de acordo com o estatuto social.
Mogi Guaçu/SP, 17/04/2024. Osmar Rodrigues de Oliveira – Presidente

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
HOSPITAL GERAL DE VILA PENTEADO
ABERTURA

Acha-se aberta no Hospital Geral "Dr. José Pangella" de Vila Penteado, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico 90026/2024** - referente ao **Processo nº SEI- 024 00047827/2024-85**, cujo objeto é a **Aquisição de Mat. Laboratório – Tiras Reagentes p/ Urina**. A realização do Pregão Eletrônico será no **dia 30 de Abril 2023 às 09h30min**. O edital na integra será divulgado no Diário Oficial do Estado e nos sítios eletrônicos www.compras.gov.br e PNPC.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Alteração do Edital – Pregão Eletrônico nº 90018/2024 – Processo nº 028/2024

A Prefeitura Municipal de Lençóis Paulista torna público que o edital do processo mencionado acima, cujo objeto é o registro de preços para aquisição de mudas e insumos para jardinagem foi **ALTERADO** – O edital encontra-se disponível no site www.lencoispaulista.sp.gov.br e no portal de Compras do Governo Federal www.comprasgovernamentais.gov.br – Informações: Praça das Palmeiras nº 55, Lençóis Paulista, Fone: (14) 3269.7071/3269.7088. Lençóis Paulista, 16 de abril de 2024. LUIZ FERNANDO DE CAMPOS – Secretário de Suprimentos e Licitações.

SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO PIRASSUNUNGA – SAEP.

AVISO DE LICITAÇÃO Edital: 32/24. Processo Administrativo: 244/24. **Pregão Eletrônico: 06/2024**. Objeto: Aquisição de materiais de construção diversos para atender as necessidades do Serviço de Água e Esgoto de Pirassununga - SAEP. O Edital será disponibilizado nos sites www.saep.sp.gov.br, www.bll.org.br e PNCP, no dia 17 de abril de 2024. A data início para envio das propostas eletrônicas será 17 de abril de 2024 e a abertura da Sessão Pública será às 09:00 horas do dia 29 de abril de 2024. Pirassununga, 16 de abril de 2024. José Roberto Barone – Superintendente.

LACTICÍNIOS TIROL LTDA.

CNPJ 83.011.247/0001-30 - NIRE 42200097568
CONVOCAÇÃO 002/2024 - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A Administração da Lacticínios Tirol Ltda., pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o número 83.011.247/0001-30 e NIRE 42200097568, em cumprimento ao disposto nas Cláusulas 24ª e 27ª do Contrato Social, vem por meio desta, **Convocar** Vossa Senhoria a se fazer presente na **Assembleia Geral Ordinária,** conforme local, data, horário e ordem do dia a seguir descritos: **Local:** Sede da empresa. Auditório da Lacticínios Tirol Ltda. **Localização:** R. Domingos Perondi, 36, Centro, Treze Tílias - SC, 89.650-000. **Data:** 26 de abril de 2024. **Horário:** 14h00min - Recepção e assinatura da lista de presença dos quotistas; 14h30min - Início dos trabalhos, devendo obrigatoriamente ter a presença de no mínimo dois terços das quotas do capital social, nos termos da Cláusula 28ª (vigésima oitava) do Contrato Social. **Ordem do Dia:** A Assembleia Geral Ordinária será destinada a tratar da seguinte ordem do dia: **1.** Análise e aprovação das contas do Balanço Patrimonial, demonstração de resultado do exercício, e demais contas apresentadas pelo Conselho de Administração, referentes ao exercício 2023; **2.** Destinação dos lucros do exercício de 2023; **3.** Eleição dos membros do Conselho de Administração para o exercício 2024; **4.** Remuneração e bonificação dos Diretores Executivos e do Conselho de Administração para o exercício 2024; **5.** Alteração do quadro societário em razão de solicitação de Ingresso de Sócios e Cessão de Quotas; **6.** Alteração do quadro societário, em razão da apresentação de formal de partilha de Inventário; **7.** Alteração do quadro societário, em razão da solicitação de venda de quotas e saída de sócio; **8.** Alteração de endereço da filial de Ponta Grossa - PR para Carambeí - PR; **9.** Abertura de uma nova filial no estado do PR; **10. Consolidação das alterações contratuais.** Treze Tílias (SC), abril de 2024. **Mauro Dresch -** Diretor Executivo Industrial; **Adalberto Rofner -** Diretor Executivo Comercial.

Tertius - Instituto de Consultoria e Cursos em Saúde Campinas Ltda.
CNPJ 09.457.788/0001-34 - NIRE 3522211630-6
Reunião de Sócios - Edital de Convocação

Ficam os sócios da sociedade **Tertius - Instituto de Consultoria e Cursos em Saúde Campinas Ltda.** ("Sociedade") convocados para se reunir em reunião de sócios, a ser realizada de forma **VIRTUAL**, no dia 26 de abril de 2024, às 10:00 horas ("Reunião"). A participação na Reunião ocorrerá por meio de atuação remota via sistema eletrônico (sistema denominado "*Teams*"), sendo que os dados de acesso já foram enviados por e-mail a todos os sócios e serão novamente enviados oportunamente por meio eletrônico mediante solicitação do sócio a qualquer tempo por meio do e-mail: helcio.neto@curem.com.br. A presença de todos os sócios será identificada e certificada pelo Presidente e Secretário da Mesa e a Reunião será devidamente gravada. A Reunião terá por finalidade deliberar sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: **(i)** apresentação do relatório contendo as faltas graves praticadas pelo sócio Sr. Luiz Guilherme Mazzoli Boni Calderon; **(ii)** a destituição do Sr. Luiz Guilherme Mazzoli Boni Calderon da administração da Sociedade; **(iii)** a exclusão extrajudicial do sócio Sr. Luiz Guilherme Mazzoli Boni Calderon do quadro de sócios da Sociedade; **(iv)** o cancelamento e liquidação das quotas de emissão da Sociedade de titularidade do sócio Sr. Luiz Guilherme Mazzoli Boni Calderon; e **(v)** o ajuizamento de ação de responsabilidade em face do Sr. Luiz Guilherme Mazzoli Boni Calderon pelos atos praticados durante a sua gestão como administrador da Sociedade. Os sócios ou seus representantes legais, conforme o caso, deverão apresentar os seus respectivos documentos de identificação e/ou representação na Reunião. O sócio que for participar da Reunião por meio de procurador e/ou desejar ser acompanhado por procurador para lhe assistir durante a Reunião deverá enviar a procuração, com firma reconhecida ou assinada mediante certificado digital, com uma antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas da data e horário de realização da Reunião. Todos os documentos referentes às matérias constantes da ordem do dia encontram-se disponíveis na sede da Sociedade e foram enviados por meio eletrônico para todos os sócios da Sociedade. Campinas/SP, 16 de abril de 2024. **CUREM PARTICIPAÇÕES LTDA. -** *Representada por seu sócio administrador Hélcio Levindo Coelho Neto.*

AVISO GERAL DA COMISSÃO DE PREGÃO

A COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO da DPRJ torna público que fará realizar, no Portal Compras.gov (https://www.gov.br/compras/pt-br), a seguinte licitação:

Modalidade: Pregão Eletrônico **90010/24**

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS

Processo nº: E-20/001.011600/2023

Enquadramento legal: Lei 14.133/2021

Data da abertura da sessão: 06/05/2024 - 11:00H

Local: https://www.gov.br/compras/pt-br

Nº da Licitação no Portal: DPRJ PE Nº 90010/24

O edital e seus respectivos anexos encontram-se disponíveis nos endereços eletrônicos https://www.gov.br/compras/pt-br e https://transparencia.rj.def.br/licitacoes-contratos-convenios/licitacoes.

Sindicato dos Professores e Auxiliares de Administração Escolar de Ribeirão Preto e Região - Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária Virtual - Pelo presente edital, ficam convocados os Professores e Técnicos de Ensino empregados no SESI-SP e no SENAI-SP, sindicalizados ou não, nos municípios de Altinópolis, Barrinha, Brodowski, Cajuru, Cassia dos Coqueiros, Cravinhos, Dumont, Guatapará, Ituverava, Jaboticabal, Jardinópolis, Luís Antônio, Morro Agudo, Orlândia, Pontal, Pradópolis, Ribeirão Preto, Sales Oliveira, Santa Cruz da Esperança, Santa Rosa de Viterbo, Santo Antônio da Alegria, São Joaquim da Barra, São Simão, Serra Azul, Serrana e Sertãozinho, base territorial do Sindicato dos Professores e Auxiliares de Administração Escolar de Ribeirão Preto e Região, inscrito no CNPJ sob o nº 56.891.377/0001-32, com sede à Rua Quintino Bocaiuva, nº 54, Centro, Ribeirão Preto - SP, para a Assembleia Geral Extraordinária Virtual que se realizará no dia 20 de abril de 2024, às 09:30 horas, em primeira convocação, com o quórum estatutário de presentes, ou às 10:00 horas, em segunda convocação, com qualquer número de trabalhadores presentes, por meio de plataforma virtual, pelo link: **https://teams.live.com/meet/9399290705386?p=YkuuKF3CxWEqUAIM**. A assembleia convocada nos termos e condições estabelecidas no presente edital tem a finalidade de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: A) Análise de eventual contraproposta patronal; B) Continuidade da Campanha Salarial: mobilização e formas de luta; C) Autorizar eventual instauração de Dissídio Coletivo. Ribeirão Preto, 16 de abril de 2024. Prof. Antonio Dias de Novaes. Presidente do Sindicato.

FEMACO - Federação dos Trabalhadores em Serviços, Asseio e Conservação Ambiental, Urbana e Áreas Verdes no Estado de São Paulo. Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária - Pelo presente Edital ficam convocados os membros do conselho de representantes das entidades sindicais quites e em gozo de seus direitos estatutários, para participarem da assembleia geral que será realizada no dia 23 de abril de 2024 as 10:00 horas em primeira convocação e uma hora após em segunda convocação com qualquer número de presentes, de forma virtual através da plataforma Zoom e na página da Femaco (www.femaco.com.br), nos termos da Lei nº 14.010 de 10/06/2020, bem como, nos termos do Ofício Circular SEI nº 1919/2020/ME, para se discutir e deliberar sob a seguinte ordem do dia: **a)** leitura e discussão da ata da assembleia anterior; **b)** Deliberação do rol de reivindicações a ser encaminhada a Entidade Patronal, **SELUR - SINDICATO DAS EMPRESAS DE LIMPEZA URBANA NO ESTADO DE SÃO PAULO**, cuja data base é 1º de maio, com vistas às negociações coletivas referente ao ano de 2024, para a **categoria profissional de empregados em Limpeza de Grandes Geradores Urbana, Pública e Privada; c)** Autorização pelos Sindicatos que subscrevem a pauta, para que a Femaco negocie junto a entidade patronal: Convenção Coletiva de Trabalho e Termos Aditivos, se necessário; **d)** Autorização para diretoria da Femaco requerer mediação, arbitragem e instaurar processo de dissidio coletivo perante a Justiça do Trabalho; **e)** Decretação de Estado de Greve; **f)** Discussão, deliberação e aprovação do percentual e forma de recolhimento da contribuição assistencial/negocial, de acordo com o artigo 513-e da CLT, e com decisão do Supremo Tribunal Federal, "ARE 1018459 - ED" definida para o tema 935, a ser descontada de todos os empregados da categoria profissional, bem como, sobre o direito de oposição dos empregados; **g**) Deliberar sobre à assembleia permanente até o final da campanha salarial 2024; **h)** Assuntos Gerais. O Link para participação na assembleia via plataforma Zoom poderá ser solicitado através do e-mail: tatiana@femaco.com.br, bem como, acessado através da página eletrônica da FEMACO. São Paulo, 16 de abril de 2024. **José Roberto Santiago Gomes** - Presidente.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BASTOS
ADITAMENTO CONTRATUAL

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Bastos; CONTRATADA: Control Risk Monitoramento Eireli; OBJETO: 5º aditamento do contrato n.º 020/2021, adita-se o contrato em 12 meses, prorrogando a partir de 14/04/2024 com término previsto para 13/04/2025, realinha-se o índice IPCA no percentual de 5.3740% alterando o valor de R$ 23,29 para R$ 24,54; as demais cláusulas contratuais permanecem inalteráveis. LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº. 019/2021.

Bastos/SP., 12.04.2024. Manoel Ironides Rosa - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 025/2024
COMPRASNET Nº. 90025/2024
PROCESSO Nº 86/2024

DATA DE REALIZAÇÃO: 03 de maio de 2024. HORÁRIO: 08h30 (oito horas e trinta minutos). LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO: Portal de Compras do Governo Federal - www.comprasgovernamentais.gov.br. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. MODO DE DISPUTA: Aberto. OBJETO: "ELABORAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO CPAP, PARA APNÉIA OBSTRUTIVA DO SONO DOS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS-SP, COM PREVISÃO DE CONSUMO PARCELADAMENTE NO DECORRER DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME A NECESSIDADE". Classificada em itens, conforme especificações e quantidades constantes no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico n.º 25/2024. LEGISLAÇÃO: Lei nº 14.133, de 01º de abril de 2021, e, suas alterações, bem como aplicação das exigências estabelecidas no instrumento convocatório. DO CREDENCIAMENTO: O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil. ÍNTEGRA DO EDITAL: Está à disposição de todos quantos possam interessar junto à Secretaria Municipal de Gestão, de Segunda-Feira à Sexta-Feira, no horário das 08h00 às 17h00, no endereço acima mencionado e no site: www.fernandopolis.sp.gov.br.

Fernandópolis/SP, 16 de abril de 2024.
ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO
Prefeito Municipal

SINDICATO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE DE REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - O presidente do SINDACS - Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde de Região Metropolitana de São Paulo, CNPJ: 12.248.428/0001-37, representante da categoria e subscritor, Sr. Rodrigo Rodrigues Costa, nos termos da Portaria MTE nº 3.472, DE 4 de outubro de 2023, CONVOCA todos os agentes comunitários de saúde BEM COMO, Técnicos em Agente Comunitários de Saúde, Técnicos em Vigilância em Saúde com Ênfase no Combate às Endemias, no exercício da profissão, nos termos da Lei nº 11.350/2006 e Lei 14.536/23.na base territorial dos municípios Arujá, Barueri, Biritiba Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Itapecerica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Juquitiba, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Sabino, Salesópolis, Santa Isabel, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Suzano, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista BEM COMO os municípios de Apiaí, Barra do Chapéu, Barra do Turvo, Cajati, Cananéia, Cubatão, Eldorado, Guarujá, Iguape, Ilha Comprida, Iporanga, Itanhaém, Itaóca, Itapirapuã Paulista, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Juquitiba, Miracatu, Monguagá, Pariquera-Açu, Pedro de Toledo, Peruíbe, Praia Grande, Registro, Ribeira, Santos, São Lourenço da Serra, São Vicente, Sete Barras todos compreendidos no Estado de São Paulo. Para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada na Rua das esmeraldas 23 bairro jardim, Santo André São Paulo/SP CEP 09090-770, no dia 09 de maio de 2024, às 08h em primeira convocação e às 08h30min em segunda e última convocação com qualquer número de participantes, para discussão e deliberação da seguinte ordem do dia: a) Leitura do edital; b) Aprovação da inclusão da categoria Técnicos em Agente Comunitários de Saúde, Técnicos em Vigilância em Saúde com Ênfase no Combate às Endemias, no exercício da profissão, nos termos da Lei nº 11.350/2006 e Lei 14.536/23 c)Aprovação da extensão da base territorial e dos municípios Municípios de Apiaí, Barra do Chapéu, Barra do Turvo, Cajati, Cananéia, Cubatão, Eldorado, Guarujá, Iguape, Ilha Comprida, Iporanga, Itanhaém, Itaóca, Itapirapuã Paulista, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Juquitiba, Miracatu, Monguagá, Pariquera-Açu, Pedro de Toledo, Peruíbe, Praia Grande, Registro, Ribeira, Santos, São Lourenço da Serra, São Vicente, Sete Barras todos compreendidos no Estado de São Paulo; d) Aprovação das alterações estatutárias; e) Assuntos Correlatos. São Paulo, 15 de abril de 2024. **Rodrigo Rodrigues Costa -** Presidente.



MINISTÉRIO DA **EDUCAÇÃO**



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
CELSO SUCKOW DA FONSECA - CEFET/RJ

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico 90000/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE CONTROLE SANITÁRIO INTEGRADO NO COMBATE ÀS PRAGAS URBANAS (ANIMAIS SINANTRÓPICOS), VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DO CAMPUS ANGRA DOS REIS DO CEFET/RJ.

NÚMERO DO PROCESSO: 23063.005636/2023-11.

ENTREGA DAS PROPOSTAS: A partir de 17/4/2024 às 8h (Horário de Brasília) no site www.gov.br/compras/pt-br/

ABERTURA DAS PROPOSTAS: Em 2/5/2024 às 14h (Horário de Brasília) no site www.gov.br/compras/pt-br/

RETIRADA DE EDITAL: O Edital e seus anexos estarão disponíveis no sistema Portal de Compras do Governo Federal - www.gov.br/compras/pt-br/ e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Angra dos Reis/RJ, 17 de abril de 2024
Cristiane de Melo Cabral
Pregoeira responsável pelo Pregão 90000/2024 do Cefet/RJ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA D'OESTE/SP

Aviso de Licitação
Modalidade: Concorrência Presencial - Processo nº 20/24 - Concorrência Presencial nº 01/24

Encontra-se aberto nesta municipalidade a Concorrência Presencial acima citada para a Contratação de empresa com fornecimento de material e mão de obra para a instalação de postes e luminárias em pista de caminhada, localizada na estrada vicinal que liga Estrela d'Oeste a Pontalinda, KM-01, conforme Termo de Convênio nº 102245/2023– que entre si celebram o Estado de São Paulo, por Intermédio da Secretaria de Governos e Relações Institucionais e o Município de Estrela d'Oeste. Valor Estimado da obra R$ 115.351,44, Caução para participação R$ 1.153,51. A sessão da concorrência dar-se-á no dia 03 de maio de 2024, tendo como início o credenciamento das empresas participantes, que ocorrerá a partir das 08:30 horas. As empresas interessadas em participar da referida licitação poderão obter maiores informações junto ao Setor de Licitações da Prefeitura, na Rua Bahia, N° 639, Jardim São Paulo, pelo telefone (17) – 3833-9411, bem como no site: www.pmestrela.sp.gov.br.
Estrela d'Oeste, 16 de abril de 2024. **Marcos Antonio Saes Lopes – Prefeito Municipal.**

Aviso de Licitação
Modalidade: Concorrência Presencial - Processo nº 21/24 - Concorrência Presencial nº 02/24

Encontra-se aberto nesta municipalidade a Concorrência Presencial acima citada para a Contratação de empresa especializada para a execução de sistemas de combate a incêndio da escola "Francisco Alves De Oliveira" no Município de Estrela d'Oeste. Valor Estimado da obra R$ 198.524,05, caução para participação R$ 1.985,24. A sessão da concorrência dar-se-á no dia 07 de maio de 2024, tendo como início o credenciamento das empresas participantes, que ocorrerá a partir das 08:30 horas. As empresas interessadas em participar da referida licitação poderão obter maiores informações junto ao Setor de Licitações da Prefeitura, na Rua Bahia, N° 639, Jardim São Paulo, pelo telefone (17) – 3833-9411, bem como no site: www.pmestrela.sp.gov.br, Estrela d'Oeste, 16 de abril de 2024.
Marcos Antonio Saes Lopes – Prefeito Municipal.

Aviso de Licitação
Modalidade: Concorrência Presencial - Processo nº 22/24 - Concorrência Presencial nº 03/24

Encontra-se aberto nesta municipalidade a Concorrência Presencial acima citada para a Contratação de empresa com fornecimento de material e mão de obra para a execução de construção de calçada na área verde do Bairro Residencial Magölo, conforme Emenda Parlamentar nº 202331340005 do Deputado Federal Fausto Pinatto. Valor Estimado da obra R$ 105.462,08, Caução para participação R$ 1.054,62. A sessão da concorrência dar-se-á no dia 09 de maio de 2024, tendo como início o credenciamento das empresas participantes, que ocorrerá a partir das 08:30 horas. As empresas interessadas em participar da referida licitação poderão obter maiores informações junto ao Setor de Licitações da Prefeitura, na Rua Bahia, N° 639, Jardim São Paulo, pelo telefone (17) – 3833-9411, bem como no site: www.pmestrela.sp.gov.br, Estrela d'Oeste, 16 de abril de 2024.
Marcos Antonio Saes Lopes – Prefeito Municipal.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - O SINDICATO DOS TECNÓLOGOS, TÉCNICOS E AUXILIARES EM RADIOLOGIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO E REGIÃO. Pelo presente edital, ficam convocados os associados regularmente inscritos e em gozo de seus direitos, a reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 10 de maio de 2024, no horário das 8:00 às 16:00 horas, na sede desta entidade sindical sito na Rua São João, 2085 - Vila Zilda, na cidade de São José do Rio Preto - SP, para deliberarem sobre a ELEIÇÃO DA DIRETORIA e DO CONSELHO FISCAL para gestão do quinquênio 2024/2029, em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta dos associados, em segunda e última convocação, com a presença de 1/3 dos associados em condições de votar, com a exigência de que em ambas as convocações para a aprovação ou rejeição de votos concordes de 2/3 dos associados presentes, conforme determina o artigo 34 do seu Estatuto social, não havendo quórum a eleição será realizada em segunda convocação, no mesmo dia 10 de maio de 2024, no horário das 17:00 às 19:00 horas, no mesmo local. A mencionada eleição visa o preenchimento dos 07 (sete) cargos para a diretoria, 07 (sete) cargos para suplentes da diretoria, 03 (três) membros titulares para Conselho Fiscal e 03 (três) membros para Suplente de Conselho Fiscal. O prazo para a inscrição das chapas para concorrerem à eleição, é o compreendido do ato da publicação deste edital até no máximo de 10 (dez) dias antecedentes à realização da eleição, ou seja, até o dia 30 de abril de 2024, sendo que o requerimento da inscrição das chapas deverá ser formalizado por escrito, com autorização, qualificação e assinatura de todos seus integrantes, além da discriminação dos cargos, perante a Secretaria do Sindicato sito na Rua São João, 2085 - Vila Zilda, na cidade de São José do Rio Preto - SP. A secretaria da Associação sindical funcionará no horário de 08h00 às 11h30min e de 13h30min às 17h00, de segunda a sexta-feira. É vedado o voto por procuração. É vedado ao candidato inscrever-se em mais de uma chapa, ainda que em cargo diferente. A eventual impugnação deverá ser feita no prazo de cinco dias, a contar da publicação da relação das chapas registradas. Em caso de mais de duas chapas aprovadas concorrem ao pleito, será declarada eleita a chapa que obtiver 51% (cinqüenta e um por cento) dos votos válidos. Não havendo nenhuma chapa atingida tal percentual, será realizada na mesma data, após a apuração, nova eleição, concorrendo as duas chapas que obtiverem maior número de votos. O processo eleitoral será conduzido pela própria diretoria do Sindicato, ficando o presidente dessa entidade sindical ou seu substituto legal como presidente da comissão e mesa eleitoral, o diretor vice-presidente ou seu substituto legal como secretário da comissão e mesa eleitoral e o diretor primeiro secretário ou seu substituto legal como mesário da comissão e mesa eleitoral, sendo que caso de qualquer eventual impedimento, inclusive candidatura de um dos diretores para próxima gestão assumirá em seu lugar o imediato, comissão essa que presidirá e dirigirá o processo eleitoral até o final do pleito, devendo a secretaria informar à referida comissão inerentemente tão logo venha ser protocolizada inscrição de chapa, para análise do pedido de inscrição para fins de deferimento ou indeferimento do registro do requerimento da inscrição da chapa, ou visando analisar se o mesmo encontra-se de acordo com a Lei e o vigente Estatuto, e/ou conhecer e julgar eventuais impugnações do processo eleitoral. A comissão eleitoral poderá nomear integrantes, associados ou não, para cada mesa ou urna que forem instaladas para votação, inclusive urnas itinerantes. Após o encerramento da eleição, os integrantes das mesas eleitorais procederão ato contínuo à escrutinação e apuração dos votos, enquanto que a Comissão Eleitoral, de imediato, na pessoa de seu presidente, proclamará a chapa eleita (nova Diretoria e novo Conselho Fiscal da Associação). A Secretaria desse Sindicato enviará para as empresas empregadoras, notificações através de Ofícios enviados por AR., para ciência sobre o pleito eleitoral e colocarem em seus quadros de avisos o Edital de Convocação e demais providências inerentes. Nos termos do parágrafo 8º do artigo 11, do estatuto, o Presidente desse Sindicato designou a cerimônia de posse da diretoria e do conselho para o dia 19 de junho de 2.024, último dia do mandato da atual diretoria, às 19:00 horas na sede da entidade. São José do Rio Preto, 17 de abril de 2024 - Juracy de Oliveira Filho - Presidente em Exercício

Atibaia Saneamento S.A.

CNPJ nº 17.337.893/0001-68
Demonstrações Financeiras

Balanço patrimonial - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
Circulante		(reapresentado)	(reapresentado)	**Circulante**		(reapresentado)	(reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	4	17.680	23.219	Fornecedores e outras contas a pagar	7	7.515	4.760
Contas a receber e outros recebíveis	5	4.478	3.512	Empréstimos e financiamentos	8	174	138
Ativo financeiro	5	9.601	8.544	Passivo de arrendamento		202	140
Impostos e contribuições a recuperar	6	5.192	6.320	Imposto de renda e contribuição social a pagar		10.201	10.057
Outros ativos		275	300	Obrigações fiscais	9	1.122	1.234
Total do ativo circulante		**37.226**	**41.895**	Outras obrigações		662	833
Não circulante				**Total do passivo circulante**		**19.876**	**17.162**
Realizável a longo prazo				**Não circulante**			
Contas a receber e outros recebíveis	5	15.508	13.996	Empréstimos e financiamentos	8	152.970	127.865
Ativo financeiro	5	188.020	175.860	Passivo de arrendamento		-	376
Impostos e contribuições a recuperar	6	11.818	9.372	Dividendos e juros sobre capital próprio			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	2.920	-	a pagar	11 c	2.444	2.444
Outros ativos		145	69	Obrigações fiscais	9	18.481	17.147
Total do realizável a longo prazo		**218.411**	**199.297**	Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	-	4.434
Imobilizado		257	328	**Total do passivo não circulante**		**173.895**	**152.266**
Ativos de direito de uso		189	480	**Patrimônio líquido**			
Intangível		71	37	Capital social	11	10.010	10.010
Total do ativo não circulante		**218.928**	**200.142**	Reservas de lucros		52.373	62.599
				Total do patrimônio líquido		**62.383**	**72.609**
				Total do passivo		**193.771**	**169.428**
Total do ativo		**256.154**	**242.037**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**256.154**	**242.037**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

			Reservas de lucros				
	Nota	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Reserva especial de dividendos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2021 - reapresentado	11	**10.010**	**1.506**	**22.483**	**30.074**	**-**	**64.073**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	9.862	9.862
Constituição de reservas		-	493	4.683	3.360	(8.536)	-
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	(1.326)	(1.326)
Saldos em 31 de dezembro de 2021 - reapresentado	11	**10.010**	**1.999**	**27.166**	**33.434**	**-**	**72.609**
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(10.226)	(10.226)
Absorção de prejuízos		-	-	(10.226)	-	10.226	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022 - reapresentado	11	**10.010**	**1.999**	**16.940**	**33.434**	**-**	**62.383**

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Nota	2022	2021		Nota	2022	2021
		(reapresentado)	(reapresentado)	**Resultado antes do resultado financeiro, líquido**		**(7.600)**	**16.444**
				Receitas financeiras	17	2.145	1.251
Receita operacional líquida	15	34.665	50.076	Despesas financeiras	17	(12.119)	(7.382)
Custo dos serviços prestados	16	(38.326)	(30.322)	**Resultado financeiro líquido**		**(9.974)**	**(6.131)**
Lucro bruto		**(3.661)**	**19.754**	**Resultado antes do imposto de renda e**			
Receitas (despesas) operacionais				**da contribuição social**		**(17.574)**	**10.313**
Despesas administrativas e gerais	16	(3.942)	(3.291)	Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(6)	6
Outras receitas (despesas)		3	(19)	Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	7.354	(457)
		(3.939)	**(3.310)**	**Lucro líquido (prejuízo) do exercício**		**(10.226)**	**9.862**

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	2022	2021
	(reapresentado)	(reapresentado)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**(10.226)**	**9.862**
Resultado abrangente total	**(10.226)**	**9.862**

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Nota	2022	2021
		(reapresentado)	(reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(17.574)	10.313
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	16	299	233
Baixa de ativo de direito de uso e passivo de arrendamento		(25)	-
PIS e COFINS diferidos	9	1.443	2.514
Juros sobre atualização do contas a receber de outros recebíveis	17	(18.767)	(16.443)
Juros incorridos de financiamentos, partes relacionadas e arrendamentos	17	11.935	7.033
		(22.689)	**3.650**
Variações em:			
Aumento em contas a receber e outros recebíveis e ativo financeiro	5	(11.687)	(27.606)
Aumento (redução) em impostos e contribuições a recuperar	6	(1.318)	(8.268)
Aumento em outros ativos		(51)	(192)
Aumento (redução) em fornecedores e outras contas a pagar	7	2.755	(2.328)
Redução em obrigações fiscais	9	(221)	(1.998)
Aumento (redução) em outras obrigações		(171)	339
		(33.382)	**(36.403)**
Juros recebidos sobre atualização do contas a receber e outros recebíveis		18.767	16.443
Imposto de renda e contribuição social pagos		138	2.896
Juros pagos de financiamentos e arrendamentos	8	(642)	(2.219)
Fluxo de caixa usado nas atividades operacionais		**(15.119)**	**(19.283)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de ativo imobilizado		-	(116)
Aquisições de ativo intangível		(81)	(17)
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos		**(81)**	**(133)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Financiamentos tomados	8	9.840	55.882
Pagamentos de financiamentos e arrendamentos	8	(179)	(14.777)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamentos		**9.661**	**41.105**
Aumento (redução) líquidos em caixa e equivalentes de caixa		**(5.539)**	**21.689**
Demonstração do caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa em 1° de janeiro	4	23.219	1.530
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	4	**17.680**	**23.219**

Composição da Diretoria

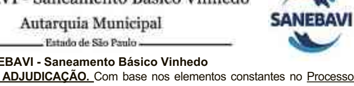
Diretoria
Mateus Banaco — Péricles Sócrates Weber

Contador
Fabrício dos Santos Teixeira - CRC/SP nº 1SP347408/O-9

"As Demonstrações Financeiras na íntegra e Parecer dos Auditores Independentes, sem ressalvas, encontram-se disponíveis na sede da Companhia, no site (https://igua.com.br/atibaia) e publicadas no Jornal Folha de São Paulo versão digital em 17/04/2024."

EDITAL DE LEILÃO ON-LINE megaleilões

Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, Leiloeiro Oficial inscrito na **JUCESP sob nº 844**, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo **BANCO BRADESCO S/A., inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12**, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. **Localização do imóvel:** São Paulo-SP. Bairro Casa Verde. Rua Jaguarete,nº 202. Apto. 31 do tipo III, no 3º pavimento do Condomínio Praça Braz Leme, com direito a uma vaga na garagem coletiva, para estacionamento de um veículo de passeio de pequeno porte, de forma indeterminada. APARTAMENTO. Área privativa 53,44m². Matr. 192.993 do 8º RI Local. Obs.: (i) Ocupado (AF). **1º Leilão:** 30/04/2024, às 15:00 Lance mínimo: R$ 715.132,44. **2º Leilão:** 03/05/2024, às 15:00 Lance mínimo: R$ 378.051,78. **Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro.Os leilões serão realizados exclusivamente pela internet, através da plataforma www.megaleiloes.com.br. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: www.bradesco.com.br e www.megaleiloes.com.br. Para mais informações - tel.: (11) 3149-4600. Fernando José Cerello Gonçalves Pereira - Leiloeiro Oficial JUCESP nº 844.

SANEBAVI - Saneamento Básico Vinhedo

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO. Com base nos elementos constantes no Processo Administrativo n° 334/2023, referente a **Tomada de Preços nº 03/2023**, do tipo menor preço global, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada para a implantação de macromedidores de vazão para controle de perdas do Munícipio de Vinhedo, nos termos das especificações técnicas constantes do instrumento convocatório e anexos, **HOMOLOGO** o procedimento com fundamento nas disposições constantes da Lei Federal nº 8.666/93 e **ADJUDICO** o objeto do presente licitação à Empresa Vencedora VECTOR SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA, no valor de R$ 1.747.394,39 (um milhão, setecentos e quarenta e sete mil, trezentos e noventa e quatro reais e trinta e nove centavos). Vinhedo/SP em 16 de abril de 2024. **ANDREA ANDRADE DE CAMPOS - Superintendente da Autarquia.** Publique-se.

bradesco — **EDITAL DE LEILÃO** "LEILÃO ONLINE" — MILAN LEILÕES

1º LEILÃO: 13/05/2024 Às 15h. - 2º LEILÃO: 16/05/2024 Às 15h.

Ronaldo Milan, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP nº 266, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S/A, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, horas e local infraditados, na forma da Lei 9.514/97. Local da realização dos leilões presenciais e on-line: Escritório do Leiloeiro, situado na Rua Quatá nº 733 - Vl. Olímpia em São Paulo/SP. **Localização do imóvel: SÃO PAULO – SP. BAIRRO CONJ. HAB. PADRE JO.** Av. Waldemar Tietz, nº1.727. Apto nº24-B (2º Pav) do Cond. Trento III. Conj. Hab. Manoel de Paiva. Área Priv. 43,07m². Matr. 170.246 do 16ºRI Local. Obs.: Ocupada (AF) 1º Leilão: 13/05/2024, às 15h. **Lance mínimo: R$ 230.309,22** e 2º Leilão: 16/05/2024, às 15h. **Lance mínimo: R$ 186.500,35** (caso não seja arrematado no 1º leilão) Condição de pagamento: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: www.bradesco.com.br e www.milanleiloes.com.br

Inf.: Tel: (11) 3845-5599 - Ronaldo Milan - Leiloeiro Oficial Jucesp 266 - www.milanleiloes.com.br

BIASI leilões — **EDITAL ÚNICO DE LEILÃO | PRESENCIAL E ON-LINE** — RODOBENS

1º Leilão: dia 24/04/2024 às 11h **2º Leilão: dia 26/04/2024 às 11h**

EDUARDO CONSENTINO, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 616 (**João Victor Barroca Galeazzi** – preposto em exercício), devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **BANCO RODOBENS S/A**, CNPJ nº 33.603.457/0001-40, faz saber que, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514 de 20 de novembro de 1997 e regulamentação complementar do Sistema de Financiamento Imobiliário, que institui alienação fiduciária de bem imóvel, fará realizar: **Primeiro Leilão: dia 24 de Abril de 2024 às 11:00 horas. Segundo Leilão: dia 26 de Abril de 2024 às 11:00 horas.** Local do Leilão: Avenida Fagundes Filho, 145 – conj. 22 – Vila Monte Alegre – São Paulo/SP e pela internet no site: www.biasileiloes.com.br . As demais condições de venda constarão no catálogo que será distribuído no leilão ou pela internet. [illegible]

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

A LISA Depilação a Laser S.A.

CNPJ nº 28.705.253/0001-80 - NIRE 35.300.520.602

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Reunião Digital: Acesso pelo link: https://us02web.zoom.us/j/87485059129, ID da Reunião nº: 874 8505 9129

Ficam convocados os acionistas detentores de ações ordinárias da **A LISA Depilação a Laser S.A.** ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária da Companhia ("Assembleia"), a ser realizada, de forma exclusivamente digital, no dia 29 de abril de 2024, às 10:00 horas, em 1ª (primeira) convocação, por meio de videoconferência, nos termos da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020 ("IN DREI nº 81/2020") e nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), para examinar, discutir e deliberar a respeito da seguinte **Ordem do Dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (1)** a ratificação do item 7.3 da ata de Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 24 de abril de 2023, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob nº 171.747/23-9, em 05 de maio de 2023 ("AGO 24.04.2023"), para fins de retificar a destinação de resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 aprovada na AGO 24.04.2023; **(2)** a ratificação das demais deliberações tomadas no âmbito da AGO 24.04.2023; **(3)** as contas dos administradores, o relatório da administração consubstanciado nas Demonstrações Financeiras da Companhia e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(4)** a proposta da administração para a destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados do Sr. Marcelo Teixeira (Jurídico) – mteixeira@espacolaser.com.br em no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência à data de realização da Assembleia: (a) documento de identidade; (b) atos societários que comprovem a representação legal; e (c) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social, e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §§ 1º e 2º da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. As pessoas naturais e jurídicas acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, consoante previsto no art. 126, § 1º da Lei das S.A. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. Barretos/SP, 16 de abril de 2024. **Magali Rogéria de Moura Leite -** *Diretora Presidente*.

AGRÍCOLA MANTIQUEIRA S.A.
CNPJ/MF nº 30.657.295/0001-34
NIRE 35 300517521
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Diretoria da **AGRÍCOLA MANTIQUEIRA S.A**. com sede na Estrada Vicinal Alberto Bartholomei-Bartho-Sítio São José II-Bairro Albertão, Comarca de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 30.657.295/0001-34, convoca todos os acionistas para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que se realizarão conjuntamente no **dia 27 de Abril de 2024, às 09:00 em primeira convocação e às 09:30 em segunda convocação**, presencialmente no salão da sede da Associação Comercial e Empresarial de Espírito Santo do Pinhal, localizada na Rua Benedito Forni, nº 40, em Espírito Santo do Pinhal - SP, com a seguinte ordem do dia:

(1) Análise, discussão e deliberação sobre as contas do exercício findo em 31/12/2023;

(2) Aumento do Capital relativo a parte ou totalidade da Reserva de Capital apontada no Balanço encerrado em 31/12/2023 e que posteriormente resultará no novo capital social se aprovado, e consequente alteração do artigo 5º do estatuto social;

(3) Eleição dos membros das Diretorias Executiva e Financeira.

(4) Eleição dos membros do conselho de administração

(5) Análise, discussão e deliberação sobre a proposta da diretoria da emissão de 1.000.000 (hum milhão) de novas ações, para financiar o plano de investimentos por mais 8 meses, até 31/12/2024, ao custo de aquisição de R$ 2,00 (dois reais), sendo R$ 1,00 (um Real) revertido ao capital social (valor nominal da ação a R$ 1,00) e R$ 1,00 (um Real) revertido à reserva de capital, a título de ágio.

(6) Em caso de aprovação do item 5 pelos presentes, a realização de rateios e rerrateios entre os acionistas para fins de subscrição das ações, e, havendo sobras, a deliberação em assembleia sobre a proposta da diretoria de subscrição das excedentes por terceiros não integrantes do quadro de acionistas, ao custo de aquisição de R$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) por ação, sendo R$ 1,00 (um Real) revertido ao capital social (valor nominal da ação a R$ 1,00) e R$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) à conta de reserva de capital a título de ágio. Em caso de insuficiência de sobras para terceiros, análise da proposta da diretoria para emissão de até de 300.000 novas ações pelo mesmo custo a terceiros, para que o acionista ingressante consolide a participação mínima de 1% do capital social prevista no estatuto;

(7) Assuntos gerais de interesse da companhia;

Informações Gerais: As Assembleias instalar-se-ão em primeira convocação estando presentes 100% dos acionistas, e em segunda convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, um terço do capital com direito a voto.

Espírito Santo do Pinhal, 15 de Abril de 2024.

AGRICOLA MANTIQUEIRA S.A.

Humberto Cesar Carrara Neto — Diretor Executivo
Jacqueline Bernuci Develey — Diretor Financeiro

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

CNPJ/MF nº 60.633.674/0001-55

ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os acionistas do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária, a serem realizadas no dia 26 de abril de 2024, às 11 horas, em sua sede social, Edifício da Diretoria, situada nesta Capital, na Avenida Professor Almeida Prado, nº 532 - Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira", Butantã, a fim de deliberar sobre a Ordem do Dia: **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:** 1) Exame, discussão e aprovação das contas e documentos da Administração relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras com os Pareceres do Comitê de Auditoria Estatutário, do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes; 2) Eleição de Conselheiros de Administração; 3) Eleição de Conselheiros Fiscais. **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** 1) Fixação da remuneração dos membros dos órgãos estatutários; 2) Alterações do Estatuto Social da Companhia: alterações do artigo 3º, *"caput"*, em decorrência do aumento do capital social aprovado pelo Conselho de Administração; alterações dos artigos 10, *"caput"*; 14, inciso XXVIII; 25, *"caput"*; 29, *"caput"* e 31, *"caput"* e supressão do artigo 30, com a renumeração de todos os artigos subsequentes, para atendimento às disposições dos Ofícios CODEC nºs 247/2023, 022/2024 e 043/2024; alterações dos artigos 38, *"caput"* e §2º e do artigo 39, para atualização das disposições pertinentes à composição e ao escopo de atuação do Conselho de Orientação. 3) Consolidação do Estatuto Social da Companhia; 4) Referendo de eleições de Conselheiros de Administração.

Thiago Rodrigues Liporaci
Presidente do Conselho de Administração





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA 042/2023

Torna-se público e para conhecimento dos interessados que a Concorrência acima mencionada que tem por objeto "Elaboração da Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Jaguariúna/SP - Protocolo nº 2021.2339142, CONTRATO DE TRANSFERÊNCIA AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ / DESENVOLVE SÃO PAULO, Código do Empreendimento nº 2022-PCJ_COB-228, Contrato nº 203/2023", foi adjudicada e homologada no dia 16 de abril de 2024 em favor de FELCO FALEIROS PROJETOS E CONSULTORIA EM ENGENHARIA LTDA – CNPJ 10.993.481/0001-37, com Nota Final 8,45 pontos e valor global de R$ 236.047,20.
Maria Emília Peçanha de Oliveira Silva - Secretária de Gabinete
Jaguariúna, 16 de abril de 2024

EDITAL DE LEILÃO ON-LINE megaleilões

Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, Leiloeiro Oficial inscrito na **JUCESP sob nº 844**, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo **BANCO BRADESCO S/A., inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12,** promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. **Localização do imóvel:** Registro-SP. Bairro Arapongal. Rodovia Régis Bittencourt - BR-116 – KM 439 (margem esquerda, sentido São Paulo/Curitiba), Zona Rural - Gleba de terras identificada por Área-B, Sítio Ranchão, desmembrada do imóvel de maior área, denominado Boa Vista. INDUSTRIAL. Áreas totais: terr. 3,40ha e constr. lançada no Cadastro Municipal 2.549,61m². Matr. 17.491 do RI local. Obs.: (i) Construção pedente de averbação no RI. Regularização e encargos perante os órgãos competentes de eventual divergência da área construída que vier a ser apurada no local com a lançada no Cadastro Municipal, bem como, a eventual necessidade de fazer a demarcação física do imóvel e georreferenciamento, correrão por conta do Comprador; (ii) O Vendedor não responde por eventual contaminação do solo e/ou subsolo ou passivos de caráter ambiental; (iii) Ocupado (AF). **1º Leilão:** 30/04/2024, às 15:00 Lance mínimo: R$ 5.221.000,00. **2º Leilão:** 03/05/2024, às 15:00 Lance mínimo: R$ 3.695.722,13. **Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Os leilões serão realizados exclusivamente pela internet, através da plataforma www.megaleiloes.com.br. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: www.bradesco.com.br e www.megaleiloes.com.br. Para mais informações - tel.: (11) 3149-4600. Fernando José Cerello Gonçalves Pereira - Leiloeiro Oficial JUCESP nº 844.

EDITAL DE LEILÃO ON-LINE megaleilões

Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, Leiloeiro Oficial inscrito na **JUCESP sob nº 844**, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo **BANCO BRADESCO S/A., inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12,** promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. **Localização do imóvel:** Salto-SP. Jardim Nair Maria. Rua Luiz Castelari, nª 103 - Lt. 40 da Qd. 22. CASA. Áreas totais: terr. 180,00m² e constr. 64,18m². Matr. 32.190 do RI Local. Obs.: (i) Regularização e encargos perante os órgãos competentes de eventual divergência da área construída que vier a ser apurada no local, com a averbada na matrícula e Cadastro Municipal, correrão por conta do Comprador; (ii) Ocupada (AF). **1º Leilão:** 30/04/2024, às 15:00 Lance mínimo: R$ 374.429,17. **2º Leilão:** 03/05/2024, às 15:00 Lance mínimo: R$ 112.200,00. **Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Os leilões serão realizados exclusivamente pela internet, através da plataforma www.megaleiloes.com.br. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: www.bradesco.com.br e www.megaleiloes.com.br. Para mais informações - tel.: (11) 3149-4600. Fernando José Cerello Gonçalves Pereira - Leiloeiro Oficial JUCESP nº 844.

BIASI leilões — **LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE**

1º Leilão: dia 24/04/2024 às 14h **2º Leilão: dia 03/05/2024 às 14h**

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, [illegible]

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões — **LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE**

1º Leilão: dia 24/04/2024 às 14h **2º Leilão: dia 03/05/2024 às 14h**

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A** [illegible]

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões — **LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE**

1º Leilão: dia 24/04/2024 às 14h **2º Leilão: dia 03/05/2024 às 14h**

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**) [illegible]

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões — **LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE**

1º Leilão: dia 24/04/2024 às 14h **2º Leilão: dia 03/05/2024 às 14h**

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**) [illegible]

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões — **EDITAL ÚNICO DE LEILÃO | PRESENCIAL E ON-LINE**

1º Leilão: dia 24/04/2024 às 11h **2º Leilão: dia 26/04/2024 às 11h**

EDUARDO CONSENTINO, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 616 (**João Victor Barroca Galeazzi** – preposto em exercício) [illegible]

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - O **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE MOGI DAS CRUZES - CNPJ 52.569.324/0001-49 -** Pelo presente edital, convoca TODOS os trabalhadores da empresa ABARCA MÓVEIS LTDA - CNPJ 50.212.224/0001-35, pertencentes ao 3º Grupo da CLT, ASSOCIADOS OU NÃO, todos com direito a voz e voto, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia **22/04/2024**, na portaria da empresa sito a Rua José de Oliveira Gomes, nº 567 - Centro - Poá - SP CEP 08561-300, às 07 horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1º.- Leitura, Discussão e Aprovação da ata de assembleia anterior; 2º.- Discussão e votação da proposta ou resposta da empresa quanto as reinvindicações referente o pagamento de **PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS DA EMPRESA**; 3º- Discussão e deliberação quanto a deflagração de greve em caso de recusa da proposta apresentada pela empresa. Se na hora aprazada não houver quórum, a Assembleia fica convocada e mantida para o mesmo local, realizando-se em 2ª convocação, uma hora após, com quaisquer números de presentes, cujas deliberações terão validade, relativamente aos assuntos em pauta, para todos os trabalhadores. Mogi das Cruzes, 17 de abril de 2024. Josemar Bernardes André - Presidente.

BIASI leilões — **EDITAL ÚNICO DE LEILÃO | PRESENCIAL E ON-LINE** — RODOBENS BANCO

1º Leilão: dia 24/04/2024 às 11h **2º Leilão: dia 26/04/2024 às 11h**

EDUARDO CONSENTINO, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 616 (**João Victor Barroca Galeazzi** – preposto em exercício), devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **BANCO RODOBENS S/A**, CNPJ nº 33.603.457/0001-40, faz saber que, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514 de 20 de novembro de 1997 e regulamentação complementar do Sistema de Financiamento Imobiliário, que institui alienação fiduciária de bem imóvel, fará realizar: **Primeiro Leilão: dia 24 de Abril de 2024 às 11:00 horas. Segundo Leilão: dia 26 de Abril de 2024 às 11:00 horas**. Local do Leilão: Avenida Fagundes Filho, 145 – conj. 22 – Vila Monte Alegre – São Paulo/SP e pela internet no site: www.biasileiloes.com.br . As demais condições de venda constarão no catálogo que será distribuído no leilão ou pela internet. **Descrição do Imóvel: A UNIDADE AUTÔNOMA**, térrea, designada **nº 12**, do setor "B", do **"CONDOMÍNIO RESIDENCIAL PARQUE DAS VIOLETAS II"**, com entrada pela Rua Ceará, nº 120, no bairro do Meinho, no Município de Ferraz de Vasconcelos/SP, contendo uma área privativa construída de 53,60 m², uma área comum construída de 0,484 m², totalizando a área construída de 54,084 m², uma área privativa de 107,978 m², uma área comum de 53,916 m², totalizando uma área de 161,894 m², correspondendo-lhe uma [illegible]

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões — **LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE**

1º Leilão: dia 24/04/2024 às 14h **2º Leilão: dia 03/05/2024 às 14h**

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**) [illegible]

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

VEGAS LEILÕES — SICOOB — **EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS**
Leilão online - WWW.VEGASLEILOES.COM.BR
1º Leilão – 24/04/2024 às 15h (DF) e 2º Leilão – 29/04/2024 às 15h (DF)

Hugo Alexandre Pedro Alem, Leiloeiro Oficial, Jucesp 935, autorizado por **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE DA REGIÃO DA ALTA MOGIANA – SICOOB CREDIMOGIANA** – CNPJ 69.346.856/0001-10, venderá em 1º ou 2º Público Leilão na modalidade online, na forma da Lei 9.514/97, o(s) seguinte(s) bem(ns): **1) Matrícula 39.249 do RI de Monte Alto/SP:** UM TERRENO na cidade de Monte Alto, no "JARDIM BELA VISTA - PLANO B", consistente do lote 31 da quadra "I", com frente para a Rua Cristiano Carlos Ehmke, com 300,00m². Cadastro municipal 9.151. **1º LEILÃO lance inicial R$202.593,25; 2º LEILÃO lance inicial R$76.061,08. 2) Matrícula 39.250 do RI de Monte Alto/SP:** UM TERRENO na cidade de Monte Alto, no "JARDIM BELA VISTA - PLANO B", consistente do lote 32 da quadra "I", com frente para a Rua Cristiano Carlos Ehmke, com 300,00m². Cadastro municipal 9.152. **1º LEILÃO lance inicial R$202.593,25; 2º LEILÃO lance inicial R$76.061,08. 3) Matrícula 39.251 do RI de Monte Alto/SP:** UM TERRENO na cidade de Monte Alto, no "JARDIM BELA VISTA - PLANO B", consistente do lote 33 da quadra "I", com frente para a Rua Cristiano Carlos Ehmke, com 300,00m². Cadastro municipal 9.153. **1º LEILÃO lance inicial R$202.593,25; 2º LEILÃO lance inicial R$76.061,08. 4) Matrícula 39.252 do RI de Monte Alto/SP:** UM TERRENO na cidade de Monte Alto, no "JARDIM BELA VISTA - PLANO B", consistente do lote 37 da quadra "I", com frente para a Rua Cristiano Carlos Ehmke, com 300,00m². Cadastro municipal 9.157. **1º LEILÃO lance inicial R$202.593,25; 2º LEILÃO lance inicial R$76.061,08. 5) Matrícula 39.253 do RI de Monte Alto/SP: UM TERRENO na cidade de Monte Alto,** no "JARDIM BELA VISTA - PLANO B", consistente do lote 38 da quadra "I", com frente para a Rua Cristiano Carlos Ehmke, com 300,00m². Cadastro municipal 9.158. **1º LEILÃO lance inicial R$202.593,25; 2º LEILÃO lance inicial R$76.061,08. 6) Matrícula 39.322 do RI de Monte Alto/SP:** UM TERRENO na cidade de Monte Alto, no "JARDIM BELA VISTA - PLANO B", consistente do lote 08 da quadra I' (línea), com frente para a Rua José Oliver Filho, com 360,00m². Cadastro municipal 9.888. **1º LEILÃO lance inicial R$243.111,91; 2º LEILÃO lance inicial R$90.448,54. 7) Matrícula 33.802 do RI de Monte Alto/SP:** UM TERRENO na cidade de Monte Alto, no "JARDIM BELA VISTA - PLANO B", consistente do lote 09 da quadra I' (línea), com frente para a Rua José Oliver Filho, com 360,00m². Cadastro municipal 9.889. **1º LEILÃO lance inicial R$243.111,91; 2º LEILÃO lance inicial R$90.448,54. 8) Matrícula 39.323 do RI de Monte Alto/SP:** UM TERRENO na cidade de Monte Alto, no "JARDIM BELA VISTA - PLANO B", consistente do lote 10 da quadra I' (línea), com frente para a Rua José Oliver Filho, com 360,00m². Cadastro municipal 9.890. **1º LEILÃO lance inicial R$243.111,91; 2º LEILÃO lance inicial R$90.448,54. 9) Matrícula 39.324 do RI de Monte Alto/SP:** UM TERRENO na cidade de Monte Alto, no "JARDIM BELA VISTA - PLANO B", consistente do lote 11 da quadra I' (línea), com frente para a Rua José Oliver Filho, com 360,00m². Cadastro municipal 9.891. **1º LEILÃO lance inicial R$243.111,91; 2º LEILÃO lance inicial R$90.448,54. 10) Matrícula do 39.325 RI de Monte Alto/SP:** UM TERRENO na cidade de Monte Alto, no "JARDIM BELA VISTA - PLANO B", consistente do lote 12 da quadra I' (línea), com frente para a Rua José Oliver Filho, com 360,00m². Cadastro municipal 9.892. **1º LEILÃO lance inicial R$243.111,91; 2º LEILÃO lance inicial R$90.448,54. PAGAMENTO:** Totalidade do valor do lance em até 24 horas da arrematação mais a comissão de 5% sobre o lance total ofertado em favor do Leiloeiro, no mesmo prazo. O arrematante fica responsável pelos débitos de IPTU e/ou ITR e todas as despesas que vencerem a partir da data da arrematação, bem como ITBI e custas cartoriais para lavratura e registro da escritura e/ou outro documento/taxa/imposto necessário a transferência. Venda em caráter ad corpus. **E para que chegue ao conhecimento de todos e não possam alegar desconhecimento do feito é publicado o presente Edital, sendo que os interessados deverão tomar ciência do Edital completo e regras para participação no site www.vegasleiloes.com.br. Ficam os devedores/fiduciantes/garantidores intimados por meio deste edital das datas, horários e local dos leilões. Cadastre-se no site para dar seu lance. Informações (16) 3877-9797.**

Azul — **Azul S.A.**

CNPJ/MF nº 09.305.994/0001-29
NIRE 35.300.361.130 – CVM 24112 | Companhia Aberta

Edital de Convocação – Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária a serem realizadas em 15 de maio de 2024

Ficam convocadas V.Sas., Acionistas da Azul S.A. ("Companhia"), na forma do art. 124 da Lei nº 6.404/76 ("LSA"), para se reunirem nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE") a serem realizadas, conjuntamente, em primeira convocação, no dia **15 de maio de 2024, às 11:00 horas**, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 8º andar, Edifício Jatobá, Condomínio Castelo Branco Office Park, Tamboré, CEP 06460-040, no município de Barueri, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias: **Em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"): (1)** Tomar as contas dos administradores, assim como examinar, discutir e votar sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do parecer emitido pelos auditores independentes da Companhia; **(2)** Fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024. **Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"): (1)** Alterar o *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, de forma a atualizar o capital social da Companhia, tendo em vista os aumentos de capital aprovados nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 10 de agosto de 2023 e 9 de fevereiro de 2024; e **(2)** Consolidar o Estatuto Social da Companhia com a alteração aprovada. Adicionalmente, ressalte-se que, nos termos do Estatuto Social da Companhia e do Regulamento do Nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), com exceção do item "3" da Ordem do Dia da AGO, cujas matérias os Acionistas titulares de ações preferenciais possuem direito a voto, os demais itens da Ordem do Dia não fazem parte do rol das matérias a serem deliberadas por tais Acionistas, cabendo apenas aos Acionistas titulares de ações ordinárias votarem nas demais matérias da Ordem do Dia da AGOE. Não obstante, os Acionistas titulares de ações preferenciais poderão comparecer à AGOE e discutir as referidas matérias, conforme artigo 125, § único, da LSA. **Instruções Gerais**: Na forma do artigo 126 da LSA, poderão participar da AGOE os Acionistas detentores de ações escrituradas junto à Itaú Corretora de Valores S.A. ("Itaú"): (i) por si ou por seus representantes legais; ou (ii) por procuradores devidamente constituídos, em cada caso, seja presencialmente ou mediante a entrega do boletim de voto a distância. As procurações deverão ser outorgadas observando-se o artigo 126 da LSA. Orientações acerca da documentação exigida em cada caso encontram-se resumidas abaixo e detalhadas na Proposta da Administração para a AGOE. **Participação Presencial: (i)** se pessoa física: documento de identificação original com foto (exemplos: RG, RNE, CNH ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas), ou documento de identificação original com foto do procurador, caso aplicável; **(ii)** se pessoa jurídica: cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto dos representantes legais; e **(iii)** se Fundo de Investimento: cópia autenticada o último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração); bem como documento de identificação com foto dos representantes legais. Além disso, o Acionista deve apresentar comprovante atualizado da titularidade das ações nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, expedido pelo Itaú e/ou por instituição de custódia. **Boletim de Voto a Distância ("BVD"):** A Companhia disponibilizará para a AGOE o sistema de votação a distância, nos termos do artigo 121, parágrafo único, da LSA e da Resolução CVM nº 81/22 ("RCVM 81"), permitindo que seus Acionistas titulares de ações listadas **(i)** enviem o BVD diretamente à Companhia; **(ii)** caso tenham ações de emissão da Companhia depositadas em depositário central, transmitam as instruções de voto para as instituições de custódia, que encaminharão as manifestações de voto à Central Depositária da B3, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pela respectiva instituição de custódia; ou **(iii)** caso tenham ações de emissão da Companhia depositadas em instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, Itaú Corretora de Valores S.A. ("Itaú"), transmitam as instruções de voto para o Itaú, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos por ele exigidos. Orientações detalhadas para o exercício do direito de voto através do BVD encontra-se na Proposta da Administração para a AGOE. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da AGOE, solicita-se ao Acionista que envie à Companhia, tão logo possível e a seu exclusivo critério, as vias digitalizadas da documentação aplicável via e-mail: invest@voeazul.com.br (assunto: AGOE – 15 de maio de 2024), sem prejuízo dos prazos e procedimentos previstos na Proposta da Administração. A Proposta da Administração contendo todas as informações necessárias para o melhor entendimento das matérias a serem deliberadas na AGOE, dos procedimentos para participação presencial na AGOE e dos procedimentos para utilização do sistema de votação a distância (BVD) encontram-se disponíveis na sede social da Companhia, no seu website de Relações com Investidores (ri.voeazul.com.br), bem como nos websites da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da *U.S. Securities and Exchange Commission – SEC* (www.sec.gov), nos termos do § 6º do artigo 124, do artigo 133 e do § 3º do artigo 135 da LSA, e do artigo 7º da RCVM 81.

Barueri/SP, 15 de abril de 2024.

***David Gary Neeleman** – Presidente do Conselho de Administração*

(15, 16 e 17/04/2024)

Preconceitos são mais fortes do que pensamos

É preciso buscar maneiras de eliminar os vieses causados por decisões baseadas em estereótipos

Lorena Hakak

Doutora em economia e professora da FGV. Atua como presidente da GeFam (Sociedade de Economia da Família e do Gênero)

Você discrimina? Em geral, essa pergunta assusta as pessoas, e quase sempre as respostas são negativas. Mas será que essa negativa é realmente verdadeira?

Segundo a teoria econômica, podemos considerar dois tipos de discriminação: "por gosto" e a "estatística".

A primeira ocorre quando os indivíduos têm "gostos" ou preferências para discriminar. Pode ser definida como a discriminação consciente contra um determinado grupo de pessoas por causa das suas características, como cor, religião, etnia, idade, entre outras.

A discriminação estatística, também consciente, está mais associada ao que se espera de um determinado grupo. Por exemplo, num processo de seleção de uma empresa para uma determinada função, na fase final ficam dois candidatos que têm basicamente as mesmas características e competências e estão na faixa dos 30 anos. Porém, um é homem, e o outro, mulher. O recrutador pode acabar optando pelo homem.

Na média, mulheres com 30 anos estão mais propensas a ter filhos e a interromper sua carreira, o que pode afetar o acúmulo de experiência profissional e o ganho de produtividade nesse período de ausência do mercado de trabalho. Assim, a empresa pode ter um viés ao preferir contratar o homem, considerando que a sua chance de interrupção no mercado de trabalho é menor e seu nível de produtividade esperado é maior. Mas será que essa mulher planeja ter filhos? A decisão do recrutador está baseada no que se espera, na média, desse grupo de pessoas. Por isso, nesse caso, a discriminação é denominada estatística.

Recentemente, um outro tipo de discriminação passou a ser estudada: a implícita. Essa acontece de forma inconsciente. Segundo o artigo "Implicit Discrimination" (Bertrand et al. 2005), esse tipo de atitude pode ser medido utilizando o Teste de Associação Implícita. Esse teste, feito através de um computador, monitora as reações das pessoas e mede uma ampla variedade de atitudes involuntárias discriminatórias contra certos grupos sociais. Essas atitudes são baseadas em estereótipos e afetam o comportamento das pessoas de maneira inconsciente.

> [...]
>
> No geral, as pessoas esperam que a discriminação seja mais explícita do que realmente é. Porém, muitas vezes, a discriminação acontece de forma inconsciente

O que essas formas de discriminação menos conscientes podem causar na contratação de pessoas? Usando um procedimento estatístico para medir esse viés, Marianne Bertrand e Sendhil Mullainathan fazem um experimento que consiste em responder a anúncios de emprego publicados em jornais de Boston e Chicago simulando candidaturas reais. Para o mesmo currículo é atribuído um nome usualmente associado a uma pessoa branca e a uma pessoa negra. O resultado é surpreendente. Os currículos associados a nomes de pessoas brancas recebem 50% mais retorno para convites para entrevistas do que os com nomes negros.

No geral, as pessoas esperam que a discriminação seja mais explícita do que realmente é. Porém, muitas vezes, a discriminação acontece de forma inconsciente. Dessa forma, é preciso buscar maneiras de eliminar os vieses causados por decisões baseadas em estereótipos.

Uma maneira de lidar com esses viesses seria a contratação "às cegas". Um dos exemplos mais conhecidos é do caso das orquestras de música. Várias orquestras dos EUA nos anos 1970 e 1980 adotaram o teste às cegas com o objetivo de tentar reduzir a imparcialidade nas escolhas entre homens e mulheres. Nessas audições, os contratantes não viam o músico ou a musicista. Claudia Goldin e Cecilia Rouse mostram num estudo que essa forma de contratação às cegas aumentava a probabilidade de uma musicista ser contratada.

Porém, nem sempre é possível adotar esse tipo de política. No caso de um julgamento, juiz e júri observam a pessoa julgada. Também não funciona quando um comitê seleciona a contratação de um alto executivo em que o número de aplicantes é pequeno. Segundo a literatura, outra solução para reduzir a discriminação seria baseada em entrevistas bem estruturadas se os avaliadores se comprometessem previamente com critérios objetivos de avaliação.

Outra tentativa que tem sido feita, inclusive no Brasil, é abrir vagas para grupos específicos, como para pessoas negras. Assim, é possível tentar reduzir vieses e formas de discriminação, principalmente quando as empresas estão cientes do problema e buscam soluções.

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, Cecilia Machado | QUA. Bernardo Guimarães, Lorena Hakak | QUI. Cida Bento, **Solange Srour** | SEX. André Roncaglia | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan



Drag queen durante performance no estande do aplicativo Grindr, no Web Summit, no Rio Mauro Pimentel/AFP

Grindr quer ir além do sexo casual e criar laços entre homens gays

TEC

Pedro S. Teixeira

RIO DE JANEIRO George Arison, 47, casado e com dois filhos, acessa todos os dias o Grindr, app de relacionamento conhecido por proporcionar aventuras pouco românticas a homens gays.

Mas, para o CEO da plataforma, é uma oportunidade de "conhecer outras pessoas" e conversar com os usuários sobre "suas necessidades", diz o georgiano radicado nos EUA à **Folha**.

"Queremos que o Grindr também seja visto como um aplicativo social, em que as pessoas possam criar laços", diz o executivo em visita ao Brasil para o Web Summit Rio. "Mas é claro que não queremos perder nosso foco na parte dos relacionamento românticos" —o grosso do uso do app, na verdade, é mesmo o sexo casual.

A fórmula conquistou o público brasileiro, um dos dez maiores da plataforma.

Antes de expandir seu nicho, no entanto, o app vai precisar reconquistar o usuário, que mostra descontentamento nas avaliações em lojas como Play Store, do Google, e App Store, da Apple.

Os usuários reclamam que atualizações a publicidade e pioraram o serviço. Há queixas sobre notificações que não chegam, por exemplo.

Na Play Store, o Grindr recebe 3,3 pontos de 5 possíveis, bem abaixo dos seus concorrentes mais famosos, Tinder e Bumble, ambos com 4,4.

A empresa fundada em 2009 vende "há tempos" dois planos por assinatura, Grindr Unlimited (R$ 214,90 por ano) e Grindr Xtra (R$ 39,90 mensais), e que trabalha para melhorar a experiência dos. Assinantes não veem anúncios e podem flertar com mais pessoas, entre outras vantagens.

Mesmo com menos usuários ativos do que concorrentes como Tinder e Bumble, o Grindr se tornou o queridinho dos investidores, com equipe enxuta e receitas volumosas. Arison diz que ter o app com as contas em dia ajuda a melhorar o serviço.

Hoje o app tem 13 milhões de usuários, dos quais cerca de 25% pagam por algum dos pacotes de assinatura, de acordo com o relatório Grindr Unwraped. O Tinder tem 75,4 milhões de usuários ativos mensais, dos quais 10,4 milhões pagam. No Bumble, são 58 milhões de usuários ativos, dos quais 2,4 milhões pagam.

Nesta terça (16), o Grindr lançou um novo produto pago: o roaming, que permite que usuários paguem para interagir com pessoas de outras cidades.

O jornalista viajou a convite do Web Summit.